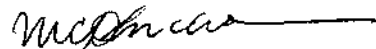


RUDA RICCI

CONTAG E A CRISE DE REPRESENTAÇÃO NO CAMPO
(1979 - 1985)

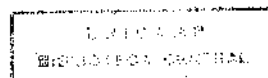
Dissertação de Mestrado Apresentada
ao Departamento de Ciências Políticas
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas

Este Exemplar Corresponde à Redação
Final da Dissertação Defendida e
Aprovada pela Comissão Julgadora em
22/03/1993



Maria Conceição D'Incao
Orientadora

Fevereiro/1993



"Se se quiser exercer influência sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem - e com a natureza - deve ser uma exteriorização determinada da vida individual efetiva que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua exteriorização de vida como homem amante não te convertes em homem amado, teu amor é impotente, uma desgraça."

(KARL MARX, Manuscritos
Económico Filosóficos)

INTRODUÇÃO

1. Um tema subestimado

Em 1988, quando a Assembléia Nacional Constituinte finalizava os seus trabalhos, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) - um importante centro de produção sociológica do país - organizou um seminário interno cujo tema central era a reforma agrária e a constituinte.

Após uma exposição sobre as idas e vindas das resoluções dos grupos temáticos constituintes, iniciou-se um debate entre os participantes do seminário, no mínimo curioso. A certa altura, um convidado afirmou estar convencido que a reforma agrária era tema já superado na pauta do desenvolvimento nacional. Um especialista em temas rurais, surpreso, objetou que, ao contrário, o tema seria essencial para o desenvolvimento nacional e democratização do país, e finalizou perguntando ao interventor que o havia antecedido qual seria, então, a alternativa que vislumbrava para os milhões de trabalhadores sem terra ou com pouca terra.

A resposta foi direta: "Esses segmentos sociais se descapitalizaram e não fazem parte do Brasil moderno, competitivo. Eles, infelizmente, desaparecerão. A nossa preocupação deve ser a industrialização acelerada do país."

Essa passagem dramática pode parecer um caso isolado de realismo político. Na verdade, é o inverso. Representa a estigmatização teórica e política que o meio acadêmico faz da realidade rural do país.

De fato, o final dos anos 70 colocou no centro do cenário político brasileiro o sindicalismo urbano, em especial o metalúrgico, sujeito do mais profundo ataque ao regime militar até então.

A produção sociológica brasileira aprofundou seus estudos sobre este fenômeno, destacando a resistência cotidiana no interior das fábricas e empresas (1), com a qual se inaugurava uma nova geração de sindicalistas, tendo como preocupação central a participação da base sindical (2) e uma profunda crítica à centralização e aos mecanismos legais vigentes da representação sindical.

O período 79/85 foi caracterizado pela literatura especializada como momento instituinte de uma nova prática sindical e do surgimento de um novo temário no debate entre os sindicatos e a sociedade.

A profusão de estudos e pesquisas concentrou-se, entretanto, no movimento sindical urbano. Sintomaticamente, são escassas as análises sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais que superam as limitações dos estudos de caso ou estudos de âmbito regional. (3) Com exceção de um

(1) Ver a respeito, entre outros estudos, MARONI, Américo. *A Estratégia da Recusa*, SP, Ed. Brasiliense, 1982; SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, SP, Ed. Brasiliense, 1983; ABRAMO, Lais. *Breve Metalúrgica em São Bernardo: Sobre a Dignidade do Trabalho*, IX Encontro Anual da ANPOCS, 1985 (mimeo); SHERER-WARREN & KRISCHKE (orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano?*, SP, Ed. Brasiliense, 1987; RODRIGUES, Letécio M. *Partidos e Sindicatos*, SP, Ed. Atica, 1990; ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*, SP, Ed. Brasil Urgente, 1991; MOISES, José Alvaro. *Lições de Liberdade e Opressão*, RJ, Paz e Terra, 1982; ALMEIDA, Maria Hermínia. "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas, Debate e Crítica, n.6, 1975.

(2) Ver, em especial, GONÇALVES, Francisco Luis Salles, *Dois Vertentes e Dois Projetos no Sindicalismo Brasileiro*, Cadernos CEDEC, n.6, SP, 1985.

(3) Ver, em especial, BRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Desencaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*, Petrópolis, Vozes/FASE, 1987; SHERER-WARREN, Ilse. *O Que há de novo nos Movimentos Sociais no Campo?*, XVII Congresso Latinoamericano de Sociologia, Montevideo, 1988 (mimeo); PALMEIRA, Moacir. "A Diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do Camponato", IN PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e Questão Agrária*, SP, Ed. Loyola, 1985; RIBEIRO, Ana Maria Motta. "Uma Atualização do MST: Ação Sindical na Lei ou na Marra?", IN Anais do XII PIPSA, Botucatu, 1988; SANTOS FILHO, José dos Reis. *Movimento Sindical Rural: O Resgate de uma Tradição*, SP, CEDEC, 1983 (mimeo); SANTOS FILHO, José

estudo de 78 (4) , somente a partir da segunda metade da década de 80 começaram a surgir, em número significativo, pesquisas que tentam refletir a prática do movimento sindical rural, sua dinâmica, temas e dilemas políticos.

Vários são os fatores desta defasagem de estudos sobre o sindicalismo rural: a) uma concepção ainda hegemônica no meio acadêmico que erroneamente dicotomiza a sociedade brasileira em desenvolvida/urbana e tradicional/rural; b) o acelerado processo de urbanização da sociedade brasileira nas últimas três décadas , onde a PEA rural caiu de 52% do total da PEA nacional, em 1950, para 31% em 1980; c) o nascimento tardio do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil - notadamente em 1962 - em relação ao sindicalismo urbano brasileiro. Esses fatores minimizaram a importância do estudo dos trabalhadores rurais, uma vez que contribuíram para a impressão de que essa categoria social, além de pouco significativa, não tinha experiência política relevante.

Análises mais acuradas ao longo dos anos 80 e início dos 90 foram delineando este equívoco de avaliação. Demonstraram a unificação de mercados e integração das unidades produtivas industrial e agrícola com a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) , durante os anos 70; a diversificação social de trabalhadores rurais, sendo que algumas categorias passaram , nesta década, a residir nas cidades, embora continuassem a trabalhar no campo; vigorosos

Reis & RICCI, Rudá. "Vanguarda Social e Complexo CONTAG: um estudo sobre estrutura sindical e burocracia" In Anais do XII PIPSA, op.cit.; RICCI, Rudá. A CONTAG no Governo de Transição: Um ator à procura de um texto, SP, Cadernos CEDEC n.15, 1990; MEDEIROS, Leonilde & SOREANO, Joaquina. Reflexões sobre o Sindicalismo Rural Brasileiro: a CONTAG, XXVI Reunião Anual da SBPC, SP, 1984 (MIMEO); NOVAES, Regina. De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo, SP, FFCH/USP, 1987, tese de doutoramento (MIMEO); MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981.

(4) Guedes Pinto realiza um estudo sobre a natureza da prática sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), "A CONTAG de 64 a 76" IN Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, Paz e Terra, RJ, 79

movimentos sociais que surgiram no bojo do êxodo rural (5) e colocaram em questão os reflexos sociais do modelo de desenvolvimento vigente.

Em relação ao movimento sindical de trabalhadores rurais, surgiram dados novos que destacam a importância deste movimento nos rumos do desenvolvimento do sindicalismo brasileiro nas décadas de 70 e 80. (6) Todo o processo de cisão do movimento sindical, entre o I CONCLAT (1981) e o CONCLAT de fundação da Central Única dos Trabalhadores (1983), contou com a participação decisiva dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) e, principalmente, da direção da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Por outro lado, cerca de 54% dos sindicatos criados na década de 70 foram STRs e o índice de sindicalização rural registrado pelo IBGE em 1988, foi de 57%, somando um total de 8.314.004 associados de 2.747 STRs.

Em outras palavras, a literatura especializada relegou a segundo plano um movimento social pujante, com uma participação de destaque e decisiva na definição dos campos político-sindicais que se firmaram entre os anos 79-85. E mais, movimentos oriundos de categorias sociais que resultavam de transformações econômicas profundas, alterando a paisagem, as referências políticas e integrando o trabalho rural e urbano. Ou seja, diluindo a linha divisória entre movimentos sociais rurais e urbanos.

(5) Ver, em especial, SILVA, Graziano, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, HUCITEC, SP, 1981; *Livre Comércio, Ajuste Estrutural e Agricultura: o caso do Brasil*, vários autores, UFRRJ, 1991, mimeo; "Como Mudou o Emprego no Campo", *Boletim Reforma Agrária*, n.3, Campinas, v.12, maio/junho 82; MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.), *Os Impasses Sociais da Modernização Agrícola*, Ed. Caetés, SP, 1987.

(6) Os dados aqui expostos referem-se ao estudo de Celso Frederico, *A Esquerda e o Movimento Operário 1964-84*, Vol. 3: *A Reconstrução*, Oficina de Livros, BH, 1991; e aos dados divulgados pelo IBGE em *Sindicatos: Indicadores Sociais*, vol2, RJ, 1990.

Não bastassem estes indicadores, nos anos de 1979 e 1985 ocorreram dois congressos nacionais de trabalhadores rurais, promovidos pela CONTAG, onde se expressaram conflitos entre novas práticas sindicais (oriundas de novos movimentos sociais rurais) e práticas tradicionais. As novas categorias sociais originárias das transformações sócio-econômicas da década de 70 começam a questionar, com suas demandas específicas, as orientações da maioria das diretorias de STRs constituídas de pequenos produtores rurais (7), e essas disputas convergiram nos dois congressos, para a questão da representação sindical. Indicando, portanto, a proximidade existente entre os desafios enfrentados pelo sindicalismo urbano e rural.

Este estudo busca contribuir para uma análise mais global do movimento sindical de trabalhadores rurais no período 79-85, tendo como questão central o debate no interior do movimento sobre os impasses e limites da representação sindical rural no Brasil. Esse debate, que não se esgotou no período em questão e continua sendo objeto de calorosas discussões em encontros, seminários e congressos, expressou-se com todo vigor e clareza durante a transição política brasileira, período em que os novos sujeitos sociais emergiram no cenário político com sua diversidade de projetos. Neste contexto, muito mais que limitar-se a pensar a estrutura sindical, o debate revelou concepções políticas e práticas diferenciadas, resultantes de uma nova realidade social no campo. Diferenças sutis entre dirigentes sindicais de base, oposições sindicais, movimentos sociais e dirigentes das cúpulas sindicais (Federações e CONTAG) se manifestaram, permitindo supor que a questão central da tensão existente está na compreensão do que seria a base do movimento sindical: de um lado, uma concepção de base

(7) Os dados da pesquisa Sindicatos: Indicadores Sociais, op.cit., apontam que 52% das diretorias de STRs eram constituídas por pequenos produtores, sendo que 69,6% dos presidentes de STRs haviam participado de 3 ou mais gestões na diretoria, demonstrando a precária renovação sindical no campo.

jurídica (constituída pelos associados do STR), e de outro, uma concepção de base popular (disseminada principalmente por setores da igreja progressista), como veremos adiante.

2. Uma Abordagem Histórica: Da Estrutura À Representação Sindical

Em 1978, Luzia Guedes Pinto, ao analisar a trajetória da CONTAG, definia a entidade como uma instituição contraditória, de natureza bivalente: era um órgão de representação e colaboração com os poderes públicos. (8)

A autora apontava como determinante da prática de colaboração e subordinação ao Estado a estrutura sindical, ditada pelas instâncias públicas, que garantia a dominação sob os trabalhadores. E mais, argumentava que "a forma pela qual está definida a estrutura sindical brasileira faz com que os sindicatos não tenham condições de assumir uma forma pura de ação: colaboracionista ou representativa." Esta contradição podia ser comparada a um movimento pendular da CONTAG, ora se aproximando da base sindical, ora articulando-se mais fortemente com o Estado, o que, neste caso, "evidenciaria a entidade como colaboradora dos poderes públicos". (9)

Dois fatores determinariam as contradições da entidade: externos (relacionados ao Estado) e internos. Os fatores externos estariam relacionados ao reconhecimento sindical obrigatório do Ministério do Trabalho e ao imposto sindical.

(8) PINTO, Luzia Guedes, op. cit.

(9) IDEN, IBIDEN, p. 126

Agradecimentos:

A inconveniência de uma extensa lista de agradecimentos é que a gratidão acaba se diluindo ao longo das citações e parece ser substituída por uma mera formalidade acadêmica.

Mas a verdade é que muitos contribuíram para a realização deste estudo, incentivando, debatendo, sugerindo.

Inicialmente, agradeço a Maria Conceição D'Incao, que não apenas orientou a pesquisa, como criou um estimulante espaço de reflexão sobre o sindicalismo rural, partilhou as hipóteses levantadas e criou um clima de liberdade e criatividade não muito comum no mundo acadêmico.

Registro minha gratidão com o pessoal da Secretaria Nacional de Formação da CUT, em especial a Waldeli Melleiro e Arthur Borges Filho, este último revelando-se um excelente intérprete dos meus borrões desta dissertação - e aos companheiros do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - em especial a Carlos Ferrari e Avelino Ganzer, que me revelaram o quanto a responsabilidade do cargo de dirigente sindical rural consome o seu tempo e a sua própria liberdade individual.

Sou grato à colaboração de Moacir Palmeira, Abdias Carvalho, Herbert de Souza e Ranulfo Peloso, e a todos os dirigentes sindicais que cederam várias horas de depoimentos vivos sobre os embates e enfrentamentos do MSTR.

Regina Novaes e sua turma de mestrado da UNICAMP me auxiliaram em muito a definir a problemática da pesquisa numa tarde de debates.

As discussões sobre os desafios do sindicalismo brasileiro que ocorreram com a equipe sindical do Instituto Cajamar, com destaque especial às intervenções de Paulo Fontes e Hélio da Costa - e a Escola Sindical 07 de Outubro - em especial à pessoa de Alex Sgreccia - serviram constantemente de referência.

Agradeço ainda a CAPES que financiou dois anos e meio desta pesquisa e ao pessoal de Depto. de Pós Graduação do IFCH-UNICAMP.

Por fim, dedico este estudo aos sempre credores do meu tempo e carinho (que pretendo saldar com o final da redação dessa dissertação), Cláudia, Thiago e Fernanda.

INDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	01
1. Um Tema Subestimado.....	01
2. Uma Abordagem Histórica: Da Estrutura À Representação Sindical.....	06
3. Trajetória e Resultados de Pesquisa.....	18
 <u>CAPITULO I: A Constituição do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Brasil (1960-79)</u>	 31a
1. As Origens da Prática Sindical (O Período Pré-64).....	31a
2. A Expansão do Sindicalismo Rural e a Conformação dos Dirigentes Sindicais.....	82
3. A Prática Instituída (o Pós-64).....	96
 <u>CAPITULO II: Novas Prática Instituintes</u>	 122a
1. Mudança Social no Campo.....	122a
2. Novos Movimentos Sociais Rurais.....	160
3. O III Congresso e o Desafio da Recomposição da Base Sindical.....	194
 <u>CAPITULO III: Os Mecanismos de Representação Sindical em Questão</u>	 202a
1. O Confronto de Dois Projetos.....	202a
2. O IV Congresso: O limite das Velhas Práticas.....	226
3. A Crise de Representação do MSTR.....	238
 <u>CONCLUSÕES</u>	 253

Os fatores internos estariam relacionados ao agrupamento, em uma mesma organização sindical, de diferentes categorias sociais: assalariados, lavoura, pecuária e produção extrativa rural, trabalhadores autônomos e qualquer forma de parceria ou ocupantes de terra (segundo o estabelecido pelo artigo II do estatuto padrão e enquadramento sindical pelo Dec. 1.166 de 15.04.71).

A análise da autora alimenta-se de um forte referencial estruturalista. As contradições da prática sindical eram buscadas na própria estrutura organizativa, na história da burocracia, e não na sociedade, no campo de embate político entre as forças sociais. A estrutura seria um elemento ativo, causal, que determinaria a ação dos dirigentes sindicais. E a própria base sindical, enquadrada de forma a diluir seus interesses, não fugiria de um campo de ação marcado.

Salta aos olhos, na referida análise, a passividade extrema das lideranças sindicais à estrutura, num lapso de tempo amplo - 1964/76. Os sujeitos, se é possível nesta análise utilizar este conceito, não aparecem, não vivenciam a realidade, são desprovidos de projetos e simplesmente se adaptam à estrutura.

Esta tese, com o processo de transição política brasileira, foi sendo superada por outros estudos. Foi superada, primeiramente, porque mesmo após o fim do regime militar, uma parcela significativa dos trabalhadores rurais continuou a validar a estrutura sindical original e oficial. A própria direção da CONTAG passou a defender a unicidade sindical como parte de seu ideário político. O Estado não mais intervinha e afastava dirigentes, mas o imposto e o reconhecimento sindical ainda estavam presentes e, em muitos casos, não eram contestados pelas lideranças sindicais.

Havia, portanto, uma vontade política, e não apenas uma determinação estrutural. A estrutura, enfim, parecia ganhar vida, era alimentada pelos homens.

Diante desta evidência, outras pesquisas começaram a indicar novas possibilidades de interpretação do sindicalismo rural. Inicialmente, estudos de caso apontaram projetos políticos anteriores à regulamentação sindical, que defendiam uma estrutura verticalizada e unitária de organização sindical e uma prática que privilegiava o Estado como interlocutor prioritário, capaz de impor mudanças estruturais ao desenvolvimento econômico e social do país (tema do capítulo 1 deste estudo). Em seguida, algumas análises tentaram revelar um processo subterrâneo de organização sindical, ligado à história de lutas dos trabalhadores rurais e de novos caminhos organizativos que surgiam em função das transformações da agricultura. Reconstruíam as novas práticas organizativas dos trabalhadores rurais sem terra, dos atingidos por barragens, das associações de cooperação agrícola de pequenos agricultores, dos seringueiros. Mas mostravam, também, o quanto a forma organizativa tradicional, a estrutura sindical oficial, foi ganhando significado político para sua base. Isto porque a CONTAG consolidou-se, ao longo da década de 70, como um esteio por onde os trabalhadores rurais encaminhavam suas denúncias e demandas. A CONTAG articulou nacionalmente os STRs, criando uma certa identidade política. Hábitos, práticas e procedimentos foram instituídos e socializados por todas as instâncias do sindicalismo rural brasileiro.

No bojo desses estudos a análise estruturalista do comportamento sindical no campo parecia estar superada. Mas ela retornou com novo fôlego, em 1990. Armando Boito Jr., em sua dissertação de doutoramento, "O Sindicalismo de Estado

no Brasil" (10) a retoma, explicitando o seu referencial teórico e com uma fonte de dados primários mais completa.

Boito, logo no início, revela:

" No plano teórico mais geral, a originalidade que reivindicamos para as teses que iremos desenvolver advém da aplicação, na análise do sindicalismo de Estado brasileiro, da versão estrutural da teoria marxista, elaborado por autores como Louis Althusser, Etienne Balibar, Nicos Poulantzas e Maurice Godelier, dentre outros. Apoiamo-nos, basicamente, na crítica que tais autores endereçaram às versões economicista e historicista da teoria marxista (...)"

(11)

De acordo com as hipóteses trabalhadas pelo autor, a estrutura do sindicato de Estado fixa limites intransponíveis à prática sindical, e o faz de tal modo que esse aparelho acaba por desempenhar a função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras:

- 1) induz todas correntes sindicais a aderirem ao sindicato oficial;
- 2) induz a aspirarem a tutela do Estado sobre a organização sindical;
- 3) cria, ou recria, a ideologia populista.

(10) BOITO Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*, Ed. UNICAMP, Campinas, 1991.

(11) BOITO Jr., Armando, *op.cit*, p.12

O eixo desta análise concentra-se, segundo Roito, na ideologia institucionalizada a partir da estrutura sindical, denominada de sindicalismo de Estado. De acordo com esta concepção, as lideranças sindicais não se encontram mais passivamente entregues à estrutura, mas envolvem-se numa interpretação do mundo e de sua ação produzida a partir da lógica da ação sindical institucionalizada. E, novamente, os sindicalistas não são tratados como sujeitos da história sindical, mas como subproduto da estrutura. Não há uma interrelação entre forma e conteúdo político, mas uma relação causal direta.

Roito afirma que o sindicato no Brasil não é subordinado ao Estado, mas parte dele. O elemento chave que o caracteriza assim é a investidura sindical, ou a concessão, pelo Estado, da representatividade e poder de negociação ao sindicato oficial, através da carta sindical. A unicidade sindical seria, neste caso, o monopólio legal da representação sindical concedido, pelo Estado, ao sindicato oficial. E o sindicato torna-se um órgão de direito público, onde os trabalhadores são impossibilitados de deliberarem sobre questões de organização referentes ao aparelho sindical.

Tal normatividade, segundo o autor, geraria a "ideologia da legalidade sindical", ou a "submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulam a organização e as formas de ação sindical no Brasil". (12) Ou ainda, "a expectativa de que a tutela do Estado sobre os sindicatos capacite os trabalhadores para impor limites à exploração do trabalho assalariado."

(12) *Ibid.*, p. 65

Seria o "culto ao Estado protetor", típico da ideologia populista. Boito caracteriza o populismo como um estatismo reformista, gerando a incapacidade de auto-organização da classe. Cita a incapacidade da base sindical decretar a greve, porque quem o faz, característica da dependência legal, é o sindicato oficial. E conclui que a falta de organização no local de trabalho é característica do sindicalismo populista, onde os trabalhadores aguardam a iniciativa do sindicato para defendê-lo. (13)

A partir desta reflexão teórica, o autor classifica a CONTAG como representante típica do legalismo sindical de direita (14), pois defende a unicidade, os impostos sindicais, a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa contrária à Convenção 87 da OIT, estendendo essa postura legalista para a área da prática e direito de greve.

Boito, na verdade, retoma a tese de Juarez Brandão Lopes, Alain Tourraine, Fernando Henrique Cardoso e Azis Simão (15), que na década de 60 afirmavam que faltava à classe operária a consciência de classe e que o sindicalismo era controlado, por conseguinte, pelo Estado. Nessa mesma

(13) *idem*, *ibidem*

(14) *idem*, p. 139. Esta é uma concepção teleológica, onde uma ordem gera um sentido independente da ação dos homens, subtraindo a base criativa. Como afirma Michel Le Ven, "o movimento sindical pode ser movimento social e não somente ação ritualística e burocrática em momentos de negociação ou canal institucional definido pelo Estado como executor de regras contratuais (...), seus limites podem ser, ao mesmo tempo, reposição do coletivo e reabertura do espaço político, mas também local de reprodução da dominação do capital e do Estado." LE VEN, Michel M., *A Experiência Operária e a Luta pela Autonomia*, UFMG, BH, 1987.

Em outras palavras, o movimento sindical, enquanto movimento social, carrega contradições em sua prática, não como objeto de uma estrutura ou ideologia, mas como sujeito que redefine sua atividade em função das modificações de suas necessidades, em função do movimento contraditório da ação política.

(15) Ver PAOLI, Maria Celia, SADER, Eder & TELLES, Vera da Silva, "Pensando a Classe Operária: os Trabalhadores Sujeitos ao imaginário acadêmico", IN *Revista Brasileira de História*, n.6, Ed. Marco Zero, RJ, 84.

vertente analítica, José Albertino Rodrigues chega a demonstrar que os movimentos reivindicatórios do operariado foram tragados e burocratizados pela ação do Estado, através da normatização da CLT (16)

Esta tese filia-se a uma análise sistêmica, institucional, onde as práticas não são contraditórias, mas lineares, conforme é necessário verificar, através de uma pequena incursão nas bases conceituais da análise sistêmica.

Segundo Walter Buckley (17), o conceito de sistema é um "complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de sorte que cada componente se relaciona pelo menos com alguns outros, de modo mais ou menos estável (...), com algum grau de continuidade e limites."

Sulivan Brito (18), ao citar Stanford Optner, destaca que cada elemento é funcional e operacionalmente unido na consecução de um objetivo. E mais, que o sistema é um conjunto de comportamentos, de papéis definidos, pois representa um conjunto de símbolos a respeito do comportamento empírico.

A organização de um sistema, portanto, impõe a adaptação da estrutura dos papéis e sua função, ao ambiente. A manutenção e a adaptação são elementos centrais de um sistema, componentes de uma análise sistêmica. Não há desenvolvimento que não seja linear, evolutivo, pois o desenvolvimento da sociedade só ocorre quando novos papéis, estruturas e subsistemas começam a ganhar influência.

(16) RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1967

(17) BUCKLEY, Walter. *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, Ed. Cultrix, SP, 71.

(18) BRITO, Sulivan Pereira. *A Sociologia e a Abordagem Sistêmica*, PAPIRUS, SP, 89.

A análise sistêmica fecha-se na instituição em questão. Não dialoga com a realidade social e define os elementos centrais de causa e efeito. Num momento a prática é definida pela legislação sindical que impõe procedimentos - como em Luzia G. Pinto - , no outro, a prática é definida pela ideologia que a estrutura sindical, imposta pelo Estado, gera - como em Roito.

Celso Fernandes Campilongo (19), num pequeno ensaio, afirma que existem vários funcionalismos e que, Dahrendorf pressupõe, em sua análise sistêmica, o conflito e a mudança. O pressuposto do conflito na geração dos fenômenos sociais não impede, entretanto, que a análise sistêmica privilegie a instituição como o *locus* da síntese dos conflitos, e não como um dos elementos da realização social dos indivíduos.

As contradições não aparecem nestas análises, não existem lacunas.

Os dois autores citados anteriormente - Roito e Guedes Pinto - parecem constituir exemplos significativos da camisa de força que se impõe a partir da adoção do referencial de análise sistêmica. Os dois estudos se referenciam no reflexo da estrutura sindical sobre o desempenho das lideranças, o que possibilita a verificação de conflitos e mudanças, mas num sentido único, evolutivo e linear, onde a estrutura sindical é o elemento central, castrador, impositivo.

As conclusões seriam outras se os autores adotassem o conceito de representação sindical como descritor analítico de pesquisa. A operacionalização dos dados obtidos buscaria as motivações dos grupos políticos dirigentes, das lideranças, dos sindicalizados, a sua interação e

(19) CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação Política*, Ed. Atica, SP, 1988

relacionamento com a forma de organização, inclusive aquela ditada pela lei. Somente assim seria possível captar um universo de significações, de intenções políticas, de projetos, fugindo da mecânica do movimento pendular de uma entidade de representação sindical. Mesmo o discurso dos dirigentes passaria a ser analisado de outro ângulo: não mais pelo simples apoio ou recusa à estrutura sindical vigente, mas pelas tensões que se realizam na esfera da construção do conhecimento, na "contradição existente entre a representação da realidade e a inserção prática do sujeito humano na vida (20), a tensão entre o uso social do conhecimento e o condicionamento da percepção da realidade.

Refletido neste contexto, emerge um espaço de autonomia, de criatividade dos sujeitos e manifesta-se o complexo movimento da prática política.

Weffort, em seu estudo "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco", de 1971 (21), tentou contribuir para aprofundar esta concepção teórica. Para o autor, o sindicato deve ser concebido como lugar político onde estão presentes orientações ideológicas atuantes e conflitantes, com o qual a classe se faz na sua visibilidade, na sua constituição.

A esta afirmação pode-se acrescentar que as trajetórias políticas dos sujeitos definem uma memória específica, data problemas, definem um conjunto de símbolos e significações. Em outras palavras, as orientações ideológicas são apropriadas de forma diferenciada por cada região, por cada categoria, que a traduz, a partir de seu referencial social e histórico. E é neste sentido que parece equivocado o

(20) KONDER, Leandro. O Futuro da Filosofia da Práxis, RJ, Paz e Terra, 1992. PP. 35 e 36.

(21) WEFFORT, Francisco. "Participação e Conflito Industrial Contagem e Osasco, Cadernos CERRAP, SP, 1971

conceito de Complexo Contag (22) que alguns autores criaram para explicar a rede entre instâncias sindicais criada pela CONTAG na década de 70. O conceito de complexo também incorre no erro dos autores analisados anteriormente, ao encobrir as contradições da organização sindical e as apropriações e motivações diferenciadas que os sujeitos, no caso os sindicalistas, fazem desta organização.

Este debate teórico ganhou um novo patamar de elaboração a partir dos artigos de E.P. Thompson a respeito do althusserianismo, adotado por Boito no seu estudo. (23)

Thompson alerta para o fato da história oferecer evidências de causas necessárias, mas nunca causas suficientes, em função das permanentes contingências da vida.

A história, afirma, é desordem racional, onde as significações do passado são buscadas pelo pesquisador. E este passado humano é uma somatória do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros. Nesta vertente de argumentação, o autor revela que a análise estruturalista peca por uma ausência: a experiência humana, que funda as estruturas organizativas.

O estudo ora proposto trabalha o problema da representação sindical rural a partir da forma como este tema se expressa no embate dos projetos políticos ao longo da história deste movimento social, mas também da forma como se expressa nas contradições vivenciadas pela base sindical: as transformações econômicas e sociais na agricultura, o surgimento de novas categorias sociais e seus consequentes

(22) O conceito aparece em José dos Reis Santos Filho no seu texto *Movimento Sindical Rural: O Resgate de uma Tradição*, versão preliminar, SP, CEDEC, 1983. NIMED

(23) THOMPSON, E. P., *A Miséria da Teoria*, Zahar Ed. RJ, 81.

anseios organizativos. Não é o caso, portanto, de negar a institucionalidade, mas de lhe dar conteúdo histórico, reconstruindo significações dos sujeitos sociais que vivenciam as instituições e, com isso, também o efeito instituinte das práticas desses sujeitos ou, no caso, das classes populares.

Este movimento só é possível na medida em que pensamos o processo de auto-institucionalização permanente dos sujeitos, interagindo com a institucionalidade existente. Desta forma, redefine-se o papel das representações políticas, que passam a acompanhar, sofrer, ou interagir, com este movimento imponderável e carregado de possibilidades, da auto-institucionalização dos sujeitos.

Não sendo assim, estreita-se o campo de análise à dinâmica institucional não revelando as tensões internas, os conflitos e contradições da relação dos homens com as instituições, como criadores e modificadores das instituições. É essa ação singular dos homens que os credencia como sujeitos da sua história, uma relação complexa e de difícil captação pela análise sociológica. Isto porque o movimento mais evidente é aquele determinado pela instituição, que não aceita contradições.

Eugène Enriquez - autor que vem se dedicando ao estudo da dinâmica institucional (24) - alerta que a legitimação das instituições ocorre por duas vias: ao dar significação à vida - através da construção de símbolos, mitos, ideologias, emblemas - e ao canalizar as pulsões agressivas para o trabalho e a competição. Esta é a dinâmica de legitimação institucional. Há um segundo movimento, a partir do interior da própria instituição, quando seus membros, ou parcela

(24) Os apontamentos seguintes referem-se ao estudo do autor sobre o vínculo grupal publicado no Bulletin de Psycho-logie, Tome 36, n.360, Paris, mai-juin 1983 e sua palestra na UFMS, Belo Horizonte, em 27.05.92.

deles, trazem consigo seus próprios anseios, reinterpretando a função de dada instituição. Tal movimento de autoinstitucionalização dos sujeitos rompe com a unidade lógica da instituição.

E possível ainda se prever uma outra situação, quando alguns membros identificam uma desfuncionalidade do sistema e passam a repensá-lo. Neste momento, surge a contestação, a desmistificação da ordem, um novo reconhecimento dos membros entre si.

São variações possíveis da dinâmica institucional que a análise estruturalista ignora porque trabalha com situações binárias, de negação ou aceitação das estruturas vigentes, excluindo as situações de interrelacionamento.

Em outras palavras, se é possível definir a instituição como momento fundante de uma relação, deve-se conceber este momento como início de um processo de interação dos sujeitos, numa mútua influência e alteração. Não há instituição estática ou apropriada apenas por uma forma pelos sujeitos.

E por este motivo que se define como período de estudo os anos 79 a 85. Porque nestes anos ganham projeção pública organizações de trabalhadores rurais não contemplados pela estrutura sindical oficial (sem terra, atingidos por barragens, etc), gerando um forte debate no interior do movimento sindical. Debate que, a nível nacional, envolve todo movimento sindical, questionando os projetos organizativos e gerando a criação da CUT e CGT.

E também neste período ocorrem os dois congressos da CONTAG já mencionados e nos quais estes embates emergem a partir da realidade rural.

A CONTAG, maior confederação de trabalhadores do Brasil e a única criada num processo de luta das forças sindicais, será tratada aqui como fruto dos embates políticos entre as classes, entre as categorias sociais rurais, entre as forças políticas existentes. A CONTAG não é um projeto único, nem é estática. É uma organização contextualizada, que define e redefine sua trajetória a partir dos descaminhos das transformações políticas da sociedade. É ainda uma entidade que é apropriada, em suas significações políticas, de forma diferenciada pelos sujeitos que a compõem: dirigentes nacionais, dirigentes de federações, dirigentes de STRs, lideranças de movimentos, base sindical.

3. Trajetória e Resultados de Pesquisa

O tema desta pesquisa surgiu de uma reflexão mais sistemática dos trabalhos constituintes (1987 e 1988) quando a equipe de estudos rurais do CEDEC, da qual se fazia parte, definiu um projeto de pesquisa sobre a trajetória do projeto político de reforma agrária no governo Sarney e no processo constituinte.

Como subproduto deste projeto estava prevista uma pesquisa sobre a ação dos trabalhadores rurais junto à Constituinte, mais especificamente, a ação da CONTAG. (25) Um outro subproduto foi a edição de informativos dos debates relativos ao tema na subcomissão de reforma agrária, Comissão de Ordem Econômica e Plenária Nacional Constituinte, em convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária.

(25) O resultado da referida pesquisa foi publicado nos Cadernos CEDEC n.15, em 1990, sob o título A CONTAG no Governo de Transição: Um Ator a procura de um texto.

O acompanhamento minucioso do embate entre os diversos projetos pró e contra a reforma agrária possibilitou identificar a estratégia perseguida pela CONTAG, sua relação com os órgãos governamentais e suas diferenças com outros movimentos sociais rurais. E possibilitou, por consequência, o conhecimento de seu ideário político.

Num primeiro momento, a prática contaguiana parecia estar vinculada à ausência de agilidade política originária do aumento vertiginoso da burocracia sindical a ela vinculada, durante a década de 70. A entidade parecia ter crescido e perdido sua capacidade de dialogar com sua base sindical, o que evidenciava uma prática quase exclusiva de negociação com as agências estatais. (26)

A relação da CONTAG com sua base sindical aparecia, desta forma, como um indicador importante para identificar o perfil da entidade, seus avanços e limites no desenvolvimento portadora de uma prática sui generis em relação ao efervescente mundo sindical daquele período: não era possível classificar sua prática de conservadora, mas também não se podia caracterizá-la como progressista. Parecia, antes, responsável por uma ação regulada, no limite do convívio permanente com os órgãos públicos e na defesa constante dos direitos legais dos trabalhadores rurais.

Mais adiante, a análise dos documentos internos da CONTAG propiciou alterar as hipóteses de trabalho. O desenvolvimento da estrutura burocrática não era definidor da prática sindical. A diretoria da CONTAG - quase que inalterada em dezesseis anos de gestão - empunhava um projeto político filiado a um ideário nacional-desenvolvimentista. Havia uma linha de coerência entre o

(26) Este recorte analítico foi melhor trabalhado em meu artigo publicado nos Anais do XII Encontro Anual do PPSA, op.cit.

discurso da atual diretoria da CONTAG e o projeto da primeira diretoria, nos idos de 1963, inserido no período da política populista brasileira.

A partir deste projeto, a CONTAG continuava elegendo o Estado como principal protagonista das reformas necessárias para o desenvolvimento das forças produtivas e para a consolidação de relações sociais genuinamente capitalistas no meio rural.

O que parecia uma hipótese promissora acabou se apresentando como um elemento gerador de confusão na análise do movimento sindical rural.

Embora a CONTAG no pós-constituente deixasse de ser uma fonte de mobilização política - tarefa que passa a ser desempenhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo Movimento de Atingidos por Barragens, CUT, Seringueiros, e tantos outros - ela continuava uma força viva no meio sindical, uma referência política de amplos setores camponeses.

Ficava uma pergunta que incomodava: por que as várias organizações nacionais de trabalhadores rurais não superavam a CONTAG enquanto referência política, já que esta perdia sensivelmente sua capacidade mobilizadora?

Havia uma tensão ao nível da base sindical, no seu relacionamento com os organismos de representação que não se expressava claramente. (27)

(27) Havia ainda um incômodo adicional relativo à hipótese do projeto contaguiano estar diretamente filiado a outro projeto concebido dez anos antes da diretoria em questão eleger-se. Esta coincidência extrema negava a história, as idiossincrasias das lideranças e seus projetos pessoais. A alteração do percurso da pesquisa levou em consideração este elemento, fugindo de um erro comum já citado por Raymond Williams, em seu livro *O Campo e a Cidade* (Cia. das Letras, SP, 1989):

* A prática acadêmica de procurar influências tornou-se tão habitual (...) que pareceu ser da opinião de que todo pensamento é

O que era uma questão incômoda, aos poucos se constituiu na problemática desta pesquisa.

A questão foi se consolidando como relevante principalmente a partir do momento em que se assumiu tarefas profissionais que possibilitaram um contato mais preciso com a dinâmica do movimento sindical rural, primeiro como coordenador paulista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, depois como assessor do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e colaborador da Comissão Pastoral da Terra em São Paulo.

O contato direto com lideranças sindicais foi revelando um sutil processo de reconstrução da identidade política de inúmeros agrupamentos sociais rurais ao longo da década de 70. Tal processo tinha relação direta com as profundas transformações ocorridas na agricultura neste período que expulsaram trabalhadores rurais de suas terras, assalariando-os no campo ou na cidade em grande parte e/ou subordinando-os à lógica dos complexos agroindustriais.

A CONTAG não acompanhou esta nova demanda social e continuou reforçando e promovendo a estrutura verticalizada do sindicalismo rural como centro da necessária unidade política para enfrentamento do governo militar.

Constituíram-se, assim, duas lógicas políticas no meio rural: uma, da CONTAG e FETAG's, que apostava na unidade política subordinada à direção das instâncias superiores da

imagem possível é tradicional; que não reconhece a existência de fontes no mundo, sejam elas grandes ou pequenas; e que, portanto, gostariam de atribuir a cada riacho que vêem fluir a origem numa perfuração feita em algum tanque alheio."

estrutura sindical; e uma segunda, de setores expropriados da terra, que buscavam uma outra elaboração política que pudesse dar sentido e viabilidade à reação ao processo de expropriação o que, moto continuo, daria origem a inovadoras formas de organização que respondessem às suas demandas e que indicavam a ineficácia dos canais instituídos de participação política: os sindicatos de trabalhadores rurais (STR's).

O enfrentamento das duas lógicas políticas acirrou ainda mais a defesa, de parte a parte, de um padrão próprio de organização. Da parte das emergentes e ainda frágeis organizações de trabalhadores rurais expropriados, reforçava-se a idéia de que a base dos sindicatos ultrapassava o contingente de associados, era toda a comunidade rural. Este conceito foi trabalhado e teorizado pelas organizações confessionais que passaram a apoiar os novos agrupamentos políticos, expandindo a base de intervenção sindical da comunidade rural para todos os setores populares, dos excluídos do desenvolvimento.

Da parte das instâncias sindicais, privilegiou-se a defesa dos rituais de recrutamento de lideranças, a hierarquia política das esferas de poder do que convencionou-se denominar de movimento sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), e o atendimento e canalização das demandas dos associados dos STR's.

Tal embate de projetos organizativos aflorou em todas suas significações entre o terceiro e o quarto congresso da CONTAG. Era o embate que se encontrava - e até hoje se encontra porque não foi solucionado por nenhuma das partes - em qualquer encontro de lideranças e dirigentes sindicais pelo país afora.

Tratava-se do embate de concepções distintas de representação política que se impôs no meio sindical rural no bojo da transição política brasileira. A tensão permanecia porque os novos movimentos sociais rurais da década de 70 apontavam intenções, mas não conseguiam gerar uma nova estrutura organizativa. A CONTAG, todavia, se impermeabilizava politicamente, e não absorvia as novas demandas. Era pressionada, inclusive, por antigos dirigentes sindicais que permaneciam à frente de FETAG's e STR's defendendo a estrutura sindical vigente como garantia de manutenção de poder. Nestes termos, impedia o diálogo entre os movimentos sociais e a própria estrutura sindical, de tal sorte que esta estrutura pudesse redefinir-se ou a relação dialógica entre ambos pudesse resultar em avanços organizativos e de formulação política de parte a parte, ou até mesmo na constituição de novas formas de representação sindical.

A partir de então, com a problemática delineada, iniciou-se a coleta de informações e aprofundou-se a pesquisa, buscando reconstruir a trajetória recente de legitimação e prática sindical da CONTAG e dos novos movimentos sociais citados acima; e a sua confrontação, no período 79-85.

Ademais, procurou-se refletir sobre a crise de representação sindical do período e seus elementos constitutivos.

Neste percurso de pesquisa, foram utilizadas como fontes entrevistas com dirigentes sindicais de todos Estados do país, tanto do movimento de atingidos por barragens, dirigentes da CUT, FETAGs, CONTAG, assessores da CONTAG e Comissão Pastoral da Terra.

Acompanhou-se os debates sobre estrutura sindical no campo e o relacionamento entre as diversas entidades em diversos encontros de dirigentes e cursos sobre estrutura e prática que se monitorou nos últimos dois anos.

Foram pesquisados os arquivos da CONTAG e da CUT, onde foi possível classificar toda documentação sobre formação sindical - material rico em revelações sobre o perfil de dirigente a ser buscado e projeto político da entidade -, documentação de preparação de delegados aos congressos da categoria, documentação técnica de apoio às direções, assim como ofícios expedidos pela CONTAG às federações, sindicatos e órgãos governamentais.

Outra fonte de pesquisa a destacar é o boletim "O Trabalhador Rural", informativo da CONTAG editado desde o final da década de 60.

Os dados do IBGE, particularmente os coletados pela PNAD-88 e Pesquisa sobre perfil sindical no Brasil (88-89), contribuíram significativamente para qualificar os dirigentes sindicais rurais em todo país, destacando suas características regionais.

As fontes descritas acima serviram de base para traçar a constituição e trajetória tanto do campo contaquiense, como do seu campo opositor, oriundo dos novos movimentos sociais rurais da década de 70.

Um segundo conjunto de fontes possibilitou trabalhar a confrontação dos dois paradigmas sindicais, incluindo uma análise de suas limitações, ou melhor, de como suas proposições não chegaram a solucionar os problemas por elas mesmas apontadas. Foram selecionadas como fontes desta fase da pesquisa os Anais do III e IV congressos da CONTAG, textos-base e de preparação dos referidos congressos e

diversas teses apresentadas. O IV Congresso recebeu um tratamento especial da direção da confederação, que organizou dezenas de encontros preparatórios. Os relatórios desses encontros também foram objeto de análise.

Todo o processo de criação da CUT e CGT, incluindo ENCLATs, CONCLATs, ENTOES, encontros da ANAMPOS e Unidade Sindical, também foram analisados com o objetivo de se destacar a evolução das divergências internas no campo do sindicalismo rural até a consolidação de blocos em aguda disputa sindical.

O debate público entre estas forças foi acompanhado a partir da seleção de artigos e entrevistas organizada pela CUT e pelas publicações do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

É importante frisar que o centro de toda análise foi a performance da CONTAG, em meio à crise de representação sindical rural do período. A confederação monopolizou a representação sindical rural de trabalhadores rurais até o início dos anos 80 e por este motivo foi a principal referência para todo o debate no período em estudo. Os STR's, FETAG's e CONTAG constituíam-se em canais institucionais de participação por onde as demandas eram encaminhadas, selecionadas e negociadas nas esferas governamentais, qualificando a confederação no grande interlocutor dos trabalhadores rurais. Ao analisar seu desempenho e inserção no debate que se trava no interior do movimento sindical pode-se compreender as especificidades do sindicalismo rural, a composição política que se consolidou ao longo dos anos 70 sob a orientação e trabalho da CONTAG e as lacunas organizativas.

Deste recorte da realidade para fins de análise decorre que os movimentos sociais que se opõem gradativamente à direção da CONTAG e à estrutura sindical vigente são compreendidos aqui como uma força única, ressaltando-se aquilo que têm em comum entre si.

É evidente que cada movimento é portador de intencionalidades originais distintas, e que cada processo de institucionalização tem uma história particular, mas este tema superaria os limites da atual pesquisa. Interessa no momento compreender o seu relacionamento com a confederação, os questionamentos que lhe são dirigidos e a forma como a CONTAG opera com as críticas. Enfim, como a CONTAG se rearticula politicamente a partir de uma situação nova de oposição e de crise de representação, iniciada quando os canais institucionalizados de atuação sindical passaram a conflitar com os movimentos sociais emergentes. Gradativamente, procurou obstacularizar o avanço político e a articulação nacional desses movimentos a ponto de imputar-lhes o paralelismo e a divisão no seio da organização dos trabalhadores rurais.

Ora, uma direção sindical que relaciona-se desta forma com os movimentos exclui parcelas significativas do sistema de representação formal, isto é, deixa de representá-los. Ocorre que os trabalhadores que compõem a base dos movimentos sociais não raro são a base dos sindicatos, constituindo uma situação insólita onde a instituição agride a sua base de sustentação.

Este estudo é compreendido, nestes limites, de três capítulos.

Procurando fugir às mencionadas abordagens estruturalistas procura-se, no primeiro capítulo, intitulado A Constituição de Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

(1960-79), dar ênfase aos elementos constitutivos das práticas sindicais que consolidaram a atual estrutura organizativa da CONTAG. Para tanto, destaca-se: 1) a cultura sindical que se forjou sob a influência das principais forças políticas presentes no campo no período anterior ao regime militar: o PCB, Ligas Camponesas e a Igreja Católica; 2) o corporativismo decorrente da expansão dos processos de recrutamento e formação de dirigentes dos STR's do país; 3) o projeto organizativo e as práticas implementadas pela direção da CONTAG como decorrência da liderança de um grupo de sindicalistas liderados pelo pernambucano José Francisco da Silva, que assume a direção da confederação a partir de 1968.

Com este capítulo é possível decompor elementos do discurso da CONTAG - alguns oriundos da primeira fase de existência dos STRs. Pode-se ainda caracterizar as pressões que a confederação recebia por parte dos dirigentes de STR's, assim como a diversidade de demandas políticas destes sindicalistas. A pesquisa realizada sugere uma defesa intransigente deste setor intermediário da hierarquia sindical, da unicidade sindical na medida em que estes vão se reelegendo dirigentes sucessivamente, transformando-se em sindicalistas profissionais. Outro dado relevante da análise realizada neste capítulo é o papel catalisador que a direção da CONTAG assume, buscando a unidade de discurso e de direção a partir dos elementos ressaltados nos itens anteriores. A CONTAG aparece como artífice de uma costura política que só começará a se esgarçar no início dos anos 80. Sobressai, até então, a fina habilidade dos seus dirigentes em costurar o ideário da Igreja, do sindicalismo populista, da burocracia sindical, dos velhos dirigentes, com o seu projeto de unidade política.

Ao se compreender a forma como a CONTAG forja a unidade política do MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores

Rurais) é possível entrever os limites de ação que ela mesmo se impõe.

O segundo capítulo - Novas Práticas Instituintes (1979-85) - procura refletir sobre o ideário dos movimentos sociais rurais que surgem no bojo das transformações da agricultura ocorridas durante o regime militar - basicamente, anos 70. Sustentadas pelo Estado, essas transformações têm como principais características a regionalização dos mercados de trabalho, a verticalização da produção, a concentração de capitais com a adoção de um padrão tecnológico internacionalizado, a introdução de um sistema taylorista de produção definido a partir da agroindústria. Acompanhando essas transformações concentra-se ainda mais a propriedade da terra, intensifica-se o êxodo rural e surgem novas categorias de trabalhadores rurais.

Os movimentos sociais que emergem desse processo de transformação da agricultura defrontam-se com um novo desafio. O desafio de construir uma nova identidade social. Porque, tanto para os migrantes rurais que pretendem retomar a terra, como para os que se recusam em se assalariar temporariamente, inexistem direitos constituídos. E mais, o sistema de dominação vigente até então, onde havia uma relação de trabalho e convivência estabelecidos, é alterado profundamente com as transformações na agricultura.

Nessas circunstâncias, esses movimentos surgem colados às questões vivenciadas pelos trabalhadores no seu dia-a-dia de trabalho e só pouco a pouco vão ganhando condições de maior organização política. Nesse processo, defrontam-se com a inexistência, também, de canais institucionalizados de participação. Porque os sindicatos não conseguem absorvê-los. Frente à incapacidade dos STR's e CONTAG de encaminhar suas lutas e reivindicações, esses movimentos tem, na reivindicação de uma organização horizontalizada, um

primeiro referencial comum de organização política mais avançada.

Num segundo momento, organizações confessionais procuram dar unidade aos seus diversos discursos, tarefa especialmente desenvolvida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A análise passa a se deter sobre este discurso mais acabado, não aquele produzido diretamente pela CPT, mas o que, baseado em algumas definições da entidade, se constituirá em um esboço de projeto organizativo.

O momento privilegiado que revelará a tentativa destas novas lideranças em se contrapor ao projeto contaguiano será o III Congresso da CONTAG, em 1979. NO III Congresso apareceram grupos com um forte discurso de radicalização da luta pela reforma agrária, maior participação das bases e enfrentamento da unicidade sindical. Eram forças ainda desarticuladas no plenário do congresso, mas com um discurso muito próximo que chegou a inibir vários dirigentes de federações.

Novamente vale registrar que não será o caso de uma análise aprofundada da dinâmica dos movimentos sociais. Antes, interessa destacar os elementos de sua prática e discurso que revelam a crise de representação, o seu confronto com a estrutura sindical vigente e o nível de assimilação que a CONTAG esboçará a partir do enfrentamento.

O último capítulo intitulado Mecanismo de Representação Sindical em Questão, discorre sobre a fase mais madura da disputa de projetos organizativos no campo, no período imediatamente seguinte ao III Congresso. Esta fase foi marcada pela realização de dois CONCLATS, incluindo o de fundação da CUT, eleições para governos estaduais, campanha pelas eleições diretas presidenciais, instalação do governo da Aliança Democrática e IV Congresso da CONTAG.

A simples enumeração dos principais eventos políticos e sindicais demonstra a riqueza deste período. No que tange diretamente a este estudo caberá explicitar o rumo que as duas correntes sindicais no meio rural tomarão, em especial o papel desempenhado pela CONTAG. Será o enfrentamento mais duro vivenciado pela confederação no que se refere à disputa pela representação dos trabalhadores rurais. As divergências ficam expostas e obriga a CONTAG a explicitar um projeto organizativo e um sistema de representação sindical mais acabado. O momento exige tal formulação.

Este é o período em que se pode abstrair do seu discurso uma formulação organizativa, algo próximo de uma construção política que transita de uma estrutura corporativa estatal para uma estrutura corporativa societária, tal qual elaborada por Philippe Schmitter. (28) A CONTAG esboçava evocar para si o direito legal de falar em nome de amplos setores da população rural e ter assento nas câmaras de negociação governamentais, transformando-se em "agente da autoridade governamental" (29), e bloqueando ou desqualificando qualquer outra forma de representação da categoria de trabalhadores rurais.

A partir desta propositura analítica do que seria o projeto organizativo da CONTAG no final do período estudado, desenvolve-se a análise da congruência deste projeto com a dinâmica social vivenciada no meio rural e as demandas organizativas dela proveniente. Construídos os principais

(28) Ver, do autor, o artigo "Still the Century of Corporatism?" in Frederick B. Pike & Thomas Stritch (orgs), *The New Corporatism*, University of Notre Dame, 1974.

(29) RODRIGUES, Leôncio. *Partidos e Sindicatos*, SP, Ed. Otica, 1970. p.57

elementos do período histórico destacado, são dadas as condições para introduzir uma análise sobre o conceito de representação sindical e os princípios colocados em questão.

Este é o movimento adotado neste estudo: a partir de um estudo historiográfico, onde os sujeitos vão apresentando sua concepção de representação sindical, vai se encaminhando para uma reflexão mais teórica do conceito de representação. O conceito é, portanto, construído historicamente, ou na trajetória política dos próprios movimentos sociais.

Capítulo I:

A Constituição do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Brasil (1960/79)

*Quando conhecer todos os emblemas -
perguntou Kublai Khan a Marco Polo -
consequirei possuir o meu império,
finalmente? E o veneziano: Não creio:
nesse dia, Vossa Alteza será um
emblema entre os emblemas.*

(Italo Calvino, As Cidades Invisíveis)

II. Capítulo I: A CONSTITUIÇÃO DO MSTR NO BRASIL (1960- 79)

1. As origens da prática sindical (O período pré-64)

Até 1960, segundo pesquisa realizada com 2.747 STRs pelo IBGE (30), apenas 16 sindicatos haviam sido fundados. Este baixo índice ocorreu em função do sindicalismo rural ser regulamentado, através das Portarias 209-A/25 e 355-A do Ministério do Trabalho, em 1962. A primeira tentativa de organização do trabalhador rural ocorreu com o Decreto 979, de 6 de janeiro de 1963, criando sindicatos agrícolas que congregassem patrões, empregados e cooperativas agrícolas. Não houve qualquer regulamentação. Em 1941, a Comissão Interministerial de Sindicalização Rural concluiu pela ineficiência deste decreto. O Ministério do Trabalho promulgou, então, o Decreto Lei 7.038, segundo o qual os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

(30) Sindicatos: Indicadores Sociais, op.cit., tabela 3. Hans Fuchner, no seu livro, Os Sindicatos Brasileiros. Organização e Função Política (Graal, RJ, 80), aponta 8 sindicatos reconhecidos até 1962.

Somente em 62, ocorre a regulamentação. A partir deste ano há uma verdadeira corrida pela formação de sindicatos de trabalhadores rurais no país. Em 1966 o número de STRs salta para 294. (31) Este período é significativo porque definirá uma das matrizes da prática sindical no meio rural. É o período do governo João Goulart, fase terminal do populismo brasileiro. Goulart tenta, com a regulamentação dos STRs, ampliar sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais mais radicais em projeção, as Ligas Camponesas. Pretendia forjar um novo agrupamento político sindical esvaziando, de um lado, estes setores totalmente fora de seu controle e desarticulando, por outro lado, o poder privado do latifúndio, base da dominação política regional que admoestava o governo federal. A superação do latifúndio era considerada pela corrente nacional-desenvolvimentista - projeto articulador do governo populista - um pré-requisito para a industrialização do país. Era também um mecanismo do Poder Público se contrapor ao poder privado do latifúndio.

Ocorre que os sindicatos reconhecidos na época seguiam o perfil político das alianças adotadas pelos ministros do trabalho da época. Em especial, os sindicatos reconhecidos pelo ministro Almino Afonso (janeiro a junho de 1963), principalmente a partir de abril, aliado ao PCB, e daqueles reconhecidos pelo ministro André Franco Montoro (setembro 61 a julho 62), filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC).

Na gestão destes dois ministros foram reconhecidos mais de 100 STR's, ora aqueles dirigidos por sindicalistas comunistas, ora aqueles dirigidos por lideranças da igreja, notadamente das lideranças dos círculos operários. (32) Na

(31) FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil (1965 a 1979). Muniz Bandeira, em seu livro, *O Governo João Goulart* (Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1977), afirma que em julho de 63 já existiam 300 STRs e em março de 64, já ultrapassavam 1.500.

(32) Ver a respeito, ERICKSON, Kenneth Paul, *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*,

própria Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), criado em 1963 pelo governo federal, o PCB conseguiu ter um desempenho e influência consideráveis.

Este período é desenhado com muita nitidez por Lindolfo Silva, primeiro presidente da CONTAG, em 63:

"Dentro dessa comissão nós conseguimos ganhar aqueles elementos, mesmo nomeados pelo governo, que tinham pretensões de se eleger deputado federal. Então, começamos a nadar bem dentro desse negócio (...). O Franco Montoro, como bom católico que era, tentou dar um empurrão em favor da igreja, reconhecendo, numa tacada, vários sindicatos no Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, federações, cerca de 60, 70 STRs." (33)

Para melhor compreender a prática instituída no sindicalismo rural até o III Congresso da CONTAG, em 1979, é preciso, portanto, recuperar as orientações destas duas forças políticas: o PCB e a Igreja. Isto porque estas duas forças políticas são fundadoras de práticas sindicais disseminadas no meio rural, em especial no período 1960-65. Ademais, é preciso realizar um contraponto com a experiência das Ligas Camponesas, ainda que breve, pois foi do jogo político entre estes sujeitos que se gestou uma cultura

Ed. Brasiliense, SP, 79; BARRROS, Fátima Regina, *Organização sindical dos Trabalhadores Rurais: Contribuição ao Estudo do Caso de São Paulo, entre 1954-64*, Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, 1987, em especial p. 61.

(33) Depoimento de Lindolfo Silva, em 21.03.91. O CONSIR nasceu de um convênio entre a Superintendência de Política Agrária - SUPRA - e o Ministério do Trabalho, em 1963. Cada um destes organismos indicava 4 técnicos e 1 trabalhador rural, num total de 10 membros. Sua meta era a criação de 1.700 STRs em 1 ano. É importante registrar que o depoimento de Lindolfo Silva apoia-se na experiência de um "sulista". A experiência nordestina foi capitaneada pelo dirigente comunista Gregório Bezerra. Lindolfo Silva teve ainda sua liderança duramente questionada no livro de memórias recém-publicado de Irineu Luis de Moraes, *Lutas Camponesas no Interior Paulista* (Par e Terra, 1992, em especial p. 132). Seu depoimento, entretanto, é mantido em função da precisão de dados que ele oferece e do panorama nacional da atuação sindical comunista por ele apresentado.

sindical no campo que passou a ser um legado político para os dirigentes sindicais no pós-64.

Na primeira diretoria da CONTAG, instância máxima da estrutura sindical de trabalhadores rurais fundada em 20 de dezembro de 63 (reconhecida pelo Decreto Lei 53.517, de 31.01.64), forja-se uma composição onde quatro cargos são destinados ao PCB, três cargos à Ação Popular (organização progressista católica) e dois cargos a "grupos cristãos" vinculados às federações do campo político da igreja conservadora. A composição política da primeira diretoria foi fruto de duras negociações e exclusão de outras organizações. Em outubro de 63, convém lembrar a título de ilustração, as federações cristãs de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco haviam fundado a CONTAG em um encontro em Recife, iniciativa que foi vetada pelo CONSIR. Por ocasião dessas negociações, sindicalistas vinculados ao PCB e AP - que defendiam um perfil progressista na primeira diretoria da CONTAG - selam um acordo com o objetivo de isolar as lideranças dos círculos operários. Militantes do MER se excluíram da possibilidade de vir a compor a chapa por recusarem esta política de exclusão. Tomaram ainda a mesma posição, neste período, quando das negociações para compor a primeira diretoria da FETAG-Maranhão, denunciando um conchavo entre PCB e AP. O fato é que a AP desmontou a tentativa de se articular uma diretoria exclusivamente composta por lideranças cristãs, como sugeria setores conservadores da Igreja. (34)

Com o golpe militar de 64, a CONTAG sofre intervenção. O presidente-interventor é José Rotta, liderança dos Círculos Operários de São Paulo, que dirigirá a CONTAG até 68.

(34) Ver entrevista com Herbert de Souza, Revista Forma & Conteúdo, n.3, CUT, dez. 1990.

A forma pela qual ocorreu a disputa entre estas duas forças políticas - PCR e Círculos Operários - é bastante reveladora das concepções da prática sindical que foram, pouco a pouco, se institucionalizando no MSTR. Práticas, inclusive, que reforçaram e consolidaram uma dada estrutura organizativa.

Cabe relativizar, contudo, a determinação desta cultura na prática concreta dos STRs. O próprio espaço de atuação dos sindicatos neste período era extremamente dinâmico e revelador de múltiplas significações que inauguravam uma nova realidade do país. Basta lembrar que as tradicionais relações de dominação no campo, patrimonialistas, que ensejavam obrigações por parte dos senhores de engenho e fazendas com seus empregados, eram solapadas pelas expropriações, especulações e expulsões de trabalhadores da terra no nordeste (gerando a reação das Ligas Camponesas) e no sul do país (gerando ocupações de cidades no sudoeste do Paraná ou organização de sem terra, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER - no Rio Grande do Sul).

E neste contexto que a trajetória política do movimento sindical de trabalhadores rurais (MSTR) a ser traçada a seguir, deve ser entendida. Isto é, enquanto um movimento político que forja o MSTR e que permite compreender o ideário e a concretude histórica da CONTAG.

Analisar os projetos das principais forças políticas no período pré-64 e as relações entre elas acaba por expor mediações implícitas na ação da confederação que se nutriu dessas experiências.

É importante ainda ressaltar que o discurso de cada corrente apresentado aqui eram referências que foram apropriadas de diferenciadas maneiras pelas lideranças de base a partir do seu cotidiano, reguardando-se um amplo

campo de autonomia para as práticas sindicais concretas. Esta é uma característica deste período inclusive as organizações privilegiavam as ações da alta hierarquia política em detrimento da ação localizada, resultando em uma autonomia de ação muito acénuada às lideranças locais, o que está evidenciado no depoimento recente de Irineu Luis de Moraes, líder comunista paulista"

"A gente descia em um lugar de grande concentração camponesa, onde o partido não tinha nem ligações, mas o partido não descia lá, não fazia nada, não tinha nada. A gente começava a trabalhar, e quando as coisas ficavam difíceis e a polícia descia em cima da gente, o partido não estava lá para dar apoio e continuar a luta. Era um grande erro do partido, essa subestimação do camponês". (35)

Houve, portanto, uma ação submersa real, que reelaborava as diretrizes centrais da organização. O mesmo ocorreu com a ação católica, como será analisado adiante.

Esta pesquisa historiográfica, entretanto, fugiria dos limites deste estudo, embora seja urgente. O que se procura é apontar os projetos e práticas em disputa no período, enquanto legado para uma ação sindical nacional. O eixo de análise é compreender os pressupostos históricos da CONTAG, enquanto projeto, prática e representação sindical dos trabalhadores rurais a nível nacional.

(35) WELCH, Cliff S GERALDO, Sebastião. Lutas Camponesas no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luis de Moraes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. P. 149

Feitas essas ressalvas, cabe analisar os projetos políticos-sindicais da Igreja Católica, dos comunistas no meio rural, assim como fazer um breve relato do ideário e de embates com as Ligas Camponesas, enquanto contraponto da ação sindical.

1.1 - A prática Sindical Católica

A rigor, a Igreja Católica enquanto instituição elaborou orientações gerais de ação junto aos pobres, incluindo aí os camponeses pobres. Em 1945, a Igreja Católica demonstra preocupação com as "populações rurais pouco beneficiadas pelas leis sociais" vivendo "em condições de existência muito inferiores ao que exige a dignidade da família e da pessoa humana". (36) Já na Pastoral Coletiva, de 1951, aparece a defesa de Reforma Agrária, citando-se o papa Pio XII que afirmava "que o homem deve ter sob seu domínio não somente os produtos da terra, como também a própria terra". A terra é considerada fator de estabilidade social e é um direito com caráter individual. Tem ainda lugar neste ideário a combinação da manutenção do meio de sobrevivência e preservação da unidade familiar - a terra - com um projeto de educação de massa onde sobressai o incentivo às formas cooperativas e de solidariedade na produção.

As diretrizes para uma ação política eram ainda muito tênues, sobressaindo-se algumas idéias-força como a manutenção do lote individual de exploração, da unidade familiar e o incentivo às formas cooperativas de produção. A reforma agrária aparecia como política pública capaz de conter a revolta explorada pelos "agentes da subversão" junto às "populações pobres".

(36) CARVALHO, Abdias Vilas de. "A Igreja Católica e a Questão Agrária". IN PAIVA, Varrilda (org.) Igreja e Questão Agrária, RJ, Ed. Loyola, 1985. P. 83.

A orientação geral foi apropriada e reinterpretada por entidades confessionais e/ou instâncias regionais da Igreja, que a partir da disputa política local, cotidiana, formularam seu corolário de ação política e sindical. Foi se formando um espectro de ação sindical sob as bênçãos da Igreja Católica.

Caminhou-se por uma formulação assistencialista - assentada em alianças com órgãos e agências governamentais, passando por projetos reacionários anti-comunistas, por projetos desenvolvimentistas mais acabados chegando-se até mesmo a contemplar - sob os auspícios da Igreja - uma concepção revolucionária-popular.

Um agrupamento político no interior da Igreja Católica era de cristãos que organizaram encontros valorizando, no período, a família rural enquanto unidade econômica, suas características de povo conservador e desconfiado, pregando-se a introdução de máquinas e o "financiamento por intermédio de cooperativas para soerguer-lhes o ânimo".

A ação desses segmentos católicos seguiu, ainda, uma orientação política e metodológica emanada de um acordo iniciado em 1945 entre o Ministério da Agricultura e a Inter-American Educational Foundation Inc., vinculada ao governo norte-americano. O acordo visava o desenvolvimento da educação rural no Brasil, criando como instrumento a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR).

Nos anos 50, a ONU estimulou o esforço educacional e modernizador do Terceiro Mundo utilizando-se do conceito de comunidade, com o objetivo de unir "os esforços do próprio povo (...)" aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das

comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país." (37) Chegou a afirmar a necessidade urgente de modernizar a agricultura, criando-se condições para a consolidação do capitalismo moderno. (38)

A participação de setores da Igreja neste processo foi intensa. A União Católica Internacional de Serviço Social promoveu, sob o patrocínio da UNESCO, o Seminário de Educação de Adultos para o Desenvolvimento de Comunidade, em 1957, que reforçou a necessidade do trabalho junto às comunidades rurais a partir dos novos imperativos internacionais.

Ainda na década de 50, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com o objetivo de "levar às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos." (39)

Utilizavam como instrumentos os centros sociais de comunidade - local para reuniões, atividades culturais, educacionais e coordenação de obras e caixas comunitárias para financiar recreação, assistência sanitária e serviços de crédito - e missões rurais. Estas últimas, tinham como apoio local, invariavelmente, o prefeito e um vigário, a partir dos quais realizavam um levantamento dos problemas e interesses dos expoentes do poder local. Os centros sociais foram promovidos sob orientação da Igreja Católica, concentrando-se no Rio Grande do Norte - sob orientação do

(37) AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, SP, Cortez Editora, 1980. pp. 32
33.

(38) *idem*, *ibidem*

(39) *idem*, p. 48.

SAR - e Bahia. Tinham como programação básica a organização de grupos, cursos de corte e costura, bordado, cozinha, enfermagem, alfabetização de adultos, introdução de técnicas agrícolas, construção de igrejas, escolas, pontes, estradas.

É importante notar que esta prática apoiava-se numa concepção que objetivava o desenvolvimento capitalista da agricultura. A referência dessa prática foi o trabalho nas comunidades rurais, daí a origem da promoção permanente das comunidades como unidade de organização dos trabalhadores, neste período. Buscavam a solidariedade e a cooperação, estimulando a participação, embora sempre nos limites da comunidade em questão. Utilizavam filmes educativos (40) apoiados numa concepção que compreendia no homem do campo uma natureza hostil e disfuncional ao sistema, dado o seu grau de "atraso cultural e técnico". E neste sentido que os documentos oficiais das missões rurais e os filmes utilizados por elas enfatizavam a necessidade das comunidades se integrarem ao desenvolvimento econômico, garantindo a harmonia da sociedade, "recuperando o homem do campo a partir do emprego de novas técnicas de organização e trabalho". (41)

Ocorre que a concepção desenvolvimentista ou de modernização-conservadora era mais uma - e não a única - formulação que se fundia às diretrizes gerais da Igreja Católica e que lhe emprestava maior consistência.

O fato é que neste amplo espectro, alguns organismos católicos se sobressaíram na atuação sindical, seja pela formulação política mais acabada, seja pelo amplo contingente que arregimentou, seja pela prioridade dada à organização sindical.

(40) *idem*, p. 53.

(41) *Brife* nosso

Dentro do espectro conservador, duas forças políticas se destacaram. No eixo centro-sul despontaram os Círculos Operários; na região nordeste sobressaiu a ação do Serviço de Assistência Rural (SAR) e do Serviço de Orientação Rural (SORPE). No espectro progressista, destacou-se a Ação Popular (AP), que atuou em Minas Gerais e alguns estados do nordeste.

Os Círculos Operários tiveram origem em 1932 com o claro propósito de criar oposições ao sindicalismo de esquerda, nunca opondo-se ao Estado, com quem realizavam convênios.

Em 1942, chegavam a 142 círculos e 4 federações estaduais. A orientação básica dirigida aos seus militantes era que cada membro do círculo deveria pertencer a um sindicato. (42)

Seus objetivos públicos eram:

1. instrução moral e profissional do trabalhador;
2. assistência saúde do trabalhador e sua família;
3. defesa jurídica;
4. auxílio econômico via caixas e cooperativas;
5. promoção de "reivindicações justas";
6. colaboração com sindicatos na defesa de melhoria das condições profissionais;
7. elevação do nível de vida;
8. combate ao comunismo;
9. formação de líderes operários e sindicais;
10. publicação de livros, boletins, revistas e jornais.

(42) FUCHTNER, Hans, op.cit., p.134

Os círculos foram regulamentados em 1941 como órgãos consultivos do Ministério do Trabalho, recebendo apoio financeiro do mesmo. Em 1954, o surgimento de novos grupos leigos e a ascensão de governos populistas redefiniram o palco dos conflitos. (43) Para revitalizar os círculos, as lideranças reforçaram a formação sindical através do apoio do IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Nos documentos de orientação dos cursos ministrados, reproduzidos no estudo de Dreifuss, é possível extrair o temário programado:

1. contra-atividades no combate à ação da esquerda e ao trabalhismo;
2. ataque ao nacional-reformismo;
3. promoção do assistencialismo sindical, como promoção social entre os homens;
4. "Fé inabalável nos altos destinos da Pátria, num clima de amplas liberdades democráticas, asseguradas pelas instituições vigentes (...) que garantem a ordem, a paz e a prosperidade a todas as classes sociais";
5. a referência à Encíclica "Mater Et Magistra", do Papa João XXIII, que se harmonizaria com a formação "cristã e pacífica das populações camponesas"; (44)

(43) MANFREDI, Silvia, Educação Sindical: entre o conformismo e o Conflito, Ed. Loyola, SP, 86.

(44) A encíclica Mater et Magistra afirma textualmente que os trabalhadores da terra deviam ser solidários e colaborar na criação de associações profissionais, cooperativas e sindicatos.

6. Reforma Agrária, cujos objetivos centrais eram: solução dos conflitos entre governos, posseiros e grileiros; criação de equilíbrio e bem-estar na cidade e campo; criação de uma classe média rural;
7. "congragamento de todas as classes produtoras para a promoção da Cruzada Democrática (...) preservando a paz social", espírito cristão e democrático;
8. promoção da sindicalização cristã do homem;
9. promoção da assistência educacional, espiritual, sanitária e técnico financeira das famílias rurais;
10. estímulo ao associativismo e cooperativismo rural;
11. repúdio à "instigação dirigida para a luta de classes, à irresponsabilidade no trato da coisa pública, ao abuso do poder econômico";
12. promoção da colonização rural em áreas ociosas ou mal aproveitadas, próximas aos grandes centros urbanos, nas áreas de êxodo rural, em áreas com baixa densidade demográfica ou de colonização estrangeira ("tendo em mira facilitar o processo de interculturação e integração do elemento alienígena". (45)

(45) Dreifuss, op.cit., pp. 309 a 312 e documentos internos do IPES reproduzidos no Apêndice M deste livro. Luiz Eduardo Wanderley, em seu livro, *Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base* (Ed. Vozes, RJ, 84), afirma que os cursos desenvolvidos para sindicalistas cristãos baseavam-se na doutrina social da igreja, orientações do bispo local e um forte traço confessional. Os STRs criados, entretanto, acabavam caracterizando-se não pelo conservadorismo, mas pelo forte traço reformista-legalista.

Citamos algumas declarações de sindicalistas cristãos da Bahia e Pernambuco, que explicitam estes traços, reproduzidos pelo autor às pp. 278/279:

* O STR é o órgão técnico e consultivo do governo (...). Nós lutaremos com todas as nossas

Segundo Dreifuss (46), o IPES/IBAD "organizavam seminários, conferências, congressos de sindicatos de direita, dissolução de greves e organização ou contra-atividades à lideranças esquerdistas e ao Executivo (...). Uma realização importante para o IPES foi apoiar e inspirar a ação política da Federação de Circulos de Trabalhadores Cristãos, federação de direita, fundada pelo Padre Leopoldo Brentano." As Federações de Circulos foram criadas em 17 dos 22 Estados brasileiros e, ainda segundo o autor, chegavam a 400 em todo o país, contando com 435 mil membros, destacando-se a importância de suas lideranças na região Centro-sul.

Em São Paulo, o IPES orientava a Federação de Circulos Operários de São Paulo (FCO), que contava com 80 circulos no Estado, congregando 250 mil associados. O dirigente da FCO era José Rotta, que mais tarde seria interventor da CONTAG. No Rio de Janeiro, eram ministrados cursos aos trabalhadores rurais, tendo como eixo a defesa da democracia, entendido como a defesa do sistema de propriedade privada. Por todo o país, os circulos ofereciam assistência jurídica, médica, dentária, hospitalar, cooperativas de consumo, de crédito e habitacional e cursos técnicos (agronomia, datilografia, desenho industrial, prática comercial, corte e costura, economia doméstica).

forças para que o homem seja fixado à terra, usando para isto de todos os meios legais."

"Nós queremos resolver nossos conflitos por meio da Justiça. A injustiça conduz à revolta, ao ódio. A acumulação das injustiças leva à anarquia e à revolução."

Aqui estão condensados os elementos centrais deste sindicalismo rural cristão: o respeito à ordem, às leis e ao Poder Judiciário, embora se indigne com as diferenças sociais e lute, canalizando a pressão pelas vias legais e formais, pelos direitos e reformas sociais.

(46) DREIFUSS, René Armand, 1964: *A Conquista do Estado*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1981, p. 309.

Em 1955, ocorreu o VII Congresso Nacional dos Círculos Operários, quando foram criadas as Escolas de Líderes Operários (ELOS), funcionando em 12 capitais do país e que ofereciam dois cursos: cursos populares para preparação sindical e cursos intensivos de formação de líderes.

Importante ressaltar que parte significativa desse receituário afinava-se com a trajetória da Igreja na segunda metade da década de 50, que absorvia desde elementos da teoria desenvolvimentista até a doutrina social da igreja estabelecida por João XXIII. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aliava estes elementos à ferrenha denúncia anti-comunista. (47) Ainda na citação das referências teóricas desta doutrina, vale registrar o papel atuante da Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos (CISC) e Confederação Latino-Americana de Sindicatos Cristãos (CLASC) nas iniciativas dos cristãos conservadores.

As teses defendidas pelos Círculos Operários somaram-se a uma corrente sindical nacional, que vai se conformando até os anos 60. Sérgio Amad Costa (48) identifica neste período um ideário sindical que denomina de corrente dos "democratas", que mais tarde se aglutinaria ao redor do Movimento Sindical Democrático (MSD), envolvendo "antigos

(47) Ver a respeito LIMA, Luis Gonzaga de Souza, *Evolução Política dos Católicos e da igreja no Brasil*, Vozes, RJ, 79; PAIVA, Vanilda (org.), *Igreja e Questão Agrária*, Ed. Loyola, SP, 85.

— Luiz Eduardo Wanderley, op.cit., às pp. 50/51, reproduz a Declaração da Comissão Central da CNBB, de 1961, intitulada "A Igreja e a Situação no Meio Rural". Em suas recomendações especiais sugestivamente define:

"Em face da expansão comunista no meio rural (...) não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, (assim como) não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros. Em cada diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho."

(48) COSTA, Sérgio Amad, *Estado e Controle Sindical no Brasil*, SP, T.A. Queiroz, 1986.

pelegos amarelos" ou "ministerialistas", e os participantes dos círculos operários. Seu objetivo maior era a "luta contra o comunismo e a construção de um Brasil cristão-democrático".

O MSD era apoiado pelo programa de ajuda norte-americano "Point IV - Program", que concedeu "ajuda técnica" entre 1951 e 1961, a 369 sindicatos brasileiros. Nos dois encontros interestaduais do MSD apontou-se como princípios políticos a luta contra a miséria, a fome, o analfabetismo, a injustiça social, os abusos de poder, pelo aperfeiçoamento democrático e a prioridade no controle ao comunismo.

Nas reivindicações sindicais destacaram-se: cursos de preparação de líderes sindicais, sustentados pelo apoio do Governo da União e dos Estados; direito às entidades sindicais de se regerem livremente, sem interferências do poder público ou patronal; e direito de organização nas empresas.

O que se sugere é que a ação dos Círculos Operários estava contextualizada aos embates das correntes sindicais nacionais que, como já apontou Leôncio Rodriguez, foram elementos "importantes da luta pelo poder que envolveu a opção por diferentes modelos de desenvolvimento econômico", (49) orientando suas reivindicações para o Estado.

No nordeste, a ação dos segmentos conservadores da Igreja Católica foi ainda mais determinada. D. Eugênio Salles cria no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR) e inicia um serviço de promoção sindical que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e auxiliar na formação de sindicatos. Utilizou-se de uma rede de emissoras

(49) RODRIGUEZ, Leôncio M. "Sindicalismo e Classe Operária", in O Brasil Republicano 3: Sociedade e Política (1930-64), São Paulo, DIFEL, 1983. P. 541.

controladas pela Igreja para desfechar uma campanha massiva de sindicalização. Convocavam os trabalhadores para reuniões, onde a equipe de sindicalização os esclarecia sobre os direitos legais e distribuíam cartilhas aos participantes. Até 1963, sob a direção de Julieta Calazans, fundou 48 sindicatos com 48 mil membros, sendo 16 deles reconhecidos.

Contrapôs-se, desde o início, às Ligas Camponesas que já ganhavam lugar na Paraíba. (50)

Em Pernambuco, o desenvolvimento dos sindicatos católicos foi mais difícil. Ali, Padre Crespo convoca 25 padres para iniciarem uma ofensiva contra as Ligas. Decidiu-se, então, utilizar a criação de sindicatos rurais como instrumento político. Em outro município de Pernambuco - Cabo - Padre Antonio Melo iniciava um trabalho de organização de camponeses. A sua prática é emblemática de como a ação católica em regiões de conflito crescente passava a radicalizar, mesmo mantendo uma perspectiva conservadora. Padre Melo organizou a resistência de camponeses à expulsão que sofreriam em decorrência da construção de uma fábrica de borracha. A resistência chegou a lançar mão de agitadas demonstrações públicas, envolvendo a Juventude Universitária Católica (JUC). Era apoiado pelo Monsenhor Emerson Negreiros.

Ainda em Pernambuco, Padre Manoel Monteiro, da cidade de Vitória de Santo Antão, conseguiu organizar três mil trabalhadores. (51)

(50) Ver a respeito, CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária (Igreja Católica e Sindicalismo Rural - 1960/64). Campinas Grande, UFPA, 1982. Mimeo, tese de mestrado; CALAZANS, Maria Julieta C. Os Trabalhadores Rurais e a Sindicalização - Uma Prática. Rio de Janeiro, 1983 Mimeo; FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros: Organização e função Política, RJ, Ed. Graal, 1980.

(51) Ver, a respeito, CRESPO, Paulo (3º). Pequeno resumo do Movimento Sindical Rural de Pernambuco, SORPE, Recife, 1966; e MEDEIROS, Leonilde S. História dos Movimentos Sociais no Campo, RJ, FASE, 1989, p.77.

Padre Melo organizou em maio de 1962 o I Congresso dos Trabalhadores do Campo do Norte e Nordeste, em Itabuna (Bahia), que contou com dois mil delegados. O congresso exigiu "pão e liberdade" e contrapôs-se às Ligas.

Foi um período de mudança de redefinição da Igreja sobre a questão agrária, um período de transição iniciado, segundo Abdias Carvalho (52) entre 1950-56, quando a Igreja procurou rever suas posições, solapadas pelo populismo e pelas alterações das relações sociais de dominação inerentes à industrialização no pós-guerra. Marco deste período foi a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke na I Semana Ruralista da Diocese de Campanha (MG), cujo significativo título era "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária". (53) A Carta Pastoral revela a preocupação da igreja em perder sua influência no meio rural, onde "idéias revolucionárias" eram divulgadas pelos meios de comunicação, onde o êxodo rural e abertura de estradas acabavam "alterando a índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais".

Toda a movimentação da Igreja, no período, filiava-se a uma estratégia duplamente reativa ao avanço das organizações camponesas na América Latina: buscava estancar a evasão de trabalhadores rurais das atividades promovidas pela instituição e construir uma possível integração do camponês ao projeto desenvolvimentista, aumentando seu grau de instrução e evitando qualquer reflexão relativa aos problemas estruturais do país ou os mecanismos de exploração da força de trabalho agrícola.

(52) CARVALHO, Abdias Vilar. "A Igreja Católica e a Questão Agrária", IN PAIVA, Vanilda, op.cit.

(53) CARVALHO, Abdias, op.cit., Os excertos que se seguem constam neste mesmo ensaio.

Essa é a origem do trabalho da Igreja Católica no meio rural durante a década de 50.

Já na década de 60, como se percebeu a questão da sindicalização rural ganhou centralidade nas suas preocupações. A Declaração da Comissão Central da CNBB de 3 de outubro de 1961, já citada anteriormente, orientou a sindicalização rural, a articulação nacional de Frentes Agrárias e divulgação do MEB (Movimento de Educação de Base), criado em 1960. (54)

Também em 1960 foi criada a equipe de sindicalização rural do SAR (Rio Grande do Norte) e em 1961, foram criadas equipes de sindicalização rural nas dioceses de Sergipe, Maranhão e Bahia, sob orientação do MEB (que assessorava ainda grupos em Goiás e Minas Gerais). O mesmo ocorreu na Paraíba, sob orientação dos Circulos Operários. A Arquidiocese de Olinda e Recife, por sua vez, que havia criado o Serviço de Orientação Rural (SORPE), sob liderança do Padre Crespo, fundou a Equipe de Sindicalização do Secretariado de Planificação da Arquidiocese de Teresina, no Piauí.

Neste ano foi criada a Frente Agrária Gaúcha pelos bispos do Paraná e a Federação dos Circulos Operários de São Paulo fundou, neste período, sindicatos em 9 municípios paulistas. (55)

(54) Fundado em 1960, vinculado à CNBB e conveniado com Governo Federal, o MEB contava em março de 1964 com cerca de 542 pessoas em sua estrutura interna, desenvolvendo cursos e atividades educacionais. Atuava no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Luiz Eduardo Wanderley, op. cit., p.27.

(55) A criação de STRs pela igreja católica conservadora em São Paulo é emblemática da instrumentalização política que fazia destes organismos de representação de trabalhadores rurais. Consta que o STR de Presidente Prudente foi fundado a partir de uma reunião convocada pelo bispo local contra o comunismo. Desta reunião foi convocada uma assembleia, pouco tempo depois, para fundação do STR, que não conseguiu mais atrair seus associados para discussões da categoria.

Dom Avelar Brandão defendia, neste período, uma "reforma agrária progressiva e adequada, sem surtos de demagogia", não confundida, ressaltava, com a proposta das Ligas Camponesas.

No ano seguinte, foram criadas as Frentes Agrária, anti-comunistas em Goiânia e em diversos municípios do Rio Grande do Sul, e em Alagoas o Serviço de Orientação Rural, com apoio dos Círculos Operários.

Em junho de 1963, com apoio de D. Eugênio Sales, foi promovida a primeira reunião de sindicalistas e federações para fundação da CONTAG.

Percebe-se a disseminação, em todo o país, principalmente a partir de 1960, de uma concepção cristã-conservadora de sindicalismo rural.

Os elementos dessa concepção estavam intimamente vinculados, como foi possível verificar, a um projeto desenvolvimentista ou mesmo reformista, marcado pelo temor da reação contestatória dos segmentos sociais excluídos de suas benesses. Era também filiada a necessária reafirmação institucional da Igreja Católica, assediada por uma conjuntura de agudos conflitos sociais e ofensiva de organizações laicas sobre suas hostes. Tais princípios orientaram uma rede de organismos criados pelo país afora que buscavam articular integração e harmonia social. O conceito de integração ao desenvolvimento estava subjacente a todos documentos produzidos na década de 60 pela Igreja. Era importante desenvolver o país, industrializá-lo e modernizar seu padrão tecnológico - afirmavam - , desde que se tivesse grande atenção para que as populações pobres -

conceito que se contrapunha ao de classe, utilizado largamente pelos comunistas - saíssem de seu atraso cultural e compartilhassem do esforço modernizador.

A harmonia social vinculava-se ainda à promoção do homem cristão, solidário e voltado às preocupações transcendentais.

Desenhava-se uma articulada concepção que se contrapunha frontalmente ao discurso comunista. No caso da Igreja, o desenvolvimento deveria garantir possibilidades de ascensão social e harmonia entre as classes; no caso dos comunistas, aprofundaria as contradições sociais. Da concepção política geral nasceu uma prática na área sindical rural. Quase toda a prática sindical do campo católico vinculava-se, ou era orientada, diretamente pelo poder eclesial. A figura do vigário e do bispo estava presente e em destaque na quase totalidade dos eventos e organizações superiores dos sindicalistas rurais cristãos. As organizações eram, neste contexto, altamente centralizadas.

Outra característica da prática sindical cristã foi a instrumentalização das comunidades rurais, promovendo e circunscrevendo a participação dos seus membros aos seus limites geográficos. Era um instrumento que reforçava a dependência de seus membros do papel articulador do líder cristão ou do vigário promotor. A participação e mobilização não eram, portanto, postos em evidência neste projeto.

Ao se filiar ao projeto desenvolvimentista governamental, vinculava-se rotineiramente às agências estatais, chegando a receber verbas públicas para desempenhar suas funções.

Percebe-se a decorrência que esta prática sindical tinha em relação à estrutura organizativa. Basicamente, apoiava-se em quatro princípios:

1. presença e vinculação às agências estatais;
2. centralização e verticalização organizativa;
3. promoção da prática assistencialista;
4. unicidade sindical, na medida em que organizava todos camponeses pobres numa única comunidade e município. A unicidade era elemento fundamental para garantir a orientação política e barrar o avanço dos comunistas.

Esta era a matriz do discurso e da prática organizativa dos sindicalistas cristãos, principalmente aqueles vinculados aos Círculos Operários. Conservadora e reativa às contestações políticas, em especial à ação das Ligas Camponesas.

Outra força política de destaque na fundação de STRs no período 62-64 foi a Ação Popular (AP), de cunho mais progressista.

A AP teve sua origem num desmembramento da Juventude Universitária Católica (JUC) que, por sua vez, era uma organização da Ação Católica na universidade, fundada em 1935 pelo Cardeal Leme (também fundador dos Círculos Operários). Sua vida legal será curta, de 1962 a 1964.

Em termos de legado político - é importante ressaltar - os poucos anos de existência restringiam em muito sua influência. Sua habilidade e capacidade de mobilização, contudo, credenciou-a a disputar cargos da alta esfera da hierarquia sindical.

A partir de 1960, no Congresso de 10 anos da JUC foi aprovado o documento "Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o Povo Brasileiro", onde se fez uma opção pelo desenvolvimento (inspirado na concepção cepalina), superação do capitalismo (na valorização humana, coexistência operária, nacionalização e socialização), partidos inspirados nos interesses coletivos das classes desfavorecidas, contra o imperialismo e colonialismo totalitário (por uma "terceira força"). As relações com a CNBB se deterioraram, a partir de então.

Em 62 foi criada a AP, que realizou seu primeiro congresso em fevereiro do ano seguinte, definindo-se pelo socialismo, embora criticando a "era staliniana" e a ditadura do proletariado. Apoiou a luta pela posse da terra.

A AP utilizou a rede de 53 estações de rádio, 7.353 radioescolas e 180 mil alunos do MEB, para realizar seu trabalho de sindicalização. Chegou a fundar 70 STRs em Minas Gerais e, na oportunidade da fundação da CONTAG, tinha sob sua influência, segundo Aldo Arantes e Haroldo Lima, 8 federações (56), de um total de 26 com direito a voto. Aliou-se ao PCB no congresso de fundação da CONTAG, isolando os setores conservadores da Igreja (57). Com o golpe militar, aderiu, entre 65 e 71, ao maoísmo e, mais tarde, integrou-se ao PC do B.

No seu ideário político, que é possível extrair dos documentos reproduzidos no estudo de Luis Gonzaga Lima, entre 62-64, destacavam-se:

(56) ARANTES, Aldo & LIMA, Haroldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB, Ed. Alfa-Omega, SP, 1984, p.44.

(57) CARVALHO, Abdias, op.cit., p.109.

- 1) constatação da dominação feudal e imperialista no Brasil;
- 2) apoio à luta pela posse da terra, contra a dominação imperialista;
- 3) mobilização e organização popular na preparação revolucionária;
- 4) reforma agrária para modernização e socialização da propriedade rural;
- 5) criação de mercado interno;
- 6) eliminação das disparidades regionais;
- 7) substituição da propriedade privada;
- 8) intervenção estatal regulamentando o interesse social da propriedade e gestão operária;
- 9) planificação da economia nacional, organizando a economia em associações cooperativas.

Herbert de Souza, um dos coordenadores nacionais da AP, lembra que o ideário desta organização representava uma novidade no cenário político já que criticava o nacionalismo:

" se o nacionalismo fosse apenas uma alavanca para o desenvolvimento dos interesses da grande burguesia, então nós não tínhamos compromisso com ele (...). Curiosamente éramos combatidos pela esquerda da época, porque ela achava que isso era esquerdismo." (58)

(58) Depoimento ao autor, publicada na Revista Forma & Conteúdo, n.3, op.cit., p.42

O autor ressalta que havia um tripé que caracterizava a proposta da organização: socialismo, anticapitalismo e mobilização popular, sem nenhuma preocupação com uma precisão ideológica.

Outra característica era a preocupação com os mecanismos de participação das bases, como o ex-coordenador da AP explora nesta fala:

" A questão das bases era uma temática permanente (...). A institucionalidade tradicional da época era muito elitista ou manipulada. A gente tinha medo disso, por isso não queríamos virar um partido."

A prática sindical da AP derivava inicialmente, de um esforço de organização nacional para constituir-se como corrente política radical. Em pouco mais de um mês, a coordenação nacional percorreu todas as capitais do país, realizando sempre duas reuniões: uma com o movimento estudantil, e outra - coordenada por Herbert de Souza - envolvendo o movimento sindical e intelectuais. Na área rural, empenhou-se na fundação de sindicatos. Manoel da Conceição, inicialmente atraído pela militância sindical a partir do trabalho educacional do MEB, relata a prática sindical que foi se radicalizando de forma acelerada no período em contraste com a moderação das lideranças católicas dos Círculos Operários e a prática sempre limitada à institucionalidade vigente dos sindicalistas comunistas. Sob inspiração da AP, o líder sindical relembra que no dia da fundação do Sindicato de Pindaré-Mirim (Maranhão), aprovou-se a bandeira de "prisão do gado". (59) A ação se

(59) ver CONCEIÇÃO, Manoel da. *Essa Terra é Nossa*, RJ, Vozes 1980.

constituiu de uma mobilização do sindicato para conter o avanço do gado zebu, criado por fazendeiros locais sobre as áreas de roçado dos camponeses. No início, os dirigentes do sindicato apelaram para intervenção do prefeito, para que a área de criação de gado fosse cercada.

O passo seguinte foi a entrega de um memorando à Câmara Municipal, que ocorreu em meio a uma grande manifestação que envolveu quatro mil camponeses. Solicitavam que se transformasse em lei a exigência do gado ser cercado. Como a pressão não surtiu efeito, alguns trabalhadores começaram a matar os bois e distribuir a sua carne no povoado. Os fazendeiros reagiram contratando jagunços que espancaram alguns dirigentes do sindicato. O povoado se armou com foices, espingardas, facões e ameaçaram uma reação massiva.

Neste contexto, o então presidente do sindicato foi destituído e em seu lugar foi aclamado o nome de Manoel da Conceição, que passou a liderar a matança de oito a dez cabeças de gado diariamente.

Pelo breve relato percebe-se uma prática sindical motivada e animadora da participação radicalizada e massiva da base sindical. O papel do dirigente sindical, inclusive, é mais de um líder do processo de mobilização e pressão que o de uma autoridade institucional, como era o desempenho dos dirigentes das outras correntes no período.

Foi uma prática, entretanto, que não chegou a se generalizar no MSTR. Ademais, essa corrente não chegou a elaborar uma proposta organizativa inovadora em termos sindicais. Preocupada com a organização de movimentos contestatórios e com um processo de mobilização intenso, a AP disputava as direções de sindicatos, FETAGs e a própria CONTAG sem apresentar uma proposta mais acabada de estrutura organizativa, mesmo porque esta não era sua prioridade. Sua

proposta baseava-se na ruptura da institucionalidade vigente.

1.2 - As Ligas Camponesas

Em Pernambuco, até os anos 50, os moradores de engenho recebiam um lote para morar e fazer seu roçado, em troca da cessão de dois dias de trabalho por semana à colheita de cana. Eram chamados de "moradores por condição". Havia ainda algumas variações desta modalidade de trabalho, como o cambão - que cedia quase um mês de trabalho gratuito ano - , e o foro - que pagava uma quantia anual ao proprietário, um arrendatário de terras.

A partir de então, as transformações econômicas na produção agrícola desencadeiam um processo de expropriação e quebra das tradicionais relações sociais de produção.

O primeiro conflito de resistência de despejo teve lugar em Vitória do Santo Antão.

Em 1955, os foreiros da região criaram uma sociedade civil - a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) - que além de ter como função a ajuda mútua assistencial - auxílio funeral, construção de escolas, assistência médica - constituiu-se numa organização de resistência ao despejo.

Na direção da organização estava Paulo Travassos, ex-militante do PCB, numa relação de continuidade dos trabalhos iniciados em anos anteriores.

Isto porque logo após a queda do Estado Novo, o PCB desencadeou um processo de organização de Ligas Camponesas, uma organização pré-sindical. Irineu Moraes, liderança

comunista paulista, relembra a criação de uma das primeiras ligas, no distrito de Dumont, região de Ribeirão Preto:

"(...) havia dificuldades para os camponeses virem à cidade, e então formamos a chamada Liga Camponesa de Dumont. Com a mudança do nome, o Comitê Democrático sumiu na prática. Na prática, a liga foi organizada antes da legalização do partido no Brasil (...), naquela fase meio legal e ilegal, sai ou não sai. Foi no final de 1945, e nós não podíamos pôr uma organização lá como partido comunista. (...)

Ninguém trouxe idéia para fazer. Nós pensamos: Vamos fazer uma liga camponesa aqui. Como nós ouvíamos falar da Liga Democrática em Uberaba e outros lugares, foi natural botar o nome de liga camponesa naquela organização de sitiantes. (...)

A liga começou a trabalhar em Dumont como um tipo de base para um sindicato."

(60)

Fernando Azevedo aponta que "apesar de constituídas e registradas como associações civis, a maior parte delas tentou se transformar em sindicatos, esbarrando, porém, na resistência dos grandes proprietários e na negativa do Ministério do Trabalho" (61)

Com o PCB entrando novamente na ilegalidade, as iniciativas de criação de ligas camponesas arrefeceram.

(60) CLIFF, Welch S. Geraldo, Sebastião. Lutas Camponesas..., op. cit., pp. 86 a 89.

(61) AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 56

A SAPPF parece ter sido uma retomada daquela política, desta feita de forma desarticulada em função da perseguição ao partido. O proprietário do engenho Galiléia, que havia sido convidado para ocupar o cargo de presidente de honra da associação, reage violentamente e ameaça aumentar o foro e expulsar os foreiros. A partir de então iniciou-se o processo de resistência. O advogado e deputado estadual Francisco Julião assumiu a defesa jurídica dos foreiros e formou, em Recife, um Comitê Político Interpartidário, composto por lideranças do PST, PTR, UDN e PSB, passando a ser seu ideólogo e líder máximo.

A organização se estendeu a todo o Estado e, em 1956, chegou a desencadear uma passeata de três mil trabalhadores no centro da cidade. Neste ano, uma série de manifestações - entre elas a de 13 de maio, data da Abolição da Escravatura - exigiam o fim do cambão e do foro extorsivo. Em 1958 ocorreu a Marcha da Fome e se realizou o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores (62), que contava com seis mil delegados, tendo como eixo a situação do Engenho Galiléia e a arbitrariedade dos grandes proprietários rurais. Incorporou-se, desde então, a luta pela reforma agrária.

No ano seguinte, o engenho foi desapropriado.

A luta dos foreiros que inicialmente havia apelado ao Código Civil para contestar a destruição de lavouras e o despejo sumário, passou então a uma fase de radicalização política e ampliação geográfica. Em 1961 contabilizavam-se dez mil associados e quarenta sedes municipais pernambucanas, entre elas: Cabo, Vitória, Escala, Jaboatão,

(62) Em 1955 já havia ocorrido o I Congresso Camponês de Pernambuco, onde nasceu formalmente a estrutura orgânica das Ligas Camponesas.

Rom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una, Igarassu e Goiana. Difundiu-se também na Paraíba, principalmente nos municípios de Sapé, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita, entre outros. (63)

Julião, que visitou Cuba em 1960, passou a defender uma concepção de "revolução brasileira" onde o campesinato era considerado o protagonista principal desse processo, cujo conteúdo era necessariamente socialista, sem mediações como sustentava o PCB.

Negava-se ainda, ao contrário dos comunistas, qualquer aliança com a burguesia nacional. A luta camponesa era então compreendida como um ataque frontal ao pilar da sociedade capitalista - a propriedade privada - conduzindo a uma revolução social.

As divergências com os comunistas foram, aos poucos, chegando a um ponto de total incompatibilidade e revelaram as posturas distintas que estas organizações desempenhavam em relação aos objetivos das lutas sociais.

Em maio de 1962, Julião lançou a "Carta de Ouro Preto", onde esclareceu que não acreditava na solução eleitoral e recomendava o armamento de camponeses. No mesmo ano, um artigo de Giocondo Dias publicado no Jornal Terra Livre, sob o título "Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira", expôs as divergências de fundo entre comunistas e Ligas Camponesas. Giocondo, num tom de confronto aberto, desafiava Julião a comprovar que os conflitos entre assalariados e empresariado eram secundários no processo revolucionário. Acusava ainda de se cometer um grave erro em se priorizar as lutas de parceiros, posseiros e

(63) Ver artigo de Bismário Ferreira Nobre, "A Origem do Sindicalismo Rural na Paraíba", IN Anais do XII Encontro do FIPSA, op.cit.

arrendatários, justamente porque estes segmentos constituíam-se em resquícios feudais de uma era a ser superada pela revolução burguesa no Brasil. (64)

No que tange à questão desta seção - a formação de uma cultura sindical no Brasil às portas da fundação da CONTAG - a experiência das Ligas, nos anos 50 e 60, pode ser compreendida como um contraponto à prática sindical. Embora Julião manifestasse em textos sua intenção das Ligas serem matrizes dos sindicatos (65), o fato é que seu projeto político, as categorias sociais que envolvia e, principalmente, as ações que empregava que esgarçavam e contestavam a institucionalidade vigente, desencadearam uma ação sindical defensiva.

Hans Fächtner afirma que "como Goulart não podia fazer Julião um pelego, teve de tentar controlar o movimento operário no campo de outra forma". (66) Foi a partir deste desafio que o Governo Federal, em março de 1961 assinou um decreto garantindo financiamento para expansão do trabalho de intervenção nas áreas rurais e, a partir de setembro, de sindicalização, do MER.

Gismário Nobre (67) aponta que o "governo Goulart, temendo que o nível de radicalização entre camponeses e proprietários explodisse ainda além dos limites da ordem institucional, tratou de estimular a sindicalização em massa

(64) Terra Livre, nº 113, 1962. ver ainda o livro de Elide Ruyai Bastos. As Ligas Camponesas, Petrópolis, Vozes, 1984.

(65) Entre os textos de Julião, ver Que são as Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; Dois mandamentos das Ligas para libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio, Novos Rumos, 6/12.10.1961; Até Guerra, Isabela, RJ, civilização Brasileira, 1964. Julião publicou ainda um panfleto intitulado "Cambão, La Otra Cara de Brasil", México, Siglo XXI, 1960, onde trata da relação entre Ligas e sindicatos.

(66) Os Sindicatos Brasileiros..., op.cit., p. 147

(67) NOBRE, Gismário F. "A origem do Sindicalismo...", op.cit., p.1221.

com o propósito de desviar a mobilização dos camponeses para o controle do Estado".

Os segmentos conservadores da Igreja, por sua vez, acusavam de oportunista a ação da Ligas. Padre Melo acusou Julião de utilizar o movimento camponês para fins políticos. Sustentava que a organização camponesa devia se limitar à defesa de seus direitos e que a propriedade privada devia ser respeitada dentro dos limites do bem comum e de sua função social". (68) Padre Crespo acusava Julião de "bolchevista".

Os Arcebispos do Nordeste sustentavam que a ação dos sindicatos rurais deveria ser um "meio de exercer uma pressão sobre a estrutura agrária existente", recusando as ações ideológicas e demagógicas.

Na Paraíba, governo e Igreja se articularam na fundação de sindicatos, numa franca oposição às Ligas. Em Campina Grande, a Equipe de Sindicalização da Diocese ministrava cursos sobre o papel da liderança, papéis dos membros de uma diretoria sindical, balancetes e administração. Pesquisavam as áreas de conflito e atuação das Ligas, para depois atraírem os camponeses nas tarefas de sindicalização e combate às Ligas.

Forjou-se naquele Estado uma articulação entre Ministério do Trabalho, Círculo Operário Cristão de João Pessoa, SORPE e paróquias, que monopolizaram o processo de criação de sindicatos, em oposição às Ligas.

(68) FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos..., op.cit, p.141

Maria de Nazareth Baudel (69) identifica duas vertentes na organização sindical, no período. Uma primeira, que pretendia isolar as Ligas, substituindo a pressão pela reforma agrária pelas demandas trabalhistas. Esta postura era capitaneada, segundo a autora, pelo SORPE.

Mais adiante cita Paulo Crespo, para quem "as Ligas e seus dirigentes desesperam... em sua maioria se tornaram propulsores da revolução", identificando nos sindicatos a possibilidade de se firmarem nos "princípios democráticos e cristãos pela defesa intransigente, porém programada em todas as suas etapas dos direitos sagrados da Pessoa Humana." (70)

A outra vertente, priorizava a ação junto aos assalariados rurais - protagonistas dos conflitos essenciais do sistema capitalista - e não entre os segmentos considerados pré-capitalistas, como sustentavam as Ligas. A autora identifica nos sindicatos articulados ao redor do Sindicato de Palmares, em Pernambuco, que congregavam trabalhadores das grandes usinas da zona sul do Estado, como seguidores desta vertente.

Meses antes do golpe militar, as divergências entre sindicatos liderados por comunistas e Ligas Camponesas, pareciam chegar a um ponto final, onde as lideranças de parte a parte tentavam administrar os conflitos e criar um espaço de governabilidade.

Juliano, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 63, afirmou:

(69) WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária. RJ, Paz e Terra, 1978. pp. 91 e 94.

(70) *idem*, p. 92

"Nós dizemos e redizemos: quem faz parte da Liga, entre no Sindicato e o que entra no Sindicato permaneça na Liga(...) O Sindicato pedirá o aumento dos salários, o 13º mês, as férias, a aposentadoria(...) A Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, irá na frente, abrindo caminho e lembrando a todos que nem o salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra." (71)

O discurso procura solucionar as disputas e definir as áreas de atuação dos organismos, mas deixa claro que, enquanto a luta das Ligas é estratégica, superando a organização social vigente, a luta sindical limita-se aos parâmetros institucionais.

Gismário Nobre reproduz em seu estudo, por outro lado, o depoimento de Francisco de Assis Lemos Sousa, militante comunista na Paraíba, que admite que meses antes do golpe militar, alguns segmentos comunistas haviam se convencido em transformar as Ligas em Sindicatos:

"(...) quando vimos a nossa corrente (ligada ao PCR) ficar fortalecida, verificamos que tínhamos um caminho urgente, de transformar as Ligas em sindicatos, porque aí, só os camponeses poderiam participar das diretorias. Essa é a razão fundamental da passagem das Ligas para os Sindicatos." (72)

(71) *Ideia*, p. 94

(72) NOBRE, Gismário F. "A Briga do Sindicalismo...". *op.cit.*, p. 1235

O fato é que as ligas eram compreendidas por quase todas as forças atuantes na organização sindical rural, como um organismo externo - e não raro nocivo - ao movimento sindical. O ponto convergente das opiniões identificava nas Ligas uma prática que fugia aos limites institucionais, o que a coloca na posição de um organismo *outsider* no espectro político nacional.

A oposição a essa ação não institucional acabou por reforçar uma prática sindical centrada no respeito à institucionalidade vigente.

1.3 - A prática Sindical Comunista

Finalmente, um terceiro sujeito político a ser registrado é o PCB, força hegemônica no campo nesta primeira fase da vida do sindicalismo rural brasileiro.

Desde 1945, na fase de democratização política brasileira, pós-Estado Novo, o PCB voltou-se para o trabalho da organização no campo. Mas foi a partir de 52, com a aprovação de sua Resolução Sindical, que o PCB interviu, com ênfase, na organização sindical no meio rural.

Propôs a organização dos trabalhadores assalariados, sem descartar os pequenos produtores. A ênfase dada aos assalariados rurais adveio, fundamentalmente, de uma concepção teórica que entendia que no meio rural brasileiro ainda predominavam relações sociais semi-feudais, ou semi-escravistas. (73) Entendia-se ser necessária uma reforma na

(73) ver, em especial, o relato apaixonado de Gregório Bezerra, *Membria*, Parte II (1946-49) (Civ.Brásileira, RJ, 80), onde caracteriza, na reprodução do seu discurso no comício do Ahangabau/SP, em 1946, as bases da teoria adotada pelos sindicalistas comunistas. Ver ainda *Jornal Terra Livre* (1954-64); *FACB*, Rui. *Notas sobre o Problema Agrário*, IN *A Questão Agrária: textos dos Anos Sessenta*, Ed. Brasil Debates Ltda., SP, 80; CARONE, Edgar. *O PCB (1943-64)*, Vol. 2, Difel, SP, 82. No texto de Rui Facb, de 1961, o autor expõe uma análise sintética da evolução da questão agrária no Brasil caracterizando o "latifúndio semi-feudal". Define os "restos feudais, ou as relações de produção pré-

estrutura fundiária do país que objetivasse a destruição do latifúndio semi-feudal e a distribuição de terras aos trabalhadores vinculados às relações de dominação pré-capitalistas, principalmente porque o latifúndio semi-feudal não transferia renda à indústria, nem mão de obra. Os trabalhadores, por sua vez, aumentariam a produção de alimentos, barateando a cesta básica de consumo dos operários urbanos - vanguarda revolucionária - desencadeando um processo de desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento econômico-industrial e o consequente desenvolvimento das relações sociais assalariadas, típicas do capitalismo, constituíam o escopo desta orientação teórico-política. Orientava-se pela teorização elaborada pela III Internacional a respeito dos países coloniais e periféricos que operacionalizava os conceitos de imperialismo e feudalismo como contradições prioritárias da luta revolucionária, sendo a contradição burguesia/proletariado definida como secundária. Esta teorização foi difundida no Brasil pela UISTAF (União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais), organização comunista que realizou seu congresso em meados dos anos 50, precedido de reuniões regionais. Neste período foi fundada no Brasil a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), tendo como presidente o sindicalista comunista Lindolfo Silva. Em 1962 já contava com 223 organizações municipais e 150 mil aderentes. (74)

capitalistas", como condicionadas à "relativa imobilidade econômica e social no campo (e) ao ritmo lento de desenvolvimento industrial nas cidades, de modo a não exercer forte pressão sobre o campo (...)", conservando os "proprietários aparentes".

(74) Em seu depoimento, Lindolfo Silva afirma que a ULTAB era uma "criação de cúpula, com pouca base, que depois se desenvolveu. Não possuía sede... utilizávamos a sede do jornal Terra Livre. Os três elementos da direção da ULTAB viajavam para o interior, quando era preciso, quando chamavam, quando podíamos, mas era um trabalho muito tênue. A partir daí, vem a denúncia do culto à personalidade na URSS. E como o movimento comunista internacional, a meu ver, sempre se orientou nas notícias das Internacionais, quando a bomba estourava lá, tinha repercussões aqui. E isso criou uma situação interna no partido, um sentimento de frustração. Na verdade, a gente só começou a se apoiar novamente nos dois pés lá pelo ano de 1959, quando se realizou a 1ª conferência da ULTAB."

Os dados apresentados são citados por Luis Eduardo Wanderley, op. cit., p.239.

Em resolução de 1958, o PCB identifica claramente esses objetivos que determinavam sua prática política:

" As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno (...) As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão norte-americano" (75)

A partir da lógica política que aponta a aliança nacionalista e industrializante, a mesma resolução define o espectro da frente política a ser arquitetada:

" O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista."

Em sintonia com esta política de frente ampla nacionalista, o PCB já havia definido, em sua Resolução Sindical de 1952, que a tática sindical deveria seguir a

(75) "Declaração Sobre a Política do PCB (março de 1958)" IN CARONE, Edgar, op.cit.

unidade de ação, buscando "abarcando nacionalmente setores inteiros" (76) Esta resolução refletiu um forte debate no interior do partido, rechaçando a resolução sindical de 1949 que orientava a atuação do PCB para "liderar e dirigir as massas", seguindo a "regra leninista-stalinista de direção de grandes massas", reforçando a organização por empresa. (77)

Não obstante essa nova orientação, o debate no interior do partido continua. Um artigo publicado na revista Novos Rumos, em 1959 (78) revela sintomaticamente a persistência de uma linha sindical comunista ainda refratária à resolução de 52. Neste artigo, ataca-se duramente o que se denomina "atitude negativista dos comunistas em relação à estrutura sindical vigente". Denuncia-se a "atitude falsa para com as conquistas parciais da classe trabalhadora", como a CLT, conduzindo à "subestimação do trabalho de massas, em geral, e do trabalho sindical em particular, assim como à superestimação do trabalho de cúpula." E questiona-se ainda o "movimento paralelo aos atuais sindicatos", resistindo-se "ainda agora (...) a atuar nos quadros da estrutura sindical existente, principalmente nas Federações e Confederações."

De fato, até 1959, houve grande instabilidade no trabalho desenvolvido, registrando-se diversas lutas de resistência pela posse da terra (Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Maranhão), com destaque para o conflito no norte de Goiás (Formoso e Trombas), com presença de quadros do PCB. Ocorreram ainda lutas de arrendatários e assalariados (79), embora em menor

(76) A CTB (12.9.53), IN CARONI, Edgar, op.cit., p.282

(77) "Informe Sindical e de Massas ao Comitê Nacional do PCB (maio de 49)" IN CARONE, Edgar, op.cit., p.284

(78) "Os comunistas nos sindicatos", revista Novos Rumos, 7 a 13.8.59

(79) Leonilde S. Medeiros, em seu livro História dos Movimentos Sociais no Campo (FASE, RJ, 1989),

intensidade. A presença do PCB foi pontual, não havendo ainda um trabalho centralizado, como ocorreu no período seguinte.

Percebe-se, entretanto, uma grande efervescência de lutas sociais rurais, com destaque para os trabalhadores que resistiam na terra, em função do aumento da especulação imobiliária (Paraná, Goiás e Rio de Janeiro), mecanização da agricultura e aumento da área de plantio de monoculturas de exportação (nordeste) decorrente do aquecimento do mercado externo no pós-guerra.

A partir de 59, o PCB concentrou seu trabalho sindical rural em Pernambuco (assalariados e camponeses expulsos da terra), São Paulo (assalariados, embora o partido dedicasse seus esforços no movimento sindical urbano), Rio de Janeiro (posseiros), Norte do Paraná (conflitos de terra), Rio Grande do Sul (segundo Lindolfo Silva, a partir do trabalho dos petebistas, os comunistas iniciam um trabalho no Estado, com destaque na sua participação junto ao MASTER- Movimento dos Agricultores Sem Terra) e trabalhos mais pontuais em Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão.

Paradoxalmente, embora no plano teórico o PCB priorizasse o trabalho junto aos assalariados (como categoria social em contradição com o empresariado capitalista), seus dirigentes sindicais surgiam das lutas dos arrendatários e posseiros. (80)

registra 2 greves em 1955, 10 greves em 1956, 2 greves em 1957 e mais duas greves em 1959, envolvendo colonos, fornecedores e trabalhadores de cana, trabalhadores temporários, que exigiam pagamento de salário mínimo, aumento de salários, redução do desconto de aluguel e pagamento de salários atrasados.

(80) Vejamos, novamente, o depoimento de Lindolfo Silva: "Realmente era do campesinato, o arrendatário

e o posseiro, que vinham os quadros sindicais. Mas eram as pessoas que objetivamente enfrentavam (...). O posseiro, de tanto apanhar por aí fora, chegou a um ponto que começou a se defender. Era toda hora e procuravam a gente, e

Este possível problema, entretanto, era relativizado em função de um projeto maior que era a composição de uma frente anti-imperialista e anti-latifundiária, buscando garantir o desenvolvimento independente da indústria brasileira.

Decorrente da prioridade dada a luta contra o latifúndio e o imperialismo, o PCB consolidou uma concepção sindical nacionalista. Em 1958, como foi dito, o Comitê Central do partido passou a condicionar a luta pela reforma agrária à formação de uma frente única, que combatesse o imperialismo, envolvendo o proletariado, camponeses, a pequena burguesia urbana, burguesia nacional e até mesmo latifundiários "em contradição com o imperialismo".

Esta resolução significou uma inflexão na prática sindical comunista. Os ativistas comunistas, que haviam optado pela construção de organismos para-sindicais e pela radicalização do enfrentamento político logo após o governo Dutra iniciar a fase de perseguição política às organizações populares, voltam-se no final da década de 50 para a disputa dos sindicatos. Esta era a orientação oficial do partido, coerente com o esforço de ampliar suas alianças. (81) Em 1959, Luis Carlos Prestes chega a afirmar que era necessário desenvolver um "processo unitário, atuando de acordo com a estrutura legal da organização sindical brasileira." (82)

a gente lá (...). Nós começamos a defender um mínimo de reivindicações dos assalariados: férias, salário mínimo. Na medida em que a gente defendia esses interesses era fácil conquistar: fazíamos a lista, chegávamos no juiz, ele despachava e acabava. E o camarada recebia a sua parte e se mandava. Era muito difícil ter prosseguimento."

(81) MEDEIROS, Leonide S., História dos Movimentos..., op. cit., p. 54.

(82) PRESTES, Luis Carlos, A Situação Política e a Luta Por um Governo Nacionalista e Democrático, Ed. Vitória, 1959.

De fato, a política de frente única nacionalista redundará numa atuação sindical que privilegiava a ação política e relativizava a ação social dos sindicatos (83), na busca de impor à agenda estatal uma plataforma reformista, nacionalista e que desencadeasse a industrialização acelerada do país. Nas palavras do sociólogo Sergio Zermeno, "a vontade estatal é a única capaz (embora em muitos casos nem ela o seja) de imprimir alguma coerência a impulsos sócio-políticos tão contraditórios como o impulso nacional (nacional popular, nacional-estatal) o impulso classista e o impulso democrático-modernizante." (84)

O PCB passou a ignorar uma ação concreta contra a estrutura sindical corporativista e tentou conquistar o reconhecimento de sindicatos oficiais, consolidar federações e eleger dirigentes em confederações de trabalhadores, aumentando seu poder de interlocução junto ao Estado. Em 63, quando da fundação da CONTAG, o PCB contava com 21 federações (85), conseguindo eleger o seu presidente

(83) Ver Krischke, Paulo. "Movimentos Sociais e Transição Política: Contribuições da Democracia de Base" IN SHERER-WARREN & KRISCHKE, Paulo (orgs), Uma Revolução no Cotidiano?, Ed. Brasiliense, SP, 1984.

(84) *Ibid.*, p. 279

(85) Lindolfo Silva aponta que o PCB contava com 21 federações, de um total de 42 existentes. Ocorre que apenas 26 federações tinham direito a voto. (MEDEIROS, Leonilde. História dos Movimentos..., op.cit., p.79). Importante ressaltar que até 1965, 4 categorias rurais eram definidas para fins de enquadramento: lavoura, pecuária, produção extrativa vegetal e autônomos. Somente em 1965, através da Portaria 71, de 2 de fevereiro, serão criados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), englobando todas estas categorias. E por este motivo que, na fundação da CONTAG, existiam federações em maior número que os Estados existentes no país. No congresso de fundação da CONTAG estarão presentes 10 federações vinculadas ao PCB, 8 à AP, e 6 orientadas por grupos cristãos conservadores do nordeste.

Em dezembro de 63, a SUPRA registrava no nordeste 103 STRs reconhecidos e 221 ainda não reconhecidos, 5 federações reconhecidas e 19 ainda não reconhecidas.

(Lindolfo Silva) e tesoureiro (Nestor Veras), ambos dirigentes da ULTAB; sendo que a AP elegia o secretário da confederação (Sebastião Lourenço de Lima).

Assim como os católicos conservadores, a ação das forças progressistas no meio rural sofria mediações.

De um lado, a relativa autonomia das bases sindicais - como já mencionada anteriormente - e as diferenças no interior das organizações, e de outro, o jogo político-sindical nacional.

Neste ponto, vale registrar que, no período, forjou-se uma corrente sindical nacional composta pelo PCB e setores da ala esquerda do PTR, denominada por Sérgio Amad Costa de "nacionalistas". A ação sindical estaria, portanto, diretamente vinculada às determinações políticas da frente a qual pertencia. Atribuía-se aos sindicatos dessa corrente o papel de defesa das reformas de base. Segundo Leôncio Rodrigues, os sindicatos nacionalistas "atuavam no sentido dos objetivos imediatos da Presidência da República enquanto procuravam forçar o governo a "ir mais longe" no projeto reformista." (86)

Para a cúpula do PCB, como já mencionado, a etapa da revolução brasileira a ser atingida naquele momento exigia uma luta "antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática".

As ações desta tendência convergiram para a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que congregava diversas instâncias sindicais em todo o país. O CGT nasceu justamente de uma mobilização política e não de uma preocupação estritamente sindical. em julho de 62, a

(86) RODRIGUES, Leôncio M. "Sindicalismo e Classe...", op.cit, p.544.

corrente nacionalista criou o Comando Geral de Greve que coordenou uma greve geral em apoio à constituição de um gabinete nacionalista. Em seguida, o IV Encontro Nacional de Trabalhadores decidiu transformar a coordenação da greve em articulação sindical nacional.

Cabe ressaltar que o CGT baseou-se na estrutura sindical oficial, mantendo inclusive, a hierarquia imposta pela lei, embora esta não admitisse a existência de centrais sindicais.

No seu Programa de Unidade e Ação (setembro de 62), aparece um programa de reformas sociais e políticas públicas, tais como: liberdades democráticas e voto ao soldado e analfabeto; reforma agrária, com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o consequente incremento industrial e das atividades comerciais; regulamentação da lei de remessas de lucro; ampliação do monopólio estatal do petróleo; rigorosa seletividade de crédito; reforma bancária.

É evidente a ausência de reivindicações especificamente sindicais. em relação aos temas rurais, nota-se a concepção de reforma agrária como alavanca do desenvolvimento industrial e urbano, revelando a secundarização que a cúpula sindical dava às questões do meio rural. (87)

No que diz respeito às confederações nacionais, os nacionalistas dirigiram cinco das seis confederações existentes no período: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTNFA); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); Confederação Nacional dos

(87) sobre o CGT, além do citado artigo de Leôncio M. Rodriguez; ver NEVES, Lucília de Almeida, CGT no Brasil (1961-64), Belo Horizonte, Vega, 1981

Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); e a CONTAG.

Cumpre salientar que a legislação existente condicionava o fortalecimento das instâncias superiores da estrutura sindical - no caso as confederações - em detrimento do poder das instâncias de base, o que viciava o jogo político sindical nas ações de cúpula.

As confederações, que poderiam ser criadas a partir da existência de um mínimo de três federações estaduais da categoria, deveria constituir um Conselho de Representantes, composto pelas delegações das federações filiadas, contando com quatro membros cada delegação, com direito a um voto. O conselho administrava a instância, juntamente com a diretoria do organismo e sem conselho fiscal. O mecanismo de eleição das diretorias, pelo conselho de representantes, assim como os mecanismos de deliberação - que determinava um voto para cada delegação estadual - constituía-se numa distorção da representação, já que uma federação que contasse com ampla base de sindicatos detinha o mesmo poder que outra federação que contasse com poucos sindicatos filiados, e assim sucessivamente, atingindo também as federações. Desta maneira, facilitava-se a criação de sindicatos situacionistas, ou sem um plano de ação sólido, apenas com o interesse de garantir o poder político das cúpulas sindicais.

O fato é que, tanto a prática sindical das instâncias superiores, quanto o ritual legal no processo decisório e de representação, criavam uma tendência a se prescindir de um alto índice de sindicalização e projetos de organização e de ação na base sindical. Sérgio Amad Costa avalia em 22% os sindicalizados do setor industrial. (88)

(88) COSTA, Sérgio Amad. Estado e Controle..., op.cit., p.104.

Essa tendência não impedia, como já salientado anteriormente, a ação autônoma das lideranças de base, mas criava uma cultura sindical - enquanto hábitos, rituais políticos, valores - junto às direções da alta esfera da estrutura sindical.

É neste sentido que a lógica institucional e os projetos políticos das principais forças de organização dos trabalhadores rurais no período convergiam.

Constituíram-se em referências históricas da prática sindical no meio rural, mesmo depois de o governo Castello Branco intervir nos sindicatos sob o pretexto de eliminar a corrupção e a subversão (89), e perseguir lideranças expressivas do movimento camponês. É significativo que, após o golpe militar, mantenha-se uma certa linha de continuidade da prática sindical, em função da perseguição seletiva desfechada pelo governo militar, que não interveio, contudo, em regiões com trabalho destacado da Igreja (90). Pelo contrário, empossou como interventor da CONTAG o líder paulista dos Círculos Operários, José Rotta, que ficou no cargo até 65. Neste ano, elegeu-se, através do Conselho da CONTAG (composto por representantes de federações), juntamente com Agostinho Neto (líder católico conservador do Rio de Janeiro), para outro mandato de 3 anos.

(89) Kenneth Paul Erickson, op.cit., afirma que o governo militar realiza intervenções em 67% das confederações, 42% das federações e 19% dos sindicatos. Segundo o autor, as intervenções ocorrem em sindicatos maiores: 70% das intervenções em sindicatos acima de 5.000 associados e 38% em sindicatos entre 1.000 e 5.000 associados.

No período 64-78, Daniel Aarão Filho, em seu livro *A Revolução Falhou ao Encontro* (Ed. Brasiliense, SP, 1989) contabiliza 40 lavradores/agricultores torturados, 8 assassinados e 195 denunciados perante tribunais militares e considerados passíveis de prisão. Do total de trabalhadores atingidos (urbanos e rurais), 71% residiam nos Estados do RJ, SP, RS, MG e DF, com pouca incidência no nordeste. Ressalte-se, entretanto, que 90% dos STRs criados entre 1963-4 foram fechados, com destaque para o Estado de Pernambuco (ALVES, Maria Helena Moreira, *Estado e Operação ...*, op.cit., p.71)

(90) ver transcrição do depoimento de Moacir Palmeira no item A Prática Contagiana, neste capítulo.

Entrentanto, mesmo nas regiões onde conservadores assumiram o controle dos STRs, a força das bandeiras anteriores ao golpe impunha a retomada das lutas (91). De fato, em 1965 seis federações começavam a ser reorganizadas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Na sua grande maioria, os dirigentes sindicais que estavam a frente dos organismos reestruturados no pós-golpe foram indicados pela Igreja ou estavam sob sua proteção. Por conseguinte não ocorreu uma recomposição radical dos quadros dirigentes. Não houve, inclusive, condições políticas para ocorrer uma revisão profunda da história recente do sindicalismo rural brasileiro por parte dos dirigentes.

As perseguições políticas, no entanto, aumentaram a prudência nas ações e reforçaram alguns aspectos já apontados anteriormente da prática sindical das lideranças católicas e comunistas.

Um dos aspectos da prática sindical católica otimizado nesta nova fase foi o papel determinante que a comunidade rural assumira no processo organizativo. Das comunidades surgiram os líderes sindicais que foram promovidos pelas federações. E o discurso desses novos líderes privilegiava a defesa da dignidade humana dos moradores da comunidade camponesa. Foi um elemento básico do discurso e prática sindical rural na década de 70 esta fusão da defesa da dignidade humana e da comunidade rural. É evidente aqui a ascendência do discurso confessional sobre as direções.

Outro aspecto da prática sindical presente nas lideranças católicas e comunistas foi a apologia do dirigente, em função da forte centralidade política e hierarquização da ação sindical. Se no período anterior ao golpe militar a ação sindical era subproduto das

(91) MEDEIROS, Leonilde S. & SORIANO, Joaquim. Reflexões sobre o Sindicalismo ..., op.cit.

determinações das cúpulas políticas, no período subsequente este aspecto será otimizado e destacado como garantia de unidade política do MSTR. A celebração da autoridade dirigente é recorrente nas forças políticas presentes no campo - com exceção da AP - nos últimos anos da década de 50 e início dos 60. Os sindicatos tornavam-se "correias de transmissão" das políticas gerais e seus dirigentes eram alçados à condição de elites políticas. Congruente com esta dinâmica, sobressaltava a defesa do sindicato único, como monopólio do poder e busca de representatividade legal. Limitava-se, desta forma, o campo de competição política, o que induzia e propiciava acordos e conchavo com muita frequência.

Outros aspectos típicos da prática sindical pré-64 e otimizados no período pós-golpe foram:

1. a definição das instituições políticas como canal privilegiado do fazer sindical;
2. a industrialização do país como objetivo estratégico, tendo na reforma agrária um de seus instrumentos mais eficazes;
3. a instrumentalização da estrutura sindical como meio de aquisição de poder político para influenciar a agenda estatal.

Essas foram características comuns da prática sindical, tanto do PCB como da Igreja Católica, que persistiram e presidiram as práticas sindicais posteriores.

Havia uma idéia-força que poderia ser resumida na crença dos dirigentes em absorver e recriar as demandas dos movimentos sociais - como os que demandavam terra - a partir do próprio código e lógica sindical, a lógica da institucionalidade legal. A despeito da radicalidade e vigor dos movimentos sociais, acreditavam que as bandeiras de luta

poderiam, e deveriam, ser equacionadas no campo institucional.

Ora, já nesta primeira fase de vida do MSTR é possível encontrar uma concepção hegemônica de sindicato que não leva em consideração o movimento dialógico entre movimento social e estrutura sindical, um informando e alterando o outro, garantindo representatividade e eficácia política, mas uma clara canalização e hierarquização das ações.

Por este motivo, não havia uma luta concreta contra o corporativismo sindical, mas pelo reconhecimento dos STRs fundados; as plataformas de luta dos assalariados restringiam-se ao cumprimento dos direitos trabalhistas ou equidade dos direitos rurais e urbanos; a luta pela reforma agrária era direcionada ao debate travado no Congresso Nacional sobre reformas de base ou alteração dos diplomas legais sobre a matéria; mesmo a consigna do desenvolvimentismo era direcionada ao embate e convencimento do Executivo Federal, interlocutor privilegiado do movimento sindical.

O Estado era concebido pelos STR's como o centro gerador de políticas, de regulação e transformação da sociedade. A legislação sindical, inclusive, tentou institucionalizar uma prática sindical baseada no "padrão de cidadania regulada instituída pelo corporativismo sindical", segundo denominação de Antonio Freitas Jr (92). Segundo o autor, a disciplina dos comportamentos era definida por mecanismos de intimidação e, muito mais sutis, sanções premiais. Estas sanções tinham o sentido de estimular o comportamento social. E o caso do Dec. 23.768 (18.01.34) que exigia a associação a sindicato oficial para obtenção de

(92) FREITAS Jr., Antonio Rodrigues de. *Sindicato: Domesticação e Ruptura*, Departamento Editorial da OAB, SP, 1989.

direito às férias ou o Dec. 2.377/40 que instituiu a contribuição sindical obrigatória.

Não obstante estes estímulos institucionais existirem, havia uma determinação política por parte das forças hegemônicas no campo durante a década de 60 de subestimar a organização sindical em si, transformando-a em alavanca política para influenciar a agenda estatal. No caso dos sindicalistas comunistas, Azis Simão (93) pondera que esta prática seria reflexo da concepção de "complementariedade da ação política à ação sindical" onde seria necessário influir nas funções de Estado. Neste caso, generalizavam-se as medidas alcançadas na tentativa de transformá-las em lei. No caso das lideranças católicas conservadoras, solicitava-se o mero papel paternalista e regulador do Estado, diluindo os conflitos políticos. As formas de dominação e exploração do trabalho eram tratadas como carências a serem sanadas pela ação desenvolvimentista dos órgãos públicos, canalizando a ação sindical.

As duas correntes sindicais, em suma, convergiam naquilo que dizia respeito à dependência política em relação ao Estado, embora os seus objetivos opostos imprimissem uma qualidade diferenciada neste relacionamento: no caso dos comunistas, um movimento constante de ocupação de espaços no governo, montagem de alianças internas e pressão para radicalização dos programas de governo; no caso das lideranças católicas, a tentativa de enrijecimento do Estado, tornando-o impermeável à recomposição do bloco no poder, exigindo uma alteração da agenda estatal.

(93) SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado, Ed. Oliva, SP, 1981, p. 114.

A concentração e centralização políticas da época acabavam abandonando, muitas vezes, o acompanhamento do cotidiano sindical, possibilitando uma relativa autonomia de ação e prática criativas por parte dos STRs (e são inúmeros os depoimentos de sindicalistas cristãos à imprensa que ultrapassam o ideário político de suas lideranças nacionais). Contudo, a cultura sindical disseminada pelas cúpulas dos organismos sindicais e forças políticas hegemônicas analisadas anteriormente generalizou-se e deu coerência à uma prática sindical nacional, que foi retomada e recriada no pós-64. E neste sentido que são tomadas aqui como um legado da prática sindical instituída no campo até o final dos anos 70, quando emergem novos movimentos sociais rurais.

Vale ainda destacar o contraponto que a ação sindical fazia com a prática das Ligas Camponesas.

As Ligas foram além da AP na crítica à institucionalidade vigente e criavam uma identidade política nos seus membros muito mais nítida que aquela criada pelos sindicatos. Por meio delas, emergiu o sentido de ser camponês, uma categoria política - mais que econômica -, que significava um modo de vida que estava sendo excluído do cenário nacional. Julião tentava articular o sentimento de negação à esta realidade com um projeto de mudança radical e construção de uma sociedade apoiada nesta categoria. Ao contrário do que pregavam católicos e comunistas, os camponeses nas ligas seriam portadores de centralidade política. Eles seriam os sujeitos e ideólogos da revolução brasileira.

A partir da explicitação deste ideário, as ligas obrigaram os outros sujeitos da organização de trabalhadores rurais - em especial, os comunistas - a também explicitarem seu projeto, identificando o papel que definiam para os

sindicatos na transformação social.

Mais que isso, as Ligas reforçaram - pela negação - a defesa da prática institucionalizada das lideranças sindicais. Se o movimento sindical era a força propulsora das lutas sociais no campo, era preciso deixar claro porque as lutas trabalhistas eram prioritárias, porque a luta pela reforma agrária deveria ser canalizada para o Estado, porque a estrutura sindical vigente era validada politicamente, enfim, era necessário afirmar a luta sindical como estratégica, e não a luta das Ligas. As Ligas, pelo contrário, desdenhavam qualquer ação institucional, qualificando-as como reformistas ou como um acúmulo de forças para as transformações que as Ligas, enquanto vanguarda do movimento social, encaminhavam.

E possível, assim, afirmar-se que a existência das Ligas Camponesas politizou o movimento sindical, no sentido em que obrigou - pela negação - que o projeto político e as práticas das lideranças sindicais ganhassem coerência interna e fossem explicitadas publicamente.

Este, talvez, tenha sido o diálogo mais profícuo do período, porque construiu as bases de uma cultura sindical rural.

- E é dela que a CONTAG se nutriu nos anos posteriores.

2. A expansão do Sindicalismo Rural e a Conformação dos Dirigentes Sindicais

Segundo o IBGE, entre 1971 e 1980, foram fundados 1.206 STRs, cerca de 43% do total de STRs do país. É significativo registrar que nos oito anos posteriores, período de transição política e término do regime militar, foram fundados apenas 401 STRs (14,5% do total). Os dados revelam, por si, um aparente paradoxo: houve um crescimento vertiginoso de STRs no período mais agudo da repressão política e refluxo deste movimento no período de transição política. Não foi por outro motivo que esse fenômeno atraiu a atenção de muitos pesquisadores na busca de uma hipótese explicativa. Dada a dificuldade de dados que possibilitassem entender esse acontecimento a partir da dinâmica interna do MSTR, a hipótese que se consolidou no meio acadêmico foi aquela que superestimou o papel de interventor e formulador do Estado, ou seja, explicava-se o crescimento do número de STRs a partir de um fator exógeno ao MSTR. Daí concluiu-se que o perfil dos dirigentes sindicais rurais brasileiros era marcado pela despolitização e pela prática assistencialista, determinado pela ação do Estado.

Como esta versão é ainda hoje assumida como válida por muitos estudos sobre sindicalismo, esta seção iniciará a problematização sobre a conformação dos sindicalistas rurais a partir da análise das variáveis utilizadas por ela e sua validade. Em seguida, a análise se deslocará para os fatores internos do MSTR, demonstrando que a ação da CONTAG forjará - mesmo que involuntariamente - um perfil de dirigente e, principalmente, uma dinâmica interna peculiar do MSTR.

Como já foi destacado, muitos autores apresentaram como hipótese explicativa para o crescimento do número de STRs na década de 70 a intervenção estatal, mais concretamente o estímulo que o FUNRURAL trouxe para criação dos sindicatos. O FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 02.03.63), mas foi abandonado logo após o golpe militar de 64, sendo recriado em 71. Neste ano, foi publicada a Lei Complementar 11/71 instituindo o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL. (94) Com a sua regulamentação, em 1972, foram estabelecidos convênios para representação local e cadastramento.

O Regulamento do Fundo impedia contratação de pessoal para execução direta dos serviços aos beneficiários (Artigo 27), mas permitia repasse de verbas para construção de ambulatórios e consultórios dentários através de doações às entidades conveniadas (Artigo 26) e convênios e doações a STRs (Artigo 22). Os valores repassados eram fixos, independente do número de atendimentos realizados, sendo apenas reajustados, o que afastou empresas privadas da concorrência pelos serviços.

Ao redor de 80% dos benefícios solicitados pelos trabalhadores referiam-se a aposentadoria por velhice, embora a aposentadoria fosse concedida apenas aos chefes de família com mais de 65 anos e a expectativa de vida no campo girasse ao redor de 50 anos. Eram excluídos benefícios como

(94) Ver a respeito FERRANTE, Vera Lucia S. Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e Realidade, IV Encontro PIPSA, Recife, 1979; FERRANTE, Vera L. S. Botta. FUNRURAL: Uma análise crítica preliminar, UNESP/Araraquara, s/d; CARRAL, Benedita Edina da S. Liza. Os Trabalhadores e Aposentados do PRORURAL, XI Encontro PIPSA, Campinas, 1987; BALBACHEVSKY, Elizabeth. O FUNRURAL e a expansão do sindicalismo rural brasileiro, IDESP, SP, 1983. Mimeo.

auxílio-doença, salário-família, auxílio-acidente, salário-maternidade, oferecendo-se apenas aposentadoria por invalidez ou velhice, pensões e amparo previdenciário.

Balbachevsky afirma que até 1980, os serviços médicos e odontológicos no campo eram integralmente prestados pelos convênios (95) sendo que na cidade os mesmos não ultrapassavam 40% do total. Dos convênios realizados no campo, 50% do total dos serviços de assistência médica e 83% do total de serviços de assistência odontológica eram realizados pelos STRs.

Balbachevsky levanta a hipótese do FUNRURAL ter sido um programa determinante na multiplicação de STRs no Brasil a partir de 72, induzindo as entidades a um papel assistencial e a um estreito relacionamento com o governo federal. A autora sustenta sua hipótese recorrendo a alguns dados estatísticos: o número de STRs reconhecidos a partir de 1972 pelo Ministério do Trabalho e o aumento do número de associados durante a década de 70.

Ocorre que o número de sindicatos reconhecidos é um dado de pouca significação, visto que entre a fundação de um sindicato e seu reconhecimento pode durar anos, sendo quase impossível diagnosticar o perfil do sindicato a partir desta informação. Os dados do IBGE de 88/89 demonstram que entre 1971 e 1980, entretanto, foram fundados 1.206 STRs, cerca de 43,9% do total de STRs do país.

Ademais o relatório "Aspectos da Realidade Agrária e Sindical" da CONTAG, aponta um crescimento, entre 72-75, de 79,4% de sindicalizados (12,5% para 35%), sendo 44% de associados quites, e frequência nas assembleias ao redor de 15%.

(95) BALBACHEVSKY, Elizabeth, op.cit., p.6

Moacir Palmeira, contudo, assessor da CONTAG entre 1977 e 1985, pondera que esta hipótese precisa ser relativizada (96) por dois motivos básicos. Primeiro, porque a partir de 1976, os recursos repassados aos STRs vão sendo cada vez mais escassos, a ponto de alguns STRs se afastarem destes convênios, principalmente do sul do país que contavam com maiores recursos financeiros. No nordeste, entretanto, Palmeira admite que o repasse do FUNRURAL continuava a ser uma fonte de recursos significativa. Moacir Palmeira refere-se, possivelmente, à instituição do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), em setembro de 1977, que gerou desagregação dos setores operacionais, atrasos na concessão de benefícios e entrega de subsídios às entidades sindicais convenientes. A partir do SINPAS, o FUNRURAL é extinto, mantendo-se, entretanto, o atendimento à população rural através das representações locais. (97)

O segundo motivo apresentado por Palmeira é que neste mesmo período, a CONTAG investia numa vigorosa campanha de criação de STRs, garantindo a unidade política. Chegou, inclusive, a aprovar o FUNRURAL, mesmo reconhecendo o risco de reforçar o assistencialismo sindical, como forma de atrair a base sindical e dar suporte financeiro à atuação política dos STRs. Esta resolução, inclusive, se fez em meio a um forte debate interno, contando com a oposição de destaque da Federação do Rio Grande do Norte. O fato é que se torna difícil identificar com precisão o quanto o FUNRURAL determinou a geração de uma concepção de sindicato assistencialista e atrelada ao Estado nas direções sindicais. (98)

(96) Depoimento ao autor, em fevereiro de 92.

(97) ver SANTOS FILHO, José dos Reis & MELLO, Maria Tereza Leopardi. "Da Omissão da Legislação às práticas de fabricação de 'verdades': notas de denúncia sobre a previdência social rural" IN Perspectivas, SP, 1985.

(98) Não há dados mais precisos ou pesquisas que napeiem a realidade dos STR's no país em relação à

Dados do Anuário Estatístico do Brasil (77/78), e utilizados também por Balbachewsky revelam que o número de STRs entre 1976 e 1978 cresceu de 3.008.943 (1976) para 4.271.450 (1978).

Não existem registros oficiais sobre o número de associados de STRs nos anos anteriores. É possível identificar, pelos dados fornecidos, que entre 76 e 77 agregam-se mais de 500 mil associados aos STRs e no ano seguinte mais 760 mil novos associados. Entretanto, a participação relativa dos associados rurais no confronto com o total de sindicalizados do país se mantém ao redor de 48%, o que sugere um crescimento global de sindicalizados, urbanos e rurais.

Novamente não é possível afirmar que o crescimento de associados no período deve-se exclusivamente aos convênios firmados com o FUNRURAL, pelos dados apresentados por Balbachewsky, podendo-se igualmente afirmar que o crescimento está intimamente relacionado com a ascensão do movimento sindical neste início de transição política do país. Contudo, é possível observar o reflexo que o FUNRURAL causou na base sindical a partir dos dados de outra pesquisa realizada recentemente pelo IBGE. Convém destacar que estes dados referem-se ao imaginário das bases sindicais e não às direções.

Segundo os dados do PNAD-88, os principais serviços oferecidos pelos STRs, segundo seus associados são: serviço odontológico (59%), serviço médico (56%) e assistência jurídica (55%). Os dados obtidos junto aos associados de sindicatos de trabalhadores autônomos, empregados urbanos e

este aspecto. Recentemente, a Secretaria Estadual do Trabalho de Minas Gerais, em convênio com a Escola Sindical 07 de Outubro, iniciou um mapeamento da trajetória e situação do sindicalismo do Estado, onde a questão da origem da criação de STR's merecerá destaque.

profissionais liberais destaca a assistência jurídica como principal serviço prestado pelos sindicatos. Ora, podemos aferir que o FUNRURAL de fato criou hábitos e referências de comportamento junto aos associados de STRs, identificando a prática sindical com os serviços assistenciais prestados. Na verdade, esta é uma questão que merece uma reflexão mais profunda - tema a ser tratado no capítulo II deste estudo - dado que o surgimento de novos movimentos sociais por categoria ou frente de luta e engajamento da base sindical em outras formas organizativas no decorrer da década de 70 reduz o espaço de atuação dos STRs.

Por ora vale destacar que, fruto de uma estratégia política das cúpulas sindicais ou não, o fato é que o FUNRURAL enraizou-se no imaginário dos associados de STRs, que o identificam com o principal serviço prestado.

Deslocando, entretanto, a análise para o perfil das diretorias de STRs, observamos a consolidação de um "segmento social" (99) que se reproduz politicamente ao longo dos anos como dirigentes de STRs. Com esta mudança do foco de análise é possível superar a hipótese extremamente mecânica de indução de uma prática sindical a partir da instalação do FUNRURAL e ampliar o número de variáveis a serem analisadas.

Os dados oficiais demonstram que cerca de 80% dos STRs possuem apenas três diretores efetivos: presidente, tesoureiro e secretário, numa estrutura organizativa altamente centralizada. O presidente de STR em inúmeros casos é uma autoridade em municípios pequenos, ao lado do

(99) O termo aparece num artigo de José Graziano da Silva, "Mas, qual Reforma Agrária?" (Revista Reforma Agrária, Ano 17, n.1, Campinas, 1985). Graziano desenvolverá este conceito alguns anos mais tarde, afirmando, ao estudar a trajetória da FETAESP, que a estrutura sindical oficial acabou gerando - sua análise refere-se a São Paulo - um "movimento de dirigentes" (SILVA, José Graziano, "De Guariba a Leme: As Lutas dos Róias-Frias em SP - 1984/86", s/d. NIMED)

pároco local, prefeito, juiz e delegado de policia. Segundo os dados do IBGE (1988-89), 43,7% dos STRs possuem presidentes com mais de 3 gestões na diretoria do sindicato. Quase metade dos presidentes são dirigentes sindicais a mais de 10 anos, tornando-se sua profissão.

Retornando aos dados do IBGE verificamos que 52% dos diretores de STRs do país são pequenos proprietários de uma área não superior ao módulo rural regional; seguidos pelos assalariados que totalizam 16% dos diretores de STRs.

Uma parcela significativa de diretores de STRs, como vemos, é constituída por pequenos proprietários, possivelmente com uma produção organizada em regime familiar, em função de sua pequena área de plantio. Percebe-se ainda que metade destes dirigentes elegeu-se pela primeira vez na década de 70, período em que teve início as grandes transformações da agricultura brasileira, com a consolidação dos complexos agroindustriais, produção em escala para exportação e aceleração do êxodo rural. Estes diretores, enquanto pequenos produtores rurais, tiveram, ao longo de décadas, seu mercado de venda de produtos agrícolas reduzido, em função do crescimento das agroindústrias e oligopolização e sofisticação dos mercados. Significa dizer que ao longo dos anos o cargo de diretor sindical foi desenhando-se - talvez não conscientemente - como parte fundamental da estratégia de sobrevivência da sua unidade familiar. O "retorno à terra" tornou-se mais difícil a cada ano, na medida em que a produção agrícola passou a exigir maior tecnificação, maior número de horas de trabalho, mais especialização e consolidação de um mercado consumidor mais exigente. Essa composição e perfil de dirigentes sindicais vai configurando uma dinâmica própria, conservadora na medida em que cerceia a ascensão de novas lideranças, restringindo a mobilidade no interior da estrutura organizativa. A CONTAG e as FETAGS se encarregarão,

inclusive, de montar a partir de suas diretorias várias alianças regionais, selecionando lideranças, proporcionando-lhes cursos de capacitação e chegando a articular chapas apoiadas pelas instâncias superiores para conquistarem STRs. Essa prática, que será melhor analisada na próxima seção deste capítulo, foi muito disseminada, principalmente na primeira metade da década de 70 nos Estados do sudeste e nordeste do país.

O que para a direção da CONTAG poderia garantir um perfil sindical progressista e unidade política do MSTR, acaba dando origem a uma dinâmica institucional predominantemente conservadora e refratária a novas lideranças ou mesmo a movimentos sociais que não partilhassem do seu sistema de recrutamento e promoção política.

Este fator -- pouca mobilidade no interior da estrutura organizativa -- pode justificar o padrão de comportamento marcado pela "prudência" dos dirigentes de STRs, ressaltado por vários pesquisadores do sindicalismo rural.

Ana Motta Ribeiro (100) ao analisar o modelo de ação sindical em regiões de assalariados rurais destaca que:

" (...) por sua tradição, sempre desenvolvem uma prática voltada para a acumulação de experiências na luta legal que privilegia o campo jurídico como instância neutra para a solução dos conflitos trabalhistas. Particularmente, a

(100) RIBEIRO, Ana Motta. "Uma atualização do MSTR: Ação Sindical na Lei ou na Marra?", IN Anais do XIII Encontro do PIPSA, Botucatu, 1988.

atual gestão confia inclusive que o respeito à lei caracteriza a 'integridade' dos trabalhadores por oposição à conduta 'leviana dos patrões' "

A autora afirma que somente após a emergência de uma articulação nacional dos STRs feita sob a direção da CONTAG, será inaugurada uma nova prática sindical. E esta articulação, principalmente em relação aos assalariados (objeto de sua análise), pode ser datada no ano de 79, ano do III Congresso da CONTAG e da primeira greve de assalariados do nordeste pós-64.

Regina Novaes (101), por sua vez, tenta caracterizar o que denomina de "cultura sindical rural" das últimas duas décadas:

- a) Extrema prudência nos encaminhamentos. Os litígios são encaminhados às Federações (FETAGs), que encaminham, por sua vez, à CONTAG. Esta, por fim, envia as denúncias às autoridades competentes;
- b) Presidencialismo. O presidente de STR torna-se autoridade local;
- c) Certo Clientelismo. Esta característica é decorrência da administração de verbas públicas.

A prudência, a prioridade na luta legal, o verticalismo e centralização, a relação e o diálogo permanentes com autoridades governamentais são inspirados na prática sindical pré-64, mas também numa necessidade de reprodução social e política de pequenos produtores rurais empobrecidos que são alçados à presidência dos STRs. Isto, entretanto, não significou passividade, imobilismo ou atrelamento

(101) NOVAES, Regina R. "Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural", IN O Sindicalismo nos Anos 80, op.cit., p.182

político. Embora em muitas localidades esta prática tenha ocorrido de fato, a grande maioria dos STRs pautou-se por uma "estratégia de sobrevivência política".

Um exemplo claro desta estratégia é a luta pela unicidade sindical no sul do país. Ali, a luta pela unicidade representou um embate com o patronato rural pelo monopólio da representação dos pequenos proprietários rurais. Moacir Palmeira relata que com a legislação que unificou os sindicatos rurais em um único STR (1965) e a criação do FUNRURAL (1971), iniciou-se uma luta do patronato rural sulino para que os pequenos proprietários rurais fossem sindicalizados nos Sindicatos Rurais, patronais. A CONTAG, que há muito sentia dificuldades em unificar os sindicalizados do sul com o conjunto dos STRs do país (102), investiu na defesa da base sindical dos STRs do sul. Esta "frente" acabou consolidando a unidade do movimento sindical rural, ponto fundamental da estratégia da direção da CONTAG.

Articulava-se, portanto, uma concepção político-organizativa da CONTAG, com uma estratégia de sobrevivência política dos dirigentes sindicais rurais do sul do país que lutavam pela permanência de sua base sindical. Indiretamente, ao se lutar pela unidade da categoria, em oposição à organização patronal, reforçava-se a estrutura verticalizada imposta pela legislação brasileira.

Este parece ser o maior mérito político da CONTAG: fundir os traços mais relevantes da prática e do discurso das forças político-sindicais da fase pré-64, com a valorização e promoção da figura do sindicalista rural a nível nacional, extraíndo dessa fusão o caldo de cultura

(102) Este fato já havia sido registrado no Congresso de Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, em 1961. Os "colonos do sul" diferenciavam-se do restante do país. Após o golpe de 64, as resistências continuavam. Os "colonos" não admitiam ser considerados trabalhadores rurais e os nordestinos chamavam-nos de "patrões".

para desenvolver o "projeto contaquiiano", analisado a seguir. De fato, sem a ação da CONTAG, este caldo de cultura dificilmente conseguiria, por si só, forjar uma política sindical nacional.

A perspicácia maior foi conseguir promover e articular uma rede de instâncias sindicais sob a direção da CONTAG, baseada num perfil de sindicalistas nas instâncias inferiores e de ação sindical tolerado e assimilado pelo governo federal, sem contudo deixar de imprimir um programa político arrojado. Vale dizer, a CONTAG se firmou como direção absoluta do sindicalismo rural nacional apoiando-se e apoiando um quadro de dirigentes que necessariamente - dadas as condições políticas da época - deveria ser marcado pela cautela. E mais, a partir desses dirigentes, a CONTAG estabeleceu laços de lealdade política mútua, o que enrijeceu e limitou o campo de disputa e competição interna do MSTR. O perfil de dirigentes de STRs que foi apresentado anteriormente atesta a ausência de alternância de direções.

A CONTAG parece não ter firmado o compromisso político da rede de instâncias do MSTR a partir de um projeto, embora ela o tivesse, mas a partir desses laços de lealdade, que em última instância significava a garantia e perpetuação das direções sindicais. E nesse contexto que ganha sentido Graziano afirmar que a "concepção que temos do sindicalismo oficial que se implantou no país do pós-64 trata-se, na verdade, de um movimento de dirigentes sindicais e não mais necessariamente de lideranças políticas embasadas em movimentos sociais rurais (...). Os dirigentes sindicais estão à frente de uma organização burocrático-assistencialista, e apenas uma minoria detém condições de liderança para colocar-se à frente das lutas dos trabalhadores". (103)

(103) SILVA, José Graziano. De Guariba a Leme: As lutas dos Boias Frias em SP (1964/86), s/d (MIMED). p.10

Como propõe Lefort (104), a burocracia ao se expandir cria uma dinâmica social própria, pautada por seus regulamentos e mecanismos seletivos. Significa afirmar que a máquina burocrática não se constitui em mera estrutura gerencial-administrativa, mas também em estrutura gerencial-política.

A direção da CONTAG, nas gestões encabeçadas por José Francisco da Silva, propiciou a consolidação dessa "dinâmica social própria" da burocracia sindical, convencida que proporcionaria a unidade política tão desejada para o enfrentamento da ofensiva do regime autoritário. Tratava-se de uma estratégia de construção do MSTR. Com uma dinâmica tão regrada e limitada, conquistava velocidade, subordinação rigorosa, redução de atritos, discricção. A lealdade política que se estabelece nesse processo foi melhor esboçada no II Congresso da CONTAG, em maio de 1973. Propõe-se nesse evento a criação de unidade de ação nacional entre os sindicatos, federações e CONTAG. Outro destaque em suas resoluções é a intenção explícita de atrair a base para a vida sindical e a necessidade de cooptação de lideranças - para construção da unidade sindical nacional - via criação de delegacias sindicais.

Não obstante a análise sobre o projeto contagiante ser tema da próxima seção, o que é necessário destacar nesse momento é que o perfil de dirigente de STR atestado anteriormente - dirigentes que estão a frente dos STRs há mais de dez anos, com destaque para uma categoria social tendo acesso aos postos dirigentes - é decorrência de uma estratégia política de consolidação e reestruturação do MSTR na década de 70.

(104) LEFORT, Claude. *Elements D'une Critique de La Burocratie*, Genebra, Editions Droz, 1982.

Ocorre que a estratégia definida a partir da direção da CONTAG estimula uma dinâmica sindical com fortes traços de autodefesa e preservação dos cargos dirigentes. Se no discurso e nos programas de ação apresentados pelos dirigentes emerge uma declarada oposição à política governamental - ao modelo de desenvolvimento do país, às restritivas normas de organização sindical, ao regime político vigente - no dia a dia da vida sindical, e no que diz respeito à estrutura sindical, o discurso e práticas são conservadores.

Essa característica é generalizada e compõe o perfil dos dirigentes de STRs de todo o país. Cabe aqui respaldar essa afirmação com dados de um "survey" coordenado pelo CEDEC, em 1981, com dirigentes sindicais de sete Estados do país. Destacaremos os dados relativos ao nordeste, onde 25% das lideranças entrevistadas são dirigentes rurais. O nordeste responde por 42% dos STRs do país e foi - e até hoje o é - a principal base de sustentação política da CONTAG, em especial o Estado de Pernambuco.

Quando questionados sobre os pontos da legislação sindical a serem reformados, 72% dos sindicalistas destacaram a Lei de Greve. Este mesmo item havia sido destacado por 90% das lideranças de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Outros itens destacados foram: fim da destituição dos diretores pelo Ministério do Trabalho, criação da Central Sindical, autonomia para definição das eleições sindicais e possibilidade de dirigentes cassados recandidatarem-se às eleições sindicais.

Nota-se uma grande preocupação com a autonomia do movimento sindical em definir questões domésticas de sua rotina, sem interferência governamental. No único item

relacionado à luta sindical, no caso a lei de greve, o índice de dirigentes preocupados com a questão foi menor que a média nacional.

Cerca de 86% dos dirigentes definiram-se satisfeitos com o sindicato único por categoria e 44% considerou o reconhecimento do sindicato pelo Estado como uma exigência normal.

Com relação ao direito de greve, apenas 27% exigiu direito pleno de greve (a média nacional foi 56%) e 69% exigiu lei mais liberal, com limitações aos abusos (a média nacional foi 38%).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) foi a única exceção em promover encontros de delegados de base para discussão de encaminhamentos de luta. Alinhava-se, contudo, na defesa da unicidade sindical, utilização instrumental da lei de greve e imposto sindical.

As motivações que levam os dirigentes sindicais a criar uma identidade de ação é mais complexa, portanto, que apenas um reflexo mecânico da intervenção governamental e da indução causada pelo FUNRURAL. Não obstante essa intervenção tenha atingido fortemente o imaginário que a base faz do papel dos sindicatos, parece ter sido o próprio sistema de legitimação e de lealdade entre os dirigentes das várias instâncias da estrutura sindical rural, implantado pela CONTAG na década de 70, que propiciou a consolidação de um perfil de dirigente a nível nacional. Um discurso contestador; uma prática prudente, mas determinada na defesa dos direitos legais dos trabalhadores rurais; e uma encarniçada luta para restringir a mobilidade no interior da estrutura sindical.

E esse último aspecto que resultará na impermeabilidade política da CONTAG aos novos movimentos e formas organizativas, reduzindo paulatinamente sua representatividade política, a menos que rompesse com esse sistema de lealdade e, conseqüentemente, com esses dirigentes sindicais que a sustentavam politicamente.

3. A Prática Instituída (o pós-64)

O último elemento que nos falta para traçar a prática sindical rural até 1979 é o próprio projeto elaborado pela direção da CONTAG. Tal projeto cimentou a prática sindical nacional e ampliou os espaços de intervenção institucional da CONTAG.

Logo após o golpe militar, o Executivo Federal interveio nas organizações sindicais rurais, atingindo cerca de 90% dos STRs criados entre 63-4.

Muitos dirigentes sindicais - principalmente do nordeste - afirmam que a igreja negociou a manutenção dos STRs, logo após o golpe militar, com o governo federal. O acordo consistia em a) unificar os diversos organismos sindicais rurais em uma única base: o STR; b) manter abertos os STRs, principalmente aqueles sob controle da igreja; c) a igreja indicaria parte dos interventores.

Padre Crespo e Padre Melo são dois expoentes da igreja que indicaram vários interventores. Por este motivo, vários interventores mantiveram uma certa linha de continuidade da política adotada anteriormente: presidentes de STRs eram destituídos, mas substituídos por outros membros da

diretoria ou suplentes. Alguns interventores provinham dos círculos operários, outros eram ligados ao SORPE e, ao mesmo tempo, participavam de entidades religiosas, como Congregados Marianos, Vicentinos, entre outros.

Nos casos onde os interventores adotavam uma linha mais reacionária, ocorria dos delegados sindicais, principalmente na zona da mata pernambucana, buscarem articulações políticas, incluindo lideranças católicas mais progressistas, ou mesmo lideranças vinculadas a partidos de esquerda. Esta rearticulação desenvolveu-se rapidamente, principalmente nas áreas de maior tradição de luta camponesa e intervenção católica, como é o caso do nordeste.

Em Pernambuco, uma articulação como a descrita acima gerou uma chapa de oposição que conquistou a Federação do Estado (FETAPE), em 1966. A FETAPE, a partir daí, passou a ser o ponto de apoio para a consolidação de uma articulação nacional de oposição à diretoria interventora da CONTAG.

Neste processo, começa a despontar uma liderança sindical pernambucana, José Francisco da Silva, um ábil negociador. José Francisco até os vinte anos havia trabalhado em terra arrendada e corte de cana na zona da mata. Em 1961, com 22 anos, participou da fundação do STR de Vivência, tendo sido eleito delegado sindical. Em 1962 foi eleito secretário e dois anos depois já era presidente deste sindicato. Na chapa oposicionista que vence as eleições da FETAPE, em 1966, José Francisco aparece como secretário. A FETAPE, juntamente com a FETAG-RN - onde a igreja tinha tido um trabalho intenso - constituíam o núcleo de oposição à José Rotta. No Rio Grande do Norte, inclusive, havia ocorrido uma forte luta pela Lei 57.020/65 - conhecida em Pernambuco como "Lei do Sítio" - que garantia 2 hectares de terra aos trabalhadores permanentes da lavoura canavieira,

para plantio de culturas de subsistência. Este movimento retomava as manifestações de massa do pré-64.

Já em Pernambuco, os STRs de algumas regiões organizavam-se na defesa dos direitos trabalhistas e na luta contra a corrupção. Moacir Palmeira (105) conta que, neste período presenciou, para sua surpresa, uma intensa mobilização nas sedes dos STRs de Palmares e Carpina, na luta pela defesa dos direitos previdenciários, estendidos aos trabalhadores de áreas canavieiras:

" Eram centenas de trabalhadores na porta da delegacia da junta do trabalho. Duas usinas tinham falido e o sindicato entrava com um processo em massa contra as usinas, que se estendiam por vários municípios. Em Palmares, estimava-se que existiam 3.000 trabalhadores na base. Pois bem, neste município haviam 6.000 processos na justiça, ações públicas que envolviam 20 a 200 trabalhadores numa ação.

O sindicato estava permanentemente cheio, e os trabalhadores falavam com liberdade de coisas do passado. Não quer dizer que se falasse abertamente, sem mais, mas para os trabalhadores, a referência do Arraes ainda era muito forte, a imagem positiva do sindicato, as associações que o sindicato fez e tal..."

Este clima de efervescência do período pós golpe militar não é registrado na maioria dos estudos e análises sobre a ação sindical. Vale destacar que o mote das mobilizações sindicais no eixo PE/RN eram a terra (Lei do Sítio), previdência e questões trabalhistas

(105) Depoimento ao autor em fevereiro de 1992

(canavieiros). Este será o conteúdo básico por onde emergirá o núcleo de oposição à diretoria da CONTAG.

Constituída por sindicalistas de Pernambuco e Rio Grande do Norte, a oposição à José Rotta se articulou com setores conservadores do Rio Grande do Sul (a Frente Agrária Gaúcha), que se opunham à corrupção existente na CONTAG. Parte da diretoria da confederação, articulada historicamente ao Padre Crespo aderiu ao movimento oposicionista. Uma última força importante desta articulação foi a federação do Rio de Janeiro. Antes do golpe de 64, este Estado havia presenciado um importante movimento de luta pela terra, dirigido por sindicalistas comunistas.

No início dos anos 50, ocorreram inúmeros despejos, realizados por jagunços, na região da então Baixada da Guanabara. Da articulação de três frentes de resistência na terra, surgiu a Federação do Rio de Janeiro. Na década de 60, destacou-se a resistência armada aos grileiros no município de Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu. Toda esta mobilização tinha como líder destacado o tesoureiro da ULTAB e dirigente comunista, José Pureza da Silva. O grupo político de Pureza e um grupo de sindicalistas protestantes se unificaram ao redor da articulação oposicionista à diretoria da CONTAG.

Garantido o núcleo da oposição, as FETAGs do Rio Grande do Norte e Pernambuco tentaram trabalhar as outras federações do nordeste, encontrando fortes resistências no Ceará e Paraíba, inclusive porque o vice-presidente da CONTAG era dirigente da FETAG-PB.

O momento de unificação nacional e consolidação da oposição ocorrera no I Congresso da CONTAG, em 1966. Esta articulação tomou corpo a ponto de inscrever uma chapa e ganhar as eleições da confederação, em 1968. E importante

ressaltar que esta eleição ocorre no âmbito do Conselho de Representantes da CONTAG, composto por um representante de cada FETAG, sendo que a chapa liderada por José Francisco vence pela diferença de um voto.

Este breve relato do processo de constituição da oposição à José Rotta revela a profunda heterogeneidade de forças que se articulam com objetivos distintos. Se o núcleo dirigente (Pernambuco e Rio Grande do Norte) iniciou este processo a partir da retomada das lutas em seus Estados, este não foi o caso das outras forças sindicais que se elegeram em 1968.

Não deixa de ser surpreendente que em todo este processo a Igreja, enquanto instituição, não aparece o que, de um lado, aumenta a autonomia de cada dirigente eleito e, por outro, deixa de ser o elemento catalisador, como havia ocorrido no período anterior. Era como se a Igreja entendesse que o projeto desenvolvimentista do regime militar e a repressão às lideranças comunistas garantissem a ordem social desejada, permitindo a redefinição do campo de atuação da instituição.

O fato é que José Francisco tentou, logo após a posse, implantar este movimento de retomada dos STRs a nível nacional, multiplicando o número de sindicatos e federações. De início, implantou um sistema educacional de lideranças sindicais, inspirado na metodologia do MER. O trabalho de unificação das práticas sindicais iniciou-se, ainda em 1968, com a realização do "Seminário de Integração dos Programas da CONTAG, delegacias da CONTAG e Federações", em Petrópolis (RJ), que definiu as linhas de atuação e de educação, destacando como temas prioritários: legislação agrária e previdenciária, legislação trabalhista, reforma agrária, sindicalismo e educação.

As apostilas dos cursos desenvolvidos tinham como eixo de suas reflexões o papel do homem no mundo, a dignidade humana, ou seja, fortes referências no discurso católico, humanista. Este aspecto da atuação da nova direção da CONTAG é significativo para nossa análise porque revela uma das referências da nova prática sindical: a valorização da comunidade rural, enquanto núcleo primário e original da sociabilidade do homem do campo e locus da solidariedade política, evidenciando a clara influência do legado sindical católico.

Este elemento central da prática sindical pregada pela CONTAG cimentou uma identidade política entre os militantes sindicais, restabelecendo a confiança na confederação. Com a revitalização da estrutura organizativa confederativa, contudo, este eixo de concepção da prática deslocou-se lentamente. Como será comentado mais adiante, a referência básica da prática sindical paulatinamente deixou de ser a comunidade, para ser o próprio STR e, mais tarde, as FETAGs.

Por ora, é importante registrar que o trabalho da direção da CONTAG centrou-se na nacionalização de seus objetivos de reconstrução do papel de direção de lutas reivindicatórias do movimento sindical através da multiplicação de STRs e FETAGs e formação de dirigentes sindicais. Todo este processo realizando-se num período de forte repressão política. Em outras palavras, buscava-se a unidade interna numa conjuntura de refluxo de movimentos sociais.

Este ideário político da CONTAG se expressou de forma mais acabada no seu II Congresso, em 1973, como já destacado na seção anterior.

O Congresso enfatizou a formação de dirigentes sindicais, tendo como metas:

1. a unidade de ação entre STRs, FETAGs e CONTAG;
2. orientar a ação sindical na defesa dos direitos trabalhadores rurais;
3. evitar que a prática se reduza aos serviços burocráticos e assistencialistas;
4. evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos;
5. ação engajada nas comunidades, acompanhada pelos STRs e FETAGs, com formação de dirigentes.

Nas resoluções sobre reforma agrária, encontra-se outra revelação do ideário da CONTAG. Neste item, o II Congresso definiu que o centro da luta deveria ser a exigência da aplicação do Estatuto da Terra. Rejeitou-se, na oportunidade, qualquer alteração deste instituto legal, em função dos "riscos que adviriam da busca da modificação da lei fundamental" que poderiam proporcionar "o esvaziamento do conteúdo social de nossa lei agrária." (106) Nas, isto que aparece como prudência foi, na verdade, a tônica da prática contagiiana a partir de então: o apego às normas e rituais institucionais e a defesa dos direitos já garantidos.

Leonilde Medeiros (107) afirma que após o II Congresso, a preocupação centrou-se no "mapeamento da realidade sindical de cada estado e a ênfase na formação sindical, com a instituição de equipes educacionais, quer na própria CONTAG, quer em diversas federações." O conteúdo dos cursos, segundo a autora, iniciavam com práticas sobre como operar com os sindicatos existentes. O eixo da concepção da CONTAG sobre educação era a necessidade dos trabalhadores

(106) Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1973. p.124

(107) MEDEIROS, Leonilde. História dos Movimentos Sociais no Campo, op.cit., pp 101 e 102.

rurais conhecerem os seus direitos e se organizarem para obter seu cumprimento.

Aqui encontramos o que poderia ter sido apenas um elemento tático de enfrentamento numa conjuntura de repressão política, mas que acabou sendo adotado como mote central ao longo da trajetória da CONTAG: a referência na defesa dos direitos já garantidos em lei. Esta foi a base da prática sindical contagiada. Foi a partir dela que se lutou para o "aperfeiçoamento" dos direitos da legislação trabalhista, criação de Juntas de Conciliação e Julgamento, impedimento de despejos, regularização de posse, política agrícola, ampliação de crédito rural, aperfeiçoamento do sistema cooperativo, entre outros. (108)

O período posterior ao II Congresso marcou, entretanto, uma fase de alterações significativas da dinâmica da economia agrícola do país, relativizando a eficácia política da estratégia adotada pela CONTAG.

De fato, os dissídios coletivos ocorridos em meados da década de 70 não eram acompanhados por mobilizações que garantissem seu cumprimento e, mais importante, excluía os trabalhadores volantes, temporários, das cláusulas acordadas. Na outra ponta, surgiam movimentos de posseiros na região norte do país, que resistiam à política governamental de ocupação da Amazônia via grandes projetos agropecuários.

Cândido Grzybowski (109) aponta a proliferação, neste período de movimentos e frentes de luta que revelavam a diversidade de conflitos. Embora a análise sobre a natureza destes novos movimentos sociais seja objeto do próximo

(108) *Idea*, p.102

(109) GRZYBOWSKI, Cândido. *Casinhos e Descasinhos*, op.cit.

capítulo deste estudo, interessa reter neste momento a tensão existente entre duas lógicas de construção de ação sindical e de legitimação de dirigentes. De um lado, um movimento capitaneado pela CONTAG que esforçava-se em unificar nacionalmente as direções do sistema confederativo rural e que se apoiava na defesa dos institutos legais que garantissem direitos aos trabalhadores rurais; de outro, movimentos sociais que ampliavam as formas de organização e de direção dos trabalhadores rurais para além da estrutura sindical oficial, e que contestavam todo o arcabouço institucional, inclusive boa parte dos direitos - considerados por eles como limitados e distorcidos - inscritos nos institutos legais.

A tensão evidenciava o divórcio político que corroía a base de qualquer mecanismo de representação institucionalizado: não havia uma dupla mão entre a organização institucional e as demandas vindas dos movimentos sociais. Por conseguinte, os movimentos se atomizavam e não geravam direitos legais com suas conquistas parciais e a organização sindical se burocratizava e perdia vida. Leonilde Medeiros (110) salienta que "a fragilidade dos sindicatos como canal para a condução das tensões, a intensidade das lutas de resistência e a disposição de alguns setores da igreja em lhes dar apoio acabaram por gerar uma visão alternativa de ação sindical. Ela terá seus frutos quer numa reorientação das linhas de ação do sindicalismo rural no final da década de 70, quer no aparecimento de sindicatos de oposição à linha dominante."

O conflito instalado gerou a mudança gradativa no perfil da prática contaquiana, já citada anteriormente. Moacir Palmeira destaca dois aspectos desta alteração:

(110) MEDEIROS, Leonilde, *op.cit.*, p. 110

" A partir de 76, 77, já começa um outro tipo de preocupação (em relação à formação de dirigentes). Ai começa um certo questionamento que partia de alguns assessores, de alguns novos dirigentes, com uma formação marxista. Questionavam a perspectiva de Igreja, a que se somava, digamos assim, um lado pragmático, burocrático-pragmático.(...) Outro aspecto relevante era o papel das delegacias sindicais da CONTAG, que já existiam desde a época do Rotta. A nova direção da CONTAG utilizava-as como instrumentos para articulações políticas. Os polos sindicais do São Francisco e da Bahia, o polo sindical de Vitória da Conquista, foram mecanismos para furar os esquemas das federações sob direção de forças contrárias à nova postura da CONTAG." (111)

Iniciava-se uma certa seletividade política da CONTAG no seu relacionamento com o conjunto das instâncias do MST. No caso do centro-oeste e norte do país esta seletividade era ainda mais acentuada, em função da inexistência de STRs ou de direções sindicais originárias de articulações de lideranças políticas conservadoras locais.

Em Conceição do Araguaia, o contato com a CONTAG era direto, via oposição sindical, já que o STR era dirigido por um interventor, ex-sargento da Aeronáutica. No caso do Amazonas e Acre, funcionavam as delegacias da CONTAG, que iniciavam as primeiras ações de "empate" contra o desmatamento da floresta. No Maranhão, o contato da CONTAG se dava diretamente, no início da segunda metade da década de 70, com agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em

(111) Depoimento de Moacir Palmeira ao autor, fev.92

Minas Gerais, a CONTAG estimulava grupos de sindicalistas para se oporem à direção da FETAG, acusada de extremamente conservadora.

Moacir Palmeira, em seu depoimento, comenta a rotina dos dirigentes da CONTAG neste período:

" Era uma loucura, esse pessoal viajava pra burro... vivia com o pé no mundo. Era essa coisa de tentar, meio obsessivamente, controlar cada coisa e um acompanhamento cerrado. As vezes, você tinha um assessor e um diretor específicos para cobrir uma área."

Na medida em que as instâncias dirigentes do MSTR eram reconstruídas e a direção da CONTAG garantia sua ascendência política sobre a maioria destes organismos, o lugar privilegiado de atuação sindical vinha, paulatinamente se deslocando do trabalho prioritário com a comunidade rural, passando-se a privilegiar a relação da CONTAG com as FETAGs e dirigentes de STRs. Foram essas instâncias mediadoras do conflito prestigiadas, o que demonstrava uma tendência da CONTAG a restringir os mecanismos de participação à vida sindical àqueles já institucionalizados na legislação vigente. Não se cogitava alterações na forma de organização, era o perfil político dos dirigentes e o restabelecimento das instâncias de direção que mais preocupavam a confederação.

Com o surgimento de novos movimentos sociais no final da década de 70, novas formas organizativas emergiram e, moto contínuo, questionaram profundamente a estrutura sindical. A direção da CONTAG identificou nessas críticas à estrutura sindical uma maléfica possibilidade de divisão do MSTR e de ruptura do sistema de legitimação dos dirigentes.

Não entrava na pauta da direção da CONTAG a possibilidade de revisão da estrutura organizativa, já que o tema principal era a capacidade de enfrentamento político do conjunto do MSTR, ou seja, a capacidade dirigente das instâncias.

Havia aqui uma concepção política, ainda que não totalmente expressa, de direção sindical onde o projeto político suplantava a forma organizativa. Ao definir como sua base de sustentação política as direções de FETAGs e STRs a confederação reforçou os elementos corporativos da estrutura sindical. Não por outro motivo que este foi um dos temas centrais escolhidos pelas forças que se opuseram à CONTAG no final da década de 70, como divisor de águas do MSTR: o corporativismo da estrutura sindical oficial.

A CPT foi a organização que catalisou o movimento oposicionista, significando o retorno da Igreja no trabalho de organização sindical. Esse enfrentamento, entretanto, não ocorreu desde o início da fundação da CPT, seu projeto sindical foi esboçado lentamente. Um dos elementos constitutivos de sua elaboração, contudo, foi a compreensão que fez da resolução da questão agrária no país. A necessidade de um enfrentamento radical da questão, embora essa não fosse a compreensão que fizera em seu início, e a luta contra a marginalização social dos posseiros, foram o mote do discurso da CPT com o qual construiu sua prática sindical.

Esses princípios foram desdobrados a nível sindical numa clara opção de radicalidade da ação sindical - e até mesmo ruptura do diálogo com organismos públicos - e ênfase nos mecanismos de integração dos setores marginalizados socialmente ao processo decisório das instâncias sindicais. A origem deste ideário é encontrado na ação da Igreja Católica no início da década de 70, na região norte do país. Em 1971, D. Pedro Casaldáliga elaborou uma carta pastoral

intitulada "Uma igreja na Amazônia em conflito com o Latifúndio e com a Marginalização Social", destacando a necessidade do trabalho com posseiros, índios e peões da região da Amazônia Legal. Quatro anos mais tarde, realizou-se o Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, quando fundaram a CPT, comprometida com a realização da reforma agrária ("dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra") assessorando e integrando os sem terra e trabalhadores rurais.

No início, a CPT mantinha um bom relacionamento com a CONTAG, principalmente porque atuava em regiões com poucos STRs (Maranhão, Pará), onde as federações eram pouco atuantes. Paulatinamente, surgiram algumas disputas locais, entre lideranças de base ligadas à CPT e dirigentes sindicais acusados de desinteressados com as lutas pela terra.

Próximo de 1979, as richas locais passaram a ganhar uma certa teorização pelos dirigentes e assessores nacionais da CPT. Moacir Palmeira registra as tensões do período:

"Acho que esses choques começaram pela base, não começaram encima não.

Emcima, até perto do III Congresso era muito bom, sobretudo entre os dirigentes. Emcima, as divergências começaram a surgir a partir de 77, já com os assessores (...). A CPT negava a política, na época do famoso documento escrito pelo Ivo Poletto (112), que era um tipo de concepção que se chocava com a atividade da CONTAG."

(112) Assessor nacional da CPT

As divergências citadas por Palmeira tinham como ponto central a crítica à prática, denominada pela CPT de "cupulista", desprezando a participação da base sindical. Na verdade, eram duas críticas: a) a valorização da estrutura sindical oficial e a consequente hierarquização do poder sindical, centralizado nas FETAGs e CONTAG e; b) a canalização dos conflitos para sua resolução através das instituições governamentais.

Estas divergências ficam mais explicitadas no documento elaborado por Ivo Poletto e Ranulfo Peloso, intitulado "III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais" que visava socializar as principais resoluções do Congresso da CONTAG de 1979. No item "Sindicalismo e Educação Sindical", os assessores da CPT acentuam a necessidade de democratização da estrutura organizativa, chegando a ultrapassar o texto das resoluções aprovadas e criticar duramente a prática sindical.

Nos Anais do III Congresso afirma-se a necessidade de se lutar por reformas da legislação sindical (113), garantindo autonomia ao movimento sindical. O texto da CPT retoma essa questão para afirmar:

"E preciso que cresça a organização e a consciência da Base para conquistar a Reforma Agrária e a sua Liberdade Sindical. Não adianta ficar esperando presentes." (114)

(113) Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pp. 126 e 127.

(114) POLETTI, Ivo & PELOSO, Ranulfo. Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1979, MINED. P. 15

Os dois elementos centrais do discurso da CPT aparecem nitidamente neste texto: a centralidade da participação da base no processo decisório e o destaque à questão da terra.

Em outro trecho, o texto da CPT ataca duramente a imagem que os STRs teriam junto aos trabalhadores. Nos Anais do III Congresso, esta questão é apresentada através das limitações impostas pela legislação sindical e interferência governamental, forçando o movimento sindical a atuar no campo do mero assistencialismo (115). O documento da CPT assinala:

"os sindicatos, forçados pela atual legislação sindical e pelos programas do Governo, foram desviados de sua ação sindical prejudicando seriamente sua imagem junto aos trabalhadores e o alcance de sua luta principal."

Enquanto um texto destaca a limitação imposta pela legislação à ação sindical, o outro vai além, apontando a inoperância e o profundo desgaste dos STRs junto à sua base.

Mais adiante, à página 18, o documento da CPT reafirma:

"(...) que no trabalho com as bases os Trabalhadores não sejam iludidos com promessas (e que) os Trabalhadores sejam esclarecidos de que o Sindicato é deles. Não é da Diretoria, nem do Governo."

O campo do embate está dado. A CONTAG valorizava os dirigentes da estrutura sindical e definia um tática cautelosa de renovação das direções sindicais mais conservadoras. A CPT, ao contrário, privilegiava a

(115) Anais III Congresso, op.cit., p. 123

democratização das instâncias sindicais, tendo como critério definidor da estrutura organizativa as lutas locais concretas, e a imediata substituição dos dirigentes sindicais inoperantes, burocratizados e/ou conservadores, através da organização de oposições sindicais.

A CONTAG evoluirá, no seu discurso, incorporando esta tensão, denunciando um germe de "paralelismo e divisionismo sindical".

Percebe-se ainda um conceito importante na fala de Moacir Palmeira que merece destaque por explicitar uma certa compreensão que a CONTAG faz de prática sindical. Na citação reproduzida anteriormente onde Palmeira registrava as tensões da CONTAG com a CPT, o assessor da confederação aponta que a pastoral "negava a política", o que se "chocava com a atividade da CONTAG". Ora, o documento da CPT analisado acima apresenta uma concepção política, baseada na participação da base sindical no processo decisório do MSTR. Sutilmente, ao introduzir a prática sindical no terreno da política neste contexto, Moacir Palmeira procura desqualificar o discurso da CPT por não comportar mediações, negociações entre diferentes. O divisionismo seria decorrente desta postura "despolitizada" da pastoral, que procuraria excluir, ao invés de transigir, de acordar.

Este é o elemento chave para compreendermos a prática contagiiana: se num primeiro momento a CONTAG desenvolve uma prática de nacionalização de um movimento de reconstrução do MSTR, lentamente esta prática valorizará os dirigentes sindicais como principais protagonistas das ações sindicais. E mais, num segundo momento, o embate político, inicialmente com a CPT, reforçará a defesa da estrutura sindical pela CONTAG.

Não será, portanto, a estrutura sindical oficial que transformará a confederação em instituição contraditória, mas uma concepção estratégica e tática de sua direção que se apropriará de elementos da estrutura oficial para preservação de sua hegemonia política. No discurso da direção da CONTAG esta prática será legitimada como garantia da unidade da classe trabalhadora.

A CONTAG valorizava assim, o respeito às normas instituídas. Internamente, ao defender os dirigentes eleitos, mesmo que sua prática contradizesse os princípios definidos nos congressos nacionais. Externamente, ao se apropriar da legislação em vigor para defender os direitos dos trabalhadores, que também limitavam a ação sindical e canalizavam demandas de forma a valorizar o papel negociador do dirigente. Destacam-se alguns mecanismos institucionais apropriados ao longo da trajetória da CONTAG, que valorizavam sobremaneira essa faceta do papel dos dirigentes:

1. Aplicação da Lei de Greve:

A partir de 1979, a CONTAG orientou as FETAGs a utilizarem a Lei de Greve na organização de movimentos paredistas de assalariados. A FETAG-PE, base política da direção da confederação, utilizou amplamente deste expediente.

O direito de greve, reconhecido pelo artigo 158 da Constituição Federal, para ser exercido deveria cumprir um ritual de exigências legais que burocratizava em muito a ação.

Exigia-se, após o golpe de 64:

- a) que a greve fosse aprovada por 2/3 dos presentes na assembléia da categoria;
- b) se necessária uma segunda convocatória para decidir sobre a greve, esta deveria ser feita após dois dias da primeira assembléia;
- c) a convocação da assembléia deveriam se realizar por editais publicados na imprensa, com antecedência mínima de dez dias;
- d) os votos da assembléia deveria ser apurados por membros do Ministério do Trabalho;
- e) o empregador deveria ser notificado, dando-lhe um prazo de 5 dias para apresentar uma contraproposta;
- f) neste meio tempo, a Delegacia Regional do Trabalho mediaría a conciliação;
- g) a paralisação só seria reconhecida como legítima se apresentasse um caráter meramente econômico;
- h) previa-se intervenções da Justiça do Trabalho quando não houvesse conciliação, através da instalação do dissídio coletivo (116).

A utilização de tal expediente garantia às instâncias sindicais manter os canais institucionais abertos para o diálogo com as agências governamentais. Respondia, também, a uma concepção de prática sindical recorrente no nordeste em relação à Lei de Greve, como foi demonstrado no item anterior deste capítulo.

Em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil, em 19.10.82, José Francisco afirma que o "MSTR optou pela Lei de Greve porque no meio rural a pressão e a violência aparecem com maior intensidade." O jornal, entretanto, estranhava no

(116) ver MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza, O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, Hucitec, SP, 1979

texto desta matéria que, ao contrário do que ocorria no campo, a maioria absoluta das greves urbanas eram julgadas ilegais, destacando a eficácia da estratégia da confederação.

2. Procedimentos Administrativos para Resolução de Conflitos:

A CONTAG, durante toda a década de 70, orientou os STRs a denunciarem os casos de conflitos de terra, utilizando-se, para tanto, dos canais institucionais e formais de relacionamento entre o movimento sindical e os poderes Executivo e Judiciário.

Os arquivos da CONTAG registram uma crescente troca de correspondências, onde os STRs informavam os casos de conflito às FETAGs, que acionavam, por sua vez, a CONTAG. A confederação envia, em seguida, ofícios aos ministros, procuradores, juízes. Toda correspondência enviada diretamente à CONTAG é encaminhada às instâncias sindicais intermediárias, respeitando-se a hierarquia sindical.

3. A defesa do Estatuto da Terra:

Desde seu I Congresso, a CONTAG defendeu a execução do Estatuto da Terra, como instrumento de realização da reforma agrária.

A defesa deste instituto legal explicitava, novamente, a estratégia de valorização e utilização da via institucional, evitando-se qualquer ruptura neste terreno.

Tal concepção fica evidenciada num artigo do vice-presidente da CONTAG, Roberto Horiguti, em 1979, intitulado "O Estatuto da Terra e a Posição do Trabalhador Rural":

" E não venha ninguém dizer que estamos agitando o povo. Estamos, apenas, como arautos da Pátria, proclamando o império da lei. A lei foi feita para ser cumprida; queremos vê-la respeitada. Subversão, entendemos, é negar ou não querer enxergar a realidade que aí se encontra. " (117)

4. Defesa de elementos da legislação de Organização Sindical:

A CONTAG defende diversos elementos centrais da legislação sindical, refutando os dispositivos que garantiam a interferência governamental.

José Francisco definia assim o aspecto negativo da legislação:

" O Estatuto do Trabalhador Rural é apenas uma cópia da CLT, nesse particular de organização da estrutura do movimento sindical. (...)

Percebe-se que toda movimentação feita, até 1964, foi clara, com base neste mesmo modelo sindical (...), cópia, podemos assim dizer, de um regime fascista da Itália, de Mussolini.(...)

Por aí se percebe que é difícil evitar, com essa legislação, o controle, o manejo, a interferência do poder público na ação sindical." (118)

(117). Reforma Agrária, Boletim da ABRA, AND IX, n.6, Campinas, nov/dez, 1979

(118) SILVA, José Francisco. " A atuação dos Sindicatos junto aos Trabalhadores Rurais", AND IX, n.3, maio/junho de 79

Por outro lado, defende mudanças gradativas de outros elementos desta legislação, como o imposto sindical:

" Há a necessidade também do desaparecimento dessa contribuição sindical, desse imposto sindical. Quer dizer, a gente não defende que seja um corte de uma vez, só porque nós estamos vivendo uma estrutura sindical de 40 anos. Reestrutura-se esse movimento sindical no decorrer de um ou dois anos." (119)

José Francisco construiu um discurso tortuoso, resguardando seus objetivos políticos. Somente com o acirramento da disputa interna do movimento sindical, estes objetivos foram revelados. Em 1983, quando da criação da Central Única dos Trabalhadores, a direção da CONTAG lançou um documento onde acusava os setores que "defendem uma central única dos trabalhadores organizada a partir das bases, excluindo entidades sindicais por considerá-las reformistas ou pelegas (mesmo sabendo que) estes dirigentes têm dado demonstrações de firmeza na luta" (120)

O discurso, finalmente, se completa.

A direção da CONTAG buscava o fim da intervenção governamental nos sindicatos, mas preservando a estrutura organizativa centralizada, hierarquizada, unida politicamente. E, da mesma forma que buscava "descobrir uma forma de quebrar essa estrutura sindical por dentro", almejava renovar as direções de STRs e FETAGs paulatinamente, estimulando novas lideranças a disputarem as eleições sindicais.

(119) Depoimento de José Francisco da Silva à equipe de estudos sobre sindicalismo, CEDEC, SP, 19.08.82

(120) "Posição da CONTAG sobre o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras", NÍMEQ, 10.08.83

A garantia do poder político do núcleo dirigente da CONTAG e da condução de todas instâncias sindicais era consolidada através de uma delicada engenharia política: valorizava-se a legitimidade dos dirigentes eleitos, respeitando-se a hierarquia sindical. A mudança do perfil político do MSTR deveria se dar lentamente, administrada cuidadosamente.

Todo ataque frontal ao princípio da unicidade sindical (121), ou aos dirigentes eleitos, portanto, chocava-se pela CONTAG e era duramente combatida.

Foi assim que agiu quando se estruturou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (122)

O III Congresso ocorreu sob o signo da transição política: a emergência de múltiplos movimentos sociais, com demandas locais, específicas e um embate político intenso no interior do movimento sindical rural, expressando estratégias e práticas diferenciadas.

Para a CONTAG, o III Congresso foi o coroamento de todo um processo de reconstrução do MSTR. Moacir Palmeira expressa a expectativa da direção da CONTAG neste momento:

"Zé Francisco já estava percebendo que a unidade do movimento estava ameaçada, e então ele queria jogar

(121) a unicidade sindical é o sindicato único de uma mesma categoria econômica por base territorial, estabelecido em lei. Tal monopólio legal de representação é concedido pelo Estado, quando reconhece o sindicato oficial. Este sindicato é habilitado a receber a taxa assistencial - firmada na convenção coletiva da categoria -, o imposto sindical - recolhido pelo Ministério do Trabalho (do total recolhido, 5% destina-se à CONTAG, 60% ao STR, 35% ao Estado e 15% à FETAG), e que detém o poder de negociação com o patronato e agências governamentais.

(122) Em 1984, o assessor Reginaldo Muniz, representando oficialmente a direção da CONTAG, denuncia no Paraná que o MST era um movimento divisionista, que pregava o paralelismo ao STR. (Reservado Sindical Rural, n.3, out 84)

o movimento mais na frente para comer esse pessoal todo e garantir a unidade.

Realmente, a coisa da unidade é uma religião na CONTAG.

O Terceiro Congresso representa o ápice de um determinado movimento da CONTAG que começa com a entrada do Zé Francisco na CONTAG, em 1968. Dois anos antes a CONTAG implantou o seu mais ambicioso programa de formação sindical, construiu o CESIR. (123) Entre 76 e 79 foram feitos vários treinamentos de vinte dias com dirigentes sindicais de STRs. Foram treinados mais de 800 dirigentes em dois anos.

Além do treinamento, onde homogeneizávamos a linguagem, identificávamos politicamente os dirigentes.

E a orientação do III Congresso era essa: levar para o congresso o que havia de melhor no movimento sindical. E 90% do pessoal treinado estava no congresso."

As apostilas dos cursos oferecidos pela CONTAG revelam o perfil de dirigentes que a confederação buscava consolidar. O conteúdo das apostilas da "Programação Integrada CONTAG/Federações" enfatiza e detalha os trâmites legais e funcionamento do Poder Judiciário e agências estatais. Os relatórios ressaltam que "as respostas do movimento sindical não satisfazem ao próprio MSTR, só algumas convertendo-se em práticas, e algumas ficam só em estudos" (124), incentivando a mudança de comportamento.

Destacam ainda os objetivos do MSTR: colaborar com o Poder Público, com autonomia, na solução dos problemas e obstáculos estruturais, tendo como metas:

(123) Centro de Estudos Sindicais Rurais

(124) "Aspectos da Realidade Agrária e Sindical", CONTAG, 5/d

- a) conscientização dos trabalhadores rurais em defesa de sua própria libertação;
- b) participação dos trabalhadores nos órgãos de classe, numa mesma linha de ação, num sistema sindical;
- c) incentivo ao associativismo;
- d) criação de delegacias sindicais com participação das comunidades;
- e) criação de equipes educacionais;
- f) distribuição de legislação e jurisprudência às entidades sindicais;
- g) facilitar titulação das terras de posseiros;
- h) informar o governo sobre problemas do campo, sensibilizando-o e oferecendo sugestões (125)

Percebe-se a preocupação em traçar um perfil de prática sindical ideal: unidade de ação STR-FETAG-CONTAG; habilidade na utilização da legislação vigente; relacionamento permanente com órgãos públicos; reforço na relação com as comunidades e; preocupação com a questão da terra.

A tática engendrada pela direção da CONTAG para evitar a cisão no III Congresso foi eficaz: as resoluções do congresso radicalizavam o discurso do movimento sindical.

Em relação à organização sindical, chega-se a aprovar a ratificação da Convenção 87 da OIT, assegurando o direito de organização autônoma, o direito do trabalhador filiar-se a estas organizações, o direito de elaborar os próprios estatutos e regulamentos administrativos, o impedimento de intervenção governamental, o direito de filiação a federações, confederações, inclusive internacionais.

(125) *Idem*, pp. 25 a 27

A leitura que a direção da CONTAG fazia da Convenção 87 da OIT era que garantia a liberdade e autonomia sindical, sem possibilitar o fim da unicidade. Somente após a criação da CUT, os assessores e alguns dirigentes sindicais (com destaque para a postura de Francisco Urbano Araújo Filho, do Rio Grande do Norte), iniciam um duro ataque à Convenção 87, como promotora da pluralidade sindical.

Este tema era particularmente caro à direção da CONTAG neste momento, não apenas para garantir a unidade política ameaçada pelas lideranças dos novos movimentos sociais do final da década, mas também porque o processo de transição política estava possibilitando contatos diretos dos partidos políticos com dirigentes sindicais. Deputados atendiam diretamente as demandas de dirigentes de federações. Para a CONTAG, estes contatos políticos ameaçavam os mecanismos internos de poder e legitimação da direção nacional, partidariava o movimento sindical e era germe de divisão.

Como já observado anteriormente, a CONTAG havia montado um mecanismo de legitimidade que passava pelas relações diretas dos dirigentes locais com a confederação - que encaminhava as demandas e dava-lhes uma configuração nacional. A transição política trazia consigo novas práticas que corroíam este mecanismo.

O congresso deveria, portanto, aumentar a capacidade de intervenção política do MSTF, garantindo autonomia política frente ao Estado e unidade organizativa.

A unicidade sindical, nestes termos, é recorrente porque vital para a CONTAG: garantia a unidade política do MSTF e garantia o sistema de interdependência e de legitimação interna dos dirigentes sindicais. Em termos de conteúdo das resoluções aprovadas no congresso, a direção da CONTAG admitia, no limite, até mesmo a radicalização da

linha de ação sindical, desde que se mantivesse a dinâmica de sua implantação e a orientação sob o comando das instâncias dirigentes do MSTR. Entre as resoluções aprovadas e sua execução, deveria se garantir a unidade política e tática das instâncias executoras.

Esse é o caso das resoluções a respeito da Convenção 87 da OIT, aprovada no congresso e abandonada pela CONTAG meses depois. As resoluções a respeito da reforma agrária, contudo, - objeto do maior embate no plenário - não expressaram o grau de divergências entre os delegados. O texto que consta nos Anais do III Congresso exige a implantação da reforma agrária "massiva e drástica", mas não vai além das normas contidas no Estatuto da Terra.

Abdias de Carvalho, que participou como observador no Congresso, registra a tensão dos grupos de trabalho:

" O III Congresso deve ser entendido no contexto da transição política brasileira, onde o grande ministro era o Delfim Neto. E neste contexto que a sociedade brasileira discute novamente a reforma agrária. A SBPC organiza em São Paulo, em 78, um painel sobre a questão agrária no Brasil, que foi um sucesso tão grande que precisou ser transferido para um anfiteatro. A Igreja destaca o tema com intervenções de D.Felé e D.Helder.

Havia duas tendências no congresso: a reforma agrária como uma questão de disposição do governo, onde a culpa maior era do Delfim; e aquela que achava que a reforma agrária se daria com a transição política.

O clima era tão tenso que um sindicalista de Goiás chegou a defender esta segunda posição e foi vaiado na Comissão de Questões Agrárias." (126)

Abdias avalia que o projeto da CONTAG necessitava da unidade com o Estado para demonstrar a viabilidade legal da reforma agrária. "Mas a dificuldade maior", conclui, "era a dificuldade de elaboração, de como concretizar a reforma agrária, ficando a discussão no plano do imediatismo."

Para além dessas divergências, contudo, o plenário do congresso revelava um conjunto de delegados cuja avaliação apontava para a necessidade de superação da legislação em vigor. Ainda sem qualquer articulação nacional eram oriundos das regiões de fronteira agrícola e enfrentavam a escalada de violência na luta pela posse da terra. Para eles, era necessário uma política de enfrentamento e extinção dos latifúndios, considerados patrocinadores dos atos de violência.

As divergências eram dribladas habilmente para que sobressaísse o essencial da prática e do projeto contagiante: a defesa da unicidade sindical; a unidade de ação do MSTR; a luta pela cidadania do trabalhador rural; a canalização das lutas, priorizando o embate no plano institucional; o Estado como interlocutor privilegiado; a valorização da figura do dirigente sindical, são os elementos constitutivos do seu perfil institucional.

Capítulo II:

Novas Práticas Instituintes

Não sei como ele não se desespera ao ver que a cidade não é mais aquela dos tempos dele. Reformaram os cinemas, trocaram o calçamento do centro, derrubaram as árvores (...). Será que ele não percebe? Não sei onde me fixar, as pessoas desapareceram. E os rapazes do nosso grupo? Era uma turma unida, a gente podia ter permanecido junto, devia ter feito um juramento, cortado os braços, juntando sangue para nunca mais se separar. Nos abandonamos, uns aos outros. Esquecemos que existimos. Esqueceram que existo. Passo na rua e é como se eu fosse invisível, tivesse tomado uma poção mágica e tornado transparente".

(Ignácio de Loyola Brandão,
Dentes ao Sol)

1. Mudança Social no Campo

Grosso modo, o modelo de representação sindical rural instituído ao longo dos anos 60 no Brasil baseou-se numa realidade social datada. Era a figura do camponês que compunha a base das instâncias sindicais no início dos anos

60. Os movimentos sociais nesse momento histórico, em sua grande maioria, eram constituídos por rendeiros, foreiros, agricultores, sem terra ou como pouca terra e mesmo de assalariados que demandavam maior remuneração, mas que também eram originários de recente expropriação da terra, como no caso dos moradores de engenho de açúcar e colonos do café. O conceito de camponês, enquanto categoria política, aparece como tradução desse tipo particular de resistência social.

Antigas lideranças das Ligas Camponesas recordam que consideravam camponês aquele trabalhador que militava nas Ligas (127). Era comum nos mutirões que as Ligas promoviam para reconstruir os roçados destruídos por jagunços durante a madrugada - denominadas de "adjuntas" - que os trabalhadores que resistissem a acompanhar aquela tarefa fossem forçados a assistir o mutirão "para aprender como é ser camponês". Camponês era um modo de ser e sintetizava uma experiência e situação de uma dada classe social. Suas demandas poderiam ser uniformizadas numa única bandeira: a reforma agrária. A reforma agrária articulava o passado e o futuro do camponês porque garantia a sua permanência na terra e propiciava a sua modernização. A cúpula do MSTR, em especial a CONTAG, inspirou-se nessa referência e nessa cultura sindical, mesmo já ocorrendo alterações na composição de sua base sindical desde os anos 60. A luta camponesa, entretanto, representava um momento histórico onde, pela primeira vez no país, os trabalhadores rurais emergiram no cenário nacional como sujeitos políticos.

O modelo de organização sindical ao ser fiel a esse momento histórico se injetou logo de início, alimentado por uma formulação que não assimilava as tendências da sociedade rural e não percebia as transformações em

(127) Agradeço aqui as observações de Socorro Rangel, da UFPA.

andamento. A formulação original acabou dando origem a um modelo de sindicato-instituição em detrimento do sindicato-movimento. A concepção institucional, segundo Gino Giugni (128) "opta pela definição formal das regras do jogo, as quais deverão ser claras tanto nos estatutos quanto nos contratos coletivos". Em contrapartida, a concepção movimentalista seria aquela que atribui relevância à militância na luta, à participação de filiados ou não filiados na tomada de decisões.

O regime autoritário ao limitar as expressões políticas às formalidades institucionais coibiu crises no modelo de representação sindical. Não o fez apenas pela ação repressiva, mas também pelo enquadramento legal. A Portaria 71, de 2 de fevereiro de 1965, estabelecia que os STRs reuniriam aqueles que estivessem exercendo atividades e profissões "representativas das diversas categorias rurais, ainda que integrantes de grupos diferentes". Considerava ainda trabalhador todo profissional rural empregado ou "empregador autônomo, neste caso em regime de economia individual familiar ou coletiva e sem empregado." Já o Dec.-Lei n. 1.166, de 15 de abril de 1971, define como trabalhador rural a pessoa física que presta serviço e recebe remuneração de um empregador rural e o proprietário ou não, que trabalha em regime individual ou de economia familiar, ainda com a ajuda eventual de terceiros. Este último caso, todavia, poderia também ser enquadrado como empregador rural, podendo optar pela filiação ao sindicato patronal ou de trabalhadores.

A legislação sindical para o campo expressa uma confusa concepção de representação de interesses. Enquadrou todas categorias num único organismo de representação, mas admitiu interesses diversos no interior das categorias de

(128) GIUGNI, Gino - Direito Sindical. São Paulo, Editora LTR, 1991.

trabalhadores, permitindo a filiação de pequenos produtores também aos sindicatos patronais. O fato é que a estrutura sindical era rígida e manteve-se assim ao longo do regime militar. E na medida em que a legislação impunha um sindicato único por base territorial, as possibilidades de representação daquelas categorias sociais que surgiam no processo de desenvolvimento econômico do país eram mais escassas.

A CONTAG sob direção de José Francisco percebeu a mudança na composição social da base sindical e procurou se adequar à nova realidade ampliando a pauta de demandas da entidade, mas não chegou a propor uma nova forma organizativa. Ademais, a pouca mobilidade interna nas instâncias do MSTR confere uma supremacia "camponesa" - expressão de um conceito político dos movimentos sociais rurais do pré-64 - na prática sindical. A burocratização, as práticas corporativas se cristalizando ao longo dos anos e o compromisso com um ideário original do sindicalismo rural impermeabilizaram a estrutura sindical. Uma análise mais precisa, contudo, revela uma ordem sindical que limitava o campo de competição a poucos "iniciados" ou diretores sindicais, conferindo à base sindical uma participação pouco efetiva no processo de direção.

Em outras palavras, o "sistema sindical rural" nos anos de autoritarismo se antecipou ao âmbito sindical naquilo que Weffort denominou de "sistema dual" do sistema político brasileiro após a constituição de 1988. Para Weffort, as classes mais despossuídas economicamente são também despossuídas de recursos para se organizarem e participarem da vida política. Sua participação política reduz-se, assim, ao voto, o que lhes confere a condição de clientela, que sustenta e legitima as elites que participam dos processos decisórios e competem entre si. Há uma distinção na forma de

inserção política configurando o sistema dual. (129) No caso sindical, a situação é mais complexa, já que a base é condicionada ao sistema de seletividade política profundamente verticalizada inerente à estrutura sindical corporativa brasileira. E como se ocorressem dois mecanismos de participação no interior da estrutura sindical: abaixo dos STRs a participação limita-se a legitimar os dirigentes das instâncias superiores e servir de referência na montagem das pautas sindicais; acima dos STRs a participação entra no campo das disputas internas do MSTR propriamente ditas, nos fóruns de decisão, definição de pautas e normas de conduta interna do MSTR e participação nos fóruns de negociação tanto na relação com o patronato, quanto com as agências estatais.

A limitação à participação no interior do MSTR provinha, portanto, basicamente de dois fatores: uma estrutura sindical fundada em uma realidade social rural datada historicamente e um sistema dual de inserção política no seu interior que se cristalizou com a ascensão do grupo de dirigentes liderados por José Francisco da Silva.

O processo de transição política do país deu vazão às múltiplas formas de expressão de toda sociedade civil, incluindo o meio rural. A explosão de movimentos sociais dispôs no cenário nacional uma multiplicidade de demandas e formas organizativas. Os movimentos sociais rurais que surgiram neste período, denominados aqui de "novos" pelas características a serem analisadas mais adiante, insurgiram contra os problemas sociais do processo de modernização da agricultura brasileira que teve início nos anos 50 com a introdução da mecanização no processo produtivo e a expropriação em massa de trabalhadores do nordeste, sudeste e sul do país. De fato, o processo de modernização da

(129) WEFFORT, Francisco - *Dual Democracia?*. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p.23.

agricultura brasileira que se iniciou logo após o final da II G.G. resultou numa progressiva fragmentação das categorias sociais de trabalhadores rurais.

Inicialmente, ainda num processo desigual e não muito nítido, a expropriação da terra atingiu as categorias não proprietárias - como moradores, arrendatários, foreiros - cuja permanência na terra decorria de compromissos verbais muito frágeis com o patronato, num sistema informal de relações de trabalho.

Dessa realidade surgiram as Ligas Camponesas, expressão política das transformações em curso. O processo de modernização atingiu em seguida as categorias assalariadas. Os assalariados rurais que até esse período haviam desenvolvido inúmeras mobilizações por aumento de salário, em especial na colheita de café (130), encontraram-se a partir dos anos 50 numa situação mais complexa. A introdução de "culturas modernas" - voltadas para a conquista de mercados externos em função do aumento de demanda por produtos primários no pós-guerra e que utilizavam insumos químicos e mecanização em escala - diminuiu a necessidade de mão-de-obra permanente nas grandes propriedades.

E certo que desde as primeiras três décadas deste século o patronato rural tentava transformar o trabalhador permanente - como foi o caso do colono - em diarista, mas somente logrou resultados com a expansão industrial do país, nos anos 50. Dava-se início, portanto, à conformação de novas relações e categorias sociais no campo e delas nascia uma gama de novos interesses e formas de mobilização. (131)

(130) ver RARRIGUELLI, José Claudio. Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956). UFSC, São Carlos, 1981.

(131) *idem*, *ibidem*

Na década de 50, iniciou-se o processo de instalação de indústrias de tratores e máquinas agrícolas, assim como a de insumos químicos, na esteira do aumento da demanda internacional por alimentos no pós-guerra. A consequência social foi a perversa combinação de desemprego em massa - em função da mecanização - e o êxodo rural - também provocado pelo rompimento dos "contratos" de moradia, colonato e arrendamento, em função da busca de maiores quantidades de terras para plantio mecanizado por parte dos grandes proprietários rurais.

Os traços desse processo de modernização foram mais nítidos, todavia, a partir da segunda metade dos anos 60, quando o governo federal passou a financiar pesadamente a adoção de uma base tecnológica para a agricultura, com o declarado objetivo de fundar a empresa rural - entendida como sucedânea dos latifúndios e minifúndios -, nos termos do texto do Estatuto da Terra. O padrão tecnológico definido foi adotado em larga escala pelas grandes propriedades e agudizou, na década de 70, a oligopolização do setor. E nesse sentido que os movimentos sociais que surgiram na década de 70 podem ser considerados como portadores de uma novidade política. São "novos" não apenas pela novidade na forma de organização e de ideário - que serão analisados a seguir - mas por expressarem interesses de categorias sociais não representadas formalmente, que se consolidam enquanto segmento social neste período, em função de um novo padrão tecnológico e de acumulação adotados.

Alguns indicadores revelam a dimensão e os marcos históricos desse processo. Um primeiro conjunto de indicadores demonstra o tipo de pacote tecnológico adotado. Baseia-se, como será possível constatar, no receituário da revolução verde norte-americana que teve início ao redor de 1962 e que já nos anos 70 recebia duras críticas que colocavam sob suspeita sua eficácia no processo produtivo. O

pacote fundava-se em sementes melhoradas e o uso integrado de máquinas e insumos químicos. (132) O Brasil, que havia consumido 156,9 mil unidades de tratores no período 1967/71, salta para 485,6 mil unidades de tratores empregados na produção entre 1977/81, um crescimento da ordem de 20,9%, em contraste com o aumento de 9% em todo cone sul. O consumo de fertilizantes por hectare, por seu turno, sobe em 246% no mesmo período.

E sabido que o desenvolvimento da agricultura brasileira fundou-se na concentração fundiária, na produção para o mercado externo e numa estreita seletividade de agentes econômicos capazes de se instalar nos mercados mais rentáveis e na captação de recursos públicos. O pacote tecnológico apontado anteriormente seguiu a tradição. Ele disseminou-se com base num sistema de seletividade e exclusão da economia brasileira.

O perfil do mercado de tratores ilustra os meandros desse sistema. George Martine, utilizando-se dos dados dos censos agropecuários observou que as propriedades com até 100 ha. que empregavam 1,6 tratores em 1960 a cada bloco de 100 estabelecimentos deste estrato de área, aumentaram sua utilização para 4 tratores em 1970; em 1975 para 7,5 tratores; e em 1985 para 12,4. Já as propriedades com área superior a 1.000 ha., empregavam 93,9 tratores em cada bloco de 100 estabelecimentos no ano de 1960; crescendo para 194,6 tratores em 1970; subindo para 369,2 em 1975; e totalizando 563,3 tratores em 1985. Cerca de 63% do total de tratores vendidos em 1985 destinavam-se a propriedades com área superior a 50 ha., concentrando-se muito nos primeiros anos da década de 80 em função da recessão econômica,

(132) Para um estudo mais aprofundado a respeito do pacote tecnológico adotado no Brasil ver MELLO, Fernando Homem. *Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso*. São Paulo, FIPE/Pioneira, 1985; MARTINE, George & RESKOW, Paulo Roberto. "O Modelo, os instrumentos e as transformações na Estrutura de Produção Agrícola" IN *Os Impactos Sociais...*, op.cit.

principalmente nos anos 84 e 85. Nestes dois anos, a alta do preço da soja induziu o aumento de demanda de tratores principalmente na região centro-este, nas grandes áreas de cultivo.

Outro elemento do receituário modernizador da agricultura foi a utilização de fertilizantes. Nos anos 70, o Estado investiu na criação de empresas do setor, como no caso de empresas estatais de matérias primas (Petrobrás, Fosfertil, Petrofertil), empresas de compostos químicos e empresas misturadoras. Ocorre que as culturas que mais empregaram fertilizantes foram aquelas típicas de produção extensiva, como é o caso da soja (18%) e cana (18%).

A utilização de defensivos químicos também aumenta com o tamanho do estabelecimento; em 1980, 90% das propriedades acima de 1.000 ha. faziam uso de defensivos, sendo que apenas 45% dos estabelecimentos com até 10 ha. utilizavam os mesmos recursos.

O quadro de concentração de recursos pode ser melhor verificado ao se constatar que em 1980 cerca de 72% das propriedades rurais não dispunha de arado, somente 7% possuía trator, 10% apenas dispunha de energia elétrica, e somente 2% dos estabelecimentos com bovinos dispunha de um silo para forragem, segundo dados dos censos agropecuários.

O instrumento mais eficaz e importante no sistema de seletividade econômica na agricultura foi o crédito rural subsidiado. O crédito rural serviu como indutor do consumo do novo padrão tecnológico agrícola e é, portanto, um outro indicador do processo de desenvolvimento. Criado em 1965 através da Lei 4.829, tinha como objetivos "fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e introduzir métodos racionais de produção no setor agrícola."

(133) Não obstante suas intenções explícitas, uma análise mais pormenorizada da distribuição desses recursos demonstra uma estratégia modernizadora mais seletiva. Em 1970, cerca de 38% dos recursos destinava-se às propriedades com até 100 ha. (sendo 5,5% para as propriedades com até 10 ha., que totalizavam 51% dos estabelecimentos rurais do país), e 18% às propriedades acima de 1.000 ha.. Em 1975, a relação começava a se inverter. As propriedades com menos de 100 ha. passaram a receber 31% (7% a menos que em 1970) e as propriedades acima de 1.000 ha. passaram a consumir 22% dos recursos disponíveis (4% a mais que em 1970). Cinco anos mais tarde, as propriedades entre 100 e 1.000 ha. receberam 42% do total do crédito (representando 9,5% do total de estabelecimentos rurais), enquanto aquelas com mais de 1.000 ha. mantinham o patamar de 20%.

Numa margem de dez anos constata-se uma tendência de concentração de recursos em propriedades de maior porte, numa clara opção em tornar mais competitiva a produção dos latifúndios. Mantinha-se a tradicional concentração de rendas na agricultura e privilegiava-se as culturas extensivas, notadamente aquelas voltadas à exportação.

O crédito ofertado destinou-se, principalmente nos anos 74-76, ao consumo de insumos e máquinas agrícolas, segundo apontam os estudos de Geraldo Muller. (134)

Ora, se se observar o consumo de máquinas e insumos modernos por cultura ao longo dos anos 70, verifica-se que o crédito rural realmente financiou a modernização de produtos de exportação, típicos de explorações extensivas; o crédito, inicialmente aplicado para culturas como arroz e feijão se

(133) SAYAD, João. Crédito Rural no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, FIEP/Pioneira, 1984.

(134) MULLER, Geraldo. "Política Econômica e Política Agrícola, ou a Improvisação no Provisório Permanente", IN Pesquisa Et Debate, número 4, EDUC, jun 1988.3

deslocou, gradativamente, para áreas de plantio de cana e soja. Entre 1973/4 e 1983/4, enquanto a produção de feijão, arroz, mandioca, batata e trigo - produtos da cesta básica - cresceu 12%, a produção de soja, algodão, laranja, cacau, café e cana-de-açúcar cresceu em 140%. (135)

No final da década de 70 já era possível vislumbrar os contornos desse processo de modernização acelerada. A partir do que já foi demonstrado, conforma-se um processo baseado na seguinte formulação:

1. a promoção da verticalização da produção agrícola, adotando-se como estratégia a internacionalização e consolidação dos complexos agroindustriais; (136)
2. a organização da produção agrícola em "nichos" regionais, isto é, especializações regionais por cultura, com mercados de trabalho dotados de dinâmica própria;

(135) Inclui-se ainda nesse rol de fatores de concentração de rendas na área rural os dispositivos especiais de lei de imposto de renda que garantiram às grandes empresas - segundo o relatório sobre o desenvolvimento mundial do Banco Mundial, 1990 - o dedução de sua renda tributável em até 80% dos lucros agrícolas, elevando-se para 90% no caso de pessoas físicas.

A página 6 do relatório do banco mundial lê-se:

"Os investimentos fixos podem ser inteiramente depreciados no primeiro ano, e às vezes a depreciação equivale ao dobro ou sextuplo do montante original. Isto, juntamente com a alta inflação, estimula um excesso de investimentos em terras por parte das empresas e dos ricos. Uma das exceções de taxaço, destinada a estimular o uso da terra, reduzia o imposto em até 90% caso os proprietários usassem as terras como pastagem de gado - o que promove a conversão de florestas em terras de pecuária antieconômica, reduz a procura de mão de obra e tem consequências ambientais danosas".

C.1. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990, São Paulo, FGV/Banco Mundial, 1990.

(136) ver DELGADO, Nelson et alii. *Livre Comércio...*, op.cit.

3. a concentração de capitais e terras,
reforçando a oligopolização do setor;
4. a adoção de políticas públicas de
suporte às tendências acima apontadas.

A verticalização da produção com base na emergência dos Complexos Agroindustriais (CAIs) vem sendo apontada como característica da agricultura moderna desde a segunda metade da década de 50. (137)

Os CAIs teriam um destacado papel de liderança no seu setor produtivo pela sua dimensão, valor adicionado ao produto, pela concentração territorial. O complexo definiria ainda um regime de baixa concorrência interna. Numa conceituação clássica, os CAIs seriam, enfim, a "soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados." (138)

Pela definição já se detecta a integração de setores da economia antes distintos no seu processo de produção e circulação, como a indústria e a agricultura. É uma integração típica do processo de internacionalização da agricultura hegemônica pelos EUA e secundariamente dominado pela Comunidade Económica Europeia, na sua origem. Decorre daí a formação de complexos internacionais no setor, como é o caso do complexo milho/soja/carne, o de óleos vegetais, o dos açúcares, papel e celulose, entre tantos.

(137) ver estudo clássico, de 1957, de Davis e Solberg. *A Concept of Agribusiness*, Harvard University, Boston.

(138) para uma reflexão mais aprofundada do conceito ver o estudo de PINAZZA, Luis Antonio; WEDEKIN, Ivan & ARAÚJO, Ney Rittencourt. *Complexo agroindustrial: o "Agrobusiness" Brasileiro*. São Paulo, Agroceres, 1990. Ver ainda o excelente ensaio de SILVA, José Braziano. "Complexos Agroindustriais e Outros Complexos", IN *Reforma Agrária*, Campinas, n.º 3, vol. 21, set/dez 1991. Este número da revista é, inclusive, dedicado a estudos sobre o tema.

Delgado (139) chega a qualificar os CAIs no Brasil de sistema produtivo totalmente integrado verticalmente, onde o Estado passa a financiar e redirecionar diversos agentes na formação de "grupos econômicos de capitais integrados". Independente da pertinência do papel de protagonista que esta formulação confere ao Estado, o conceito auxilia na compreensão de uma certa confluência de interesses num sistema produtivo que reduz os mecanismos de decisão, agora modelados por um conjunto diminuto de agentes econômicos. Para se ter uma dimensão da magnitude desse processo de concentração de capitais, Pinazza estima que em 1980 os negócios dos CAIs brasileiros corresponderam a 32% do PIB. (140)

O processo de verticalização da produção agrícola, contudo, não se deu uniformemente ao longo do país. Várias características regionais, como condições naturais, excedente de mão-de-obra, sistema de dominação e relações sociais tradicionais no meio rural, entre outras, determinaram as situações e a dinâmica da agricultura.

No caso nordestino, o processo de modernização acelerou-se com a queda da participação relativa da produção açucareira a nível nacional no final da década de 60. A região que era responsável por 46% da produção nacional na safra 57/8, passa a responder por 35% na safra 67/8. O empresariado do setor desloca seus investimentos de Pernambuco para Alagoas, onde o terreno mais regular possibilitava o emprego de mecanização em escala.

A concorrência desarticulou o tradicional sistema de produção de açúcar do nordeste, em especial no Estado de Pernambuco, principal produtor da região. O tradicional

(139) DELGADO, Geraldo - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo, Itene, 1985.

(140) PINAZZA, WEDEKIN e ARAUJO - Complexo agroindustrial...op.cit.,p.35.

sistema de rotatividade é então substituído pela produção intensiva, alterando a utilização de mão-de-obra na colheita com máquinas no preparo do solo.

O sistema de produção intensivo incorporou áreas antes dedicadas à policultura alimentar à agroindústria canavieira, de forma ainda mais dramática em Pernambuco.

Em meados de 1971, o governo militar acionou uma série de políticas de suporte desse processo. A primeira iniciativa foi a instalação, através do Dec. 1178, do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Em 1975, a maior parcela de sua dotação era alocada para programas de financiamento à agroindústria, aquisição de insumos, máquinas, tratores e implementos agrícolas. Entre 1965 e 1976, a SUDENE aprovou projetos de incentivo à pecuária de corte (61,4% dos projetos aprovados), rearticulando o perfil produtivo da região. (141)

Outro programa adotado em 1974, o Polonordeste, destinou recursos para irrigação, colonização e desenvolvimento rural integrado.

Documentos oficiais chegaram a explicitar cinco regiões básicas de desenvolvimento da agricultura nordestina: vales úmidos, planaltos úmidos, regiões áridas, tabuleiros costeiros e região pré-Amazônica. A partir dessa tipologia geográfica, o Ministério da Agricultura estabelecia dez sistemas de produção na região, destacando-se os sistemas de cana/cacau, gado/algodão, fronteira, pecuária e pecuária/policultura.

(141) Sobre as políticas públicas adotadas para a modernização da agricultura nordestina nesse período, ver: SALLES, Teresa - Agreste, agrestes. São Paulo, Paz e Terra/CERRAP, 1982; WILKINSON, John - O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo/Bahia, MUCITEC/CEPA, 1986.

O modelo de desenvolvimento proposto para a região buscava conformar mercados regionais, tanto na especificidade de seus produtos, quanto na sua composição social. O processo desencadeado criou, de um lado, uma massa heterogênea de trabalhadores com pouca ou nenhuma terra que passou a se assalariar temporariamente para aumentar a renda familiar, e de outro, diminuiu a capacidade dos pequenos produtores em intervir no mercado já que as políticas adotadas não possibilitaram um aumento de produtividade média.

Acentuou-se, inclusive, a expropriação dos antigos moradores de engenho, que recebiam a concessão da casa para morar e área para roçado em troca do trabalho na plantação de cana, sem remuneração.

Configuraram-se, desta forma, bolsões regionais marcados pela pequena produção de alimentos e assalariamento generalizado no nordeste, sendo que a questão da terra perpassava as duas situações como fonte de litígio e resistência.

O caso do norte do país se distingue do nordeste. Esta região, na década de 70, apresentou-se como polo de atração do fluxo migratório. Já no ano de 1970, cerca de 18% do total da população da Amazônia tinha nascido fora do município de residência, sendo 30% destes oriundos de outras regiões do país. As migrações para a área rural oscilou entre 14% e 17%.

Até 1972, cerca de 65% da área era inexplorada, e 80% da área cultivada em 1965 destinava-se ao plantio de alimentos básicos. (142) Uma área assim inexplorada deveria,

(142) Sobre processo migratório na região ver: CARDOSO, F.H. e MULLER, Geraldo - Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo, CERRAP/Ed. Brasiliense, 1977. Ver também estudos publicados nos ANAIS dos encontros do PIPSA.

na estratégia desenvolvimentista, preparar-se para se inserir no projeto modernizador. Para tanto, era necessário a implantação inicial de uma série de obras de infraestrutura e consolidação de um mercado de trabalho regional. Assim, em 1966 o governo federal estabelece as bases deste modelo com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Seu objetivo era desenvolver polos populacionais estáveis na região, incentivo à produção agrícola, pecuária, piscicultura, resguardando para a iniciativa privada as atividades mais rentáveis. São criados o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Em 1970, o governo federal criou o Plano de Integração Nacional (PIN), que objetivava financiar o plano de obras de infraestrutura das regiões norte e nordeste, a construção da Transamazônia, a Cuiabá-Santarém e o Plano de Irrigação do Nordeste. Cálculos governamentais da época alertavam que existiam mais de 1 milhão de famílias subempregadas no nordeste, e que mesmo os esforços de modernização da produção daquela região deixariam de absorver cerca de 300 mil destas famílias no mercado de trabalho. Este era o contingente que deveria migrar para a Amazônia.

O início da década surpreende a instalação de núcleos populacionais ao redor da Transamazônica, com famílias migrantes que recebiam lotes e um salário mínimo de apoio pago por 6 meses, normalmente recebido com atraso. Em 1975, a SUDAM definiu a região como "ideal para a pecuária", o que serviu de senha para liberação de crédito rural pela BASA à grandes projetos de investimento na pecuária.

Tanto a política de colonização, quanto a de atração de grandes investimentos à região definiram um novo quadro social. Surge a figura do "parceleiro", beneficiado pelo lote do projeto de colonização, que passa a plantar

alimentos, com baixa produtividade. No Pará, cerca de 31% das áreas de castanhais é adquirida ilicitamente por grandes investidores que buscavam implantar madeireiras e fazendas de gado, desencadeando um agudo processo de conflitos por terra. No Acre, antigos seringueiros foram expulsos por empresas, surgindo as figuras dos seringueiros autônomos, administradores de fazenda e grandes pecuaristas.

Os projetos de colonização, enfim, atraem para a região pequenos produtores descapitalizados, detentores de um padrão tecnológico anacrônico que, ao se associar às precárias condições de vida na localidade, transformam-se em subempregados ou abandonam seus lotes.

Processo parecido será verificado na região Centro-Oeste, como no caso do Estado do Mato Grosso, com exceção da região dos cerrados que sofrerá pesados investimentos em irrigação.

Ao longo da década de 70, a região aumentou sua produção de grãos, com destaque para a soja. No início dos anos 80 já era responsável por 18,9% da produção nacional de soja, chegando a produzir 36,9% do total nacional na safra 87/88. Enquanto os Estados do sul do país estagnaram sua produção, a partir de 1976 a produção de soja cresceu aceleradamente nos Estados do Mato Grosso e Goiás.

Essa cultura foi responsável pela instalação de grandes empresas multinacionais (143) à juzante da produção em toda a região. E o caso das empresas de fertilizantes, onde a soja é responsável por 18% do consumo deste produto; de

(143) A título de ilustração vale lembrar que a indústria de tratores é dominada pelas multinacionais Massey-Ferguson, Valmet e Ford; e a de agrotóxicos pela Ciba-Geigy, ICI, Bayer e Rhodia.

agrotóxicos, cuja produção absorve 28% ; e tratores, responsável pelo aumento de consumo, principalmente nos anos 84 e 85.

O sul do país apresenta uma terceira via da modernização agrícola. A lei 5.764 de 1971, que incentivou a formação de cooperativas empresariais, definiu-as como instrumento do processo de modernização através do incentivo a linhas de produto (144). Foram liberadas faixas de crédito para as cooperativas, proibindo, contudo, a formação de cooperativas de crédito, o que limitava o financiamento para formação de capital própria, submetendo-as aos objetivos governamentais.

As cooperativas figuravam no ideário desenvolvimentista como "elo de ligação entre a agroindústria, o Estado e o corpo de associados", nas palavras de Luiz Coradini. Viabilizavam a modernização da pequena produção.

Pois bem, no sul esta estratégia aplicou-se plenamente.

Metade da produção de soja do Rio Grande do Sul - produto que representou 62,7% das exportações gaúchas em 1976 - era comercializada por cooperativas agrícolas em meados da década de 70. As cooperativas deste Estado comercializavam ainda a quase totalidade do trigo produzido. É importante ressaltar que no ano de 72, cerca de 94% dos imóveis que produziam trigo no Estado possuíam área inferior a 100 ha., responsáveis por 51,6% da área colhida; sendo que 92% dos imóveis que produziam soja possuíam também área inferior a 100 ha., responsáveis por 50% da área colhida.

O processo acima descrito deu origem a uma pequena propriedade diferenciada do restante do país, altamente tecnificada e integrada ao sistema agroindustrial. No início

(144) Ver CORADINE, Odacir Luiz - "Classes Sociais e Estrutura de Poder e Cooperativismo Agrícola no Sul do Brasil" IN: Cadernos DCP, n.6, Belo Horizonte, Departamento de Ciências Políticas da UFMS, dez.1980.

dos anos 70, a agricultura sulina somada à paulista detinha 75% dos trabalhadores rurais qualificados do país, 81% do total de arados, 70% dos veículos de tração mecânica, 90% dos veículos de tração animal. (145)

Nessa região a agroindústria se desenvolveu selecionando amplos segmentos de pequenos proprietários e integrou-os ao seu processo produtivo, muitas vezes por intermédio do sistema cooperativo. Em outras palavras, subordinou a lógica da produção camponesa ao ciclo produtivo da agroindústria.

Finalmente, a região sudeste viveu o processo de modernização da agricultura na década de 70 excluindo, grosso modo, a pequena propriedade do desenvolvimento tecnológico decorrente.

Nos anos 60, o colonato das fazendas de café começou a desaparecer enquanto categoria social. Entre 1964 e 1975, afirma Stolke, "a força de trabalho agrícola do Estado de São Paulo diminuiu em 35% e o número de trabalhadores rurais residentes nas propriedades decresceu em 52%". (146) A partir da queda dos preços internacionais do café na safra 61/62, o governo Goulart instala o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) que tinha como objetivos eliminar os pés de baixo rendimento, modernizar as plantações recentes e induzir a sua substituição por culturas de consumo industrial. Entre junho de 1962 e maio de 1967 foram erradicados 1.379.000 pés de café em todo o país, sendo 299 milhões somente em São Paulo.

O mesmo ocorreu nos Estados do sudeste, com especial efeito social no Espírito Santo, onde a mão-de-obra liberada

(145) SORJ, Bernardo - "Estrutura agrária e reforma agrária no Brasil" IN: Cadernos DCP, op.cit., p.5

(146) STOLKE, Verena - Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850 - 1980). São Paulo, Ed.Brasiense, 1986, p.179.

concentrou-se na região de Grande Vitória, dando origem a várias cidades dormitório e total desequilíbrio nos serviços básicos e de infraestrutura urbana.

Parte significativa deste contingente expulso, entretanto, se assalariou naquelas culturas em alta no mercado internacional, como cana-de-açúcar, laranja e algodão.

Em 1975 é criado o Proálcool que visava modernizar o cultivo de cana de açúcar, diversificando as variedades e acelerando a utilização de máquinas no seu processo produtivo. Se até 1976 apenas 5% da cana era colhida mecanicamente, no final da década este índice eleva-se para 20%. Em 1981, a região de Ribeirão Preto (SP), principal região produtora de cana, chegou a colher mecanicamente 47% do total da produção. Cada colheitadeira empregada, é importante registrar, reduzia em 25% a necessidade de mão-de-obra na época de colheita.

Ora, o aumento da mecanização na cultura de cana gera o trabalhador rural temporário, empregado em larga escala nesta região. Em 1980 estimava-se em 460 mil assalariados temporários na colheita de cana somente em São Paulo.

O processo de modernização desta cultura segmentou ainda as categorias que passaram a trabalhar no complexo, no setor de transporte, das usinas, das destilarias, do setor de plantio e colheita, com épocas de dissídio coletivo distintas.

No caso do norte de Espírito Santo e leste de Minas Gerais, o mercado de trabalho rural foi reestruturado a partir do desenvolvimento da agroindústria de papel e celulose, que se expandiu com a criação do Código Florestal de 1965, garantindo isenção fiscal para o setor. As empresas

contrataram parte da mão-de-obra liberada no processo de erradicação dos cafezais, principalmente para o plantio, corte e transporte de madeira.

Finalmente, destaca-se uma terceira cultura em absorção de mão-de-obra e reestruturação do mercado de trabalho rural regional, que é a laranja. Entre 1970 e 1989 foram plantados 110 milhões de pés de laranja no Brasil o que transformou o país em responsável por 90% das exportações mundiais do produto. A produção concentrou-se na região de Bebedouro (SP), atraindo grandes contingentes de outros Estados da região na época de colheita. É importante destacar que este complexo agroindustrial possibilitou a tecnificação de pequenos proprietários, chegando a articular ao seu redor cerca de 22 mil produtores de laranja.

Não é o caso aqui de se tecer comentários e análises mais aprofundadas das relações sociais de produção geradas pela introdução de culturas modernas no sudeste. O que cabe registrar para se compreender a natureza dos movimentos sociais que nasceram desta dinâmica social é que entre 1965 e 1980 a região viu ruir o sistema de colonato e de residentes das fazendas de café e presenciou a emergência de diversos polos de produção agroindustrial voltados para a exportação. Estes polos constituíram mercados de trabalho com dinâmica própria, absorvendo os segmentos expropriados ou com pouca terra e não tecnificados em algumas fases do processo produtivo, dando origem a figura do bóia-fria. Alguns complexos agroindustriais promoveram seletivamente alguns poucos pequenos proprietários, tecnificando-os e articulando-os através de rígidos contratos. Por fim, segmentaram as categorias empregadas na produção, tornando mais complexa a realidade social rural.

É importante ter claro que esse peculiar modelo de desenvolvimento agrícola deixou ao largo um amplo segmento de trabalhadores rurais não tecnificados ou mesmo expropriados pelo modelo adotado. Não era raro, a partir de então, que amplas massas desses trabalhadores se deslocassem nos limites da região sudeste à procura de emprego temporário, principalmente na época de colheita desses produtos de ponta da economia agrícola regional.

Pois bem, a modernização da agricultura brasileira na década de 70 se fez de maneira desigual ao longo do país, como ficou demonstrado. Em linhas gerais, notabilizou-se pelas consequências sociais apontadas a seguir:

1. Crescente Tendência Migratória:

A taxa de migração salta de 2,27% anual para 4,48% ao longo da década de 70. Cerca de 16 milhões de pessoas migram neste período, expulsas de suas terras. Nesse processo, destacaram-se os contingentes oriundos dos Estados do nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, que deslocam-se para as regiões de expansão de fronteira, como é o caso da região norte e Mato Grosso.

A década registrou três fluxos migratórios: ocupação da fronteira agrícola (do centro-sul para o norte e Mato Grosso), migração para o centro industrial (Minas Gerais e nordeste para Paraná e São Paulo) e migração de fronteira (Paraná para o Paraguai).

A partir de 1974 iniciou-se um processo acelerado de ocupação de Rondônia - que registrou um aumento populacional de 400% em 8 anos - e Mato Grosso.

O processo migratório acompanhou o movimento de modernização tecnológico que se havia iniciado em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná nos anos 50 e se generalizado nos anos 60 e 70. Três regiões, em especial, não conseguiram absorver a mão-de-obra liberada pela modernização agrícola: nordeste (76% migrou para outras regiões), sul (54% migrou) e centro-oeste (62%). (147)

A expropriação da terra e o processo migratório já era um fenômeno observado em décadas anteriores aos anos 60 e 70. As causas e qualidade do processo, porém, eram totalmente nova, conferindo uma outra dinâmica aos movimentos migratórios. Não era mais as adversidades climáticas ou as péssimas condições de trabalho que motivavam a migração, mas as próprias transformações econômicas - que reconstruíram e rearticularam os mercados de trabalho e o processo produtivo - desfazendo-se de amplos contingentes de trabalhadores. Estes, perdiam seu mercado de trabalho tradicional e dirigiam-se para uma outra região, onde as condições reais de trabalho eram normalmente ignoradas.

Eduardo Machado, em texto recente (148), sobre o processo migratório de moradores da Bacia do Paraguaçu, na Bahia, revela as diferenças dos deslocamentos ocorridos antes dos anos 50 daqueles que ocorreram nas décadas seguintes. Os depoimentos colhidos pelo autor demonstram que o primeiro período migratório tinha como causa os conflitos e desrespeitos que meeiros e rendeiros sofriam nas áreas de roçado por parte dos fazendeiros locais. Os deslocamentos ocorriam nos limites da própria região, de uma fazenda para

(147). Ver MARTINE, George - "Exodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola" IN: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo (orgs.) - Os impactos sociais..., op.cit.; Migrações no Brasil. Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, Ed. Paulinas, 1986. (29) - Martine, George. "Exodo Rural..." op. cit.

(148) MACHADO, Eduardo - "As imagens da Emigração Rural", In Revista USP, nº 14, jun-agosto 1992.

outra. Essa situação gerava uma reação política do camponês muito peculiar, dado que o meeiro mantinha uma dependência para com o patronato da região para obter temporariamente a sua terra de roçado. Qualquer ato conflituoso poderia gerar graves dificuldades para sua reinserção como meeiro em outras propriedades, limitando sua reação ao abandono da sua área, transferindo-se para outra fazenda.

O processo migratório ocorrido nos anos 50 e 60 foi de outra natureza. A migração dirigia-se para São Paulo e Paraná, em função do que o autor denominou de "impulso da agricultura comercial", ao lado da formação de um mercado de terras altamente valorizado. O fato é que os contratos de arrendamento tiveram seus preços majorados naquela região ao mesmo tempo em que formava-se um mercado de trabalho na região sudeste extremamente atrativo. O novo processo migratório resultava da abertura de uma fase de extinção das roças de ameia na região e pela sua substituição pelo trabalho diarista.

A realidade desta localidade não foi um fato isolado no país. Milhões de trabalhadores rurais passaram por esta mesma trajetória, principalmente no nordeste. Enquanto até os anos 50 as migrações constituíam-se num fenômeno estrutural do sistema de produção e dominação rural em diversas regiões do país, as migrações dos anos 60 fundavam novas relações sociais no campo e davam origem a uma gama de novas categorias sociais.

2. Sazonalidade do Trabalho Agrícola:

A mecanização reduziu a mão-de-obra necessária nas atividades de plantio e tratos culturais, aumentando, entretanto, a demanda em épocas de colheita. Graziano demonstra os efeitos sociais deste processo citando a

substituição de mão-de-obra nas culturas de algodão, onde uma colheitadeira substituiu 190 homens/dia; no milho, onde a cultura mecanizada reduz de 8 para 1 homem/ha.; no trigo, onde ocorreu uma redução de pessoal de 11 para 1; o mesmo ocorrendo com a cana e soja. (149)

A mecanização ocorre de maneira tão acelerada e abrupta que o setor não consegue absorver a mão-de-obra liberada pelas novas tecnologias adotadas.

A sazonalidade do trabalho agrícola destituiu a realidade rural do mundo camponês, inclusive porque na entressafra uma parcela significativa desses trabalhadores se empregou em serviços temporários nas cidades, como no caso da construção civil. (150) A lógica de sua reprodução social pouco tem de comum com o calendário agrícola que outrora definia o período de plantio, colheita, mutirões e festas aos santos devotados, como demonstra estudo de Carlos Rodrigues Brandão. (151)

3. Introdução da Organização Taylorista no Trabalho Agrícola:

A subordinação do processo de produção agrícola à lógica dos CAIs marcou a introdução em escala de um ritmo na produção e um processo de trabalho agrícola imposto pela empresa. O antigo camponês passou a ser um executor de tarefas e sentia-se expropriado do seu saber. Essa situação

(149) Ver SILVA, José Graziano - De Guariba a Iaco...op. cit., p.59.

(150) Estudo publicado no Boletim Reforma Agrária nº 3 (ABRA/Campinas; mai/jun 1982), intitulado "Como Mudou o emprego no Campo", aponta que, "na década de 70, um contingente maior de pessoas moram na cidade, mas trabalham no campo". Segundo o estudo, nesta década, houve um aumento em 3% de pessoas tipificadas nesta condição.

(151) BRANDÃO, Carlos Rodrigues - Os caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

é evidente no caso dos pequenos proprietários integrados à agroindústria no sul do país, mas também no caso dos bóias-frias, onde cada tarefa é cercada por estreitos limites e toda possibilidade de iniciativa na produção se restringe, burocratizando o processo de trabalho.

A agroindústria da cana aparece como uma exemplar ilustração dessa mudança. No início dos anos 80, a agroindústria canavieira paulista decidiu mudar o corte de cana de 5 para 7 ruas. Significava que o trabalhador que antes cortava 5 "fileiras" ou "ruas" de cana para depositá-las no eito central, agora precisava cortar uma rua a mais de cada lado, andando 1,5 metro a mais para atingir o local onde amontoava a cana colhida. A mudança decorria da avaliação dos usineiros que o sistema 5 ruas não propiciava um ritmo de produção adequado. (152) É evidente que a mudança de sistema exigia do trabalhador um dispêndio de energia maior, o que gerou protestos violentos.

Contudo, por ora vale ressaltar que a organização da produção imposta pela agroindústria submeteu o trabalhador a um ritmo e a uma sequência de ações nas quais ele próprio não podia interferir. O exemplo acima revela ainda uma lógica típica do sistema taylorista onde emerge uma "hipertrofia do aparelho de enquadramento do processo de trabalho, engenheiros da seção de metodologia, contramestres, monitores encarregados do cálculo e da aplicação dos tempos, do treinamento de operários." (153)

Os CAIs ao definirem o padrão tecnológico de ponta do setor agrícola passam a imprimir esta nova lógica no

(152) Ver SILVA, José Graziano - De Guariba a Leme...op. cit., p.59.

(153) LINHART, Robert - Lénin, os japoneses, Taylor, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p.30.

processo de trabalho no meio rural, mesmo nas localidades onde ela não está instalada, pois esta passa a ser a lógica e o timing do processo de acumulação na agricultura.

4. Conformação de Mercados de Trabalho

Regionais:

O desenvolvimento agrícola que se delineou principalmente a partir da segunda metade dos anos 70 (154) redefiniu o padrão tecnológico adotado pela agricultura e desarticulou as tradicionais relações sociais e mercados agrícolas. Em seu lugar surgiu uma nova conformação de mercados de trabalho rurais diretamente relacionados com os projetos de desenvolvimento aplicados em cada região. Nas regiões onde já havia um grande excedente de mão de obra rural e alto grau de urbanização, os CAIs passaram a ditar diretamente as novas regras do processo produtivo e de comercialização agrícola. Novas culturas emergiram como estratégicas para cada região, notadamente aquelas voltadas para exportação, em substituição à produção de produtos da cesta básica onde as pequenas propriedades rurais destacavam-se largamente, já que as propriedades abaixo de 100 ha. eram responsáveis por cerca de 70% da oferta nacional de alimentos.

A própria distribuição do crédito rural de custeio por região se alterou. Se no período 69-74 cerca de 21% era destinado à cultura de arroz no norte do país; 47% à cana no nordeste; 58% ao arroz no centro-oeste; 36% ao café e cana no sudeste; no período seguinte, eram introduzidos inúmeros outros produtos de exportação que sobem no ranking das

(154) Significativo desse período é a criação da EMBRAPA, em 1974, que se constituiu como veículo para mudança do padrão tecnológico. Em 1975, vale registrar, é implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que visava, entre outros objetivos, desenvolver a agricultura da região Centro-Sul e integrar a nação com investimentos no Nordeste e ocupação no Norte.

prioridades governamentais, com destaque para cana, eucalipto, frutas em áreas irrigadas, soja, entre outros. Entre 1977 e 1981, a produção das culturas com essas características atinge um crescimento médio de 2,53%. Coincidentemente, as culturas voltadas para o mercado interno - milho, arroz, feijão, mandioca e batata - sofrem queda de produção ao redor de 2%.

Os censos agropecuários demonstram que em 1970 as propriedades com menos de 100 ha. produziam 54% do arroz, 83% do feijão, 88% da mandioca e 75% do milho do país. Em 1980, essa participação caiu para 37% do arroz e 53% do feijão, mantendo sua participação no caso da mandioca e milho.

Os mercados agrícolas passaram a ser definidos pelas culturas de exportação, agroindustrializadas, que constituíam mercados de trabalho regionalizados, baseados na oferta sazonal de serviços ou na integração contratual de pequenos produtores às empresas.

5. Concentração Fundiária

A concentração de recursos para modernização da produção nas mãos dos grandes proprietários associada a especulação imobiliária induziram a uma acelerada concentração fundiária no período.

Entre 1920 e 1970 é possível verificar uma tendência de redução no tamanho das propriedades rurais, principalmente naqueles estratos menores, como no caso das propriedades com

até 10 ha., cuja área ocupada dobra entre 1940 e 1970. Martine (155) chega a afirmar que houve um processo de minifundização da agricultura.

A tendência, contudo, se inverteu a partir de 1970. A região norte foi a única que não apresentou concentração fundiária entre 1970-80. As propriedades acima de 1.000 ha., entre 1972-78 aumentaram sua participação na área total de 19% para 25%.

Essas características que já se esboçavam desde o pós-guerra se generalizaram e se cristalizaram durante o regime militar, em especial ao longo dos anos 70. O efeito imediato dessa nova realidade foi a brutal alteração do panorama social no meio rural. Um panorama social, inclusive, muito complexo, onde as categorias sociais se multiplicaram, muitas vezes dando origem a situações híbridas, como camponeses que conciliavam produção nas suas terras com assalariamento temporário; ou segmentos sociais que se inseriam em projetos de colonização oficial e que, fruto do descaso governamental nunca chegaram a regularizar sua situação legal; ou mesmo pequenos produtores integrados à agroindústria, cuja lógica de produção e reprodução aproxima-se em muito à realidade do assalariamento.

A novidade dos anos 70 não foi, portanto, o processo de modernização - este já iniciado nos anos 50 -, mas a nova configuração social dele decorrente. Uma configuração social rica em nuances e essencialmente heterogênea, que impunha uma nova leitura da realidade por parte das instituições, em especial àquelas de representação dos trabalhadores. Não apenas em função dos novos interesses que surgem nesse

(155) Martine, George. "Exodo Rural..." op. cit.

processo, mas principalmente porque a mudança social foi de tal envergadura e violência que rompe com a continuidade das relações de dominação seculares do meio rural.

Em suma, as transformações econômicas analisadas até o momento, gestaram um novo sistema de dominação do meio rural.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (156) identifica cinco características do modo típico de viver das populações rurais - o modo camponês de viver, é possível acrescentar - que foram demolidos com a nova realidade rural:

1. a mata é o local de onde provém os recursos de sua sobrevivência;
2. observa-se um análogo entre trabalho e lazer;
3. há forte solidariedade em comunidades pequenas, possibilitando a complementariedade de seus membros mediante relações de contraprestação;
4. religiosidade e dimensão prática de sua cultura;
5. vínculos familiares, relação básica do modelo patriarcal
(poder paterno X piedade filial).

Algumas características deste "modo de vida camponês" se somaram, se articularam ao sistema de dominação imposto no meio rural. De certa forma, o sistema de dominação que se

(156) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

instalou estabeleceu algumas identidades com este modo de vida, nutriu-se das representações e rituais camponeses, tentou legitimar-se a partir dessas mediações.

Uma característica a ser ressaltada nesse processo é a da "obrigatoriedade tácita da contraprestação". As relações comunitárias estabelecem a ajuda mútua como fórmula costumeira de relações sociais, de sorte a definir como a "conduta dos personagens (...) entrelaçada com a concessão de mercês, expondo a vigência do princípio de dominação pessoal, base pouco propícia para a reação racional das ações." (157)

O que a autora procura revelar é que este costume foge a qualquer forma de regulamentação da conduta baseada numa economia de mercado. Funda-se numa relação interpessoal, num acordo tácito nem mesmo verbalizado. São objeções mútuas que que fundam a comunidade rural.

O mutirão aparece, então, como uma prestação voluntária e gratuita de serviços, marcado por relações estritamente pessoais, desprovido de qualquer regulamentação das relações de trabalho na comunidade, ou qualquer hierarquização interna das funções, ou mesmo discriminação de autoridade.

Esses elementos de conduta social são reprocessados e incorporados no sistema de dominação tradicional, pelo patronato rural. (158) Neste sentido, os fazendeiros de uma dada região procuravam ressaltar laços de amizade com os

(157) *Ideas*, p. 27

(158) É possível antecipar que várias dessas características - ausência de autoridade e hierarquia interna, ajuda mútua - serão também reelaboradas enquanto referências para a prática política nos anos 70, quando os camponeses vêem-se expropriados de sua terra e presenciam a destruição do sistema de dominação tradicional. Este tema será tratado mais adiante.

sitiantes locais. Estabeleciam, inclusive, relações de compadrio entre patrões e empregados/ arrendatários/ moradores, que definiam vínculos tão fortes quanto o de consangüinidade.

O compadrio estabelecia o que compadre deveria tomar o lugar do pai, quando necessário, e ajudar na educação e amparo do afilhado. Por sua vez, o afilhado deveria ajudar seu padrinho imediatamente quando este o solicitasse.

As marcas de qualquer diferenciação social eram diluídas e em seu lugar, emergia uma relação de fidelidade mútua, que significava adesão política ao fazendeiro local, em troca de benefícios recebidos automaticamente. O "voto de cabresto", a adesão política em substituição à opção individual, nasce desta sujeição disfarçada.

Vai se consolidando um costume que não diferencia vida pública e privada, encadeando-se "presente, passado numa sucessão de graças recebidas e serviços prestados, projetando-se num futuro firmemente confinado pelas lealdades assim fixadas." (159)

O patronato rural investe-se, assim, da preservação das relações marcadas pela afetividade e obrigações mútuas, porque aí assenta-se uma prática conservadora, onde a dominação não é personificada, mas nomeada e naturalizada como uma tradição. Não chega, entretanto, a ser uma relação de submissão voluntária. (160) A resistência e a consciência da dominação se evidencia no abandono do trabalho nas

(159) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, op.cit, p.84

(160) ver ROETIE, Etienne de la. *Discurso da Servidão Voluntária*, São Paulo, Brasiliense, 1982. Pierre Clastres, à página 111 nesta edição, ao analisar o pensamento de La Roétie, assinala que o "sinal e a prova dessa perda de liberdade são constatados não só na resignação à submissão mas, com muito maior clareza, no amor da servidão".

fazendas, na constante mobilidade das populações rurais no interior de cada região, saltando de fazenda em fazenda. (161)

Antes, o que ocorre é uma relação de trabalho marcada por acordo tácito, ou um código moral onde o sitiante, o trabalhador rural, garante naturalmente alguns direitos - moradia, área de plantio de subsistência, proteção à família - nas relações de trabalho. Em troca, ao se empurrar as relações sociais para o campo dos favores, descaracteriza-se a terra como fonte de contestação e litígio por parte dos sítiantes, posseiros, agregados e colonos. (162)

A introdução das relações mercantis destrói as relações pessoais, substitui o tratamento dado pelo sitiante, que passa a ser mais um empregado que humano.

Margarida Moura, ao analisar a expulsão de agregados - que solicitavam moradia nas fazendas - no Vale do Jequitinhonha desde o final dos anos 60, com a consequente supressão das permissões para plantar na fazenda e invasão das posses, demonstra como a ruptura do código moral tradicional joga o camponês numa situação inesperada e ilógica para ele.

Segundo a autora, para os camponeses "documentos trazidos a agregados e posseiros para estes assinarem ou marcarem com a impressão digital tem como finalidade romper com os nexos da antiga relação, paradoxalmente renomeando agregados como moradores de favor ou rotulando-os de trabalhadores avulsos. Essa mudança na lógica das relações sociais que dissolve a agregação, suprimindo a moradia no

(161) Ver SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979, p. 52.

(162) Ver MOURA, Margarida Maria. Os Deserdados da Terra, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A, 1986.

interior da fazenda ou dissolve a posse, inaugurando relações de trabalho que evaporam vínculos permanentes com a terra, é vivamente percebida pelos lavradores". (163)

Os camponeses - conceito tomado aqui na sua qualidade de categoria política e datada historicamente, como já mencionado anteriormente - recusam-se a se tornarem parte livremente contratante, porque pressentem que se configuraria a perda definitiva de direitos, onde se inclui o uso da terra pela família.

Ligia Sigaud (164), ao analisar a transformação de antigos moradores de engenho em assalariados temporários, revela também o sentimento de perda de uma estratégia de sobrevivência que atravessou gerações no nordeste. Para o morador, que recebia um lote de terra para criar animais ou plantar sem roçado em troca de dias de serviço na colheita de cana, a criação no lote cedido no engenho "era praticamente a única forma de acumulação para fazer face a eventualidades como doenças e festividades" (165) ou mesmo a possibilidade de compra de terra. E mais, "nos casos de doença, o proprietário mantinha abastecida a família do morador até a sua recuperação, através do barracão, além de lhe assegurar médico e medicamentos". (166)

A nova realidade social, baseada nas relações mercantis e na expropriação da terra, desarranja - ou complexifica - o quadro de referências de sociabilidade e relações de trabalho no campo e gera novas possibilidades. Se se

(163) *idem*, p. 38

(164) SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos, op. cit.

(165) *idem*, p. 62

(166) *idem*, *ibidem*. O "barracão" era uma mercearia mantida dentro do engenho, onde os trabalhadores adquiriam tanto instrumentos de trabalho, como alimentos complementares.

ponderar, como o fez Eduardo Machado em artigo citado anteriormente, que o sistema de dominação rural até então vigente gerava "atitudes que variavam entre a resistência e a cumplicidade: seja se chocando contra os limites traçados pela relação hierarquizada de dependência, seja procurando se acomodar a esta relação, através da interiorização de um senso dos seus limites como classe, que é característico de grupos que não têm muitas possibilidades de seguirem uma trajetória ascendente", percebe-se que a nova realidade social cria uma situação contraditória. Ao se romper com esta lógica de dominação o senso de limites enquanto ação de classe dilui-se, destruindo a violência da relação dependente, ao mesmo tempo em que o antigo camponês não se encontra na nova ordem, porque perdeu suas referências sociais. Embora de naturezas distintas, as transformações econômicas da agricultura geram uma violência tão desagregadora quanto aquela praticada pelo sistema patrimonialista, construindo um novo sistema de dominação baseado nas relações mercantis.

E neste contexto que aparece como fundamental compreender o processo como o antigo camponês, ao ser expropriado ou ao enfrentar uma nova relação de exploração do seu trabalho, apreende essa realidade e reconstrói sua identidade. Ou seja, como, ao longo dos anos 70, o antigo camponês se multiplica em dezenas de novas categorias, dando lugar a novas representações sociais e novas formas de organização. Somente a partir da análise dessa trajetória será possível, então, confrontá-los com a leitura que o MSTR faz dessa nova realidade e suas conseqüentes concepções de representação.

Em suma, é a antiga economia camponesa, fundamento da estrutura sindical criada para o meio rural em 1962, e a organização social dela decorrente que está em jogo nesse processo de modernização. Uma organização social que se

abala com a recorrente expropriação: na expulsão do trabalhador de sua terra, na transformação do camponês em mero executor de tarefas que a agroindústria impõe ou na desarticulação dos antigos mercados agrícolas, o trabalhador rural não se acha mais no seu mundo, no mundo onde todo o processo de trabalho era controlado por ele.

O sentimento que brota é o de injustiça, porque é claro para ele que as normas sociais estabelecidas foram violadas. O sistema de autoridade local, de divisão de trabalho, de alocação de bens e serviços é rompido.

Segundo Barrington Moore Jr. (167) as relações entre autoridade e comandado são rompidas na medida em que não contribuem mais para a segurança material ou porque impõem privações ou ainda porque os comandados sentem-se punidos arbitrariamente. Em outras palavras, as crenças são solapadas, e o momento exige uma forma diferenciada de organização.

A vida comunitária rural que tinha por modelo as relações entre os membros de uma família (168) é rompida e descortina-se para o camponês a esfera pública. A esfera pública que emerge não é aquela portadora de diversidade, mas marcada por relações de violência e desigualdades. O que muda é a predominância, a partir de então, da obrigação legal sobre o dever moral. Por conseguinte, o código moral anterior que estabelecia comportamentos e compromissos concretos entre as partes pactadas numa relação de trabalho - e que eram apropriadas e reproduzidas pelos sujeitos dessas relações - agora era substituído pelo código das leis e pelas relações mercantis. As relações entre os homens

(167) MOORE JR., Barrington - Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.

(168) ARENDT, Hannah - A condição Humana. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1987, p.63.

ganham visibilidade pública, o que significou a senha para o Estado invadir o espaço da vida cotidiana. A violência no trabalho é agora garantida pela lei e o mundo público separa os homens e cria novas relações não mais fundadas em compromissos mútuos. E mais, a privacidade do mundo camponês é invadida pela expropriação, muitas vezes justificada pelos objetivos econômicos da sociedade.

A década de 70, neste sentido, significou o colapso generalizado do mundo camponês. E como se o trabalhador do campo subitamente se encontrasse desorientado. O código moral definia até então normas de conduta entre as classes rurais, designava explicitamente as funções sociais e estabelecia um sistema de comunicação. Era possível o consenso acerca do sentido do mundo social, mesmo não encobrendo as relações de dominação presentes no trabalho rural. Não é o caso aqui de se naturalizar as relações de dominação no meio rural, mas de identificar o campo por onde as forças sociais e políticas se movimentavam.

Hannah Arendt ao analisar a emergência da esfera pública comenta o sentimento de estranheza dessa mudança e estabelece uma feliz analogia. Propõe a autora que a "estranheza de tal situação lembra a de uma sessão espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de sorte que duas pessoas sentadas em frente uma à outra já não estariam separadas mas tampouco teriam qualquer relação tangível entre si." (169)

E esta sensação de solapamento do mundo das relações de trabalho que se apodera do camponês no espaço de uma década. O sentimento de injustiça gera revolta no trabalhador rural, mas não gera sua organização. Fica, portanto, um vazio a ser

(169) *IDEM*, p.62.

preenchido no lugar do antigo código moral, já sem função social.

Todas as ações desse camponês expropriado, numa relação direta com as transformações em andamento, são então instituintes de uma nova lógica de legitimação social e política neste período, já que não há mais normas sociais que o condenem a qualquer fidelidade. Em outras palavras, não há mais ordem para os camponeses. A nova ordem institucional os exclui. A situação assim descrita sugere que dificilmente estavam dadas nesse momento de crise as condições para que os segmentos expropriados do meio rural delegassem a qualquer organização estabelecida sua representação objetivando conquistar melhores condições de vida, justamente porque eles próprios procuravam se situar em meio a tantas transformações. Em suma, não havia representação formal possível num momento em que as instituições sucumbiam aos olhos dos camponeses. A própria noção de identidade camponesa e de representação começam a ser repensadas.

Em última instância, o antigo camponês perde, de imediato, qualquer direito com a emergência de uma esfera pública que não lhe assegure nem os antigos compromissos sociais, nem qualquer suporte jurídico que garanta a reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, a conquista dos direitos não contemplados nas leis será, pouco a pouco, conteúdo das demandas das categorias que emergem das novas relações sociais.

E essa dinâmica que define o caráter político e as contradições que os movimentos sociais rurais dos anos 70 e 80 travaram com a estrutura sindical vigente.

2. Novos Movimentos Sociais Rurais: Instituinto uma Lógica de Legitimação de Lideranças

" Em 1978 associei-me ao sindicato de trabalhadores rurais, influenciado por um padre que dizia que precisávamos tirar o pelego e fazer o STR funcionar, deixando de ficar centralizado numa pessoa só. Reunimos mais de 80 pessoas para fundar uma delegacia sindical, que não foi reconhecida pelo STR. Eu fui eleito secretário da delegacia. Em 81, ganhamos o sindicato e iniciamos a oposição à FETAENG."

Otacílio Alves Teixeira

STR CERES/Goiás

" Em 78 e 79 ouvíamos o noticiário sobre as grandes greves pelo rádio. Aos poucos fomos nos organizando e fundamos o STR, com o claro objetivo de auxiliar os posseiros da região que estavam sendo expulsos. O STR foi fundado via trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), no meio de uma crítica pesada à FETAG e CONTAG. Não havia uma formulação clara, mas queríamos que o sindicato fosse um instrumento de luta. A FETAG não impulsionava as lutas pela resistência na terra. Somente em 1983 surgirá em Minas Gerais

uma forte luta dos canavieiros, juntamente com grupos de bairro de desempregados. E a FETAG vai puxar para trás o movimento. "

Maria Aparecida
STR Unai / Minas Gerais

A mesma trajetória sindical se repete, com poucas variações, em todos depoimentos colhidos junto à dirigentes sindicais ou lideranças de movimentos contra construção de hidrelétricas, de resistência na terra, de seringueiros, de pequenos produtores, de vários Estados, que emergiram nas lutas de trabalhadores rurais que coalharam o país no final dos anos 70.

As falas revelam elementos sempre recorrentes: a influência da Igreja Católica na iniciação sindical; a criação de um núcleo de sindicalistas que lutava contra a centralização do STR na figura do presidente e pela transformação do sindicato em instrumento de luta; a centralidade na luta pela terra; e a crescente oposição às FETAGs e CONTAG.

A história da vida sindical dos entrevistados (170) inicia-se com o acelerado processo de expropriação da terra - daí o destaque na questão agrária -, transformações das relações de produção nos anos 70 e o incentivo à prática sindical que vinha da Igreja Católica. Este é o ponto de partida da vida política das lideranças e ao explorá-lo é possível compreender os elementos constitutivos do imaginário político que vai se forjando em todo o país com a emergência de movimentos sociais rurais nesse período, e que revelam, desde o seu início, um questionamento à respeito do sistema de representação da estrutura sindical oficial.

Como já observado no início deste capítulo, as transformações aceleradas das relações de produção no campo destruíram os tradicionais laços de sociabilidade e o código moral de trabalho rural, aflorando um forte sentimento de injustiça social. Afinal, 1,5 milhão de pessoas expulsas do campo ao ano, o assalariamento acelerado, o processo de trabalho definido pelo padrão agroindustrial, destruíram a dinâmica social camponesa, baseada nas relações de compadrio, nos mutirões entre vizinhos, entre outras. O impacto dessas transformações abalava a visão de mundo do camponês e sua identidade social. Ficava indefinido o lugar e as condições básicas para sua reprodução cultural.

(170) Foram coletadas entrevistas de lideranças que despontaram no cenário sindical rural a partir dos movimentos sociais que surgiram no final da década de 70. Entre eles, João Pedro Stédeli (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, RS), Avelino Ganzer (Vice-presidente CUT, Pará), Adelson Escher (STR - Francisco Beltrão, Paraná), José Raimundo de Andrade (secretário de assalariados da CONTAG, Paraíba), Fulgêncio Manoel da Silva (Movimento de Atingidos por Barragens, Bahia), Maria Aparecida Miranda (STR - Unaí, Minas Gerais), Otacílio Alves Teixeira (executiva CUT - Goiás), Elvino Rohn Gass (STR - Santo Cristo, Rio Grande do Sul), Sebastião Machado Oliveira (STR - Seringueiros, Rio Branco, Acre), Eraldo José de Souza (STR - Petrolândia, Pernambuco), Maria Querubina (STR - Imperatriz, Maranhão), Luis Silva (STR - São Sebastião do Umbuzeiro, Paraíba), Paulo César Lima (FERAESP, São Paulo), Osmarino Amâncio (Conselho Nacional dos Seringueiros, Acre), Manoel dos Santos (FETAPE), Felisberto dela Vicentina (STR - Junqueirópolis, São Paulo), José Ribeiro Trampolin (STR - Fernandópolis, São Paulo), Renulfo Peloso (FASE, São Paulo) e Carlos Ferrari (STR - Dourados, Mato Grosso do Sul).

Por conseguinte, a busca de uma nova identidade social dos novos atores qualificará as demandas rurais que surgem no período. Todo conflito social rural foi carregado desta necessidade de fundar uma nova representação social do trabalhador rural, de gerar direitos. Neste novo contexto, os limites institucionais diziam pouco a esses novos sujeitos, já que estavam circunscritos à uma dinâmica social na qual não se achavam.

As mudanças colocavam em risco a própria existência de milhões de pessoas continuarem sendo trabalhadores rurais.

Vale dizer que os canais institucionalizados por onde se expressavam anteriormente os conflitos debilitavam-se com a crise do clientelismo rural, abalado pela expansão do capitalismo na agricultura. O patrimonialismo era substituído por relações impessoais entre patrões e trabalhadores. As mudanças ocorreram, como se apreende até aqui, sem qualquer participação popular: seja em função da rigidez dos sindicatos, em função do regime autoritário que se instala no país, ou mesmo do modelo concentrador e excludente de desenvolvimento agrícola. A institucionalidade que se desenvolve nestas condições encontra dificuldades, ou mesmo nega a possibilidade de prever e/ou regular os direitos dos segmentos atingidos pelas transformações em curso. É nesse processo que as lideranças que emergem no bojo dessa dinâmica social voltam-se gradativamente contra as instâncias superiores da estrutura sindical. Os segmentos sociais expropriados atacavam a "concepção imobilista de direito" - na feliz conceituação de José de Souza Martins (171) - das FETAGs e CONTAG, exatamente porque as leis diziam pouco às novas categorias sociais. Na medida em que estas instâncias fetichizavam os direitos concedidos pelo Estado, chocavam-se com a concepção moral de direito que

(171) MARTINS, José de Souza - Não há terra para plantar neste verão. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

aflorava nos novos movimentos sociais. Se os tradicionais canais de expressão perdiam sua funcionalidade, o cotidiano e a localidade apresentavam-se como o lugar da contestação, verdadeiras "trincheiras da sobrevivência". (172)

Ora, ao se voltarem para o cotidiano como lugar da prática político-sindical, esses segmentos sociais conformaram uma diversidade de temas e interesses, definindo uma pluralidade de estratégias, perspectivas e ações. Os interlocutores, nos conflitos, também se multiplicaram, ora elegendo como adversário uma agroindústria, ora uma agência estatal, ora uma cooperativa ou uma empresa rural. Deixava-se, então, de adotar como pressuposto a necessária conquista do Estado e a consequente validade do ordenamento político existente, como receitavam as direções do "sistema confederativo".

É possível identificar, dois elementos de atrito original entre esses novos sujeitos que surgiam do processo de expropriação da terra e de transformações nas relações sociais rurais, e as instâncias dirigentes da estrutura sindical oficial: a) a noção de direito, mais ampliada e fundada numa concepção moral e de busca de uma nova identidade para os novos movimentos sociais; b) o papel de interlocução atribuído ao Estado na resolução dos conflitos.

A ruptura original entre movimentos sociais e FETAGs/CONTAG, em outras palavras, fundava-se em lógicas de ação distintas: FETAGs e CONTAG adotando a lógica organizacional do sistema confederativo; os movimentos sociais adotando a lógica de mobilização e de enfrentamento da ordem institucional. E na medida em que os movimentos sociais resistiam e simultaneamente buscavam construir uma

(172) O termo é emprestado de José de Souza Martins que o utiliza em seu livro *Caminhada no chão da Noite*. São Paulo, HUCITEC, 1989.

nova identidade social, explicitavam a demanda por uma representação específica que ameaçava a estrutura de poder interna da organização sindical. (173)

Os movimentos sociais rurais do final da década de 70 antecipavam, deste modo, as idéias-força que seriam adotadas pelos metalúrgicos do ABC paulista no início dos anos 80: a luta pela dignidade e autonomia. (174)

Em relação à defesa da autonomia, Harmut Karner destaca que os novos movimentos sociais que surgem no início dos anos 80 questionaram as formas de alienação inerentes às organizações políticas tradicionais, "criticando sua centralização e pretensa representação, que impediam a criatividade social." (175)

A crise de representação seria, desta forma, elemento constitutivo do processo de emergência dos novos movimentos sociais. E pela negação da ordem institucional, os diversos movimentos sociais aproximavam-se, criavam uma primeira identidade entre si.

Tal identidade ganharia um novo impulso com a intervenção da Igreja católica no meio rural. A provocação dos padres locais foi a pedra fundamental de um nova ação sindical, que superava a prática reativa que os segmentos sociais expropriados esboçavam em seu início:

(173) Este tema será retomado no último capítulo.

(174) Ver a respeito ABRAMO, Luis - "Movimento sindical, transição e consolidação democrática no Brasil" IN: El sindicalismo latinoamericano en los 90. vol.1, vários, ed. Planeta Chile S/A, Santiago, 1991.

(175) KARNER, Harmut - " Movimentos sociais: revolução no cotidiano" IN: KRISCHKE e SHERER - WARREN (orgs.) - Uma revolução no Cotidiano?, op.cit.s

"Em janeiro de 1973, chegou o pessoal da Igreja católica, da Prelazia de Santarém, que hoje é diocese, para fazer a celebração da missa (...). O frei Pedro celebrou a missa. Na hora de fazer a leitura do Evangelho, ele perguntou se alguém sabia ler. Ninguém falava nada, eu disse: eu sei. Depois da missa ele disse que precisava criar a comunidade. Ninguém sabia o que era comunidade, ele explicou. Aí disse que precisava de no mínimo duas pessoas para fazer um treinamento, para ser catequista e formar a comunidade.

Fui fazer esse curso e a partir daí entrei como animador de comunidade. E nesse processo de animação catequética, de estudo da Bíblia, a partir do conhecimento da Teologia da Libertação, fui tomando consciência."

O depoimento de Avelino Ganzer revela como a Igreja católica incentivou a organização e, mais importante, introduziu conceitos que se tornaram referência para esse processo organizativo como é o caso da comunidade e dos princípios evangélicos. O evangelho, entretanto, era um novo código moral com o qual se interpretava a realidade, mas era pouco explicativo dos acontecimentos recentes. E, novamente, a Igreja oferece subsídios para mais essa tarefa no processo organizativo.

O próprio Avelino relembra o impacto das explicações do padre sobre as estratégias do governo na Amazônia:

"Foi uma loucura na nossa cabeça ouvir o padre e o bispo dizer que nós não tínhamos sido chamados para a Amazônia para sermos donos de terra. Pior ainda quando falavam que éramos mão de obra barata e que devíamos nos organizar ou não teríamos futuro.

Aquilo me dava uma raiva muito grande do padre. Mas aos poucos eu refletia e percebia que ele tinha razão.

O problema é que a Igreja dizia para mudar, construir um mundo novo, aquela coisa. Mas como fazer isso? Como organizar efetivamente, em plena ditadura militar?"

A trajetória da fala de Avelino reproduz o próprio processo organizativo: a Igreja oferece uma explicação articulada da realidade e identifica a sua situação de dominado; apresenta, em seguida, uma utopia de mundo que se articula com o conceito ampliado de direito que o camponês expropriado carrega consigo; finalmente, desperta a necessidade de organização.

Ilse Sherer-Warren ao estudar a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 70, apreende alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. (176) A nova

(176) As análises da autora citadas nesta seção foram originalmente publicadas em dois estudos: "O caráter dos novos movimentos sociais" IN: KRISCHE e SHERER-WARREN (orgs.) - Uma revolução no Cotidiano?, op.cit; e, O que há de novo nos movimentos sociais no campo?, XVII Congresso Latino Americano de Sociologia, Montevideo, 1998. (mimeo).

identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, que está diretamente relacionada com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação. Este é o flagrante do processo em que as transformações econômicas, em andamento há quase duas décadas, que estavam gerando novas categorias sociais, presencia a constituição dessas categorias sociais em novos sujeitos políticos, que demandam por sua vez novos direitos.

Mas a identidade política em formação também se alimenta daqueles elementos que constituíam a sociabilidade camponesa: ausência de autoridade discriminada, ausência de hierarquia de funções, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade.

Esses elementos aparecem nas manifestações e nas novas formas de organização que surgem no meio rural a partir da segunda metade da década de 70. Movimentos que, segundo a autora, são portadores de um discurso que valoriza a participação ampliada da base, via instalação de mecanismos de democracia direta.

Sherer-Warren identifica a origem desse discurso nas elaborações que a Igreja católica realizava nesse período, em especial nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que unificavam a multiplicidade de movimentos que surgem pelo país, a partir da categoria "pobre".

Essa categoria, os pobres, sedimentou a unidade entre os "excluídos do desenvolvimento", e foi a base para se pensar um projeto de sociedade fundada na democracia participativa e direta. Mais tarde, entretanto, será um empecilho para a construção de um projeto de representação sindical rural mais acabado, justamente porque não incorpora as diferenciações e contradições internas do campesinato.

Para os limites desta análise, contudo, vale registrar que é a partir deste conceito de *povo pobre* que será montada a configuração política da base dos movimentos sociais, da estrutura sindical e da sociedade, pelos organismos confessionais: seriam todos os setores da população "desprovidos do ter, do poder e do saber (...). Em termos políticos, não têm voz nas decisões de Estado que diretamente afetam suas vidas". (177)

Tal conceituação fundia diversos agrupamentos sociais nessa identidade política e difusa de *pobres marginalizados* da sociedade. Ora, daí nasce, pela negação desse sistema de exclusão política, uma forma organizativa própria das comunidades pobres baseada na participação direta das bases ao nível da reflexão, decisão e execução, diminuindo a distância entre elas e a direção. É um modelo organizativo fundado na radical distribuição de poder no grupo e autonomia frente ao Estado e partidos políticos.

Esse modelo encontra sua expressão máxima nas CEBs, pequenos grupos articulados a partir do trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidade, padres e membros de ordens religiosas, estimuladas desde 1965, no Brasil, pelo Plano de Pastoral de Conjunto no Episcopado Católico.

No I Encontro Nacional de CEBs, que ocorreu em 1975, em Vitória (ES), contabilizou-se 50.000 desses organismos em todo o país. Cinco anos mais tarde, o número de CEBs já saltava para 80.000. Denominavam-nas de *comunidades* por propiciarem um relacionamento pessoal, possibilitando a convivência entre seus membros, o que necessariamente exigia um número reduzido de integrantes. Enquanto base, entendia-se que sua organização se daria a partir do local onde viviam e se relacionavam.

(177) ALVES, Maria Helena Moreira - Estado e Oposição..., op.cit., p.230.

Num texto clássico sobre as CEBs, Cândido Procópio Camargo, Beatriz de Souza e Antonio Flávio Pierucci ressaltam que "muitos participantes das CEBs falam delas como se elas representassem o desejado retorno a um estilo de relacionamento rural (...) persistindo¹ entre os integrantes a memória dos liames de solidariedade vividos por aqueles que não têm recursos.(...) Após leitura e discussão do evangelho discutem problemas, família. Se alguém fica sem emprego ou doente, os membros das CEBs ajudam com dinheiro, assistem, dão banho, renovam o telhado." (178)

O que representaria esse ambiente para os segmentos recém expropriados da terra, senão a oportunidade de reconstruírem sua identidade, dilacerada pelo recente desenvolvimento do capitalismo na agricultura ? Uma oportunidade única, que se cristalizou e ficou mais factível ainda após o III Encontro Nacional de CEBs, realizado em João Pessoa, em 1978. Nessa oportunidade, foram definidas quatro orientações básicas aos seus militantes, que desenharam um projeto político, a saber:

1. o grande pecado é o capitalismo. Deve-se partir dos nossos interesses e não dos interesses de quem está no poder;
2. procurar sempre estar unidos e organizados;
3. participar de todas ferramentas que nos ajudarão à libertação;
4. assumir a condição de classe oprimida.

(178) "Comunidades Eclesiais de Base", IN: SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius C. (orgs.) - São Paulo: O povo em movimento. Petrópolis, Vozes, 1980. pp.70/72.

Agora era possível vislumbrar uma estratégia mais clara, um receituário de enfrentamento da situação em que os amplos segmentos sociais rurais se encontravam: tinham um lugar para praticar a antiga solidariedade comunitária, possuíam uma utopia que alargava seus direitos, identificavam a causa de sua marginalização, inseriam-se numa "classe oprimida e pobre" que deveria se organizar e enfrentar o sistema capitalista utilizando-se, para tanto, todas as ferramentas - incluindo-se aí o sindicato - para sua libertação.

As CEBs definiam, inclusive, etapas que deveriam ser cumpridas para se desenvolver o trabalho comunitário e a estratégia estabelecida:

- a) Preparação: conhecimento da comunidade e escolha de animadores, treinamento e programação da equipe;
- b) Treinamento: treinamento de líderes e etapas para o desenvolvimento do trabalho comunitário;
- c) Formação de Núcleos: divisão da área em três ou quatro núcleos, descoberta dos polos de atração e formação de coordenação dos núcleos;
- d) Seleção de líderes: convite e motivação para o trabalho; primeira reunião do núcleo e reunião central dos vários núcleos comunitários;
- e) Reuniões dos núcleos: apresentação do trabalho do grupo; estudo dos problemas da comunidade; estabelecimento de prioridades e programação com a participação de todos os membros;
- f) Implantação: implantação do trabalho, avaliação da sua eficácia; projetos de auto-ajuda;
- g) Estrutura: autonomia das CEBs, consolidação de lideranças; eleição do conselho da comunidade; reunião de todos os núcleos para definição do plano pastoral, dos programas, dos serviços de culto e atividades;

- h) Integração da comunidade; contato com outros grupos; participação nas atividades comuns, intercâmbio entre os núcleos; assembleias comunitárias. (179)

As CEBs se multiplicaram rapidamente no meio rural, na segunda metade da década de 70. Seu modelo de organização e princípios empolgavam milhares de leigos e trabalhadores rurais. Muitas dessas CEBs rurais convergiram e se inseriram num outro organismo confessional criado em 1975: a Pastoral da Terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada durante o Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, desde seu início foi marcada pela luta de resistência de posseiros, índios, peões, pelo afluxo de migrantes naquela região, definindo seu compromisso com a questão agrária. A CPT assumiu esse compromisso de "empenhar-se no processo global de reforma agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e a letra do Estatuto da Terra (...)", tendo por finalidade "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais." Seu trabalho e projeto serviu de inspiração para padres e bispos e, em pouco tempo, surgiam regionais da CPT no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão, Goiás, chegando a 15 regionais em 1979.

Orientava seus membros a organizarem oposições sindicais para conquistarem as direções de STRs, uma das "ferramentas para a libertação".

Em um texto recente, Ivo Poletto, assessor da CPT nacional teoriza e fundamenta a participação da base no processo organizativo, reproduzindo a concepção que entrou em choque com o projeto contaguiano. (180) Poletto alerta

(179) Ver BARAGLIA, Mariano. *Evolução das Comunidades Eclesiais de Base*. Rio de Janeiro, Vozes, 1974. p.69.

(180) POLETTI, Ivo. *A Pastoral da Terra e a Construção da Democracia*. São Paulo, CPT/Ed. Loyola, Cadernos Estudo 7, 1990.

para o risco de se repetir mimeticamente a forma política de organização da sociedade que quer transformar: "o lugar da política é a sociedade, e não o Estado". A definição de direção, nas palavras do autor, deveria, por conseguinte, ser responsabilidade coletiva.

A construção teórica do assessor nacional da CPT vai completando uma concepção de representação política que se iniciou, para muitos trabalhadores rurais, com a sua expropriação da terra e o consequente sentimento de injustiça.

Mais adiante, Poletto completa seu raciocínio:

"Nada é inferior ou superior, mesmo porque o movimento aparentemente mais simples pode tornar-se fonte de amplas mobilizações e o organismo supostamente superior pode tornar-se, na prática, um empecilho ao crescimento do poder popular." (181)

O poder popular, que aparece aqui implicitamente como objetivo a ser buscado pela CPT, deveria estar fundamentado na ampla participação das bases no processo decisório, nas classes pobres marginalizadas. Por conseguinte, as oposições sindicais que se formam em todo país tendo como patrono a CPT, buscavam descentralizar radicalmente a estrutura de poder do sistema confederativo e ampliar a base sindical para todos os segmentos sociais rurais marginalizados do processo de desenvolvimento econômico do país.

O modelo organizativo e o projeto político das CEBs e CPT disseminaram-se por todo o país e já no início dos anos 80 projetaram um tipo novo de liderança rural. Marcava

(181) *idem*, p. 17.

assim, o retorno da ascendência da Igreja Católica, ainda que um segmento progressista da Igreja, no meio rural. Uma Igreja com um discurso inédito no meio rural que se completa em 1980. Nesse ano, a XVIII Assembleia da CNBB que ocorre em Itaici aprova o documento "Igreja e Problemas da Terra", onde se faz uma clara distinção entre *terra de trabalho* e *terra de exploração*. A distinção conceitual reafirma e fundamenta a identidade política que a CPT procurava fortalecer em relação aos "excluídos" do desenvolvimento econômico. José de Souza Martins, sociólogo e colaborador da CPT, chegou a afirmar nesse mesmo ano que a luta contra a "expropriação da terra é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio." (182)

A terra significaria trabalho para a produção familiar camponesa que, nos termos estabelecidos pelo documento de Itaici, era definida como própria do regime não capitalista de propriedade. O regime não capitalista geraria, motu contínuo, um modo de pensar peculiar do camponês. A vida camponesa era apresentada, então, como equilibrada, equilíbrio que estaria comprometido e ameaçado com a invasão do "mundo dos negócios", das "cercas", do "gado", dos "ricos", da transformação da terra de trabalho em "terra de exploração", apropriada pelo capital. (183)

A Igreja procurava, enfim, naturalizar uma comunidade rural idealizada, equilibrada socialmente, imune às formas de exploração e dominação capitalistas. A operação conceitual até aqui não inova em relação ao discurso

(182) MARTINS, José de Souza. "Os Trabalhadores do Campo em Busca de uma alternativa", IN MATIAS M. LENZ, S.J. (coord.). *A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil*. São Paulo, Ed. Loyola, 1980.

(183) CAMERMAN, Cristiano. "Terra de Trabalho e Terra de Exploração", IN *A Igreja e a Propriedade...*, pp. cit.

religioso, se aproximando em muito das formulações dos socialistas utópicos, e procurando integrar e ordenar valores, produzindo uma consciência comunitária. Agnes Heller sublinha que a característica do discurso religioso em relação à comunidade ideal é funcional no sentido em que ela é capaz de "integrar comunidades surgidas sobre bases materiais e sociais completamente diversas" e por "exercer sua função comunitária mediante seu caráter ideal" (184), ordenando comportamentos, mas não se convertendo obrigatoriamente em uma instituição.

Tenta unificar os diversos movimentos sociais numa reconstrução de um passado recente: a vida camponesa.

É um discurso que necessariamente gera uma identidade política. A novidade do documento de Itaici não reside, portanto, na reedição da comunidade rural idealizada. A novidade aparece quando o documento articula este conceito com um projeto político que procura reformar o regime de propriedade e produção agrícola no país. O documento procura aproximar a defesa da economia familiar - elaborada nas suas primeiras páginas com grande afinidade teórica com a proposição de Chayanov em relação ao modo de produção camponês - com um sistema de produção coletivo. Propõe formas alternativas de propriedade que superem a exploração capitalista, indicando a possibilidade do trabalho comunitário, em grande escala. É nesse sentido que o discurso da CPT a partir de 1980 passa a articular com maior segurança o ideal cristão de relações sociais comunitárias com um projeto de transformação da realidade e construção de novas formas de organização da produção, também baseadas no trabalho comunitário. É importante salientar que seu projeto

(184) HELLER, Agnes. *Sociologia de La Vida Cotidiana*. Barcelona, Ed. Península, 1987, p. 160.

repudia uma concepção etapista de superação do sistema de exploração e organização social, na medida em que propõe a afirmação de formas não capitalistas de produção.

E desse modelo que inúmeros movimentos sociais e organizações rurais se serviram nos anos 80. Dentre eles, Ilse Sherer-Warren destaca cinco organizações diretamente apoiadas e inspiradas nas entidades confessionais do período:

1. *Movimentos Contra Barragens* - que surgem em 1976 com a construção de Sobradinho e Itaparica, no nordeste. Somente Sobradinho foi responsável pela inundação de sete municípios baianos, atingindo 70 mil pessoas, 70% das quais camponesas. No final dos anos 70, o movimento cresce nacionalmente, com a construção das hidrelétricas de Itaipú, Bacia do Uruguai e Tucuruí. Quase a totalidade das lideranças desse movimento é composto por dirigentes sindicais;

2. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* - que se inicia no sul e sudoeste do país em 1985;

3. *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais* - que se projeta em 1981, destacando questões específicas e a questão da terra;

4. *Saques no nordeste* - que ocorrem no período da grande seca, entre 1979 e 1983. Os movimentos, segundo a autora, questionavam o direito da propriedade dos bens;

5. *Movimento de Bóias-Frias* - que explodem no final da década de 70 e meados da de 80. No caso de São Paulo, o movimento incorpora em sua organização elementos emergenciais, típicos da sua situação contratual de trabalhadores temporários.

Cândido Grzybowski (195) faz um recorte mais amplo desses novos movimentos sociais rurais que surgem neste período. Se em Ilze a classificação dos movimentos sociais atém-se, e valoriza, a inspiração destes com a pregação católico-progressista, em Grzybowski a preocupação vai além deste referencial, procurando apontar a identidade de cada movimento social com uma nova relação social e nova forma de exploração do trabalho rural. São quatro grandes frentes de luta, segundo o autor:

1. Lutas contra a expropriação: envolvendo movimentos de posseiros, de sem terra, de atingidos por barragens e lutas indígenas;

2. Lutas contra as formas de exploração e assalariamento;

3. Lutas contra a integração de pequenos produtores à agroindústria;

4. Novas frentes de luta: mulheres, previdência social e alternativas de produção.

Se por um lado os novos movimentos sociais se assentam sobre um ideário político organizativo muito próximo entre si, por outro, se constituem reagindo a formas de expropriação e exploração do trabalho específicas. O amálgama entre diversidade social e de lutas e ideário político-organizativo comuns tecerá uma concepção sobre o papel e a forma de organização sindical distintos daquele instituído pelo sistema confederativo.

(195) GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.

Coerente com sua hipótese de interpretação, o autor aponta quatro movimentos distintos no interior do que classificou de lutas contra a expropriação. Um primeiro, a dos posseiros, circunscritas à terra disputada, o que lhes confere uma característica de movimentos localizados. São movimentos distintos em cada região, de acordo com a história da ocupação da localidade: ocupação antiga (nordeste e centro-sul), de fronteira agrícola (Amazônia, centro-oeste, oeste da Bahia e norte de Minas Gerais) e os seringais do Acre. O segundo movimento é o dos sem terra, portador do maior grau de articulação interna de todos os movimentos enquadrados nessa tipologia. É uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical, embora seja aquele com relações mais tensas com a estrutura sindical. A Campanha Nacional de Reforma Agrária estima 12 milhões de sem terra no país, que recusam a proletarianização a que filhos de colonos, parceiros, agregados, assalariados temporários, são submetidos. O terceiro movimento é o de luta contra as barragens, que se caracteriza por questionar a própria legitimidade do Estado e legalidade instituída que funda a desapropriação de suas terras para fim de utilidade pública. Ao se oporem às barragens, defendem o seu espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança, com suas escolas, igrejas e cemitérios. Sua base é ampla, envolvendo assalariados, agregados, pequenos proprietários, comerciantes, artesãos etc. É importante ressaltar que na medida em que este movimento articula uma base social ampla, incita a unidade organizativa intercategorial e tem como tema básico o modelo de desenvolvimento regional. Não deixa de ser curioso que a quase totalidade de seus líderes ser constituída de dirigentes sindicais que mantém uma clara divisão entre o trabalho sindical e o do movimento. Em outras palavras, o sindicato revela-se um espaço institucional pouco adequado à base e à luta desenvolvida pelo movimento contra barragens.

na concepção dos próprios dirigentes sindicais envolvidos. Grzybowski destaca ainda as lutas indígenas pela disputa e demarcação de terras em toda a Amazônia como pertencentes a este ramo de movimentos contra a expropriação.

Uma outra frente de lutas é a que o autor identifica como resistência ao assalariamento. Em especial, as lutas de assalariados que ocorrem na segunda metade dos anos 60. Enfrentam e desqualificam as limitações legais e institucionais existentes. Se se compreender o processo social do assalariamento rural em sua totalidade, verifica-se um amplo contingente que se forma originário do processo de expropriação da terra nas décadas de 60 e 70: ex-moradores e residentes de engenhos no nordeste e ex-colonos no sudeste e norte do Paraná. Suas lutas guardam esse sentimento de resistência à expropriação, principalmente no que diz respeito aos assalariados temporários, que já representavam cerca de 2/3 do total de assalariados na agricultura brasileira em meados da década de 70.

Seguindo a tipologia sugerida por Grzybowski, aparecem, em seguida, as lutas dos camponeses integrados, cujo mote são os preços de mercado alcançados por seus produtos e a política agrícola, daquelas frações do campesinato que se integraram ao impulso de industrialização. Neste sentido, destaca o autor, o binômio latifúndio-minifúndio, adotado como referência analítico no projeto nacional-desenvolvimentista, não dá mais conta da dinâmica social que se complexifica em função das diferentes estratégias dos blocos de capitais agroindustriais.

As contradições desse novo processo marca uma dinâmica que seleciona segmentos do campesinato, aptos à modernização e integração à agroindústria, e exclui outra parcela, chegando até mesmo à sua expropriação.

Finalmente, a última grande frente de luta, que engloba desde movimentos que buscam alternativas tecnológicas apropriadas à pequena propriedade até as lutas específicas das mulheres rurais, caracterizam-se por serem pequenos movimentos localizados, no geral, articulados com as grandes frentes de luta e que resistem ao processo de exclusão e/ou subordinação ao capital.

Os movimentos sociais rurais contemporâneos parecem articular-se - a partir das classificações sugeridas pelos dois autores - como os fios cruzados de um longo tapete. Na vertical, é possível identificar frentes de luta distintas, que gestam formas organizativas próprias. Na horizontal, as frentes de luta se unem pela identidade que nasce do processo comum de resistência à expropriação da terra e subordinação do seu trabalho ao processo de produção capitalista. Como ponto de união desta trama, por fim, desenha-se o discurso das CEBs e da CFT, que lhes confere uma certa homogeneização.

O discurso da Igreja proporciona uma identidade, mas não é ele contudo, que gera a tensão com a estrutura sindical oficial: é a própria heterogeneidade das frentes de luta que não se acham representadas na organização sindical. Em outras palavras, para retomarmos a análise inicial deste capítulo, a leitura que as instâncias sindicais superiores fazem de sua base prende-se à uma estrutura organizativa fundada numa categoria social em transformação. A heterogeneidade social e de lutas esclarece as tensões que emergem entre lideranças de movimentos e dirigentes sindicais na virada de década.

Essas funções se expressaram de maneira mais contundente em suas experiências de luta de trabalhadores rurais, no final da década de 70 e início da de 80. As duas práticas sindicais: uma, confluindo para a conformação do

modelo de prática sindical da CONTAG, o outro, que inspirou inúmeros movimentos e organizações sindicais que, mais tarde, contestaram nacionalmente a prática contaquiãna.

As duas experiências têm ainda em comum que os seus protagonistas são originários de categorias que emergem neste período, buscando construir uma prática política e garantir seus direitos. São categorias pouco ou nada reconhecidas em termos institucionais-legais: os assalariados de Pernambuco - em especial, os temporários - e os posseiros e colonos de Santarém, Pará.

A experiência dos assalariados pernambucanos é significativa de como a CONTAG se apropria de uma dinâmica social e política, que envolve uma categoria não amparada em direitos legais - os temporários - e a reelabora, canalizando-a para uma ação coordenada pelas instâncias superiores da hierarquia sindical e redirecionando o próprio movimento para uma prática legalista, onde são valorizadas as demandas já reconhecidas em lei.

A experiência dos colonos e posseiros de Santarém, por sua vez, aponta uma trajetória em que as categorias excluídas dos projetos desenvolvimentistas e sem direitos garantidos em lei, vão constituindo uma lógica organizativa inovadora, baseada numa ação coletiva horizontalizada, onde o sindicato aparece como mais um instrumento do processo de luta. A experiência, que será analisada a seguir, revela como e porque este movimento - assim como inúmeros que surgem neste período - vai se distanciando do sistema confederativo, até se constituir em franco opositor à direção da CONTAG.

Inúmeros outros movimentos de relevância política emergem neste período (196), mas os dois momentos aqui

(196) Para uma visão mais global dos movimentos sociais que se desenvolvem no período analisado, ver

destacados figuram como exemplares das duas lógicas de prática sindical e revelam, preocupação central desta seção, a forma pela qual vários movimentos são conduzidos a romper com a CONTAG.

A experiência pernambucana tem início com a modernização do processo produtivo da cultura de cana-de-açúcar.

Sgrecia (187) observa que no ano de 1975, com a implantação do PROALCOOL, o sistema de rotatividade na utilização do solo no plantio da cana nordestina é substituído pela produção intensiva dessa cultura. Deriva dessa mudança a sazonalidade do trabalho no processo produtivo: o preparo do solo é mecanizado, concentrando-se a demanda por mão-de-obra na época de colheita. O sistema de produção anterior que baseava-se na exploração do trabalho do morador de engenho - cujo "contrato" estabelecia a concessão de casa e área para roçado em troca de trabalho na plantação de cana - agora era substituído por outro sistema que dispensava essa categoria de trabalhador. Muitas foram as maneiras de expulsar o morador da fazenda: dispensa por falta, corte da concessão da área para roçado e moradia, entre outras. O fato é que em seu lugar surgem os trabalhadores permanentes - submetidos a péssimas condições de trabalho, menores salários, controlados rigorosamente por capatazes - e os trabalhadores temporários.

Essa ruptura do "contrato" por parte dos fazendeiros foi ainda mais drástica na medida em que procuravam baixar rapidamente seus custos frente à competição da agroindústria

Anais dos encontros regionais e nacionais do PIPSA.

(187) SGRECIA, Alexandre. O Assalariado da Cana. Dissertação de Mestrado em C.Sociais, PUC/SP, 1981. NINEO.

paulista, cujos custos com mão-de-obra eram menores. (188) O autor observa que a ruptura com as regras do jogo do mercado de trabalho marcará o início dos conflitos sociais, tendo ainda como causa as próprias formas de exploração da força de trabalho impostas pela economia açucareira. Não é raro, constata, o patronato empregar fórmulas engenhosas para comprimir o salário do canavieiro - não garantindo os direitos trabalhistas e criando descontos extras na folha de pagamento - definidas pelos trabalhadores como "o roubo dos patrões".

Sgrecia destaca que a organização sindical rural de Pernambuco começa a ser rearticulada no pós-golpe tendo por base essas transformações e o investimento que a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) começa a fazer, principalmente em alguns municípios do sul do Estado.

A ACR, criada em 1965, era vinculada à CNBB, e a partir de 1970 adota como elementos centrais de sua pregação a luta pela dignidade, a solidariedade de classe, a libertação através da ação concreta e a socialização dos meios de produção. Padre Joseph Servat, assistente geral da ACR até início dos anos 80, avalia que a partir de 1972, esta organização entra num período de "amadurecimento", aprofundando-se nas obras de Paulo Freire e dos teólogos da libertação. (189)

A partir de então, passa a refletir sobre as formas de opressão da sociedade capitalista, a realidade sindical, a produção camponesa, a terra como instrumento fundamental, as

(188) Moacir Palmeira lembra que no início da década de 70, os custos da agroindústria pernambucana com mão-de-obra chegavam a 70% dos gastos totais. Ver seu artigo "Desaambiliação e Conflito: Relações entre Trabalhadores e Patrões na Agroindústria Pernambucana", IN Revista Cultura & Política, São Paulo, CEDEC, n 1, agosto 1979, p. 43.

(189) Ver seu artigo "Um grito no nordeste" IN PAIVA, Vanilda (org.), Igreja e Questão Agrária, Rio de Janeiro, Ed. Loyola, 1985.

migrações, a participação do povo. A luta pela terra aparecia revestida pela luta da realização do "Plano de Deus". Utilizando-se de visitas às casas dos trabalhadores, celebração de missas nos engenhos e grupos de reflexão, a ACR introduz-se na área sindical.

Neste período, algumas lideranças que formavam a oposição sindical ao STR de Cachoeira, aproximam-se da ACR. Tinham como eixo de sua atuação o encaminhamento das questões trabalhistas à Justiça, por acreditar que o sindicato devia "fazer a lei funcionar". O mesmo percurso ocorre com lideranças que tentam derrubar o interventor do sindicato de Pedra Azul. Toda a orientação da ACR nesse período era de encaminhamento das lutas pelos direitos garantidos em lei, cobrando na Justiça os direitos sonegados. Orientavam ainda para lutarem pela área de plantio para subsistência, a Lei do Sítio, para os assalariados das usinas.

Percebe-se que os trabalhadores temporários eram excluídos desta pauta. Aqui é preciso compreender que a mediação que o mundo legal representava para a ação política, em meio ao regime autoritário, tornava-se um ponto de referência no processo de organização dos assalariados permanentes, inexistente no caso dos temporários. Em outras palavras, é preciso frisar que tanto permanentes como temporários demandavam uma *moralidade de reciprocidade* (190), ou o contrato moral do antigo mercado de trabalho. No momento em que essa indignação é transportada para o plantio da ação política, ou seja, sai do terreno do privado para o terreno público, a lei aparece como um espaço de mediação, e um campo de luta no plano simbólico. Pois bem, neste plano, os riscos de um embate físico são remotos, e a ação

(190) o termo é emprestado de Maria Célia Paoli, desenvolvido no seminário *Noção de Direitos na Representação dos Movimentos Sociais: História e Práticas*. São Paulo, Instituto Pólis, 6.06.91.

contestatória - é sempre importante lembrar que o período em questão é o mais duro da repressão política militar - é mais segura.

No caso dos assalariados temporários, essa mediação não existe, seus direitos em lei são quase inexistentes. O terreno do conflito, portanto, ficava exposto. E preciso destacar ainda que mais que os assalariados permanentes, os temporários trazem consigo a lembrança viva e a busca da terra própria para sua família produzir. Nesse sentido, o espaço de negociação diminui sensivelmente.

A partir de 1975, com a implantação do PROALCOOL e PROTERRA, os sindicatos começaram a se mobilizar em favor dos moradores que haviam perdido seu emprego. Os sindicatos iniciaram então uma inflexão na sua prática, chegando a apontar uma certa ruptura com os parâmetros legais. Foi a partir desse período que o trabalho da FETAPE (FETAG-PE) começou a se direcionar para a tentativa de coordenação do movimento, atraindo a própria direção da CONTAG. A federação, inicialmente, promoveu um levantamento das condições de trabalho na zona canavieira e, posteriormente, patrocinou encontros e intercâmbio entre STRs.

Nesse momento, iniciou-se uma nova fase do processo de organização dos STRs na região. A federação, juntamente com a CONTAG, que vinha desenvolvendo desde a posse de José Francisco na confederação cursos de formação sindical que estimulavam a luta legal, encaminhando as reivindicações trabalhistas às Juntas de Conciliação e Julgamento, assimilou e reprocessou as lutas que se gestavam no sul do Estado a partir do seu referencial de prática sindical. Seria possível definir essa situação como uma "decodificação das lutas" que as instâncias superiores do sistema

confederativo realizavam e que ficou cunhada na literatura especializada como "modelo Pernambuco" de encaminhamento das lutas dos assalariados.

O modelo começou a ser concebido no segundo semestre de 79, na região dos municípios de São Lourenço da Mata e Pau D'Alho. Em setembro, estes sindicatos deliberam pela organização de uma greve regional de canavieiros. (191) O modelo constituiu-se em se apropriar da insatisfação dos assalariados, tendo como base principal os permanentes - conhecidos no nordeste como "fichados", por terem carteira assinada - articulando um movimento grevista que respeitasse todos procedimentos burocráticos definidos em lei, o que estabelecia, de início, a publicação de editais de convocação para assembleia de aprovação da greve com dez dias de antecedência, nos jornais locais. O ritual legal impunha ainda que cada trabalhador deveria registrar seu voto numa mesa de votação, assinando seu nome, registrando seu apoio à greve numa cabine de votação e depositando seu voto numa urna. No dia 30 de setembro, 24 sindicatos haviam realizado esse procedimento, registrando o voto de 18 mil associados.

No dia 2 de outubro, 20 mil trabalhadores de São Lourenço e Pau D'Alho entraram em greve durante uma semana. As reivindicações principais eram o reajuste de salário em 52% e a aprovação de uma "tabela de tarefas" que especificasse o pagamento para cada serviço cumprido por um assalariado na colheita da cana. Constavam ainda nos panfletos de convocação da greve o direito a Lei do Sítio, a remuneração em caso de doença, respeito às férias, repouso

(191) ver descrição mais detalhada desse processo no estudo de Lygia Sigaud, *Greve nos Engenhos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

remunerado, fornecimento de ferramentas necessárias ao trabalho a ser realizado, reconhecimento dos delegados sindicais e contrato de trabalho para temporários.

O modelo resumia-se a estes dois princípios: a articulação da ação a partir da CONTAG e o respeito aos limites legais. Muitos dirigentes, como Luis Silva (Paraíba), apontam ainda que o modelo, por se restringir aos procedimentos legais, limitava a mobilização da base sindical ao período de dissídio, deixando de atuar no período seguinte, quando o patronato deixava de cumprir o acordo firmado.

A partir de 1980, a CONTAG tentou implantar esse modelo de greve em outras regiões, como no caso de Passos, em Minas Gerais. (192) A greve sob tal modelo envolveu 20 mil assalariados e 23 STRs em 1979 e cerca de 240 mil canavieiros em 1980, somente no Estado de Pernambuco.

O modelo Pernambuco/Contag resume melhor que qualquer outro exemplo o que a confederação supunha ser a prática ideal do MSTR na relação com a aspiração que a base sindical apontava neste período de transição política do país: a CONTAG entendia ser necessário conformar a mobilização de forma a garantir a unidade do MSTR sob a direção das instâncias sindicais - o que pressupunha o apoio logístico massivo das instâncias -, principalmente no período de conflito maior, canalizando as mobilizações para sua resolução no plano institucional, acionando e demandando o cumprimento da legislação em vigor.

(192) ver a respeito da atuação da FETAG-MG e CONTAG na greve de Passos o texto de Hair Costa Mulo, *A Natureza e os Limites das Lutas dos Assalariados Rurais em MG: As Greves dos Canavieiros de Passos*, PIPSA, 1985. NIMEO.

O exemplo demonstra que a ação da confederação não comporta uma prática desmobilizadora, pois não cerceia o conflito. Antes, é possível afirmar ser um modelo de ação burocratizada. A ação institucional contaguiana inibe - e em certo sentido é um retrocesso - a organização dos assalariados temporários que vinha se gestando a partir de 1975 nos STRs do sul de Pernambuco, exatamente porque esta categoria não encontrava guarida na legislação vigente. A ação institucional, por conseguinte, caracterizou-se por beber nas águas de uma concepção política etapista, que não criava novos direitos, sem antes consolidar os já inscritos nos institutos legais, o que dificultava o diálogo do sistema confederativo com as novas categorias sociais.

Em contrapartida, a experiência sindical de Santarém fundou-se na mobilização de uma categoria não assistida pelas leis brasileiras. Entre os anos 74-77, colonos dessa região oriundos do nordeste e sul do país (193) iniciaram atividades comunitárias que tinham nos Grupos de Revenda sua organização maior. Os grupos compravam conjuntamente produtos - cadernos, sabão, querosene, moto serra - para revenda entre o seus membros. A iniciativa era estimulada por agentes de pastoral que discutiram nas comunidades a sua dependência em relação ao comerciante local.

Nesse período, a empresa SOROI (S.A. Agropastoril Boiúva) adquiriu terras de antigos herdeiros, com incentivos da SUDAM, e impediu seus moradores e posseiros de constituir roçado nessas áreas. Em 1975 dois freis franciscanos iniciaram um trabalho de organização comunitária em Santarém. Em seguida, chega à região um novo assessor de uma entidade de pesquisa e apoio à movimentos populares (FASE) que inicia um trabalho de formação e

(193) ver a respeito o livro de Jean-Pierre Leroy, *Uma Chana na Amazônia*. Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991.

organização de colonos. Avelino Ganzer lembra que neste ano "forma-se, às pressas, uma chapa de oposição ao STR, basicamente com gente da Igreja. Não havia essa visão classista ainda." O trabalho da Igreja, avalia Avelino, mobilizava mas não organizava.

A partir de então, iniciou-se um trabalho de organização com 30 lideranças, justamente porque o estatuto do STR definia que 30 associados quites poderiam convocar uma assembleia do STR. Rapidamente percebeu-se que toda deliberação desse grupo chegava com rapidez à diretoria do sindicato, que buscava desmobilizar qualquer iniciativa. Formou-se, então, um "grupo de caminheiros", constituído de 15 pessoas, que "caminhavam politicamente", inspirados diretamente no evangelho.

Numa terceira etapa, um grupo mais reduzido iniciou um estudo sobre a realidade da região e definiu tarefas a serem cumpridas em cada comunidade. Aos poucos, o grupo iniciou um estudo sobre papel do sindicato, história do movimento sindical, organização da base, papel de uma delegacia sindical. Todo trabalho seguia os fundamentos práticos das CEBs, utilizando até um lema em que se dizia "temos que entrar pela porta que o povo oferece". Significava que o trabalho sindical, assim como o de evangelização, iniciava-se pela demanda da localidade: pela organização de um time de futebol ou pela programação do culto dominical. Havia, inclusive, uma espécie de manual do processo de organização sindical. Esse receituário revela um modelo diferenciado do que ocorrera em Pernambuco, e por esse motivo interessa reproduzi-lo, nas suas passagens mais significativas (194)

(194) a síntese que se segue baseia-se em informações colhidas nos depoimentos de lideranças daquela experiência. Um resumo deste "manual" pode ser encontrado na cartilha elaborada por Raulito Peloso da Silva - ex-diretor do STR de Santarém - Trabalho de Base, São Paulo, CEPTIS, 1991

1. um trabalho, para ser sério, tem que ser um trabalho de base, que combate o trabalho de cúpula, autoritário, que não respeita o povo;

2. um cargo sindical deve estar a serviço da comunidade;

3. o trabalho de base é um trabalho coletivo;

4. o trabalho de base não pode criar dependência política e deve se basear no planejamento das atividades;

5. o trabalho de base deve prever o conhecimento da realidade local, o compromisso dos militantes, a mobilização, a organização que sustenta a mobilização, as avaliações coletivas, a formação de lideranças e a articulação de movimentos de várias regiões;

6. é preciso dar uma tarefa certa a pessoa certa;

7. um líder precisa ser popular, animador, sem escandalizar;

8. um líder precisa ter firmeza, coragem e disciplina.

No que tange ao papel da direção, é importante ressaltar que o ideário de Santarém alertava que um líder deve sempre pertencer a um coletivo para possibilitar que, em caso de fracasso, se projete outro líder. E mais, afirmava que *se um líder é individual, a direção deve ser coletiva*. Esta frase é, talvez, a que melhor resume a base do projeto organizativo de Santarém, porque relaciona toda direção a uma estrutura organizativa coletiva, ou seja, um sistema de gestão política que se pretende horizontalizado.

Em 1978, esse grupo constituiu uma oposição sindical denominada Corrente Sindical Lavradores Unidos, que conquistou o sindicato dois anos depois. A corrente sindical destacava em seu plano a criação de delegacias sindicais, o levantamento das posses de terra e as lutas de resistência, num amálgama característico dos movimentos sociais rurais desse período que articulavam a organização de base com reivindicações típicas das especificidades da localidade, no caso, a luta dos posseiros. Em julho de 79, a oposição sindical realizou um encontro com cem lavradores e estabelece seu programa sindical: sindicato livre, defesa dos direitos dos trabalhadores, aumentar participação nas assembleias do STR, defender ameaçados de perder a terra, visitar comunidades, reforçar grupos de revenda/mães/jovens, exclusivamente compostos por lavradores.

Nos cursos sobre estrutura sindical que promoveram, os líderes desse movimento começaram a avaliar que a federação atrapalhava seu trabalho, porque estava ligada às forças da repressão. Nas, em relação à CONTAG, o processo de distanciamento foi mais lento.

Conta Avelino, delegado sindical naquele momento:

" Na hora que a gente queria tomar o sindicato lá, a gente escrevia mas não tinha a presença da CONTAG. A gente começou a ter uma visão crítica do comportamento da CONTAG, principalmente no seu papel de enfrentamento na luta pela terra que era básico na nossa região."

O distanciamento com a CONTAG começou justamente porque a confederação tinha dificuldades em atuar concretamente nos confrontos diretos com o Estado, embora apoiasse a oposição sindical de Santarém. Tempos depois, já diretores do STR, os

líderes do movimento de Santarém foram à Brasília, pressionar os órgãos governamentais na solução da questão da terra na região. A CONTAG deveria hospedar a delegação, mas quando chegaram, lembra Avelino:

"O Congresso estava de recesso, o Ministério não havia marcado audiência. E o Zé Francisco da CONTAG, não apareceu. Ficamos quase 15 dias em Brasília, esperando uma audiência. Fomos até a casa do Zé Francisco e cobramos o acerto que tínhamos feito e dissemos que a gente estava descontente.

O nosso distanciamento e desilusão com a CONTAG se firmou aí, já em 80, quando a gente veio e sentiu que a direção estava muito burocratizada, longe demais da luta dos trabalhadores."

No mesmo ano, o STR Santarém enviou delegados ao I Encontro de Oposições Sindicais (ENOS).

A experiência de Santarém, pela repercussão que teve em todo o Brasil demonstra uma lógica organizativa inovadora no mundo sindical brasileiro, que surgia neste período. A prática sindical tinha muito pouca relação com a lógica institucional do sistema confederativo. Relacionava-se, isto sim, com um projeto coletivo de resistência à expropriação da terra que se chocava frontalmente ao governo, às empresas locais e, não raro, às leis. O sindicato era uma instância do processo de luta.

Não é por outro motivo que a estrutura organizativa proposta era coletiva, com ênfase na criação de delegacias sindicais. Convém lembrar que o sindicato chegou a criar 22

delegacias , compostas por uma diretoria, envolvendo 470 associados. Tanto empenho na criação desses organismos de base - o STR chegou a oferecer cursos de formação de delegados para 100 lideranças somente no primeiro ano de gestão - era próprio de uma estrutura concebida como parte de um movimento. E neste sentido que a base desta "estrutura movimento" é mais ampla que os associados do sindicato, pois envolve todos sujeitos da mesma situação de expropriação daquela localidade.

Percebe-se que a trajetória dos movimentos sociais rurais que surgiram na década de 70 na sua relação com a estrutura sindical oficial, possui uma motivação original que surge do sentimento de injustiça causada pela expropriação ou por sua ininência. Os espaços abertos pela Igreja possibilitaram a recomposição dos laços de sociabilidade da vida camponesa forjando uma nova concepção de estrutura organizativa para a ação sindical. A estrutura-movimento que emerge desse processo gesta o embate com o sistema de legitimação dos dirigentes sindicais afiliados ao sistema confederativo.

Percebe-se ainda que há um descompasso entre a leitura que a CONTAG faz das possibilidades de ação sindical - baseada na racionalidade da legislação vigente e racionalidade burocrática das instâncias sindicais - e a leitura dos novos movimentos sociais - baseada na organização horizontalizada e na luta pelo reconhecimento de demandas não inscritas no corpo de leis do país.

E como se a CONTAG atuasse num cenário marcado pela racionalidade institucional e o mundo dos movimentos fosse aquele marcado pela pluralidade de práticas sociais, de sujeitos distintos, portadores de racionalidades não compreendidas na institucionalidade política do país.

3. O 3º Congresso e o Desafio da Recomposição da Base Sindical

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - maio de 1979 - é apontado em diversas análises como marcado pela retomada das lutas sociais no país e pela necessidade de atualização das práticas sindicais. Foi também uma oportunidade onde a CONTAG percebe a necessidade de mudar sua leitura da realidade rural.

Participaram do congresso 1.500 dirigentes, representando 2.275 sindicatos e 21 federações.

Leonilde Medeiros e Joaquim Soreano (195) destacam que o congresso debruçou-se durante os seus cinco dias de realização sobre duas preocupações centrais: a conquista da cidadania rural e a reconstrução democrática do país.

À despeito destas questões aparecerem realmente com destaque no congresso, o discurso de abertura de José Francisco revela o que atormentava os dirigentes da cúpula sindical. O presidente da CONTAG alerta: "se a classe não for consultada periodicamente, corre-se o risco dos sindicatos não cumprirem sua função de representação". Esta era a missão que a CONTAG havia imposto para si: garantir a representação dos dirigentes.

Ranulfo Peloso, militante da CPT na época, relata como era percebido o clima do congresso pelos delegados:

*"A concepção da CONTAG era
formulada pelos assessores, que*

(195) Reflexões sobre sindicalismo brasileiro: a CONTAG, op.cit.

militavam no PCB e MR-8, e privilegiavam o proletariado rural. No nosso caso, que vinhamos das oposições sindicais, a experiência acumulada era toda voltada para a defesa da terra. Essa questão era nova para a CONTAG que tinha como bandeiras a previdência social, os direitos trabalhistas e a política agrícola. A CPT trouxe os conflitos para o congresso e ainda o discurso que quem deveria representar os trabalhadores eram as direções das lutas e não os diretores." (196)

Se é correto que a luta pelo estabelecimento da ordem democrática do país empolgava todos os delegados daquele congresso, não é menos verdade que o evento tornou-se reflexo de um novo jogo de forças de lideranças sindicais. Para a CONTAG, tratava-se de verificar a sua ascendência e garantir a hegemonia sobre o MSTR. (197)

A luta de resistência na terra no interior do movimento sindical era facilmente mapeada no plenário do congresso. O discurso partia de diversas lideranças de oposições sindicais, oriundos principalmente de Goiás, Espírito Santo e Pará, com forte marca da CPT. A eles, a CONTAG possibilitou participarem como assessores, sem direito a voto, já que para o sistema confederativo somente diretor sindical poderia ser eleito delegado. Dos delegados, o

(196) depoimento ao autor em 23.09.92.

(197) Se, por um lado, presenciava-se a tensão entre o ideário contaguiano, que priorizava a defesa da terra - havia ainda no plenário do congresso uma massa difusa de delegados sindicais, a sua maioria inclusive, que mantinham-se como diretores sindicais por muitos anos. Uma parte destes delegados acompanhava a defesa de propostas políticas claramente conservadoras sustentadas pelos diretores de suas federações - como é o caso da Paraíba e Paraná - tendo como preocupação maior manter seu poder político no interior do MSTR.

discurso mais radical vinha das regiões onde os conflitos de terra eram mais intensos, destacando-se a delegação do Acre.

Este bloco não se articulou no congresso, não influenciou organizadamente nas comissões, mas seu discurso era forte e objetivo. Defendia as ocupações de terra e a defesa dos posseiros coordenada pelos sindicatos. A questão da terra, inclusive, ganhava uma abrangência no discurso dessas novas lideranças nunca antes percebido nos congressos da CONTAG. A luta pela terra passava a envolver as áreas de seca, de construção de hidrelétricas, de áreas de cobrança de foro.

Não havia uma articulação desse "novo tipo de sindicalista" no congresso porque naquele momento não havia um sentimento de oposição à CONTAG. Primeiro, porque havia um sentimento generalizado da necessidade de união do movimento sindical para enfrentamento do regime militar. Segundo, porque a direção da CONTAG não era considerada pelega pelas oposições sindicais, embora a considerassem equivocada em vários encaminhamentos. Terceiro, porque o ministro da Agricultura, Delfin Neto, compareceu no terceiro dia do congresso, unindo todas as forças em acaloradas manifestações de repúdio. Delfin Neto havia dito dias antes que a reforma agrária no Brasil significaria trazer para cada dois agricultores brasileiros um agricultor japonês. A CPT lançou no plenário do congresso uma charge onde um japonês segurava um agricultor brasileiro raquítico embaixo de cada braço. A charge selou o clima de repúdio do plenário.

Mas havia um último fator que unificava o plenário. A CONTAG havia organizado meses antes seminários preparatórios sobre política agrícola, previdência social, assalariados e questão agrária. O relatório do seminário sobre questão agrária registra a presença hegemônica de dirigentes afinados com o discurso das oposições sindicais e da CPT.

Aponta em suas conclusões que a legitimidade da luta se faz pela força e não pela lei, orienta os posseiros a demarcarem suas terras, construir benefícios, defender a posse em caso de invasão, enfim, afirma que é necessário legalizar o que era legítimo.

1

A CONTAG soube assimilar todas as propostas e são essas propostas que se encontram nos Anais do III Congresso. Nos Anais estimula-se a pressão coletiva e se supera os limites dos Estatutos da Terra, incluindo o instituto de perda sumária das propriedades acima do módulo rural com utilização inferior a 70% da área agricultável, limitando a área máxima para 250 ha. para pessoa física e 700 ha. para pessoa jurídica, orienta para ocupação de terras improdutivas.

Era a própria CONTAG, na verdade, que pressentia a distensão política. Para as oposições sindicais, as diferenças não chegavam, ainda neste momento, a constituir uma cisão, como lembra Raulfo:

"Nós não tínhamos críticas à CONTAG.

Agora, a gente sentia que o congresso estava dado. Eles já tinham escolhido os relatores e coordenadores de grupo. E a gente não tinha essa malícia porque achávamos que estávamos falando entre amigos.

Outra coisa que a gente admirou foi que um ministro tinha assento no congresso. Para nós era um pecado, mas nós perdoamos.

A maioria dos delegados usava uma pastinha e sabia todas as leis. A gente ficava impressionado porque eles citavam

lei tal, alínea tal. E nós queríamos mesmo era bater nos pelegos. Mas ficamos animados porque a gente saiu de lá pensando: a CONTAG deixa o legalismo e parte para a luta."

O depoimento acima demonstra como as novas lideranças que despontavam no cenário sindical enxergavam e compreendiam o palco do congresso. Demonstra um palco aparentemente tranquilo, mas composto por práticas, mais que tudo, muito distantes entre si. Era um plenário onde pairava uma tensão, uma unidade política permanentemente conferida pelos delegados.

A crítica à estrutura sindical não era tema relevante ainda, o que poderia cristalizar as divergências ainda latentes. Esta temática foi colocada no plenário por iniciativa da própria CONTAG que defendia a Convenção 87 da OIT (198) e por uma carta de Manoel da Conceição - recém anistiado - que pregava o fim dos STRs e a criação de sindicatos distintos para assalariados e pequenos produtores. Diversos depoimentos de dirigentes afirmam que esta carta, contudo, não mereceu muita atenção dos delegados, mesmo porque o tratamento que as lideranças mais críticas à prática sindical convencional faziam no congresso não privilegiava as intervenções à respeito da forma dos sindicatos, mas aos encaminhamentos das lutas frente a conjuntura política do campo e do país.

(198) A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho assegura o direito de constituição de organizações sindicais, sem autorização prévia; direito à filiação às organizações sindicais; direito de redigir os próprios estatutos e autonomia administrativa; impede intervenção por parte das autoridades públicas; direito à filiação a federações, confederações e organismos sindicais internacionais.

No capítulo anterior, esta questão já foi tratada na seção "O Projeto Contaguiano".

O que pairava no ar era uma sensação próxima ao que Bordieu denominou de "desapossamento" (199), isto é, a concentração política em um pequeno grupo transformando em simples aderentes aqueles desapossados dos instrumentos materiais necessários à participação ativa. Os delegados e lideranças de base eram instigados a participarem de tal maneira que os impelia a um "consentimento passivo", criando uma certa desconfiança em relação aos processos decisórios do sistema confederativo. Não havia, portanto, cerceamento da participação, mas um afunilamento no processo decisório, e este sistema era percebido por alguns delegados como revela a fala de Ranulfo.

O congresso foi, então, um permanente jogo de sutilezas, sem confrontos diretos entre os delegados. Os dirigentes da CONTAG assimilaram todas as novas demandas e formas de encaminhamento de lutas e se empenharam nas resoluções referentes à garantia de representação dos dirigentes sindicais - mais precisamente, os diretores sindicais - , estimulando a participação, mas restringindo as formas de decisão.

Foi neste contexto que figurou nas resoluções do congresso uma grande preocupação com a participação da base sindical. O congresso propôs que se "amplie a organização do trabalhador através das delegacias sindicais, núcleos comunitários e equipes educacionais", estas, ganhando o estatuto de "elos de ligação entre a base e as entidades sindicais." Pregava-se, ao longo das resoluções, a volta do sindicato a sua "verdadeira finalidade que é o papel reivindicatório." O congresso enfatizou ainda o encaminhamento coletivo das lutas, estimulando as mobilizações, as ações de resistência, a pressão coletiva.

Independente da adoção de um discurso mais radicalizado dos delegados - perceptível já na introdução dos Anais do congresso onde se lê que era necessário "falar menos em pedir e mais em exigir" - , da luta pelo restabelecimento democrático do país, pelo direito de greve, pelo cumprimento da legislação trabalhista, pela radicalização da luta pela reforma agrária, a direção da CONTAG pressentia que aquele era o congresso da virada, da mudança do MSTB. Era o congresso da abertura política, da emergência de novas demandas e novas lideranças, gestadas nos anos de regime militar. E era a primeira vez que estas novas lideranças falavam publicamente num plenário nacional.

E importante aqui ressaltar que a CONTAG lançava-se nesse período como um dos organismos sindicais que liderava a rearticulação nacional do movimento sindical. No ano anterior, em julho de 1978, havia ocorrido o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e um grupo de dirigentes opôs-se à cúpula da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), surgindo uma articulação, a Intersindical. (200)

A Intersindical era liderada pela nova geração de dirigentes sindicais que se autodenominava "sindicalistas autênticos" e sindicalistas vinculados basicamente ao PCB. Na sua carta de princípios a articulação sindical propunha a redemocratização do país, o direito de greve, a livre negociação, contrato coletivo, a liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais e a restrição do poder normativo à justiça do trabalho.

(200) Ver RODRIGUES, Leôncio M. - "As tendências políticas na formação das centrais sindicais". IN: D Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Vários, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

A direção da CONTAG preparava-se ainda para participar do encontro de fundação da primeira corrente intercategorias nacional pós-64, a "Unidade Sindical", que ocorreria três meses após o III Congresso da CONTAG, em Niterói. Esta corrente priorizou, desde o seu início, a luta pela democracia, muitas vezes como condição prévia à ação propriamente dita.

O III Congresso era, portanto, um momento fundamental para a atualização da CONTAG com essa nova realidade sindical. Primeiro, porque já identificava um germe de disputa no interior do movimento sindical, não só em função dos "sindicalistas autênticos" - que privilegiavam o confronto com o Ministério do Trabalho - mas também no discurso demolidor da estrutura sindical que vinha das oposições sindicais. No meio rural, embora não existissem ainda uma articulação entre as oposições sindicais, a mesma base discursiva das oposições urbanas já era percebida nas lideranças alinhadas à CPT. (201) Já era possível identificar nos discursos o destaque dado ao "combate ao reformismo".

Ora, este era o germe da divisão do MSTR. O Congresso de 79 tinha para a direção da CONTAG que ser obra de uma tal engenharia política que contivesse as diferenças no âmbito do sistema confederativo. Operava-se uma manobra para ampliar a base político-sindical da confederação e buscar o consenso entre as pautas dos inúmeros movimentos sociais que surgiam.

A unidade conquistada no III Congresso deveria, inclusive, ser apresentada e alardeada publicamente, pois assim a direção da CONTAG projetava-se como uma das poucas

(201) As oposições sindicais rurais iniciam a articulação entre si, a nível nacional, somente em 1980. Neste ano nos dias 10 e 11 de agosto, ocorre em São Paulo o Encontro Nacional das oposições sindicais (ENOS), que contou com o apoio da CPT.

confederações capazes de liderar o movimento de articulação sindical nacional que se iniciava, com absoluta legitimidade.

O esquema armado no congresso foi eficaz, mas gerou uma enorme expectativa no conjunto de delegados e observadores em relação às novas práticas e condutas do MSTR, principalmente naqueles onde a CONTAG temia estar o germe da divisão. Ranulfo sintetiza o sentimento que brotou nas oposições sindicais no período seguinte ao congresso:

"Logo depois do congresso a gente percebeu que era um negócio prá se dizer, mas não prá se fazer"

Era o início da crise de representação do MSTR.

CAPITULO III:

Os Mecanismo de Representação Sindical em Questão

"O que torna tão difícil suportar a Sociedade de Massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; Antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas".

(HANNAN ARENDT, A Condição Humana)

IV. Cap. 3 - Os Mecanismos de Representação Sindical em Questão

1. O Confronto de Dois Projetos

As divergências no interior do MSTR começaram a se cristalizar no ano seguinte ao III Congresso da CONTAG.

Em fevereiro de 1960 ocorre em João Monlevade, em Minas Gerais, o "Encontro de João Monlevade", que reúne líderes de pastorais operárias, oposições sindicais e diretores sindicais alinhados com o "sindicalismo autêntico". O princípio que unia aqueles que participavam deste encontro era a "democratização da estrutura sindical", o que se traduzia no fim da CLT e sua substituição por um código de

trabalho, contratos coletivos, aplicação da Convenção 87 da OIT, direito de greve e negociação direta.

O encontro foi marcado pelo tratamento exclusivo às questões urbanas e à ênfase na participação e mobilização permanentes da base sindical. As lideranças rurais, de fato, só começaram a se articular nacionalmente no segundo semestre deste ano.

Expunha-se a fissura no interior do movimento sindical brasileiro que havia se iniciado com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. A divergência, inicialmente, concentrava-se exatamente no papel político que se deveria atribuir a estrutura sindical vigente.

Em diversos artigos e pronunciamentos, os dirigentes sindicais comunistas - núcleo da elaboração política da Unidade Sindical - haviam sinalizado o perigo do discurso crítico à estrutura sindical que emanava do movimento grevista do ABC. Isaías de Assis em um artigo publicado no jornal Voz Operária (202) apontava o risco que percebiam nesta crítica:

"Nunca foi correto considerar a atual estrutura sindical, apesar de seu molde corporativista e do entrave que ela representa, como simplesmente imprestável (...). Raciocinado-se assim, prejudica-se a luta pela unidade dos trabalhadores, de suas entidades e de seus movimentos (...). Querem um modelo ideal que jamais se torna realidade."

(202) FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o Movimento Operário (1964-84)*, vol.3, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.

Em suma, a estrutura sindical garantiria a unidade da classe e deveria ser instrumentalizada politicamente. Não era, por esta concepção, identificada como questão prioritária.

Aloisio Mercadante e Luis Flavio Rainho avaliam que o pano de fundo de todas divergências neste período era, na verdade, a luta pela hegemonia do movimento sindical entre PCB e PT e a forma como deveria dar-se a organização dos trabalhadores dentro e fora da fábrica. (203) A reforma do sistema partidário formulada pelo general Golbery do Couto e Silva redefiniu, de fato, o jogo entre as forças políticas e surtiu reflexos no mundo sindical, mas a crítica à estrutura sindical vigente superava esta demarcação de terreno. Questionava todo o sistema de poder de dirigentes sindicais e a CONTAG certamente percebia e acompanhava a evolução deste discurso.

Em julho do mesmo ano ocorreu um segundo encontro dos "sindicalistas autênticos", em Taboão da Serra, envolvendo 24 diretores sindicais e 14 organizações católicas. (204) O encontro realizou-se pouco depois da intervenção no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema o que contribuiu para a radicalização do discurso.

Agora, os líderes reunidos afirmavam que o sindicalismo deveria ser praticado nos locais de trabalho, bairros, confluindo sua ação para os sindicatos. Afirmavam explicitamente a necessidade de um partido político capaz de libertar as classes populares e reafirmavam a exigência da

(203) "CUT e CONCLAT: A Divisão Política do Movimento Sindical", IN Trabalhadores Urbanos no Brasil/ 82-84. Aconteceu Especial n.16, São Paulo, CEDI, 1986.

(204) RODRIGUES, Leôncio M.. "As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais", IN Sindicalismo Brasileiro no Anos 80, op.cit.

aplicação da Convenção 87 da OIT e a criação de uma nova estrutura sindical. Neste encontro apareceu com destaque a luta pela posse da terra e a luta dos trabalhadores rurais.

E evidente a influência que as organizações católicas tiveram nas resoluções, do destaque dado à questão rural à definição do lugar da luta sindical. Leôncio M. Rodrigues considera que a formulação que se encontrava partia da ala esquerda da Igreja Católica que considerava o sindicalismo como parte de outros movimentos populares, diluindo a fronteira entre bairros, fábricas, espaço público e privado.

Pois bem, este era exatamente o inverso do discurso da CONTAG. Na sua elaboração, o MSTR não se sujeitava a nenhum movimento ou articulação externos à estrutura sindical rural. Neste período, a confederação elaborou um documento intitulado "Aspectos da Realidade Agrária e Sindical", onde afirma à página 25 que se tinha como meta a "participação dos trabalhadores nos órgãos de classe, numa mesma linha de ação (STR, FETAG e CONTAG) num sistema sindical". Todas as lutas e a transformação social no campo passavam pelo sistema confederativo que deveria, inclusive, ser alçado à condição de sistema político de direção sindical. O mesmo documento aponta como metas a criação de delegacias sindicais com participação das comunidades e formação de equipes educacionais para orientação das bases, reforçando ainda mais o "sistema sindical". Por outro lado, orienta para a distribuição da legislação e jurisprudência às entidades sindicais e o fornecimento de informações aos governos sobre problemas do campo, "sensibilizando-os e oferecendo sugestões para justas soluções." (205)

Ora, esta concepção se opõe, de fato, ao que propunham as oposições sindicais e dirigentes envolvidos com a luta

(205) Aspectos da Realidade Agrária e Sindical, Brasília, CONTAG, p. 27.

pela terra, onde distinguiam a luta legítima da luta legal e para quem os governos não eram merecedores de atenção por estarem envolvidos com as empresas promotoras das expropriações.

Mas o passo decisivo no processo de cisão ocorreu em agosto de 80. Neste mês, em São Paulo, houve o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), envolvendo 40 representantes de 10 Estados. A Igreja teve um papel especial na articulação de lideranças, destacando-se o apoio da CPT.

Avelino Ganzer e Ranulfo Peloso revelam que ali se deu o nascimento das articulações nacionais das oposições sindicais rurais:

"Aí começa o processo de articulação bastante grande. A grande base da ENOS era a Oposição Metalúrgica de São Paulo (OMSP). Eles tinham um trabalho muito importante de oposição e chamou muita atenção e a gente começou a conhecer o que era a chamada intervenção no sindicato, qual era o papel do Joaquinzão, de que forma ele aparecia nacionalmente. Os metalúrgicos puxavam o encontro com aquela agressividade danada."

(Avelino)

"O ENOS foi comandado pela OMSP, que tinha uma visão exatamente contrária à da CONTAG. Era a visão boliviana, da COR. Foi aí que começamos a ver os furos da CONTAG. A gente mandava um documento e eles protocolavam. A gente tinha uma

prática de enfrentamento com a grilagem e isso se juntou com a crítica que a ENDS fazia ao peleguismo.

Mas a ENDS só falava de operário e isso gerou uma unidade dos rurais e até mesmo uma certa independência em relação a OMSP"

(Ranulfo)

O ENOS foi realmente o início das articulações sindicais das lideranças rurais que mais tarde questionariam profundamente a CONTAG. O encontro foi marcado pelo combate ao que os participantes denominaram de "reformistas" ou "apegados à estrutura sindical". E este enfrentamento tinha como tradução, para esta corrente sindical, a aplicação da Convenção 87 da OIT que, entendia, implodiria a unicidade sindical.

Finalmente, um mês depois do ENOS, em setembro, ocorreu o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), no Rio de Janeiro. Nele, participaram "sindicalistas autênticos", comandos de greve, oposições sindicais e comissões de fábrica. Foi o encontro que consolidou a ruptura definitiva com a corrente "Unidade Sindical", que considerou o ENTOES como "divisionismo do movimento sindical".

O ENTOES significou para aquelas lideranças rurais inicialmente articuladas ao redor da CPT e das oposições sindicais o início da reflexão sobre a estrutura sindical vigente. Diversos depoimentos apontam que o encontro foi uma descoberta porque articulava a instrumentalização da estrutura sindical pelos dirigentes que queriam se perpetuar no poder com o verticalismo e a ausência de lutas massivas.

Significou ainda o início de uma coordenação própria dessas lideranças rurais a nível nacional, forjada de maneira insólita.

Irritado com o pouco espaço dado aos dirigentes rurais, Avelino Ganzer liderou uma reunião paralela numa sala ao lado do plenário onde se desenvolvia o encontro. Todas lideranças rurais se dirigiram até a sala, acompanhados por alguns ideólogos da Igreja. Ali, sob discursos inflamados que exigiam respeito aos dirigentes rurais, as lideranças de várias regiões se apresentaram, montaram uma pauta e iniciaram uma articulação que se desenvolveria nos próximos anos.

Este era o cenário sindical que se desenhava no horizonte da CONTAG. O seu campo de manobras se estreitava. Não era mais o caso de administrar a ampliação da agenda do movimento sindical e renovar o quadro de lideranças sem colocar em risco o "sistema sindical". Agora, as novas lideranças rurais articulavam-se no bojo de uma corrente sindical que tinha como princípio a destruição da estrutura sindical na qual assentava o poder e a legitimidade da confederação. E pior, a articulação oposicionista se construía num espaço muito reduzido de tempo, através de encontros marcados entre fevereiro e setembro de 1980, dificultando ainda mais qualquer reação.

Neste contexto, os movimentos sociais que se desenvolviam foram diretamente computados no quadro de disputas identificado pela CONTAG. Para a CONTAG, as greves de canavieiros de Pernambuco - dirigidas estreitamente pela confederação e FETAG/PE - eram marcadas pela disputa e deveriam, portanto, ser demonstração de vitalidade do "sistema sindical contaguiano". Por este motivo, a greve que já havia sido massiva em 79, em 80 passa a contar com 240 mil canavieiros pernambucanos, amparados por um forte apoio

logístico. Daí parece nascer também a preocupação da CONTAG em estender a outros Estados o "modelo de greve de Pernambuco", valorizando o seu papel dirigente nas ações coletivas.

Até meados de 81, a confederação organizará o II Encontro da região centro-sul de Política Agrícola, o II Encontro de Assalariados - envolvendo 10 Estados -, o Encontro Nacional de Conflitos de Terra, o Encontro de Fortaleza sobre a Seca, além de estimular e copatrocinar o I Congresso de Delegados Sindicais da Zona Canavieira de Pernambuco, que envolveu 400 trabalhadores. (206) É evidente que a CONTAG demonstrava que seu ideário não era conservador ou colaboracionista como queriam crer os opositores da estrutura sindical vigente. Mas para além do seu ideário, os temas e as regiões privilegiadas pela confederação para realização de ações coordenadas revelam que a direção da CONTAG procurava reforçar seu papel dirigente, principalmente nos lugares onde estavam localizadas suas bases políticas mais tradicionais.

Finalmente, em agosto de 81, durante a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), a CONTAG alinha-se explicitamente à corrente Unidade Sindical (207) no confronto com as lideranças que se haviam articulado no ENTOES.

No plenário do CONCLAT, onde estavam presentes 1.104 delegados rurais (21% do total), José Francisco sustentou um forte embate com Lula. O presidente da CONTAG não admitia ouvir que os diretores das instâncias da estrutura sindical

(206) ver Relatório Anual de 1981, Brasília, CONTAG. Mimeo.

(207) a Unidade Sindical, neste período, congregava lideranças sindicais do PMDB, PCB e MR-8, envolvendo diretores de federações e confederações. Privilegiava a consolidação da transição democrática em detrimento da radicalização da luta sindical e defendia a criação de uma central sindical baseada nas instâncias da estrutura sindical vigente.

vigente fossem pelegos, e invocava sua própria história, construída no confronto com a ditadura e na direção de inúmeras lutas dos trabalhadores. A grande questão em pauta era o sistema de representação e a composição da central sindical a ser criada no ano seguinte. José Francisco, assim como as demais lideranças da Unidade Sindical, defendia a participação das federações e confederações nos cargos de direção da futura central e exclusão do paralelismo por parte das oposições sindicais, o que era rejeitado pelas lideranças articuladas a partir do ENTOES.

No momento de formação da Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), que deveria preparar o congresso de fundação da central sindical, a postura da CONTAG foi incisiva. Ivan Pinheiro, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e membro da Unidade Sindical, testemunhou aquele momento e a posição da CONTAG a partir da conferência:

"a Oposição Sindical defendia que na Comissão Nacional entrasse o Waldemar Rossi (membro da OMSP) e a Unidade Sindical defendia que fosse o Joaquim (Joaquim Santos de Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo). Acabou rifando os dois.(...)"

Então a Comissão Nacional Pró-CUT era uma articulação de cúpula, se reunia em Brasília e decidia que no dia tal vai ter um Dia Nacional de Luta. O sujeito chegava no Acre ou no Amapá e não representava nada no movimento sindical naquele estado, ele entrou porque era do PT, ou do PC, ou do PCdoB (...). Então isso propiciou o surgimento daquele chamado "Movimento das Federações", a

CONTAG balançava, inclusive em 83, na questão do congresso, pesou muito a posição da *CONTAG*, nos dois adiamentos, nos três adiamentos; em todos eles, ela chegou com posição firmada em termos de Conselho da *CONTAG*..." (208)

O depoimento de Ivan Pinheiro é a melhor tradução do que a *CONTAG* havia se transformado e quem ela representava: a confederação era a expressão, a síntese do "movimento de FETAGs", isto é, não falava em nome de uma corrente, mas como direção de um "sistema sindical" apoiado nas FETAGs. A postura da *CONTAG* era ainda mais salientada pelo fato de apenas duas confederações participarem do I CONCLAT, o que lhe conferia uma certa autoridade na defesa do sistema confederativo.

O I CONCLAT marca a divisão no interior do MSTR, um custo muito alto para a *CONTAG*. A polêmica no plenário, contudo, havia identificado melhor as diferenças. Lula, ao articular a retirada do nome de Joaquim dos Santos Andrade da presidência da Comissão Pró-CUT (209) demonstrava o risco de desmoralização e de quebra de legitimação dos dirigentes sindicais que esta nova corrente poderia significar.

Uma outra polêmica forte no plenário, a decretação da greve geral, demonstrava diagnósticos da realidade totalmente díspares. Para a *CONTAG*, era necessário garantir

(208) "Suprimos uma Central efetivamente única", IN *Trabalhadores Urbanos no Brasil...*, op.cit, p. 49.

(209) como já pontado no depoimento de Ivan Pinheiro, houve uma grande polêmica na escolha do representante dos metalúrgicos de São Paulo na Comissão Pró-CUT. Um primeiro acordo retirava o nome de Waldemar Rossi em troca de mais representantes da OMSP na chapa única. Lula, entretanto, rompe o acordo em plenária, apresentando uma chapa alternativa. Finalmente, a Unidade Sindical retira o nome de Joaquinção, propiciando, novamente, a formação de uma única chapa.

a transição para a democracia, medindo, com prudência, as ações mais arriscadas, para não retardar a abertura. A greve geral era, por este motivo, descartada. Nas negociações ficou acordado que haveria um Dia Nacional de Protesto, mas estava claro que se tratava de projetos e estratégias distintas.

Os anos seguintes ao CONCLAT envolveram a CONTAG mais e mais no conflito entre as duas correntes sindicais nacionais. O congresso de fundação da CUT que estava marcado para acontecer em agosto de 1982 foi adiado numa tumultuada reunião da Comissão Nacional Pró-CUT em 17 de julho, que decidiu adiar o II CONCLAT para agosto de 83.

Um documento da CONTAG, intitulado "Porque decidimos não participar do Congresso da Classe Trabalhadora e Somos pelo seu Adiamento para 1983", apresentado nesta reunião, foi decisivo para a tomada de decisão. O documento, assinado por 19 FETAGs, aponta seis argumentos contrários à realização da conferência:

1. não se havia conseguido até aquele momento encaminhar qualquer luta unificadamente;

2. a central sindical, se fundada naquele momento, não teria representatividade por congregar poucas entidades sindicais;

3. não se havia colocado em prática as decisões do I CONCLAT;

4. a realização de congressos nacionais a cada ano sacrificaria demais a classe trabalhadora;

5. as eleições para governadores em novembro poderiam gerar a partidarização do congresso;

6. a 40 dias da data marcada não havia infraestrutura mínima para realização do CONCLAT.

José Francisco passou, então a defender publicamente a estratégia da CONTAG. Em 82, afirmou ser necessário "descobrir uma forma de quebrar a estrutura sindical fascista por dentro e o desaparecimento do imposto sindical." Mas, ressaltava: "a gente não defende que seja um corte de uma vez, mas pelo desaparecimento gradual." (210) Em seguida, em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil, em 19.10.82, defendia a organização de greves no meio rural apoiadas na Lei de Greve porque "no meio rural a pressão e a violência aparecem com maior intensidade. Mesmo na legalidade", sustentava, "nas greves deste ano a violência foi horrível."

As declarações e documentos produzidos pela CONTAG nos anos 82 e 83 estavam de tal forma contextualizados pela disputa sindical nacional que esforçavam-se em demarcar e justificar o seu próprio ideário: a instrumentalização das leis em vigor, a defesa do sistema confederativo oficial, a prudência nas ações no período de transição democrática, a mudança gradual de alguns elementos da estrutura sindical corporativa. A CONTAG abandonava, assim, a política de negociação no interior do MSTR que havia iniciado no III Congresso, em 1979. Foi neste contexto que passou a repudiar publicamente a Convenção 87 da OIT, como "germe da divisão da classe trabalhadora".

Foi ainda a mesma motivação que levou a confederação a novamente defender o Estatuto da Terra integralmente, abandonando aquelas resoluções que ultrapassavam o instituto legal. Em documento de 82 (211) atacou qualquer alteração

(210) entrevista concedida à Equipe de Estudos Sindicais do CEDEC em 19.06.82.

(211) "A Posição da CONTAG sobre a Política Nacional Fundiária" publicado no O Trabalhador Rural, ano 14, n.1, abril/maio de 1983. p. 13

nos termos desse instrumento legal, afirmando que "o governo dispõe de instrumentos legais e suficientes para a implantação da reforma agrária", faltando apenas decisão política para sua aplicação.

É ponto angular do discurso da CONTAG neste período como não poderia deixar de ser, a confederação passou a valorizar a sua ação coordenadora. Leonilde e Soreano (212) observam que nesta fase, o discurso de José Francisco pressupunha que "através da luta sindical os trabalhadores vinham progressivamente se transformando em cidadãos", considerada a articulação, de alto a baixo (CONTAG, FETAGs e STRs) do MSTR. Ou seja, a valorização do trabalhador era conquistada via participação na estrutura sindical, relativizando-se qualquer outra forma de associação política.

Outro elemento da prática contagiiana originário desta fase e apreendido pelos autores acima citados foi a publicação do "Suplemento Mensal" que substituiu o conteúdo pedagógico de divulgação dos direitos legais da revista "O Trabalhador Rural" pelo discurso de estímulo à ação.

O que é possível apreender do discurso da CONTAG é o abandono de qualquer concessão às dissidências no interior do MSTR. É um discurso de reafirmação institucional, de auto-promoção do seu ideário anterior ao congresso de 79.

É importante observar que a CONTAG não promoveu em seus documentos a Unidade Sindical, mas tão somente o "sistema sindical" contagiiano. Em outras palavras, não era seu alinhamento à uma corrente sindical que definia seu ideário e prática, mas justamente o contrário. Foi a percepção que o sistema de legitimação dos dirigentes sindicais da estrutura

(212) Reflexões sobre o Sindicalismo..., op. cit., p. 31.

confederativa estava ameaçado que conduziu a CONTAG a se enrijecer politicamente e se unir àqueles que combatiam os que considerava seus adversários.

A CONTAG procurava ainda consolidar sua base diversificando seus mecanismos de encaminhamento de lutas e organizando inúmeros encontros por frente de luta.

Em 83, finalmente, a cristalização dos campos político-sindicais a nível nacional chega a seu ápice. O pretexto maior foi um artigo do regimento interno do CONCLAT de fundação da CUT. O artigo VIII era assim redigido:

" A Comissão Nacional Pró-CUT procurará criar as condições para a participação de todas as categorias no Congresso, mesmo daquelas cujas entidades neguem-se a participar, examinando-se cada caso que vier a ser apresentado, acompanhado de parecer pelas Intersindicais Estaduais."

O artigo, aprovado em reunião da Comissão Nacional Pró-CUT em dezembro de 82, foi identificado pelos líderes da Unidade Sindical como comprometedor do critério sindical ou a possibilidade de delegações serem credenciadas a margem dos sindicatos.

Em abril de 83, a CONTAG enviou um documento a todas entidades sindicais do país expondo que era contrária a criação da CUT naquele momento em função das poucas entidades sindicais envolvidas no processo e do funcionamento ainda precário das intersindicais.

Não obstante, ocorriam encontros estaduais preparatórios ao II CONCLAT. Finalmente, em reunião no dia 7 de agosto da Comissão Pró-CUT, a CONTAG propôs que o artigo VIII fosse aprovado como exceção e não como regra. No caso dos delegados rurais, estes deveriam, contudo, passar pelo endosso das federações. A proposta foi rejeitada. Irritado, José Francisco declarou: "consuma-se hoje o CONCLAT da ANAMPOS (213): o novo ENTOES. Vocês fiquem com o seu CONCLAT. Nós ficamos com a CONTAG."

Em seguida, a CONTAG juntamente com outros dirigentes da Unidade Sindical, convocou uma Plenária Intersindical Nacional para 11 de agosto, em São Paulo. No dia 10 de agosto, a CONTAG lançou publicamente um documento onde revelava a sua principal divergência com o processo de fundação da CUT. O documento "Posição da CONTAG sobre o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora" afirmava que os setores que "defendem uma Central Unica dos Trabalhadores organizada a partir das bases" querem "excluir entidades sindicais por considerá-las reformistas ou pelegas". O texto avança rechaçando esta posição, visto que "estes dirigentes têm dado demonstrações de firmeza na luta".

No dia 20 e 21 de agosto uma Plenária Nacional convocada pela Unidade Sindical na sede da CONTAG, contava com 5 confederações, 44 federações, 141 sindicatos e 26 associações. Antes da abertura dos trabalhos os membros da Comissão Nacional Pró-CUT pertencentes a Unidade Sindical reuniram-se e ratificaram o adiamento do II CONCLAT por 60 dias e conclamaram os outros membros da Comissão a suspenderem o congresso de São Bernardo. A plenária convocou o II CONCLAT para novembro e revogou o artigo VIII do regimento interno.

(213) A ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais - é criada formalmente no Encontro de Goiânia, em junho de 1982. Nesse encontro, aparece pela primeira vez a proposta de participação orgânica dos movimentos populares na CUT.

A participação da CONTAG, como se vê, foi decisiva em toda essa dinâmica. Sua motivação estava expressa no documento de 10 de agosto: defender com todas as forças as entidades e dirigentes sindicais do sistema confederativo. Nunca admitiria que lideranças não eleitas como diretores sindicais fossem legitimados como representantes de trabalhadores rurais. Afinal, para a CONTAG, "o trabalhador rural tornava-se cidadão participando das lutas do MSTR."

Operava-se a partir de então uma sutil inflexão na sua prática. Se a disputa era cada vez maior na base, na condução das mobilizações, a CONTAG começava a se projetar nacionalmente como organização capaz de mediar a transição política no que dizia respeito ao projeto dos trabalhadores rurais. Em outras palavras, começava a transitar na esfera das negociações da transição política, e se identificar como interlocutor do conjunto dos trabalhadores rurais junto às articulações políticas que se consolidavam.

É importante notar que fez parte desta estratégia a não filiação da CONTAG a nenhuma central sindical, mesmo José Francisco sendo eleito vice-presidente da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), central criada no congresso de Praia Grande em novembro de 83, três meses após a criação da CUT. A CONTAG, desta forma, continuava sendo o único e exclusivo organismo sindical capaz de representar as demandas dos trabalhadores rurais a nível nacional. Candidava-se a um assento no fórum de negociação da transição, naquilo que dizia respeito ao campo.

Este foi um movimento lento, estudado, em que a confederação reorganizou seus mecanismos de legitimação, sustentado não tanto pela capacidade de mobilizar e

coordenar confrontos, mas pela capacidade de solucionar estes mesmos conflitos e influenciar a agenda da negociação nacional para a transição.

Desenhava, com muita cautela, uma nova engenharia político-sindical que transitava de uma fórmula corporativista estatal para um neo-corporativismo, fundado numa burocracia sindical que representava com exclusividade os trabalhadores rurais, estreitamente articulada ao redor de suas instâncias; com um sistema de lealdades internas que garantia uma certa centralidade no processo decisório; e um movimento político dos dirigentes que os credenciava como autoridades, inclusive para ditar políticas públicas referentes à sua área de atuação. Para tanto, a representação sindical só nasceria na medida em que se cumprisse o ritual de iniciação e promoção determinados pela própria burocracia sindical. A CONTAG, por sua vez, detinha uma certa centralidade política na medida em que dependia da sustentação política que provinha das federações, mas retribuía ao garantir a autonomia do MSTR e legitimava os diretores sindicais eleitos através das articulações políticas com instâncias de governo e conquista de resultados concretos. Um sistema político equilibrado, mas permanentemente checado e, por este motivo, instável.

Essa nova engenharia política é melhor percebida a partir de 84, quando tem início a fase terminal do regime militar e se consolida o campo de possibilidades políticas da transição ao redor da Aliança Democrática.

Foi um ano decisivo para a CONTAG.

Em maio estoura uma greve de canavieiros na região de Guariba, em São Paulo, que contesta na prática o "modelo Pernambuco", justamente o cartão de visitas da prática contaguiana. A greve gerou um processo em cadeia,

envolvendo canavieiros de vários Estados do país que reivindicavam a pauta conquistada em Guariba. A característica mais acentuada deste movimento foi a de ter atropelado os dirigentes sindicais da região, passando ao largo da estrutura sindical. Outra característica inusitada foi o conteúdo da pauta.

No ano anterior, as greves da categoria, que envolveram 252 mil assalariados no país - sendo 192 mil canavieiros pernambucanos - tinham como objetivo central renovar a convenção coletiva de trabalho, principalmente a renovação da "tabela de tarefas", que estabelecia uma correspondência entre o pagamento e a tarefa desempenhada pelo assalariado em cada fase do processo de trabalho. Em Guariba, a pauta estava diretamente relacionada às condições de trabalho de um novo ator social no cenário rural brasileiro: o assalariado temporário.

D'Incao (214) observa que o trabalho temporário dificultava a criação de espaços de ação coletiva e organizada, já que se trabalhava apenas metade do ano na colheita. Reflexo da desarticulação da categoria em São Paulo é o fato de até 79 não constar uma diretoria de STR que fosse constituída por assalariados. A organização da categoria não tinha respaldo, portanto, no movimento sindical. Pelo contrário, o início do trabalho organizativo surgiu em 80, com iniciativas da CPT junto às "turmas" contratadas pelos empreiteiros para realizarem os serviços de colheita. É fato, contudo, que a FETAG-SP (FETAESP) tenha esboçado várias iniciativas, principalmente na gestão 78-81. Inicialmente, a estratégia utilizada visava canalizar todos

(214) D'INCAO, Maria Conceição. O Movimento de Guariba: O Papel Acelerador da Crise Econômica. In, Revista Política e Administração, nº2, Ed. Especial "Movimentos Sociais no Brasil" Rio de Janeiro, FESP, 1985. Ver também artigo de Vera Botta Ferrante, "O Novo Sindicalismo Rural Paulista", IN Revista Tempo e Presença, São Paulo, junho 88 - onde a autora polemiza com algumas observações de D'INCAO - e o texto de José Graziano da Silva, já citado anteriormente, De Guariba a Leme...

os dissídios coletivos, unificando os salários a nível estadual, o que significava na prática que os STRs deveriam passar procurações à federação para que esta instaurasse os dissídios. Em 1979, com a criação de uma regional da FETAESP em Araraquara, iniciou-se um trabalho de organização junto aos assalariados temporários da cana e laranja.¹

A prática institucional do movimento sindical, contudo, dificultava em muito um acompanhamento mais preciso adequado às inovações tecnológicas do setor.

A greve teve como motivação maior a mudança do sistema de corte da cana na região. O corte que era realizado por um trabalhador temporário que cortava 5 fileiras de cana - separadas por "ruas" de 1,5 m de largura - simultaneamente e depositava a cana cortada no centro, ou "rua 3", agora deveria ser feito a cada 7 fileiras de cana. Significava que o trabalhador deveria caminhar mais 1,5 m de cada lado para depositar a cana cortada no eito central. Para os usineiros, o sistema de 7 ruas economizava o trânsito de máquinas, com redução em até 40% dos gastos com combustível, além de diminuir as impurezas no recolhimento da cana. Para o trabalhador, significava um aumento brutal das tarefas a serem desempenhadas.

Simultaneamente houve aumento da taxa do serviço de abastecimento de água o que, para os bóias-frias que residiam na periferia das cidades, era um golpe adicional no seu parco orçamento. Este fato é significativo porque fugia do espaço de governabilidade do sindicato, envolvia o espaço da organização popular, da organização dos moradores dos bairros, onde a Igreja estava presente.

O cenário estava montado.

A greve se iniciou em Guariba envolvendo 4 mil canavieiros e no dia 18 de maio foi acertado um acordo, o "Acordo de Guariba", definindo um novo preço para a tonelada de cana colhida, registro em carteira, 13º salário, repouso semanal remunerado, indenização no final de safra, fornecimento de equipamentos, condução gratuita, complementação salarial em caso de acidente de trabalho e a volta do sistema de 5 ruas. No mesmo mês, explodiram greves de canavieiros em Uberaba (MG), Santa Helena (GO) e Jd (SP) invocando o Acordo de Guariba. Em junho o mesmo expediente envolve os canavieiros de Pontal, Novo Horizonte, Ribeirão Preto, Pitangueiras, Guaiara, Araçatuba, Tabapuã, Mirandópolis, Andará, Ourinhos - no Estado de São Paulo - e Acreuna (GO). Em julho foi a vez dos canavieiros de Fronteira (MG). No mês seguinte, os canavieiros de Sertãozinho e Pontal entraram em greve pelo mesmo motivo. Ao todo, foram mais de 40 mil canavieiros em greve no ano de 84 que exigiam a extensão do Acordo de Guariba. (215) Em certas localidades o movimento grevista ocorreu à revelia do sindicato, como no caso de Tabapuã, onde os bóias-frias repudiaram o acordo firmado pelo STR. Outra característica destas mobilizações foi a ausência de articulação entre os diversos paradeiros, que não duravam, em média, mais de 2 dias, e envolviam 600 canavieiros, num grau de pulverização de lutas que surpreendia os dirigentes sindicais.

Os movimentos oriundos do "Acordo de Guariba", enfim, invertiam os sinais do "modelo Pernambuco".

Um outro flanco aberto em 84 foi o surgimento do Movimento Nacional dos Sem Terra. Neste ano, ocorreu no Paraná um encontro de lideranças de movimentos de resistência às desapropriações e ocupações de terra - principalmente aqueles oriundos do Rio Grande do Sul, São

(215) Os dados referem-se ao levantamento de greves realizado pelo Boletim Diário de 1984.

Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e barragens - sendo que 80% dos participantes eram sindicalistas. (216)

Os delegados presentes articularam um movimento "no interior do movimento sindical", embora criticassem a postura da maioria dos STRs "que não abraça a bandeira da luta pela terra". Foi o início de uma intensa movimentação que organizou, em janeiro do ano seguinte, um congresso de fundação do Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como palavra de ordem o emblema "Ocupação é a única solução". Esta articulação fugiu completamente do controle da CONTAG e é logo apontada pela confederação como movimento divisionista e paralelo aos STRs. (217)

A CONTAG procurou ocupar o cenário político, muito atenta às dissidências que surgiam em sua base. Neste mesmo ano, dois discursos revelam a busca de uma estratégia mais correta para enfrentar a adversidade:

Em julho, uma edição especial do boletim O Trabalhador Rural (218) dedicada à preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais que seria realizado no ano seguinte, apresentou uma análise de conjuntura onde estimulava o engajamento do MSTR na Campanha das Diretas. Em seguida, afirmava: "Não deve haver lugar no movimento sindical para quem não assume a luta dos trabalhadores, não organiza e não mobiliza." Divulgou ainda um longo e cuidadoso calendário de preparação do congresso, iniciando

(216) João Pedro Stédeli, entrevista publicada na revista Teoria e Debate, n.19, São Paulo, jan/mar 1990.

(217) ver pronunciamento do assessor Reginaldo Muniz publicado no Reservado Sindical Rural, já transcrito anteriormente neste estudo.

(218) O Trabalhador Rural, n.27, CONTAG, julho 84, p.3

com encontros regionais preparatórios, discussão nos STRs e um encontro nacional em dezembro para fechamento de um documento final e definição do temário.

A CONTAG radicalizava seu discurso e o controle sobre o conjunto do NSTR. Orientava agora para as FETAGs mobilizarem suas bases, politizarem sua intervenção, organizarem seminários, encontros, disseminarem organismos de base. (219) Prática vital porque fazia parte do arsenal de recursos disponíveis para a disputa que se acirrava.

Em setembro, a estratégia da CONTAG que vinha se esboçando há alguns meses aparece publicamente numa entrevista na qual a direção declara publicamente o apoio da entidade à Tancredo Neves justificando-o como "único caminho viável no momento para evitar uma eventual vitória do deputado Paulo Maluf no colégio eleitoral" (220). Na oportunidade, José Francisco entregou à Tancredo Neves um documento com 23 páginas contendo reivindicações a respeito do direito de greve, sindicalismo, política salarial e emprego, política agrícola, reforma agrária e previdência social. A declaração pública de apoio ocorre 46 dias após a oficialização da Aliança Democrática, articulação entre PFL e PMDB que levaria Tancredo Neves à Presidência da República.

A partir de então, a CONTAG passou a colaborar estreitamente com a candidatura Tancredo Neves e com as articulações que dela vão surgindo.

(219) É importante destacar que a CONTAG afinava-se com a CONCLAT no que dizia respeito ao papel dos organismos de base. Para ela, as comissões de base deveriam ser extensões do sindicato e não organismos autônomos como sustentava a CUT. Sobre as tendências sindicais em relação à questão ver *Novas Relações Sindicais no Brasil: O Debate, experiências internacionais e uma proposta para a discussão*. Vários Autores, Documento de Trabalho n. 12, Brasília, IPEA, jan. 84. Mimeo. pp. 24 e 25.

(220) Folha de São Paulo, 23.09.84.

Se por um lado a confederação exigia da cúpula sindical maior agilidade e intervenção política, ocupando os espaços que vinham cedendo a articulações consideradas divisionistas, por outro, valorizava os foruns formais de negociação das políticas nacionais, sinalizando um caminho seguro e eficaz para conquistar resultados. Era a agenda de governo que procurava atingir. Atualizava-se, assim, o seu tradicional sistema de legitimação de dirigentes sindicais, onde a influência - ou até mesmo participação - nas instâncias de decisão do governo de transição democrática aparecia como elemento constitutivo e essencial.

A Aliança Democrática, em contrapartida, se compromete durante sua campanha a realizar a reforma agrária "mediante o cumprimento do Estatuto da Terra".

Em janeiro de 85, Tancredo Neves venceu a disputa no Colégio Eleitoral. Nos meses de março e abril foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e anunciado o nome do ministro que assumiria a pasta: Nelson Ribeiro, um homem com estreitas relações com a CNBB e comprometido com a luta pela reforma agrária. Tal era o clima político vivido pelo país e habilmente utilizado como trunfo pela CONTAG às vésperas do seu IV Congresso.

A CONTAG que em 1979 administrou as diferenças políticas no seu III congresso, havia atravessado uma dura prova nos anos seguintes. A contragosto, articulou-se nacionalmente para limitar os espaços políticos que atacavam a estrutura sindical vigente, o que destruiria seu campo de alianças e o próprio "sistema" que legitimava sua direção nacional. Não era aceitável para a confederação alterar profundamente as bases do sistema confederativo porque solaparia as relações de lealdade construídas entre os dirigentes e instâncias e alteraria a correlação de forças no interior do MSTR.

A disputa a nível nacional, contudo, abriu flancos na base das federações que também começavam a se alinhar politicamente. O enrijecimento político da CONTAG estreitava os mecanismos de promoção de novas lideranças no interior do MSTR e aumentava o divórcio entre o movimento sindical articulado pela confederação e os movimentos sociais.

Com a derrota do regime militar, a CONTAG vislumbrou uma nova estratégia, enfim, capaz de garantir e legitimar os dirigentes e instâncias sindicais ao mesmo tempo em que canalizava muitas das novas demandas através da colaboração na elaboração das políticas públicas referentes à agricultura do novo governo. A nova estratégia otimizava o seu papel de representante máximo dos trabalhadores rurais e portanto, interlocutor institucional e legal das negociações com o Estado. Significava dizer que os diretores sindicais eram também responsáveis pela montagem da pauta de transição política do novo governo e a eles caberia a seleção inicial das demandas a serem priorizadas e a serem atendidas. Era uma estratégia com forte apelo à valorização do papel do diretor sindical. Distinguiu-se assim de uma prática sindical que fazia do permanente estímulo ao conflito - inclusive com o Estado - um mecanismo de legitimação de lideranças. Procurava ainda estender as relações de lealdade que impregnavam o "sistema sindical" ou "movimento de FETAGs" à base dos novos movimentos sociais rurais.

Esta era a principal inflexão política da história da confederação e com ela procurava-se selar uma nova conjuntura sindical no campo, tendo como primeiro desafio o IV Congresso, em maio de 1985.

2. IV Congresso: O Limite das Velhas Práticas

O terreno onde se assentava a nova fase da prática contaguiana era condicionado pela natureza do pacto de transição política do país. Leonel Itaussu Mello (221) classifica o processo de transição como "abertura controlada", compatibilizando as suas consequências políticas com os interesses e valores do aparato autoritário, o que conformava uma "democracia tutelada".

A transição brasileira foi, desta forma, um pacto entre o regime autoritário e forças políticas moderadas. O'Donnell e Philippe Schmitter (222) avaliam que a liberalização política brasileira ocorre por decisão do alto escalão do Poder justamente porque o regime autoritário tinha alcançado relativo sucesso econômico e não encontrava uma oposição ativa e agressiva, conferindo-lhe certo apoio social. A "abertura política" que propicia a emergência da sociedade civil no cenário nacional, é acompanhada de perto pelo setor "brando" das facções militares (223), mais tolerante e que percebia regime perdendo legitimidade eleitoral. Para este setor a estruturação das alternativas políticas deveria ser montada a partir das eleições, que canalizariam as demandas populares. O setor sindical era, entretanto, foco de grande preocupação pois fugia dos limites do controle institucional.

(221) MELLO, Leonel Itaussu Almeida. "Golbery revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada" IN MOISES, José A. & ALBUQUERQUE, J.A.G. (orgs.). Dilemas da Consolidação da Democracia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

(222) O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe C. . Transições do Regime Autoritário (Primeiras Conclusões). São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

(223) a expressão é originária do texto de O'Donnell.

A transição pactada com os setores moderados da oposição pressupunha, por conseguinte, a desmobilização do movimento popular e a seleção de organismos de representação das classes subalternas no acordo fundacional do novo regime, reservando As Forças Armadas um papel arbitral das decisões políticas.

Este foi o campo de possibilidades no qual a CONTAG se inseriu. Assentiu à delimitação do espaço previamente sancionado por forças políticas do qual ela não fazia parte. A confederação jogava suas esperanças na consolidação dos foruns nacionais de negociação onde surgiria, em princípio, uma nova concertação social. E apresentava-se como representante dos trabalhadores rurais na formulação da nova ordem institucional e das políticas nela geradas, selecionando demandas a serem apreciadas.

A estratégia da CONTAG se tornaria mais eficaz na medida em que os foruns nacionais de negociação estivessem permeáveis às mudanças demandadas pelo programa do MSTR - o que pressupunha uma composição majoritariamente reformista - e as demandas selecionadas pela confederação pudessem significar um alto grau de síntese e homogeneização das demandas da base dos STRs. Mas essas condições estavam longe de se efetivarem.

Como os meses seguintes acabariam demonstrando, o pacto de transição era conservador e não admitia pontos fundamentais da pauta apresentada pela CONTAG, como a implantação da reforma agrária. Por outro lado, a base do MSTR não era homogênea como na década de 60 e as suas demandas se diversificavam espantosamente.

Em dezembro de 84, os encontros estaduais preparatórios ao IV Congresso da CONTAG apresentavam uma extensa listagem de propostas divergentes, algumas delas ilustrando a heterogeneidade política da base sindical.

Enquanto o texto-base propunha a ratificação da Convenção 87 da OIT, alguns encontros estaduais propunham uma nova legislação sindical baseada na unicidade sindical.

Quanto à questão agrária, diversos encontros propõem alterações significativas ao texto-base. Uma delas sugeria como bandeira do MSTR a "reforma agrária massiva, imediata, radical e drástica sob controle dos trabalhadores" e outra sugeria que as terras desapropriadas fossem vendidas às famílias selecionadas pelos STRs. Propunha-se ainda, de um lado, que todas terras com plantio de cana fossem desapropriadas, e de outro, sugeria-se que o plantio de cana se mativesse nas áreas com alta produtividade, controlada pelas organizações democráticas dos trabalhadores, cujo excedente fosse repartido entre os trabalhadores. Outra proposta orientava para a organização de ocupações massivas em terras públicas e inexploradas.

Quanto aos contratos de arrendamento, surgia a proposta de contratos com prazo mínimo de 5 anos para lavouras brancas e 7 anos para lavouras permanentes (224).

O processo de eleição da direção da CONTAG era outro tema polêmico. Foram apresentadas três propostas distintas: colégio eleitoral ampliado - envolvendo diretores efetivos de FETAGs, diretores de STRs e conselho fiscal das FETAGs -, eleição em congresso ou eleição direta.

(224) Todas as sugestões aqui comentadas foram extraídas do documento da CONTAG "Propostas dos Congressos e Encontros Estaduais Preparatórios do IV Congresso", Brasília, dez 84.

Outro tema que suscitava propostas antagônicas era a política a ser adotada em relação à violência no campo. Encontram-se propostas solicitando que os órgãos de segurança nacional deem proteção aos dirigentes sindicais; que protejam as propriedades rurais e "nos locais onde houver invasões que sejam presos os instigadores" (225); e que os dirigentes e advogados de STR sejam protegidos, se necessário, pela Polícia Federal.

Finalmente, em relação à política agrícola, apareceram propostas que limitavam o crédito rural apenas à policultura, outras que o limitavam àqueles que comprovadamente conservam o solo. A divergência maior neste tema aparece na análise que faziam do pacote tecnológico vigente. Alguns o condenaram e outros chegaram a sugerir o tabelamento dos preços desses insumos, com subsídios de adubos para propriedades com até até 20 ha. .

Como se vê, o espectro político era tão amplo que dificilmente uma deliberação contemplaria uma maioria significativa.

A CUT, por sua vez, que havia realizado em novembro de 84 o seu "Encontro Nacional de Camponeses" - onde surgiu uma coordenação nacional - formulou um documento de orientação aos seus delegados ao IV Congresso. O documento "Nossas Tarefas neste Congresso" expõe uma concepção muito distante daquela que a CONTAG vinha expondo. No seu início, rejeita qualquer convite do governo para discutir políticas nacionais e sentencia: "não devemos assumir compromissos". Nas questões sindicais destaca a ratificação à Convenção 87 da OIT e a unificação das datas-base dos assalariados. Quanto à reforma agrária desfecha: "O Estatuto da Terra já foi aplicado. Ele é contra nossos interesses."

(225) "Propostas dos Congressos e Encontros Estaduais...", op.cit., p. 22.

Propõe ainda a suspensão da construção de hidrelétricas e o fim dos incentivos oriundos do Proalcool. Finalmente, como princípio básico da nova estrutura sindical sustenta a abolição de todos impostos, substituindo-os por novas formas de arrecadação definidas em assembleias sindicais.

As federações também saíram do campo para defender a estratégia da CONTAG. A FETAG-RS enviou aos STRs um "Temário para Debates e Questionamentos" defendendo nitidamente o imposto sindical. No rol de "questões para debate" indagava: "a contribuição sindical é causa determinante do atrelamento? O sindicalismo terá condições de se manter sozinho?". A FETAG-GO, no seu "Jornal Chão e Roça" de maio de 85 atacou "o paralelismo sindical, propondo a reunificação de todos trabalhadores em torno de uma central sindical verdadeira." Propôs ainda o "apoio ao Presidente Sarney para que possa alcançar a plena democracia."

O jornal publicou ainda uma entrevista com um José Francisco que mediu palavras ao expor que "nossa atitude diante do governo será de tentar contribuir para formular um programa que atenda os interesses dos trabalhadores. Mas vamos também nos posicionar de forma crítica (...) e até de rejeição e pressão caso as medidas sejam contrárias aos anseios populares". O presidente da CONTAG defendia nesta entrevista a aplicação do Estatuto da Terra e a fundação de uma central sindical unitária em 1986.

A tensão, o risco de cisão definitiva no decorrer do IV Congresso, a cristalização de campos ideológicos no interior do MSTR, este quadro impregnava todos os discursos de lideranças rurais às vésperas do congresso. Desta vez, haveria uma oposição definida e articulada no plenário do congresso, nas comissões de trabalho. Era possível até mesmo saber de antemão os temas que polarizariam as intervenções:

o relacionamento do MSTR com o governo de transição, a questão agrária, a ratificação da Convenção 87 da OIT e o mecanismo de escolha da nova direção da CONTAG.

CONTAG e FETAGs de um lado, CUT e MST de outro, disputavam um plenário heterogêneo, difuso, um verdadeiro mosaico ideológico, político, com práticas, trajetórias e demandas profundamente distintas. Para a CONTAG era fundamental legitimar a sua nova estratégia e sair do congresso firmando sua hegemonia incontestável sobre todas as instâncias do MSTR. Para a CUT/MST era o momento de conquistar novos aliados, marcar posição no congresso e cindi-lo ideologicamente.

Avelino Ganzer lembra a disposição de enfrentamento com a qual o seu bloco vinha para este congresso:

" A gente veio para o congresso com 300 pessoas mais ou menos articuladas. E viemos e saímos disputando palmo a palmo, crescendo no congresso.

Tínhamos delegados do Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Paraíba e Minas Gerais. Quando chegamos fizemos logo um encontro, procurando puxar o pessoal. A identificação era basicamente um adesivo que distribuimos que dizia 'Estatuto da Terra não, Reforma Agrária sim.' "

O adesivo denunciava a predisposição de enfrentar a direção da CONTAG na questão agrária, demarcando a crítica à instrumentalização da lei. A luta pela terra era de fato a face mais exposta das contradições sociais no campo e que contribuía no ataque à contribuição que o MSTR poderia oferecer à frente política que o novo governo buscava

montar. Afinal, entre 1980 e 1984 haviam sido registrados, pela Anistia Internacional, 621 trabalhadores rurais assassinados, sendo 38% dos assassinatos cometidos por pistoleiros contratados. A CONTAG contabilizava, entre 1980 e 1985, 120 mil famílias envolvidas em conflitos pela posse da terra no país.

No dia 25 de maio teve início o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

No plenário, 4.800 participantes, sendo 4.100 delegados representando 22 federações e 2.600 sindicatos.

Na mesa de abertura do congresso, pela primeira vez na história dos congressos da CONTAG, estava presente o presidente da República, José Sarney. Ao seu lado, os ministros da Justiça, do Trabalho, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, o chefe da Casa Civil, o presidente do INCRA e o chefe do SNI. No seu discurso de abertura, José Francisco desfiou os primeiros argumentos de defesa da sua estratégia:

" Acabamos de ingressar no caminho que nos conduzirá à democracia (...). Os trabalhadores compreenderam, junto com toda a sociedade, que a transição para a democracia passaria pelo Colégio Eleitoral (...). Em 14 de setembro de 84, a CONTAG e 22 federações receberam o então candidato Tancredo Neves e entregaram um documento com nossos pontos de vista (...). A criação do MIRAD, pelo presidente Sarney, é resultado das lutas dos trabalhadores através do movimento sindical (...). É a primeira vez, desde 64, que um

Presidente da República participa de um congresso de trabalhadores rurais. Demonstra novo momento político, para o qual os trabalhadores contribuíram decisivamente."

No mesmo discurso destacou algumas exigências que ainda não haviam sido colocados em prática pelo novo governo: o fim da lei de exceção e Assembléia Constituinte livre e soberana; programa previdenciário para trabalhadores rurais; mudança da política salarial, estabilidade, redução de jornada de trabalho, mudança da lei de greve e legislação sindical, resguardando a unicidade sindical; reforma agrária com participação dos trabalhadores e fim da violência.

O discurso apontava para um programa de reformas, resguardando a unicidade.

Começado o trabalho das comissões, as intervenções dos delegados oposicionistas concentraram-se no Grupo de Trabalho (GT) de Sindicalismo e no GT de Questão Agrária. A FETAG/MG, que havia organizado uma plenária para definir suas propostas no congresso, aglutinou as forças oposicionistas no GT Sindicalismo, principalmente porque defendia eleições diretas para dirigentes das FETAGs e CONTAG. Foi a única comissão onde foi necessário que os seus participantes votassem com cartão depositado em urna, dado o grau de impasse ali estabelecido.

A CONTAG e as FETAGs venceram a disputa nesta comissão. A resolução derrubou a ratificação à Convenção 87 da OIT e defendeu a unicidade - "que garante sindicatos fortes e representativos" - e autonomia e liberdade. Quanto à forma de eleição da direção da CONTAG, definiu como colégio eleitoral os membros da diretoria efetiva de cada federação filiada e mais um delegado por cada sindicato escolhido

entre os membros da diretoria, em assembleia. Resolveu ainda que a contribuição sindical deveria ser desatrelada do governo, sendo que os recursos arrecadados deveriam ser destinados exclusivamente às entidades sindicais.

A forma de eleição da diretoria gerou grande polêmica no GT porque a mesa coordenadora dos trabalhos não colocou em votação a proposta de eleição direta. A reação dos delegados mineiros obrigou a direção da CONTAG a negociar a escolha em congresso.

No GT Questão Agrária a situação foi outra. A CUT havia estabelecido 8 itens prioritários a serem conquistados nesta comissão, a saber:

1. reforma agrária adequada à realidade regional;
2. desapropriação das terras em conflito;
3. legalização das terras ocupadas;
4. desapropriação das terras improdutivas e áreas banhadas por rios e açudes e áreas ocupadas por multinacionais;
5. limitação da área máxima de propriedade;
6. demarcação das terras indígenas;
7. distribuição de terras individual ou coletivamente;
8. STRs devem organizar ocupações coletivas em terras ociosas. (226)

As resoluções do GT abraçam quase completamente esta orientação. Exigiram a implantação da "Reforma Agrária, anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe, pondo-se fim ao latifúndio nacional e estrangeiro"; "a desapropriação imediata por interesse

(226) "Proposta de Reivindicações Prioritárias que Devessem Ter para a Questão Agrária", Secretaria Rural da CUT, maio de 1985. MINED.

social de todas as áreas de conflitos"; "que seja revogado o artigo do Estatuto da Terra que proibe a desapropriação por interesse social das empresas rurais"; "que seja instituída uma lei que limite o tamanho da propriedade de acordo com a região"; "a forma de distribuição das terras poderá ser individual (familiar) ou coletiva (terra comum)"; "o MSTR deve organizar os trabalhadores para ocupar de forma coletiva terras inexploradas." (227)

As resoluções foram além e propuseram que "as terras ocupadas com o plantio de cana e outras áreas de monocultura, de acordo com os trabalhadores dessa área, sejam desapropriadas por interesse social, conforme o Estatuto da Terra".

Mesmo exigindo a aplicação do Estatuto da Terra, as resoluções foram muito além dos limites deste diploma legal. A vitória do bloco oposicionista, entretanto, foi totalmente abafada pelo pronunciamento do ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, para o plenário do congresso, no dia 28. Segurando uma panela cravada de balas o ministro anuncia uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo de transição. Num discurso emocionado fala à uma plateia perplexa:

"Trabalhadores, nós já oferecemos um plano para vocês. Nós gostaríamos, entretanto, que os companheiros que decisivamente prepararam este plano fossem ouvidos por vocês, para que vocês possam compreendê-lo em seus diversos ângulos (...). E essa os senhores terão Reforma Agrária Já! (...) Vocês terão

reforma agrária onde vocês estiverem. O trabalhador tem o direito de viver onde nasceu (...) "

Avelino Ganzer relembra a comoção que tomou conta do plenário com este discurso:

" Na hora o Nelson Ribeiro pega uma panela toda furada de chumbo e na apresentação ele disse que era símbolo da luta contra o latifúndio e era o símbolo do compromisso do governo com a reforma agrária. E eu acho que tinha verdade na fala dele. Aquilo emparrastou aquela massa. E nós ficamos frios, sem argumentos.

Aquilo deu força para a CONTAG abandonar as resoluções do congresso."

Era o lance de efeito emocional que a CONTAG precisava. Havia garantido a unicidade sindical e este último incidente comoveu a todos delegados, sufocando os mais críticos à colaboração com o governo federal.

Ganhava fôlego, mas não enfrentava o mérito da questão, justamente o problema de representação de um modelo de organização e prática sindicais já desgastado, que dava mostras de uma eficácia relativa.

E seu maior trunfo político no congresso era também seu ponto mais frágil. Apoiando-se num fato tão espetacular como o lançamento do PNRA no congresso, a CONTAG apostava tudo no cumprimento deste programa.

Dois meses após o IV Congresso, a CONTAG enviou ofício a todas FETAGs pedindo apoio ao MIRAD e INCRA, destacando que o FNRA apoiava-se nas normas do Estatuto da Terra. Organizou-se ainda nos meses de julho e setembro manifestações públicas de apoio. Foram seminários, encontros, debates e concentrações que chegaram a envolver 120 mil trabalhadores, segundo cálculos da confederação. (228)

Ocorre que as manifestações não surtiram o efeito desejado. A proposta original do FNRA sofreu 12 alterações comandadas pelos setores conservadores da Aliança Democrática, tendo como liderança o senador Marco Maciel, do PFL. No dia 10 de outubro é assinado o Dec. 91.766, com uma formulação oposta àquela apresentada no IV Congresso da CONTAG. Os conteúdos políticos foram todos alterados.

Inicia-se um período de forte desgaste da CONTAG, onde seu poder de mobilização se reduziu aceleradamente. O ponto mais agudo deste processo ocorreu após a derrota das suas propostas no Congresso Constituinte. Ela participa de todos fóruns propostos pelo governo federal, até mesmo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, convocada para elaborar um Ante-Projeto de constituição que serviria de texto-base ao Congresso Constituinte, e que recebeu duras críticas por não contemplar uma participação mais expressiva da sociedade e ser um método elitista de iniciar os trabalhos constituintes. (229)

(228) O Trabalhador Rural, agosto/set 1985.

(229) A performance da CONTAG no congresso constituinte é analisada por mim no estudo, já citado anteriormente, A CONTAG no Governo de Transição...

Não é o caso de se estender a análise da trajetória da CONTAG após o IV Congresso. O que este estudo procura analisar são os elementos da sua lógica institucional que entraram em crise, mais nítidos neste período entre os seus dois últimos congressos. Um modelo institucional pouco permeável a novas demandas e movimentos sociais, que perde representatividade numa situação onde a sociedade sofre mutações constantes. Um modelo institucional de representação fundado em categorias sociais que se alteraram e se fragmentaram na década de 70.

A demonstração deste enrijecimento - e até mesmo um certo anacronismo - é verificada pelo domínio de antigos pequenos produtores nos postos de direção do movimento sindical, o que gera um círculo vicioso onde os novos sujeitos sociais não podem ascender às instâncias superiores, sob pena de destruir todo o sistema de lealdades internas - e manutenção do poder - do MSTR.

Este é o dilema da direção da CONTAG que, na impossibilidade de atualizar o modelo de representação - o que faria ruir todo seu sistema de legitimação e de poder - procurou politizar mais e mais o "sistema sindical" confederativo.

Sua perspicácia, enfim, encontrou limites no problema original da crise de representação.

3. A Crise de Representação do MSTR

As dificuldades de consolidação de instituições democráticas e de mecanismos de representação em países com profundas desigualdades sociais vem sendo um tema perseguido e aprofundado com grande preocupação por muitos cientistas sociais nos últimos dois anos. Em nosso país, o mercado

editorial vem reservando recentemente um espaço considerável aos estudos relativos a este dilema. (230)

Desde o pós-guerra, recorda Jose Nun, a idéia de modernização e democracia estiveram associadas à primazia do Estado no processo de mudança. Contudo, a partir do primeiro choque dos preços do petróleo e adoção de taxas de câmbio flutuantes, em 1973, o Estado veio perdendo progressivamente a capacidade de regulação econômica e de investimentos. A dívida externa dos países latino-americanos passou a ser indexada por contratos com juros flutuantes, o que os obrigou a transferir entre US\$ 150 e US\$ 200 bilhões entre 1982 e 89, financiando a recuperação econômica dos países centrais. (231)

Nos países do terceiro mundo, o declínio da capacidade de investimento estatal coincidiu com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico perverso do ponto de vista social que causou o crescimento de uma massa marginal, segundo Jose Nun, que transbordou "os limites funcionais de um exército industrial de reserva."

As instituições democráticas estariam assim condenadas ao descrédito e desinteresse de grande parte das populações, coagidas economicamente, desses países. As promessas eleitorais gerariam grande expectativa de mudança ao redor da liderança governamental e uma subsequente crescente frustração popular em função dos poucos investimentos governamentais, o que constituiria numa sangria na credibilidade da maioria dos dirigentes.

(230) É possível destacar, entre tantos, o estudo de Francisco Weffort, *Qual Democracia?*, op.cit.; cf. o artigo de Jose Nun, "A Democracia e a Modernização Trinta Anos Depois", publicado na Revista Lua Nova, n.27, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, 1992; ver ainda o ensaio de Cristovam Buarque, *A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1992.

(231) TAVARES, Maria Conceição. "A América Latina e a Nova Divisão Internacional do Trabalho" IN *As Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo*, Campinas, CESIT/UNICAMP, 1990

Uma sociedade assentada nessa lógica política está fadada a conviver numa "espiral de deslegitimação" progressiva das lideranças políticas.

A síndrome da deslegitimação atinge grande parte do sistema de representação política dessas sociedades. Um sistema de representação política é um ordenamento público e institucionalizado que opera em mecanismos de ordenamento social de larga escala. O equilíbrio do sistema de representação estaria garantido na medida em que a sua estrutura e seu funcionamento se reproduzissem junto a seus membros, de modo a plasmar suas experiências vividas, corporificando uma identidade política. Eder Sader propõe que as instituições para se reproduzirem e corporificarem identidades precisam se apropriar de uma história comum dos seus membros, articulando objetivos "práticos".

Qualquer sistema de representação necessita, por conseguinte, atualizar permanentemente a história comum de que é depositária para ter poder de mobilização. Somente com a manutenção da identidade política entre os seus membros é que uma instituição logra transformar uma pluralidade de demandas específicas dos representados em uma agenda política e encaminhá-la a partir de uma ação coletiva. O sistema de representação para se perpetuar opera nesses limites políticos: funda-se numa história e objetivos comuns e garante o apoio e legitimidade pela capacidade de oferecer respostas aos interesses específicos de seus membros.

Para o sistema de representação sindical brasileiro a operação descrita acima vai se complexificando paulatinamente, com o aprofundamento da crise de investimentos do Estado e com a fragmentação de interesses que emerge na transição política. O que se sugere é que a crise de representação sindical rural aqui analisada provém,

inicialmente, de uma crise estrutural de todo sistema de representação política do país.

No caso da CONTAG a crise global do sistema de representação rebate mais fortemente no seu "sistema sindical" porque sua eficácia política estava em grande parte baseada na capacidade de influenciar a agenda estatal.

O problema maior, entretanto, residia nas dificuldades que enfrentava para montar uma pauta e um mecanismo de representação que contemplassem uma crescente diversidade social no meio rural. Uma primeira dificuldade era a própria limitação organizativa imposta pelo enquadramento sindical. Os STRs e FETAGs representavam, em tese, uma pluralidade de categorias sociais e interesses múltiplos. A estrutura organizativa ficou engessada legalmente de forma a não contemplar nenhuma categoria em específico, em prejuízo, especialmente, àquelas categorias que se conformaram no bojo do processo de modernização agrícola dos anos 70. Ao se enrijecer, a estrutura organizativa fundada no sindicato único acabou representando, de fato, os segmentos políticos que dirigiam os aparelhos sindicais, transformando-se num sistema de representação de diretores sindicais.

Mas não foi a estrutura, exclusivamente, que fundou o impasse no sistema de representação da CONTAG. A partir do seu III Congresso, a CONTAG poderia se antecipar e propor reformas na estrutura sindical. De certa forma, a direção da confederação havia saído fortalecida e renovada do congresso.

A CONTAG tentou ainda se reciclar neste momento, ampliando a participação das bases sindicais. A iniciativa, entretanto, esbarrou no próprio mecanismo de legitimação interna do MSTR, que valorizava os interesses comparativos da burocracia sindical e que sustentava-se a partir da

capacidade de realização e atendimento das suas demandas - por parte do Estado.

Foi nesse momento que se revelou o complexo jogo de lealdades internas do sistema confederativo. Havia uma lógica política no interior da instituição que imprimia uma leitura da realidade e uma limitação política nas tomadas de decisão.

Forjava-se assim um mecanismo de participação diferenciado no interior do MSTR. De um lado, diretores sindicais disputando posições e tomando decisões mais complexas na medida em que se sobe na hierarquia sindical, de outro, uma participação restrita da base sindical, atendo-se, na maioria dos casos, às eleições sindicais, às consultas para definição de pautas de reivindicações. Mesmo nas lutas coletivas, a CONTAG e federações imprimiram uma prática de centralização de decisões, definindo normalmente como negociadores e interlocutores do patronato e governo nos momentos de tensão os próprios diretores das instâncias superiores.

A tendência dessa lógica institucional de tomada de decisão era a burocratização do MSTR. A precária participação da base sindical dificulta o atendimento imediato das suas demandas por parte das instâncias superiores. Por sua vez, a pressão da base e o seu descontentamento em relação a performance das instâncias superiores cresce paulatinamente, alimentando um mecanismo de auto-defesa do "sistema confederativo", que impede a fluência de eventos questionadores de legitimidade do esquema estabelecido, gerando o que Claus Offe denominou de "pré-seleção política de demandas", ou um sistema de filtragem de demandas.

Está dado um círculo vicioso que impele a CONTAG a dirigir um "movimento de federações", de diretores sindicais: a rigidez organizativa condena o sistema de representação a não se atualizar frente às mudanças sociais que ocorriam ao longo da década de 70; tal enrijecimento consolida uma estrutura de poder baseada em antigos diretores sindicais e cristaliza relações de lealdade e de compromissos no interior do MSTR; o jogo de lealdades, por seu turno, limita a participação da base sindical a alguns eventos, gerando mecanismos de seleção de demandas e mecanismos de auto-defesa à qualquer questionamento do sistema de legitimação interna do MSTR.

Este não é um fenômeno isolado do sindicalismo rural brasileiro, embora seja a experiência mais complexa dessa lógica no sindicalismo brasileiro. Antonio Augusto Prates, ao citar Sabel, recorda esse movimento perverso do sindicalismo europeu onde quanto mais os líderes se protegem através da personalização do poder dentro da organização, mais a organização se dissolve em baronatos - numa situação análoga ao aumento de poder das federações no interior do MSTR - e onde "a demanda de representação ameaça a tendência para burocratização". A autor cita ainda Fizzorno para quem o maior dilema do fenômeno sindical contemporâneo situa-se entre "a lógica do poder organizacional e a lógica da representação." (232)

Ocorre que, ao contrário da experiência européia onde a centralização e burocratização aumentava a capacidade de mobilização e luta política no âmbito institucional, essa tendência significou a debilitação do sistema confederativo rural enquanto sistema de representação. Primeiro, porque o sistema político brasileiro, como demonstrou Weffort,

(232) PRATES, Antonio Augusto P., "Sindicato: Organização e Interesses na Sociedade Capitalista Avançada" IN Revista ANPOCS 2, outubro 86.

divorcia a liberdade política da igualdade social, resultando em poucos resultados concretos para as classes trabalhadoras. Segundo, porque o enquadramento sindical baseava-se numa realidade social rural totalmente alterada nos anos 80. O MSTR não conseguia, assim, integrar expectativas, e não capitalizava situações inéditas e ações coletivas que transbordassem a legitimidade formal, típicas de sociedades instáveis, onde as categorias sociais estão em processo de conformação.

Não obstante a lógica institucional do MSTR se impermeabilizar às mudanças da sociedade rural, os movimentos sociais que surgem na década de 70 não conseguem gerar uma proposta organizativa que pudesse oxigenar as discussões no interior do MSTR. Os movimentos sociais elaboram princípios de conduta e participação política da base sindical, mas também não conseguem elaborar uma leitura da realidade rural que superasse a somatória de movimentos e que pudesse traduzir uma nova forma de organização sindical. Em princípio porque trabalhavam com uma identidade de excluídos e pobres, o que lhes impedia de fazer uma leitura sobre as diferenciações e contradições internas dos trabalhadores rurais. Tullo Vigevani (233) sugere que o auto-reconhecimento desses movimentos como sujeitos novos da vida social brasileira enraizou um discurso de rejeição a qualquer forma de institucionalização. Cristalizou-se no interior desses movimentos uma cultura "refratária à idéia de representação, que acabou sendo sinónimo de delegação, (...) onde o representante seria um corpo separado do grupo", reduzindo "a legitimidade do movimento" a sua "capacidade de mobilização". (234)

(233) VIGEVANI, Tullo. "Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do Projeto", IN Revista Lua Nova, n. 17, São Paulo, Marco Zero/CEDEC, jun. 89.

(234) *idem*, p. 106

A conjuntura no início dos anos 80 assim posta sugere a total ausência de diálogo entre a lógica política dos movimentos sociais e a lógica institucional do sistema confederativo. Uma parte por se impermeabilizar e burocratizar, a outra por recusar qualquer institucionalização política.

Este é o cerne da crise de representação rural nos anos 70 e 80 no Brasil.

O dilema dos sindicatos europeus, analisado por Offe, em manter um equilíbrio precário "entre mobilização dos recursos e identidade coletiva e entre burocracia (que lhes permite acumular poder) e democracia interna (que lhes permite exercer poder)" (235) se transposto ao caso da CONTAG revela uma situação agônica de um sistema de representação, de fato, desequilibrado.

Ora, o próprio autor sustenta que as regras de procedimento só dispõem de força legitimadora quando lhes é atribuído um sentido material ou quando são aplicados a problemas não conflitivos (236), e o que se constata é que a ação contagiada na primeira metade da década de 80 perde eficácia em termos de conquistas e as regras de procedimento internas do sistema confederativo chocavam-se a todo momento com interesses difusos da sua base.

Em outras palavras, o sistema confederativo perdia legitimidade enquanto instituinte de normas e condutas de ação sindical. Novamente, a perda de legitimidade não pode ser entendida como de única responsabilidade da prática da CONTAG, mas também decorrência da lógica política dos movimentos sociais. A diversidade de movimentos dificultava

(235) OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Capitalismo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 75

(236) *ibid.*, p. 169

em muito qualquer consenso básico que era, inclusive, motivo de desconfiança para suas lideranças que negavam mecanismos de representação e pleiteavam mecanismos de participação direta. Ora, é sabido que a questão da legitimidade aparece historicamente justamente na medida em que as comunidades perdem as possibilidades de governos diretos, necessitando-se justificar a representação obtida pela transferência de direitos. E essa transferência de direitos só ocorre na medida em que se cria um consenso entre os cidadãos. (237)

Há, portanto, uma oposição fundacional da crise de representação sindical rural nesse período que advém das peculiaridades organizativas do sistema confederativo e dos movimentos sociais. Uma oposição que, pela sua natureza, gera um desenrolar insólito, isto é, não cria um movimento de substituição do sistema político, não resolve a crise inicial. Embora o sistema de representação sindical tenha dificuldades para coordenar e impor decisões em função da ausência de consenso, os movimentos sociais não estabelecem uma nova ordem sindical.

E uma crise que se auto-sustenta.

Dentre as resoluções do IV Congresso da CONTAG, uma das que geraram maior polêmica foi a que determinou o mecanismo de eleição da direção da confederação. A resolução acordada determinava que em dezembro de 1988 ocorreriam eleições através de um colégio eleitoral composto pelos membros da diretoria efetiva de cada federação e mais um delegado por cada STR, escolhido entre os membros da diretoria em assembléia, assegurando-se um mínimo de cinquenta delegados por Estado. O embate político no interior do MSTR e o desgaste da direção da CONTAG, todavia, obrigou a uma mudança de rumos. Em outubro de 88, o Conselho de

(237) FARIA, José Eduardo. Poder e Legitimidade. São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1978, p. 63.

Representantes da CONTAG propõe um outro colégio eleitoral, desta vez composto por 6 diretores de cada federação e um delegado para cada 10 sindicatos, escolhidos pelo Conselho de Representantes das Federações, alegando-se falta de recursos para sustentar um evento de grande porte. A proposta gerou ataques violentos à CONTAG em diversos Estados, como Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O impasse foi de tal magnitude que acabou provocando o adiamento das eleições. A solução encontrada pela CONTAG foi manter o colégio eleitoral determinado pelas resoluções do IV Congresso, desde que as eleições fossem realizadas em cada federação, não se garantindo uma avaliação nacional da gestão anterior ou uma composição política aberta, apreciada num único plenário.

Este último encaminhamento gerou novos protestos em vários Estados, o que já colocava como possibilidade real a quebra de legitimidade da direção da CONTAG. Era necessário estabelecer com urgência uma norma de renovação da diretoria da confederação.

Alguns dirigentes oposicionistas relatam o clima de tensão e angústia que se apoderou dos diretores das federações no momento de encaminhar a proposta final aos Estados. É o caso de Maria Aparecida Miranda, que relata o encaminhamento da proposta no Conselho de Representantes da FETAG-MG:

"Primeiro foi decidida a regra da votação para se aprovar a proposta da CONTAG: seria por aclamação. Votamos por aclamação, levantando a mão, e deu claramente vitória da proposta do IV Congresso. Foi contado. A mesa pediu para que se votasse novamente. Levantou um trabalhador e falou lá do meio: bota

outra proposta para ser votada... Insistiu umas três ou quatro vezes, foi insistindo. Ai mudou a regra da votação. Em vez de levantar o braço, seria todo mundo sentado e levantar quem era a favor da proposta do IV Congresso. Nós levantamos novamente e deu exatamente a mesma votação. Ai já nem se contaram mais os votos. Mais uma vez não foi colocado em votação quem era contra a proposta do IV Congresso. Levantaram uma argumentação lá que tinha gente que estava votando duas vezes, não sei o quê..., que tinha que votar em urna. Mais uma vez foi cobrado que se contasse em votação quem era contra. Começou um tumulto danado lá na frente, todo mundo foi para frente.

A votação na urna foi interessante porque também não foi chamada lista de votantes, não teve assinatura em livro e era também num momento esvaziado. Já estava perto da hora do almoço, o pessoal já estava cansado, saíram para almoçar, então houve a votação em urna e deu 53 votos contra 52 para eles." (238)

Independente do mérito do resultado da votação, o episódio relatado expõe o grau de desgaste a que estavam submetidos os dirigentes sindicais alinhados com a CONTAG, neste período.

(238) Sindicalismo no Camero: Entrevistas, Cadernos CEDI n. 20. Rio de Janeiro, CEDI, 1990, p. 106. Os depoimentos publicados neste caderno foram colhidos de dirigentes vinculados ou próximos à CUT.

A questão de fundo era como administrar a fissura política no interior do MSTR, que já ultrapassava os limites do discurso.

O período subsequente ao IV Congresso foi marcado por uma dupla disputa no MSTR, ambas originárias da crise aberta no período 79-85: o surgimento de diversos organismos sindicais de trabalhadores rurais que rompia com a unicidade sindical e os encaminhamentos diferenciados das lutas sociais no campo.

Em relação à prática sindical, as diferenças que já eram presentes nas lutas dos assalariados - num confronto entre o "modelo Pernambuco" e o "modelo Guariba" - e luta pela terra, por volta de 1987 também atinge os pequenos produtores do sul do país.

Elvino Bohn Gass (239) lembra o início das diferenças de encaminhamento de lutas, entre março e abril de 87, nas mobilizações contra a correção monetária dos financiamentos agrícolas no Rio Grande do Sul:

"Em primeiro lugar, nós tínhamos tirado, a nível nacional, um prazo indeterminado de trancamento das rodovias. Começou por um processo de bloquear os bancos e depois nós fomos para as rodovias. O que aconteceu? Nos lugares onde foi sustentado, veio o Exército com tanque de guerra, polícia e tal, mas nós permanecemos 3 dias. Os sindicatos da Federação abriram as rodovias no primeiro dia. Ai se diferencia a forma de luta, porque nós

(239) *idem*, p. 114. Este dirigente foi também entrevistado pelo autor.

viemos para o embate, para realmente pressionar e a FETAG preferiu primeiro tirar uma comissão para ir a Brasília, mandar ofício, toda essa política daí."

Já se generalizavam nacionalmente duas lógicas de ação sindical no meio rural: aquela que canalizava a mobilização da base sindical para o conflito com o Estado e uma outra que canalizava a mobilização para resolução no campo institucional, sob direção das instâncias superiores da hierarquia sindical.

O problema maior, entretanto, e que fugia do raio de governabilidade das instâncias da estrutura sindical oficial, era a criação de novos organismos sindicais.

No sul, os pequenos produtores integrados à agroindústria começaram a se organizar por ramos de produção. Ari Thessing, dirigente sindical e pequeno produtor de fumo do Rio Grande do Sul, relata que a trajetória desse movimento se iniciou quando os pequenos produtores percebem-se como "empregados das multinacionais, empregados com uma pequena propriedade privada, mas empregados". (240) Os pequenos produtores de fumo - os fumicultores - negociavam preços com a agroindústria desde os anos 70, mas não havia qualquer mobilização em função da repressão militar. Em 86, ocorreu a primeira greve dos fumicultores gaúchos, que deixaram de entregar o fumo por 10 dias, inclusive com a organização de piquetes nas portas das fábricas.

As mobilizações se sucederam até ser criado um sindicato de fumicultores, por ramo de produção, no final dos anos 80, quebrando a unicidade sindical no campo. Ari fundamenta a nova organização:

(240) *Idem*, p. 37.

" Eu acho interessante essa idéia, de criar o sindicato para organizar uma categoria por ramo de produção. É mais fácil fazer esse trabalho. Estou sentindo isso nas reuniões que estamos fazendo, nas discussões nas bases. O STR pode ser combativo, mas se falha em uma categoria é condenado como um todo. Com o ramo de produção não aconteceria isso."

No final dos anos 80 surgiu também uma nova estrutura sindical de assalariados rurais em São Paulo: o Sindicato de Empregados Rurais (SER). Paulo Cesar Lima, presidente do SER-Rebedouro relata o processo de discussão que deu origem a esse organismo:

" Esse processo nasceu de uma discussão que estávamos fazendo na região sobre como enfrentar a agroindústria canavieira com o seu sistema de mecanização (...). Começamos a discutir, junto com esse processo, uma forma de enfrentamento para as agroindústrias, tanto da cana, como da laranja. Foi quando percebemos que havia muitos trabalhadores ligados ao setor canavieiro que estavam numa atividade rural, numa atividade muito ligada à terra, e que não eram contemplados pelos nossos sindicatos. Então resolvemos criar esse sindicato, o SER, que viesse a contemplar também esses trabalhadores (...), tratoristas, os que trabalham com as cortadeiras de cana, os guincheiros,

que são os que carregam a cana nos caminhões. Todos estavam envolvidos no corte da cana e ficavam a mercê de representação." (241)

Os novos organismos ameaçavam a representatividade dos STRs e abriam a possibilidade de afetar a legitimidade dos diretores de FETAGs e até mesmo, no futuro, da CONTAG. A ameaça, entretanto, não se concretizou até os anos 90. As debilidades de formulação originais dos movimentos sociais e da própria CONTAG circunscreveram essas experiências inovadoras a poucas regiões, transformando-as em raras exceções.

As dificuldades dessa contradição organizativa não resolvida vai, pouco a pouco, esgarçando as estruturas de representação sindical no campo, ampliando consideravelmente a distância entre os órgãos de representação e as experiências de luta e de auto-defesa dos seus representados.

Em especial, a CONTAG sofre sua incapacidade em reelaborar a estrutura organizativa, tentando somar forças heterogêneas e propostas antagônicas.

O texto das resoluções do seu V Congresso, realizado em novembro de 1991, é recheado de afirmações contraditórias entre si, revelando um arranjo de concepções dispares que não conseguem se resolver politicamente.

A página 37 dos Anais do V Congresso, a título de ilustração, uma resolução define que o MSTR deve ser "unitário, garantindo a unicidade no movimento." Duas páginas adiante reforça essa concepção deliberando que se

(241) *idem*, p. 45.

deve " defender a unicidade sindical, com existência do sindicato único por categoria em uma determinada base, conforme é garantido na Constituição Federal." Todavia, à página 40, nas resoluções sobre enquadramento sindical admite-se que " a questão do desdobramento de categorias de um sindicato já existente deve ser tratada de forma criteriosa, a partir de ampla consulta e decisão das bases", para finalmente propor "continuar o debate sobre a questão do desdobramento da categoria entre assalariados e pequenos produtores." (242)

A unicidade nas estruturas inferiores do MSTR é paulatinamente descartada em função da manutenção da hegemonia política das instâncias superiores do MSTR.

Em suma, por aí parece desencadear-se os desdobramentos da crise de representação originária de uma deficiência de formulação organizativa dos sujeitos sociais rurais nos anos 80 e de lógicas de práticas político-sindicalis em contradição permanente, que se negam, mas que também se complementam, justamente porque não são capazes de superar sua concepção de representação sindical, que não articula a diversidade social rural com uma lógica organizacional.

CONCLUSÕES

Em meados dos anos 80, um sitiante em idade avançada do sul do Paraná, relatava o impacto que ele e seus vizinhos sentia, na iminência das suas áreas serem inundadas, em função da construção da hidrelétrica de Segredo. A região onde moravam tinha sido palco de uma epopéia camponesa: a

(242) Anais do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, CONTAG, 1991.

luta do Contestado, tendo à frente o líder messiânico José Maria.

A certa altura do seu depoimento, este antigo sitiante afirmou que Zé Maria já havia profetizado o que estava acontecendo com eles, e por este motivo os sitiantes da região haviam parado de trabalhar dias atrás. Estupefatos, os entrevistadores perguntaram qual era a profecia de Zé Maria, o que teve como resposta daquele senhor:

"Zé Maria estava sentado embaixo de uma árvore, numa baixada aqui perto, e disse que haveria um sinal para o fim do mundo. Pouco antes do fim do mundo, do chão surgiriam cobras negras gigantes, o céu seria coberto por teias de aranhas e, finalmente, viria um dilúvio.

E não é exatamente isso que está acontecendo?

Estão chegando rodovias até aqui - as cobras negras - e fios de eletricidade - as teias de aranha. Agora, só precisamos aguardar que nossas terras sejam inundadas. E por este motivo que nos recusamos a trabalhar. O mundo vai acabar"

Alguns anos depois, agora no Estado da Paraíba, o filho de João Pedro Teixeira, que havia sido a grande liderança da Liga de Sapé nos anos 60, assassinado por um fazendeiro de sua região, retorna, após anos, à sua cidade natal. O rapaz, com fisionomia e nome idênticos ao pai, ganhava coragem para voltar à sua antiga residência depois do sucesso do filme que contava a saga de sua família, "Cabra Marcado para Morrer".

Logo que chegou a Sapé, sofreu ameaças dos fazendeiros locais. Tempos depois, para sua comunidade receber verbas públicas que auxiliariam nas plantações, juntou-se a outros sitiante e fundou uma sociedade civil. Foi o bastante. Dias depois foi assassinado com um tiro nas costas, a mando dos fazendeiros locais.

Os dois episódios relatados acima convidam a uma reflexão sobre a permanência - e persistência - do passado camponês na trajetória política e de vida dos trabalhadores rurais brasileiros. A sua luta presente, a sua conduta, é marcada por este passado de resistência na terra, que é sua memória, mas que também lhe é cobrado pela sociedade.

Esta história é a que funda a ação e a a representação sindical. É a história da violência cotidiana, da dominação, da condenação à marginalização no processo de desenvolvimento.

Esse passado, que é reafirmado no presente - soube ser capitalizado pela CONTAG e instâncias superiores do MSTR. E por este motivo que o MSTR mantém-se como referência política por tantos anos junto às suas bases sindicais. Nos seus postos de direção estão antigos militantes de uma causa - a resistência camponesa - que também é sua e ainda existe enquanto imaginário social.

Ocorre que, se a resistência camponesa permanece em muitas regiões como imaginário social e político, enquanto realidade concreta de relações sociais ela desaparece nos anos 70. Neste ponto encontra-se a origem do descompasso da CONTAG. A Confederação soube traduzir a essência desse imaginário num complexo jogo de símbolos políticos. O movimento camponês, que articula a resistência à expropriação, é renomeado de movimentos de trabalhadores rurais, que articula a antiga resistência ao redor da

bandeira da reforma agrária. E a reforma agrária sustentada pela CONTAG é aquela que realizará a produção familiar, que produzirá mais alimentos, abastecendo o mercado interno. (243) A consciência de exclusão da modernização do camponês é reelaborada em consciência político-organizativa: os trabalhadores rurais devem se organizar em organismos sindicais próprios. Daí alimenta-se a insistência na defesa do sindicato único, porque ele mantém o poder político sindical, mas também porque ele mantém a identidade política dos trabalhadores rurais, enquanto excluídos, enquanto unidade social, enquanto portadores de uma mesma história.

Este foi o ponto de partida deste estudo: entender a crise de representação de um movimento sindical peculiar, que não é anacrônico, porque dialoga com um aspecto da realidade de sua base sindical, mas que não consegue se reciclar - justamente porque se prende a este imaginário - e abrir espaços de realização das novas categorias sociais emergentes.

O paradoxal da situação é que a CONTAG processa sua prática a partir do mesmo substrato político de vários movimentos sociais - sem terra, atingidos por barragens, seringueiros - com que se confrontará: o imaginário camponês.

A trajetória do presente estudo não poderia, portanto, ser outra, que a análise da trajetória da CONTAG, iniciando-se pela conformação de uma cultura sindical da qual a confederação será depositária. Procurou-se compreender a organização sindical como a somatória da estrutura organizativa adotada e as práticas sociais e políticas desenvolvidas.

(243) Alessandro Pizzorno, ao criticar o abordagem teórica sobre a escolha racional política (rational choice), desenvolve pressupostos de uma teoria simbólica da ação política, em seu artigo "Sulla Razionalità della Scelta Democratica", *Stato e Mercato*, n.7, abril 1993.

Oram a cultura sindical forjada no meio rural, no período anterior à instalação do regime militar, pressupunha uma estrutura organizativa baseada numa categoria política historicamente datada - o camponês - na hierarquização das ações e no relacionamento privilegiado com las agências estatais.

A partir desta referência histórica, a CONTAG tenta se reconstruir como instância máxima de representação sindical, durante o regime militar, acreditando ser necessário reforçar e otimizar a unidade de ação política e manutenção política dos diretores sindicais eleitos.

A análise histórica propicia a identificação de práticas e vontades políticas que se fundem às determinações impostas pela estrutura organizativa.

O MSTR se consolida enquanto poder sindical, mas perde a mobilidade interna e o diálogo com a base sindical. O que mantém sua relação com os seus representados é ainda um discurso que realimenta op imaginário social da resistência camponesa - é neste sentido que a bandeira da reforma agrária é sustentada como demanda maior do MSTR - e pelo encaminhamento das demandas às instâncias legais competentes, o que gerava visibilidade e reconhecimento institucional àquelas demandas.

A transição política, entretanto, possibilitou que aquelas categorias sociais que vinham se constituindo no bojo das transformações em curso nos anos 60 e 70m se expressassem politicamente.

Uma pluralidade de demandas e identidades sociais vêm à tona e forjam movimentos sociais que expressam essas especificidades. O inédito nesse processo é que movimentos

sociais e entidades sindicais iniciam uma acirrada disputa pelo espaço de atuação e representação. Alguns movimentos absorvem com exclusividade a representação de interesses específicos, como o dos atingidos por barragens ou sem terra.

O conflito revela o lado perverso da lógica institucional do MSTR, capitaneada pela CONTAG, onde a instituição volta-se contra os segmentos da sua própria base de sustentação política, acusando-os de praticarem o fracionamento sindical. Persiste um conflito que não se resolve, não há uma relação dialética entre movimentos sociais e movimento sindical, onde a trocas de informações e práticas políticas pudessem forjar novos mecanismos de representação no meio rural.

Do ponto de vista da prática sindical, consolidou-se uma lógica institucional que prestigiou o diretor sindical e a verticalização das ações, dificultando a mobilidade no interior do MSTR. A construção desta lógica apoiou-se na crença que a necessária coesão política nos anos de regime autoritário seria lograda na medida que houvesse um controle das ações das instâncias sindicais por parte da cúpula do MSTR.

O fato é que os espaços de participação da base sindical no plano institucional reduziram-se significativamente. A lógica institucional do MSTR burocratizou a participação no seu interior e impôs à base sindical a substituição de mecanismos de representação por uma delegação de poderes.

No que tange à lógica política dos movimentos sociais, também não há resolução deste impasse. Os "novos movimentos" constroem sua prática e seu ideário pela negação do sistema de representação sindical contaquiano. Mas não

conseguem universalizar uma forma inovadora de representação sindical, o que gera uma enormidade de experiências diferenciadas. Dirigentes desse movimento divergem sobre as formas de representação sindical, uns propondo a conquista das estruturas organizativas do sistema confederativo - apenas alterando suas determinações e práticas políticas - outros propõem a criação de uma estrutura organizativa totalmente diferenciada.

E, para tornar mais complexa esta realidade, o ideário camponês permanece como referência política tanto em segmentos do bloco contaquiano, como em segmentos de seus opositores.

O impasse é de tal envergadura e natureza que é o caso de se aventar a possibilidade dele estar fundado numa crise estrutural da sociedade brasileira, em especial a rural.

Parece ganhar consistência a hipótese que em sociedades que presenciam mutações e instabilidades constantes, impostas autoritariamente, onde as categorias sociais estão se conformando enquanto sujeitos políticos, torna-se difícil conceber um sistema de representação formal e consequentemente, a construção de instituições instáveis. O caráter autoritário e violento das transformações econômicas, notadamente aquelas ocorridas na agricultura, gera uma sociedade onde a correlação de forças entre as classes é permanentemente desigual. As instituições que nascem deste processo estão fadadas - se aceitam as regras deste jogo político - a uma permanente crise de representação.

Numa situação assim, as instituições seriam incapazes de definir ou produzir identidades, não conseguindo gerar solidariedade e rituais duradouros no seu interior. (244)

(244) Cf. ensaio de Habermas, J. "O Conceito de Poder em Hannah Arendt". in Royanet, Sérgio Paulo J

Neste momento o poder institucional se dilui. Poder aqui compreendido - como sugere Hannah Arendt - como assentimento dos "participantes mobilizados para fins coletivos", dispostos a apoiar a liderança política, assentado sobre a persuasão. (245) Todas instituições políticas, sustenta a autora, são manifestações e materializações do poder, que desagregam quando a força do povo deixa de apoiá-las.

A situação se agrava ainda mais quando uma dada instituição, para sobreviver, impede a realização do intercâmbio público de opiniões, condicionando suas estruturas comunicativas aos seus objetivos políticos.

Está dado o círculo vicioso da crise institucional: uma sociedade que vivencia transformações constantes e aceleradas dificulta a consolidação de identidades políticas, afetando a construção de um poder institucional nestas circunstâncias. As instituições, na busca de estabilidade se burocratizam e impedem a fluência de opiniões no seu próprio interior.

Esta é a situação aproximada da crise da CONTAG.

O que seria esse fenômeno senão o desaparecimento da autoridade sindical?

O poder sindical passa a ser efêmero e é como se sua base fosse obrigada a reconstruir - de forma atomizada - valores políticos e o próprio conceito de representação. E como se esta peculiar dinâmica social a obrigasse a

FREITAS, Barbara (orgs). Habermas, São Paulo, Ed. Atica, 1980

[245] ensaio de Habermas, J. "O Conceito de Poder em Hannah Arendt," in Royanet, Sérgio Paulo S. FREITAS, Barbara (orgs). Habermas, São Paulo, Ed. Atica, 1980.

reconstruir permanentemente o próprio sentido da ação política.

Hannah Arendt, novamente, define a profundidade dessa situação"

"Viver em uma esfera política sem autoridade nem consciência concomitante de que a fonte desta transcende o poder e os que o detêm, significa ser confrontado de novo, sem a confiança religiosa em um começo sagrado e sem a proteção de padrões de conduta tradicionais e portanto auto-evidentes, com os problemas elementares da convivência humana." (246)

A natureza da crise de representação que se constata é, de tal monta, que dela pode-se esperar tanto a geração de um novo quadro de relações institucionais, como o esgarçamento das relações políticas no meio rural.

Este é, sem dúvida, um drama de toda a sociedade que ainda procura consolidar as suas instituições e relações democráticas.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO FILHO, Daniel - A Revolução Falhou ao Encontro, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989

ARRANO, Lais - Greve Metalúrgica em São Bernardo: Sobre a Dignidade do Trabalho, IX Encontro Nacional da ANFOCS, 1985. MINEO.

_____, "Movimento Sindical, Transição e Consolidação Democrática no Brasil", in El Sindicalismo em los 90, vol.1, vários, Ed. Planeta Chile S.A., Santiago, 1991.

ARRANO, Lais et alli. Novas Relações Sindicais no Brasil: O Debate, Experiências e Uma Proposta para a Discussão. Documento de Trabalho n. 12, Brasília, IPEA, janeiro 1984.

ALNEIDA, Maria Herminia - "O Sindicato no Brasil "Novos Problemas, Velhas Estruturas", IN Debate e Crítica, n.6, 1975.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, São Paulo, Cortez Ed., 1980

ARANTES, Aldo & LIMA, Haroldo. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1984.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1987.

_____, Entre o Passado e o Presente, São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., 1979

AZEVEDO, Fernando Antônio. As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. O FUNRURAL e a Expansão do Sindicalismo Rural Brasileiro, São Paulo, IDESP, 1983, MINEO.

BANDEIRA, Muniz. O Governo João Goulart, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARAGLIA, Mariano. Evolução das Comunidades Eclesiais de Base, Rio de Janeiro, Vozes, 1974.

BARRIGUELLI, José Cláudio. Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956), São Carlos, UFSC, 1981.

- BARROS, Fátima Regina. Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais: Contribuição ao Estudo do Caso de São Paulo, entre 1954-64, São Paulo, IEA, 1987.
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas, Petrópolis, Vozes, 1984.
- BEZERRA, Gregório. Memória: Parte II (1946-69), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- BOETIE, Etienne de la. Discurso da Servidão Voluntária, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- BOITO Jr., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil, Campinas, Ed. UNICAMP, 1991.
- BORDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Caipiras de São Pedro, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Dentes ao Sol, São Paulo, Global, 1989.
- BRITO, Sulivan Ferreira. A Sociologia e a Abordagem Sistêmica, São Paulo, Papirus, 1989.
- BUARQUE, Critovam. A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- RUCKEY, Walter. A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas, São Paulo, Cultrix, 1971.
- CARRAL, Benedita Edina da S. Lima. De Trabalhadores a aposentados do PRORURAL, XI Encontro PIPSA, Campinas, 1987.
- CALAZANS, Maria Julieta C. Os Trabalhadores Rurais e a -Sindicalização - Uma Prática, Rio de Janeiro, 1983. MINEO.
- CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. Representação Política, São Paulo, Ed. Ática, 1988.
- CARDOSO, F.H. & MULLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo, São Paulo, CEBRAP/Ed. Brasiliense, 1977.
- CARONE, Edgar. O PCB (1943-64), vol. 2, São Paulo, DIFEL, 1982.

- CARVALHO, Abdias Vilas de. "A Igreja Católica e a Questão Agrária", IN FAIVA, Vanilda (org.), Igreja e Questão Agrária, Rio de Janeiro, Ed. Loyola, 1985.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. Essa Terra é Nossa, Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- CORADINE, Odacir Luiz. "Classes Sociais e Estrutura de Poder e Cooperativismo Agrícola no Sul do Brasil", IN Cadernos DCE, n.6., Belo Horizonte, UFMG, dezembro 1980.
- COSTA, Sérgio Amad. Estado e Controle Sindical no Brasil, São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.
- CRESPQ, Paulo. Pequeno Resumo do Movimento Sindical Rural de Pernambuco, Recife, SORPE, 1966.
- CRUZ, Dalcy da Silva. A Redenção Necessária: Igreja Católica e Sindicalismo Rural (1960-64), Campina Grande, UFPB, 1982. Dissertação de Mestrado.
- DAVIS & GOLBERG. A Concept of Agribusiness, Harvard University, Boston, 1957.
- DELGADO, Geraldo. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, São Paulo, Icone, 1985.
- D'INCAO, Maria da Conceição. "O movimento de Guariba: O Papel Acelerador da Crise Econômica", IN Revista Política e Administração, n. 2, Edição Especial sobre movimentos sociais no Brasil, Rio de Janeiro, FESP, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. 1964.: A conquista do Estado, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- ENRIQUEZ, Eugène et alli. A Instituição e as Instituições, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1989.
- ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no Processo Político no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FACÓ, Rui. "Notas sobre o Problema Agrário", IN A Questão Agrária: Textos dos Anos Sessenta, São Paulo, Ed. Brasil Debates Ltda., 1980.
- FARIA, José Eduardo. Poder e Legitimidade, São Paulo, Ed. Perspectiva S.Aa., 1978.
- FERRANTE, Vera L. Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: Ideologia e Realidade, IV Encontro Nacional do PIPSA, Recife, 1979.
- _____. FUNRURAL: Uma Análise Crítica Preliminar, UNESP/Araraquara, s/d.

- _____. "O Novo Sindicalismo Rural Paulista", IN Revista Tempo e Presença, São Paulo, junho 1988.
- FORMAN, Shepard. Camponeses: Sua Participação no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, IER/USP, 1969.
- FREDERICO, Celso. A Esquerda e o Movimento Operário 1964-84, vol 3: A Reconstrução, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.
- FREITAS JR., Antonio Rodrigues de. Sindicatos: Domesticação e Ruptura, São Paulo, OAB, 1989.
- FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros: Organização e Função Política, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.
- GIUGNI, Gino. Direito Sindical, São Paulo, Ed. LTS, 1991.
- GONÇALVES, Francisco Luis Salles. Duas Vertentes e Dois Projetos no Sindicalismo Brasileiro, São Paulo, Cadernos do CEDEC, n.6, 1985.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo, Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.
- HABERMANS, J. "O Conceito de Poder em Hannah Arendt", IN ROVANET, Sérgio Paulo & FREITAS, Bárbara (orgs.) Habermas, São Paulo, Ed. Atica, 1980.
- HELLER, Agnes. Sociologia de La Vida Cotidiana, Barcelona, Ed. Península, 1987.
- JULIAO, Francisco. Que São as Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- _____. "Dez Mandamentos das Ligas para Libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio", Novos Rumos, 6/12.10.61
- _____. Até Quarta Isabela, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- _____. Cambão, La Otra Cara de Brasil, México, Siglo XXI, 1968.
- KONDER, Leandro. O Futuro da Filosofia da Práxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- LEFORT, Claude. Elements D'Une Critique de La Burocratie, Genebra, Editions Droz, 1982.

LERÓY, Jean-Pierre. Uma Chama na Amazônia, Rio de Janeiro, FASE/VOZES, 1991.

LEVEN, Michel M.. A Experiência Operária e a Luta pela Autonomia, Belo Horizonte, UFMG, 1987.

LIMA, Luiz Gonzaga de Sousa. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil, Rio de Janeiro, Vozes, 1979.

LINHART, Robert. Lenin, Os Camponeses, Taylor, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

MACHADO, Eduardo (coord). Poder e Participação Política no Campo, São Paulo/Salvador, CERIFA/CAR/CEDAP-CENTRU, 1987.

_____. "As Imagens da Emigração Rural", IN Revista USP, n.14, jun/agosto.1992.

MAFFESOLI, Michel. O conhecimento Comum, São Paulo, Brasiliense, 1988.

MANFREDI, Silvia. Educação Sindical: Entre o Conformismo e o Conflito, São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

MARONI, Améris. A Estratégia da Recusa, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MARTINE, George & GARGIA, Ronaldo Coutinho (orgs.) Os Impasses Sociais da Modernização Agrícola, São Paulo, Ed. Caetés, 1987.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, São Paulo, HUCITEC, 1979.

MARTINS, José de Sousa. Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. Não há Terra para Plantar Neste Verão, Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

_____. Caminhada no Chão da Noite, São Paulo, HUCITEC, 1989.

MARX, Karl. "Manuscritos Econômico-Filosóficos", IN Os Pensadores, vol XXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MATIAS M. LENZ, S.J. (coord.). A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil, São Paulo, Ed. Loyola, 1980.

MEDEIROS, Leonilde & SOREANO, Joaquim. Reflexões sobre o Sindicalismo Rural Brasileiro: A CONTAG, XXXVI Reunião Anual da SBPC, São Paulo, 1984

MEDEIROS, Leinilde Sérvolo. História dos Movimentos Sociais no Campo, Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. "Golbery Revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada". IN MOISES, José A. & ALBUQUERQUE, J.A.G. (orgs.). Dilemas da Consolidação da Democracia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

MELO, Fernando Homem. Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso, São Paulo, FIPE/Fioneira, 1985.

MERCADANTE, Alcísio & RAINHO, Luis Flávio. "CUT e CONCLAT: A Divisão Política do Movimento Sindical", IN Trabalhadores Urbanos no Brasil (82-84), Aconteceu Especial n.16, São Paulo, CEDI, 1986.

MOISES, José Alvaro. Lições de Liberdade e Opressão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MOISES, José Alvaro e alli. Alternativas Populares da Democracia: Brasil Anos 80, Petrópolis, Vozes, 1982.

MOORE JR., Barrington. Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta, São Paulo, Brasiliense, 1987.

NORAES FILHO, Evaristo de. O Problema do Sindicato Único no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

NORAIS, Clodomir Santos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), OIT, Genebra, Suíça, 1970. NINED.

NOURA, Margarida Maria. Os Deserdados da Terra, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1986.

MULLER, Geraldo. "Política Econômica e Política Agrícola, ou a Improvisação no Provisório Permanente", IN Pesquisa E Debate, n.4, EDUC, 1988.

_____. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária, São Paulo, HUCITEC, 1989.

MULS, Nair Costa. A Natureza e os Limites das Lutas dos Assalariados Rurais em MG: as Greves dos Canavieiros de Passos, PIPSA, 1985.

NEVES, Lucília de Almeida. CBT no Brasil (1961-64), Belo Horizonte, Vega, 1981.

NOBRE, Gismário Ferreira. "A Origem do Sindicalismo Rural na Paraíba", IN Anais do XII Encontro do PIPSA, Botucatu, 1988.

NOVAES, Regina. De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes Sociais e Conflitos no Campo. São Paulo, FFLCH/USP, 1987. Tese de Doutorado.

NUN, José. "A Democracia e a Modernização Trinta Anos Depois", IN Revista Lua Nova, n.27, São Paulo, CEDEC/Marco Zero, 1992.

O'DONNELL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe C. Transições do Regime Autoritário (Primeiras Conclusões), São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Capitalismo, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PAIVA, VANILDA (org.), Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. "A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato", IN PAIVA, Vanilda (org.), Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

PAOLI, Maria Célia & SADER, Eder. "Pensando e Classe Operária: Os trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico", IN Revista Brasileira de História, n.6, Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1984.

PELOSO, Ranulfo. Trabalho de Base, São Paulo, CEPIS, 1991.

PINAZZA, Luiz Antônio; WEDEKIN, Ivan & ARAÚJO, Ney Bittencourt. Complexo Agroindustrial: O Agrobusiness Brasileiro, São Paulo, Agroceres, 1990.

PINTO, Luzia Guedes. "A CONTAG de 74 a 76", IN Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PIZZORNO, Alessandro. "Sulla Razionalità della Scelta -Democratica", IN Stato e Mercato, n.7, abril 1983.

POLETTI, Ivo. A Pastoral da Terra e a Construção da Democracia, São Paulo, CPT/Ed. Loyola, Cadernos Estudo 8, 1990

POLETTI, Ivo & PELOSO, Ranulfo. Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Goiás, CPT, 1979. MINEO.

PRATES, Antônio Augusto P., "Sindicatos: Organização e Interesses na Sociedade Capitalista Avançada", IN Revista ANPOCS, n.2, outubro 1986.

PRESTES, Luis Carlos. A Situação Política e a Luta por um Governo Nacionalista Democrático, Ed. Vitória, 1959

RIBEIRO, Ana Maria Notta. "Uma Atualização do MSTR: Ação Sindical na Lei ou na Marra?", IN Anais do XCII Encontro do PIPSA, Botucatu, 1988.

RIBEIRO, Nelson de F. Caminhada e Esperança da Reforma Agrária. A questão da Terra na Constituinte, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RICCI, Rudá. A CONTAG no Governo de Transição: Um Ator à Procura de um Texto. São Paulo, Caderno CEDEC, n.15, 1990.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1967.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "Sindicalismo e Classe Operária", IN O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-64), São Paulo, DIFEL, 1983.

_____. Partidos e Sindicatos, São Paulo, Ed. Atica, 1990.

_____. "As Tendências Políticas da Formação das Centrais Sindicais", IN Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, vários, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena, São Paulo, Brasiliense, 1988.

SALLES, Teresa. Agrete, Agrestes, São Paulo, Paz e Terra/CERRAF, 1982.

SANTOS F., José dos Reis. Movimento Sindical Rural: O resgate de Uma Tradição, São Paulo, CEDEC, 1983, Mimeo.

SANTOS F., José dos Reis & RICCI, Rudá. "Vanguarda Social e Complexo CONTAG: Um Estudo sobre Estrutura Sindical e Burocracia", IN Anais do XII Encontro Nacional PIPSA, Botucatu, 1988.

SANTOS F., José dos Reis & NELLO, Maria Teresa Leopardi. "Da Omissão da Legislação às Práticas de Fabricação de Verdades: Notas de denúncia sobre a previdência social rural", IN Perspectivas, São Paulo, 1985.

SAYAD, João. Crédito Rural no Brasil, Estudos Econômicos, São Paulo, FIPE/Pioneira, 1984.

SCHMITTER, Philippe. "Still the Century of Corporatism?", IN PIKE, Frederick R. & STRITCH, Thomas (orgs.), The New Corporatism, University of Notre Dame, 1974.

SGRECCIA, Alexandre. O Assalariado da Cana, São Paulo, PUC, 1981. Dissertação de Mestrado.

SHERER-WARREN, Ilse. O que há de novo nos Movimentos Sociais no Campo?, XVII Congresso Latinoamericano de Sociologia, Montevideo, 1988. Mimeo.

SHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo (orgs.). Uma revolução no Cotidiano?, São Paulo, Brasiliense, 1987.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

_____. Greve nos Envenhos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SILVA, José Francisco. "A Atuação dos Sindicatos junto aos Trabalhadores Rurais", IN Revista Reforma Agrária, Ano IX, n.4, Campinas, nov/dez/1979.

SILVA, José Gomes. Caindo por Terra, São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987.

SILVA, José Graziano. De Guariba a Leme: As Lutas dos Róias-Frias em São Paulo (1984-86), s/d. Mimeo.

_____. "Complexos Agroindustriais e Outros Complexos", IN Revista Reforma Agrária, Campinas, n.3, vol.21, set/dez 1991.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado, São Paulo, Ed. Atica, 1981.

SINGER, Paul & BRANDT, Vinícius Caldeira (orgs.). São Paulo: O Povo em Movimento, Petrópolis, Vozes, 1980.

SOARES, José Arlindo et alli. Estrutura e Representação Sindical, IV Encontro Anual ANPOCS, Friburgo, 1982. Mimeo.

SORJ, Bernardo. "Estrutura Agrária e Reforma Agrária no Brasil", IN Cadernos DCP, n.6, Belo Horizonte, UFMG, dezembro 1980.

STOLCKE, Verena. Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital (1950-1980), São Paulo, Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria Conceição. "A América Latina e a Nova Divisão Internacional do Trabalho", IN As Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo, Campinas, CESIT/UNICAMP, 1990.

THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

Vários. Livre Comércio, Ajuste Estrutural e Agricultura: O Caso do Brasil, UFRRJ, 1991. Mimeo.

Vários, Sindicatos em uma Época de Crise, Petrópolis,
VOZES/CEDEC, 1984.

VELHO, Otávio Guilherme, Capitalismo Autoritário e
Campe sinato, São Paulo, DIFEL, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck, Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VIGEVANI, Tullio, "Movimentos Sociais na Transição
Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do Projeto", IN
Revista Lua Nova, n.17, São Paulo, Marco Zero/CEDEC,
janeiro 1989.

WANDERLEY, Luiz Eduardo, Educar para Transformar: Educação
Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de
Educação de Base, Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e Propriedade
FundIária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco, Participação e Conflito Industrial:
Contagem e Osasco, São Paulo, Cadernos CERRAP, 1971

_____, Qual Democracia?, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião, Lutas Camponesas no
Interior Paulista: Memórias de Irineu Lins de Moraes, Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WILKINSON, John, O Estado, a Agroindústria e a Pequena
Produção, São Paulo/Bahia, HUCITEC/CEPA, 1986.

WILLIAMS, Raymond, O Campo e a Cidade, São Paulo, Cia das
Letras, 1989.

FONTES PRIMARIAS

A) Entrevistas:

Abdias Carvalho
Adelmo Escher
Avelino Ganzer
Carlos Ferrari
Elvino Bohn Gass
Eraldo José de Souza
Felisberto Dela Vicentina
Fulgêncio Manoel da Silva
Hebert de Souza
Luis Gritti
João Pedro Stédeli
José Francisco da Silva
José Raimundo de Andrade
José Ribeiro Trampolim
Lindolfo Silva
Luis Silva
Manoel dos Santos
Maria Aparecida Miranda
Maria Querubina
Moacir Palmeira
Osmarino Amâncio
Otacílio Alves Teixeira
Paulo Cesar Lima
Ranulfo Peloso
Sebastião Machado de Oliveira

b) Documentos:

- Anais do I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1965
- Anais do II Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1973
- Anais do III Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1979
- Anais do VI Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1985
- Anais do I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1991
- Anuário Estatístico do Brasil (1965-1979), Brasília, FIBGE.

FONTES PRIMARIAS

A) Entrevistas:

Abdias Carvalho
Adelmo Escher
Avelino Ganzer
Carlos Ferrari
Elvino Bohn Cass
Eraldo José de Souza
Felixberto Dela Vicentina
Fulgêncio Manoel da Silva
Hebert de Souza
Luis Gritti
João Pedro Stédeli
José Francisco da Silva
José Raimundo de Andrade
José Ribeiro Trampolim
Lindolfo Silva
Luis Silva
Manoel dos Santos
Maria Aparecida Miranda
Maria Querubina
Moacir Palmeira
Osmarino Amâncio
Otacilio alves Teixeira
Paulo Cesar Lima
Ranulfo Peloso
Sebastião Machado de Oliveira

b) Documentos:

- Anais do I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1966
- Anais do II Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1973
- Anais do III Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1979
- Anais do VI Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1985
- Anais do I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, Brasília, 1991
- Anuário Estatístico do Brasil (1965-1979), Brasília, FIRGE.

- Terra Livre

- 1954 - n. 44 a 49
- 1955 - n. 50 e 51
- 1956 - n. 60, 61, 62, 64 a 69 e 75
- 1957 - n. 76 e 77
- 1958 - n. 78, 81 e 82.
- 1959 - n. 84 a 86
- 1960 - n. 87 a 90 e 92 a 95
- 1961 - n. 96 a 106
- 1962 - n. 107, 108, 111 a 117
- 1963 - n. 118 a 124 e 127 a 129
- 1964 - n. 130 a 132

- Bulletin de Psychologie, Tome 36, n.36, Paris, mai-jun 1983

- Revista Forma & Conteúdo, n.3, São Paulo, CUT, dezembro 1990

- Síntese Política e Social, n.17, jan/mar 1963

- Problemas Brasileiros, ano 4, n.38, maio 1966

- Gazeta Mercantil, 19.10.82

- Boletim DIEESE, edições de 1984

- Folha de S. Paulo, 23.09.84

- Jornal Chão e Roca, Goiânia, maio 1983.